

A Rua dos Cónegos

um espaço socio-arquitectónico no Porto setecentista

Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação do Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

Vol. I – Texto

António Jorge Inácio Fernandes

Porto – 2006

Agradecimentos

Um primeiro agradecimento cabe ao nosso orientador, o Senhor Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves. Louvamos a paciência que teve para connosco, e as palavras de incentivo que nos auxiliaram a ultrapassar momentos de incerteza e desânimo.

O nosso agradecimento também para a Comissão Coordenadora do Mestrado, constituída pela Senhora Prof.^a Doutora Lúcia Rosas, o Senhor Prof. Doutor Fausto Sanches e o Senhor Prof. Doutor Agostinho Araújo, e para todo o corpo docente da secção de História da Arte do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, nomeadamente para o Senhor Prof. Manuel Engrácia Antunes.

Cabe também um obrigado aos responsáveis e funcionários do Arquivo Distrital do Porto, do Arquivo Histórico Municipal do Porto, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e, em especial, à D. Mónica do Arquivo da Misericórdia do Porto e à Dr.^a Teresa Ponce do Patriarcado de Lisboa.

Na Rua D. Hugo, a gentileza com que fomos recebidos pelos responsáveis e funcionários da Casa-Museu Guerra Junqueiro, e da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho, merecem também um reconhecimento da nossa parte.

Um especial agradecimento é dirigido aos moradores que amavelmente nos abriram as portas das suas casas, em especial à Dr.^a Alexandra Melo, e ao Senhor Eng. Pedro Mesquita.

Estamos também reconhecidos a todos aqueles que trilharam o mesmo caminho e que nos ajudaram a resolver as inúmeras dúvidas que foram surgindo, sendo de salientar a Dr.^a Alexandra Dixo de Sousa, a Dr.^a Amélia Paiva, a Dr.^a Lília Ribeiro, a Dr.^a Rosário Barbosa e o Dr. Manuel Graça.

Por último, mas não menos importante, à família, à Teresa e à Cristina que sempre atendeu as nossas constantes solicitações.

Sumário

Siglas e Abreviaturas.....	VII
Introdução.....	1

Capítulo I

O espaço e os habitantes.

1.- <u>A Rua dos Cónegos.</u>	
1.1.- Origem, onomástica, e configuração.....	4
1.2.- As estruturas arquitectónicas: muralhas, portas, capelas, aquedutos e fontes.....	11
1.3.- Os proprietários e os foreiros.....	21
2.- <u>Os moradores.</u>	23
2.1.- A população portuense e a Rua dos Cónegos.....	26
2.2.- Os clérigos.....	31
2.2.1- Os cónegos.....	32
2.2.1.1.- A hierarquia capitular.....	33
2.2.1.2.- Apreciação geral dos capitulares residentes.....	36
2.2.1.3.- Os governantes da diocese.....	42
2.2.1.4.- As condições de acesso e progressão nas carreiras eclesiásticas.....	44
2.2.1.5.- A importância da parentela.....	47
2.2.1.6.- Apogeu e decadência do número de clérigos.....	53
2.3.- Os nobres.....	54
2.3.1.- As famílias nobres.....	58
2.4.- Os outros moradores.....	64

Capítulo II

A arquitectura civil.

1.- <u>O conjunto habitacional capitular</u>	66
2.- <u>Análise arquitectónica das casas</u>	
2.1.- Considerações gerais.....	73
2.2.- Os encomendadores.....	80
2.3.- Os autores.....	90
2.4.- Os tratados e as gravuras.....	107
2.5.- A configuração exterior.....	111
2.6.- A organização interior.....	123

Capítulo III

As habitações e os seus moradores.

1.- A Casa de Simão da Costa	
1.1.- Os foreiros e os moradores.....	143
1.2.- A casa.....	145
2.- A Casa do cônego Domingos Carvalho e Azevedo.	
2.1.- Os foreiros e os moradores.....	145
2.2.- A casa.....	147
3.- A Casa do cônego João de Sousa da Silva.	
3.1.-Os foreiros e os moradores.....	148
3.2.- A casa.....	150
4.- A Casa do Dr. Domingos Barbosa.	
4.1.-Os foreiros e os moradores.....	150
4.2.- A casa.....	152
5.- A Casa dos Magalhães I.	
5.1.-Os foreiros e os moradores.....	157
5.2.- A casa.....	158
6.- A Casa dos Alão de Moraes.	
6.1.- Os foreiros e os moradores.....	159
6.2.- A casa.....	162
7.- A Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache.	
7.1.- Os foreiros e os moradores.....	164

7.2.- A casa.....	165
8.- Casa dos Alcoforado I.	
8.1.- Os foreiros e os moradores.....	166
8.2.- A casa.....	167
9.- A Casa das Colunas.	
9.1.- Os foreiros e os moradores.....	167
9.2.- A casa.....	169
10.- A Casa de José Leitão.	
10.1.- Os foreiros e os moradores.....	171
10.2.- A casa.....	172
11.- A Casa do abade António do Couto, a Casa do licenciado Diogo de Castro Pinto, a Casa do deão João Freire Antão I, e os seus foreiros.....	172
12.- A Casa do deão João Freire Antão II.	
12.1.- Os foreiros e os moradores.....	173
12.2.- A casa.....	173
13.- A Casa de Vandoma.	
13.1.- Os foreiros e os moradores.....	174
13.2.- A casa.....	178
14.- A Casa dos Alcoforado II.	
14.1.- Os foreiros e os moradores.....	197
14.2.- A casa.....	201
15.- A Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho.	
15.1.- Os foreiros e os moradores.....	202
15.2.- A casa.....	207
16.- As Casas dos Magalhães II e III.	
16.1.- Os foreiros e os moradores.....	211
16.2.- As casas.....	213
17.- A Casa dos Freire de Andrade.	
17.1.- Os foreiros e os moradores.....	215
17.2.- A casa.....	219
18.- A Casa dos Costa Lima.	
18.1.- Os foreiros e os moradores.....	221
18.2.- A casa.....	223

19.- A Casa de Maria dos Reis.	
19.1.- Os foreiros e os moradores.....	224
19.2.- A casa.....	225
20.- A Casa dos Mota.	
20.1.- Os foreiros e os moradores.....	226
20.2.- A casa.....	227
21.- A Casa dos Baião I.	
21.1.- Os foreiros e os moradores.....	227
21.2.- A casa.....	228
22.- A Casa dos Baião II.	
22.1.- Os foreiros e os moradores.....	229
22.2.- A casa.....	231
23.- A Casa dos Baião III.	
23.1.- Os foreiros e os moradores.....	231
23.2.- A casa.....	232
24.- A Casa do cônego António Mourão.	
24.1.- Os foreiros e os moradores.....	233
24.2.- A casa.....	234
25.- A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho.	
25.1.- Os foreiros e os moradores.....	235
25.2.- A casa.....	236
26.- A Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada.	
26.1.- Os foreiros e os moradores.....	239
26.2.- A casa.....	241
Conclusão.....	246
Fontes e Bibliografia.....	249

Vol.II - Apêndice

Siglas e abreviaturas

A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto.

A.H.M.P. – Arquivo Histórico Municipal do Porto.

A.M.P. – Arquivo da Misericórdia do Porto.

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

C1 – Casa n.º 1; Casa de Simão da Costa.

C2 – Casa n.º 2; Casa do cônego Domingos Carvalho e Azevedo.

C3 – Casa n.º 3; Casa do cônego João de Sousa da Silva/Casa do Dr. Domingos Barbosa.

C4 – Casa n.º 4; Casa dos Magalhães I.

C5 – Casa n.º 5; Casa dos Alão de Morais.

C6 – Casa n.º 6; Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache.

C7 – Casa n.º 7; Casa dos Alcoforado I.

C8 – Casa n.º 8; Casa das Colunas.

C9 – Casa n.º 9; Casa de Vandoma

C9.1 – Casa n.º 9.1; Casa de José Leitão.

C9.2 – Casa n.º 9.2; Casa do abade António do Couto.

C9.3 – Casa n.º 9.3; Casa do licenciado Diogo de Castro Pinto.

C9.4 – Casa n.º 9.4; Casa do deão João Freire Antão I.

C9.5 – Casa n.º 9.5; Casa do deão João Freire Antão II.

C10 – Casa n.º 10; Casa dos Alcoforado II.

C11 – Casa n.º 11; Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho.

C12 – Casa n.º 12; Casa dos Magalhães II.

C13 – Casa n.º 13; Casa dos Magalhães III.

C14 – Casa n.º 14; Casa dos Freire de Andrade.

C15 – Casa n.º 15; Casa dos Costa Lima.

C16 – Casa n.º 16; Casa de Maria dos Reis.

C17 – Casa n.º 17; Casa dos Mota.

C18 – Casa n.º 18; Casa dos Baião I.

C19 – Casa n.º 19; Casa dos Baião II.

C20 – Casa n.º 20; Casa dos Baião III.

C21 – Casa n.º 21; Casa do cônego António Mourão/ Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho.

C22 – Casa n.º 22; Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada.

f – fólio.

[Fl. 2] – fólio dois.

[Fl. 2v.] – verso do fólio dois.

[Fl. 2...] – a transcrição do fólio dois não começa no seu início.

[...Fl. 2] – a transcrição começa no fólio dois, não tendo sido feita a transcrição de palavras ou frases do fólio ou fólhos anteriores.

[...Fl. 2...] – não é feita a transcrição de parte ou da totalidade do fólio, ou fólhos anteriores ao fólio 2, nem das primeiras palavras ou frases deste fólio.

fs – fólhos.

p – página.

s.d. - documento sem indicação de data.

s.f. - documento sem numeração dos fólhos.

s.p. – documento sem numeração das páginas.

[sic] - erro do escrivão.

Vd. doc. 1 – Vide documento n.º 1.

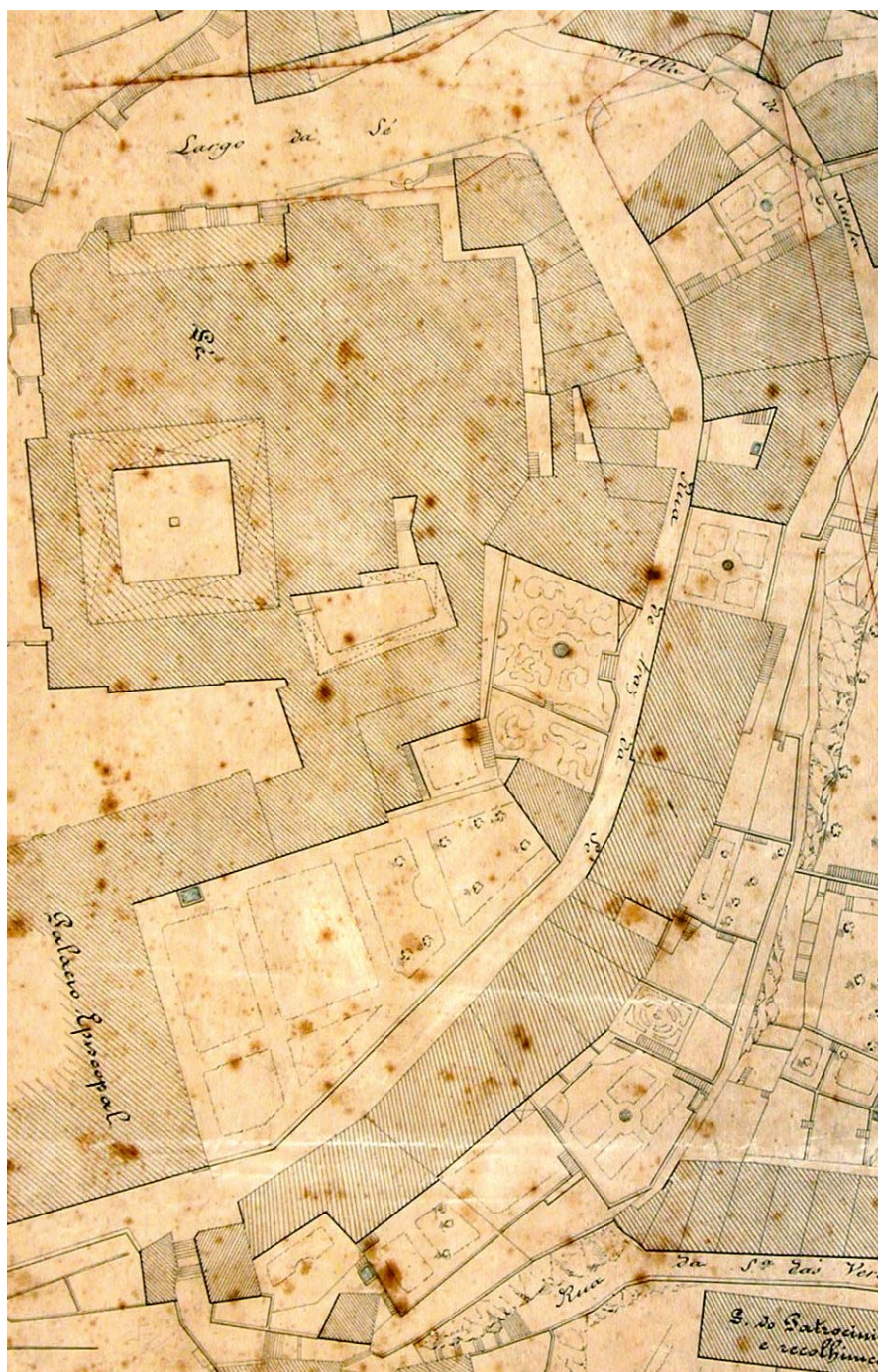
Vd. ils. 1 – Vide ilustração 1.

Vd. qd. 1 – Vide quadro n.º 1.

[*] - o documento encontra-se manchado.

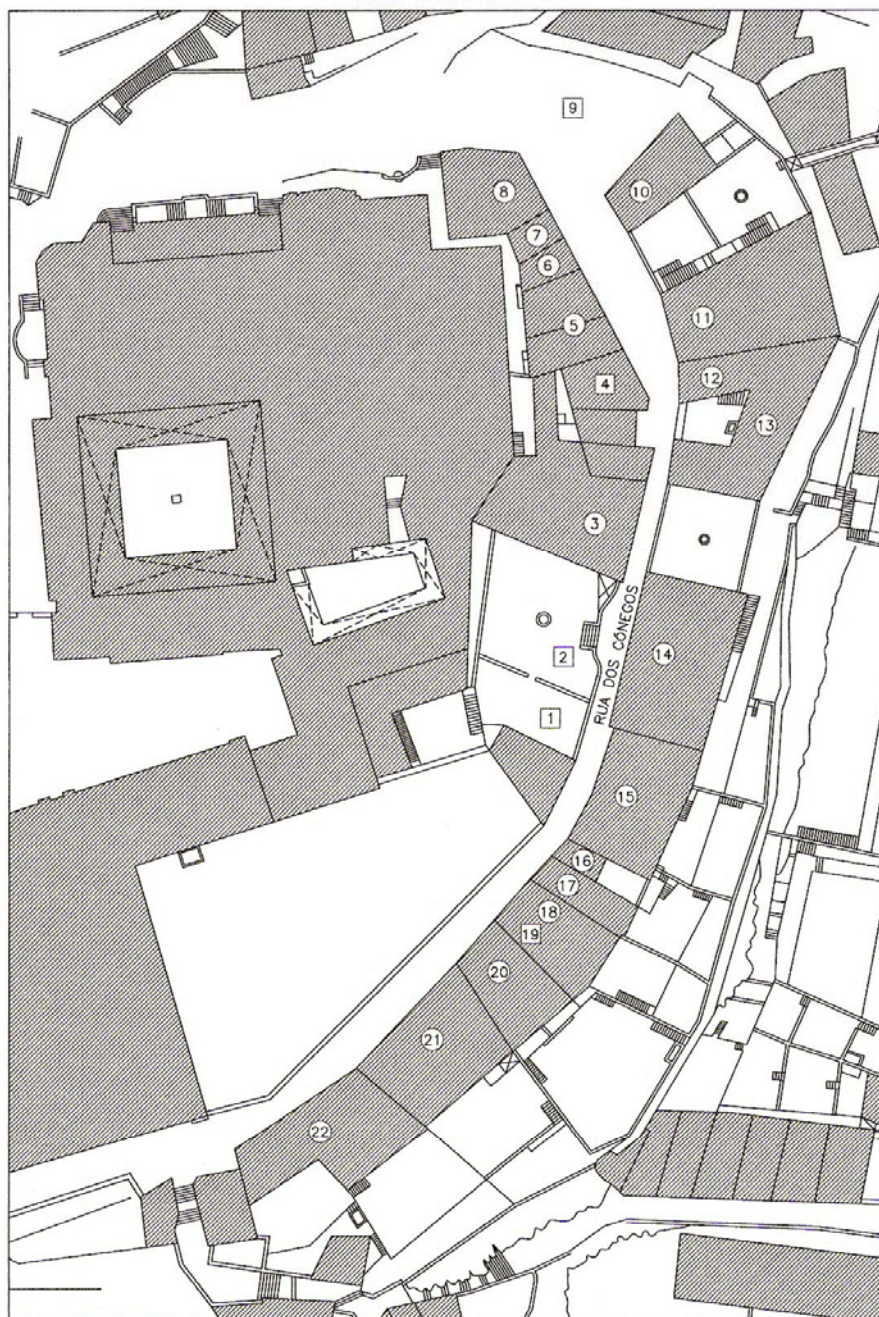
[?] - palavra ilegível.

[...] – parte do documento que não foi transcrita.



Pormenor de uma planta de 1883, onde se encontra representada a Rua dos Cónegos, e o espaço envolvente (A.H.M.P., MNL, n.º 6/A'-8).

MAPA DAS CASAS



PLANTA BASEADA NUM ORIGINAL DATADO DE 1883 (A.H.D.P., MNL, n.º 6/A'-8)

○ LOCAL IDENTIFICADO □ LOCAL APROXIMADO

1 - CASA DE SIMÃO DA COSTA	12 - CASA DOS MAGALHÃES II
2 - CASA DO CÔNEGO DOMINGOS CARVALHO E AZEVEDO	13 - CASA DOS MAGALHÃES III
3 - CASA DO CÔNEGO JOÃO DE SOUSA DA SILVA/CASA DO Dr. DOMINGOS BARBOSA	14 - CASA DOS FREIRE DE ANDRADE
4 - CASA DOS MAGALHÃES I	15 - CASA DOS COSTA LIMA
5 - CASA DOS ALÃO DE MORAIS	16 - CASA DE MARIA DOS REIS
6 - CASA DOS TÁVORA DE NORONHA LEME CERNACHE	17 - CASA DOS MOTA
7 - CASA DOS ALCOFORADO I	18 - CASA DOS BAIÃO I
8 - CASA DAS COLUNAS	19 - CASA DOS BAIÃO II
9 - CASA DE VANDOMA (CASA DE JOSÉ LEITÃO/CASA DO ABADE ANTÓNIO DO COUTO/CASA DO LICENCIADO DIOGO DE CASTRO PINTO/CASA DO DEÃO JOÃO FREIRE ANTÃO I/CASA DO DEÃO JOÃO FREIRE ANTÃO II	20 - CASA DOS BAIÃO III
10 - CASA DOS ALCOFORADO II	21 - CASA DO CÔNEGO ANTÓNIO MOURÃO/CASA DO VIGÁRIO GERAL BERNARDO DE AZEVEDO E CARVALHO
11 - CASA DO MESTRE-ESCOLA JOSÉ DA FONSECA COUTINHO	22 - CASA DO CÔNEGO DOMINGOS GONÇALVES PRADA

Introdução

Esta Dissertação de Mestrado, sugerida pelo nosso orientador, o Senhor Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, tem como tema o estudo das habitações que os cónegos ergueram na Rua dos Cónegos (actual Rua D. Hugo) no século XVIII.

Se as residências da nobreza citadina se concentravam na Rua Nova, na Rua de Santa Catarina das Flores, na Rua de São Miguel e na Rua Chã, era na Rua dos Cónegos, situada junto à Sé que, ao longo dos séculos, o clero capitular mandou edificar as suas habitações, o que lhe conferia uma singularidade na malha urbana.

O facto de as residências dos capitulares se agruparem junto à catedral, é comum a outras cidades episcopais portuguesas e europeias. No entanto, se há estudos aprofundados relativamente aos exemplos estrangeiros, em Portugal, a análise das ruas onde os capitulares habitaram, ainda não mereceu a devida atenção por parte dos nossos investigadores. Este nosso estudo pretende contribuir para um melhor conhecimento do caso portuense.

Embora os anos de setecentos sejam o espaço cronológico primordial da presente Dissertação, no entanto alargámos a investigação aos finais do século XVII e inícios do XIX. Só assim, a compreensão dos vários aspectos do tema podem ser compreendidos com mais acuidade.

O processo de pesquisa incidiu principalmente sobre duas vertentes: o estudo das habitações e dos seus moradores. Se, por um lado, dirigimos a nossa atenção para aspectos arquitectónicos, por outro procurámos saber quem as habitou, uma vez que foram os seus moradores que deram à Rua dos Cónegos a sua especificidade.

Na recolha de informações sobre o tema, recorremos a diversas fontes: as próprias construções; imagens das casas; livros impressos; documentos originais. Estes encontram-se no Arquivo Distrital do Porto, no Arquivo Histórico Municipal do Porto e no Arquivo da Misericórdia do Porto.

O primeiro capítulo da nossa dissertação tem o seu início com o estudo da Rua dos Cónegos, a sua toponímia ao longo dos tempos, o seu traçado, as vias e os adros adjacentes, e as construções não habitacionais que a ela estão directamente ligadas, como as muralhas, as portas, as capelas, os aquedutos e as fontes. Na última parte deste primeiro sub-capítulo, são abordados os proprietários das habitações e os foreiros.

Para percebermos melhor a especificidade do conjunto arquitectónico, procurámos conhecer quem habitou a rua - é este o assunto que desenvolvemos no sub-capítulo seguinte. Sendo a Rua dos Cónegos um local habitado por elementos do alto clero portuense, demos uma especial atenção a este grupo clerical. No entanto, na rua também residiram outros moradores, dos quais se destacaram os fidalgos, recebendo por isso um maior desenvolvimento.

As informações sobre os moradores foram recolhidas, quase exclusivamente, nos livros da décima. No entanto, estes documentos anuais abarcam um período de tempo demasiado curto - os fólios que nos chegaram dizem respeito ao período compreendido entre 1698 e 1731 (havendo neste período falta de alguns fólios), e ao ano de 1804. Ficamos assim privados de um conhecimento mais global, que abarcasse todos os anos relativos ao século XVIII. O Roteiro dos prazos do Cabido e os livros da fazenda (também anuais), destinavam-se a registar apenas os foreiros; no entanto, esporadicamente, também mencionaram os moradores, suprimindo parcialmente a falta das fontes anteriores. Constatamos, no entanto, que os dados constantes nas diversas fontes nem sempre são rigorosos, chegando mesmo a ser contraditórios.

O segundo capítulo é destinado à análise das habitações, no seu conjunto.

No primeiro sub-capítulo, demonstramos a existência de analogias entre o conjunto residencial capitular portuense, e outros exemplos nacionais e internacionais.

O segundo sub-capítulo encontra-se subdividido em vários itens, onde são feitas considerações gerais sobre a arquitectura habitacional em Portugal e no Porto, são estudados os encomendadores e os autores (e possíveis autores) das residências da Rua dos Cónegos, e a importância que os tratados arquitectónicos e outras construções da cidade tiveram na sua configuração exterior e interior.

O terceiro capítulo é reservado ao estudo de cada casa. A sua história, evolução e transformações são então descritas de uma forma mais pormenorizada. As habitações estão ordenadas do seguinte modo: primeiro, as da banda poente, de sul para norte e, prosseguindo na banda nascente, de norte para sul. Se algumas casas já tinham um nome que as identificava - a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa de Vandoma, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, e a Casa dos Freire de Andrade - outras tiveram que o receber. Os nomes que lhes atribuímos, tiveram em consideração um dos seguintes parâmetros: a casa recebeu o nome do primeiro morador, ou da personalidade mais importante que nela residia no final do século XVII; o nome atribuído à casa é o do morador que a mandou construir; a casa ficou com o nome da

família que a habitou durante várias gerações; as casas que pertenceram a uma mesma família, receberam o nome desta.

Na pesquisa de dados para a elaboração do segundo e do terceiro capítulos, a primeira dificuldade com que nos deparamos foi a inexistência, no local, de muitas casas que lá se erguiam no século XVIII. Se em algumas delas, ainda hoje o seu aspecto externo e interno pouco mudou desde a sua construção – a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho –, podendo a análise incidir sobre os próprios edifícios, outras habitações sofreram profundas alterações.

Relativamente a imagens que nos pudessem esclarecer sobre a configuração original das construções destruídas ou modificadas, muito pouco existe. As gravuras setecentistas que analisámos são pouco convincentes. Existem apenas raros exemplares fotográficos, que nos mostram como eram algumas habitações antes da construção da ponte Luís I.

Quanto às fontes escritas, a nossa procura incidiu sobretudo nos autos de vedoria. Estes documentos fazem a descrição das casas do Cabido, ou da Mitra, ao longo de vários séculos. No entanto, no período que investigámos, dos finais do século XVII até inícios do XIX, são raros os documentos. Na descrição que delas é feita são mencionadas, sobretudo, as suas dimensões, fachadas e distribuição dos espaços interiores. Enquanto alguns relatam as casas com pormenor, outros são muito sumários. Relativamente aos frontispícios limitam-se, por exemplo, a mencionar o número de portas e de janelas, sem atenderem a pormenores estéticos. Alguns autos de vedoria que analisámos são anteriores ao período de tempo que escolhemos. Consideramos, no entanto, relevante a inclusão desses documentos, pois algumas das casas a que estes se referem chegaram aos anos noventa de seiscentos, ou mesmo posteriormente.

Depois de expormos a nossa investigação, apresentamos uma conclusão onde são expostos os resultados a que chegámos.

No final do volume, indicamos as fontes manuscritas e a bibliografia que consultámos.

No segundo volume, coligimos os vários documentos que nos serviram de base para o desenvolvimento do trabalho, assim como as imagens e os quadros que elaborámos a partir das fontes.

Capítulo I

O espaço e os habitantes

1.- A Rua dos Cónegos.

1.1.- Origem, onomástica e configuração.

No alto do morro da Sé (Vd. ils. 1, 2) – também denominado morro da Penaventosa -, a Rua dos Cónegos insere-se no núcleo original da cidade do Porto. Topograficamente o morro caracteriza-se como um afloramento rochoso, sendo ladeado a norte e a poente pelo Rio da Vila e a sul pelo Rio Douro. A nascente, um ribeiro separava-o da elevação da Batalha¹. A sua ocupação é remota, devido, nomeadamente, às boas condições de defesa. Escavações arqueológicas, efectuadas nos anos oitenta do século passado provaram uma permanência populacional desde o Bronze Final².

Entre o final do Império Romano e o século XII, o período conturbado que o burgo atravessou, não foi propício ao seu desenvolvimento. Em 1120, D. Teresa doa o burgo ao bispo D. Hugo, iniciando-se um período de prosperidade³. No espaço delimitado pelas muralhas, surgiram ruas e rossios à volta da Sé⁴, que foram sofrendo alterações, mais ou menos significativas, até aos nossos dias. As destruições no tecido urbano, que alteraram definitivamente o núcleo original portuense foram: a edificação do Colégio de S. Lourenço, iniciado em 1573⁵, e as demolições dos anos trinta do século XX, efectuadas para a construção do Terreiro da Sé⁶. A Rua dos Cónegos faz parte do pequeno número de ruas centenárias que conseguiram chegar até à actualidade.

Com uma história que remonta aos primórdios da cidade, a primeira referência à rua em estudo vem mencionada num documento de 1221. Desde então até hoje, foi

¹ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Cidade plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto (século XIII-1.ª metade do XIV)*. Porto: [s.n.], 1994. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 74-75.

² REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé. *Monumentos*. Lisboa. ISSN: 0872-8747. nº 14(Março 2001), p 9.

³ REAL, Manuel Luís – *Ob. cit.*, p. 10.

⁴ CARVALHO, Teresa Pires de; BARROCA, Mário Jorge; GUIMARÃES, Carlos – “*Bairro da Sé*” Área – Porto; *Contribution for Historic Characterization*. Porto: Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH, Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996, p. 25.

⁵ MARTINS, Fausto S. – Do Colégio de S. Lourenço ao Semanário Maior da Sé do Porto: 1560-1998. *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p. 66.

⁶ REAL, Manuel Luís – *Ob. cit.*, p. 12.

adquirindo várias denominações que se sucederam ou coexistiram. Até ao início do século XIX, a rua é denominada por: Rua do Redemolino, Remoynho, Remoinho, Redemunho⁷, Redemunhos⁸, Redemoinho⁹, Redemoinhos¹⁰, Redemuinho¹¹, Redemuinhos¹², Remolido¹³, Riodemoinho¹⁴, Riodemoinhos¹⁵, ou Rio de Moinhos¹⁶. Desde finais do século XVII, também é apelidada de: Rua dos Cónegos¹⁷, Cónegos de Trás da Sé¹⁸, Trás da Sé¹⁹, Detrás da Sé²⁰. Até 1940 foi denominada Rua da Catedral, e a partir dessa data Rua de D. Hugo²¹.

Os topónimos que remontam aos primórdios do burgo, tinham habitualmente origem em termos relacionados com o meio rural²². Desconhecemos qual a origem do primeiro topónimo da rua. Possivelmente deriva da expressão «rio de moinhos»²³. Ao longo do morro da Sé, pelo seu lado nascente, corria paralelo à rua um ribeiro. Este ribeiro, com os seus moinhos de água, deve estar na origem do topónimo²⁴. (Vd. ils. 3)

A investigadora Maria Isabel Osório apresenta outra hipótese. A Rua do Redemoinho, uma longa e curva via, estando situada no alto do morro, é percorrida por fortes correntes de ar que criam redemoinhos. Assim, a origem do vocábulo não seria um rio e seus moinhos de água, mas redemoinhos de vento.

Num documento de 1685, a rua é denominada por Rua dos Cónegos de Trás da Sé²⁵. Em 1690, Manuel Pereira de Novais escreveria que a rua se chamava «de los Canonigos»²⁶. Estas denominações indicam que a rua era habitada pelos cónegos da Sé.

⁷ OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 141.

⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Desenvolvimento Topográfico da Cidade – Séculos XII a XV. História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965. Vol. I, p. 145.

⁹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

¹⁰ FERREIRA, J. A. Pinto – *A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé (um solar setecentista da cidade do Porto)*. Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXVIII, Fasc. 1-2 (1965), p. 6.

¹¹ A.D.P., Livro de Prazos n.º 604, fl. 8, vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

¹² A.M.P., H. B.º 9º n.º 31, fl. 102, vd. doc. n.º 20 no Apêndice.

¹³ BASTO, Artur de Magalhães – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁴ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*. Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda., 1999. ISBN972-8305-67-2, p. 175.

¹⁵ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 32, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

¹⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁷ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Anacrisis Historial*. Porto: Bibliotheca Pública Municipal do Porto, 1912-1918. Vol. II, p. 10.

¹⁸ FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 6.

¹⁹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 32, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

²⁰ A.D.P., Po-09, 3ª série, n.º 31, fl. 7v., vd. doc. n.º 55 no Apêndice.

²¹ FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.* 6.

²² Hortas, Souto, Figueirinhas, Olival, etc. (REAL, Manuel Luís – *Ob. cit.*, p. 11).

²³ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Ob. cit.*, p. 175.

²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 175.

²⁵ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Ob. cit.*, p. 176.

²⁶ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, p. 10.

Também nos surgem em documentos setecentistas Trás da Sé²⁷ e Detrás da Sé²⁸. Estas designações não substituíram o topónimo medieval. Várias vezes encontrámos no mesmo documento os topónimos recentes e o mais antigo²⁹.

Na segunda metade do século XVIII o geónimo medieval ainda figura na documentação, no entanto na linguagem corrente estava a cair em desuso. É o que se depreende num documento de 1774, quando se refere à rua como «Rua de Riodemoinhos a que hoje chamão dos Conegos, ou de Tras da Sé»³⁰. Um documento de 1800, menciona a rua como «Rua de Trás da Sé desta cidade que antigamente se chamava Rua do Redemunho»³¹. No entanto, em algumas fontes, o topónimo persistiu até ao início do século XIX, como nos livros da Fazenda do Cabido, possivelmente devido a factores de ordem burocrática³². O geónimo Trás da Sé permaneceu ao longo do século XIX³³. Pelo contrário, neste último século, a denominação Rua dos Cónegos não era usada, pois já não fazia sentido. Nessa centúria, a rua que desde os primeiros séculos do burgo medieval³⁴ até à Idade Moderna³⁵ era o local escolhido pelos cónegos da Sé para aí habitarem, deixou de o ser.

A configuração da rua foi definida pelo pano de muralha a nascente. Paralela à cerca, estende-se de norte a sul descrevendo uma longa curva. Segundo Manuel Pereira de Novais, nos finais do século XVII, a rua «va desde la fuente de la Hermida de San Roque y de San Gregorio en frente del Aljube [...] va derecha essa Calle que llaman de los Canonigos por de trás de la Iglesia Mayor hasta la Puerta de nuestra Señora de la Verdad y sale después a la Puerta de los canos de la Compañia de Iesus, y por alli en frente del Palacio de los Señores Obispos viene a la calle de Peña Ventosa»³⁶. Novais informa-nos que a rua, permitia a passagem para o frontispício principal do palácio do bispo. Cerca de cinquenta anos depois, um documento de 1749 diz-nos que a rua ia «até

²⁷ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Porto: [s.n.], 1985. Vol. III, p. 118.

²⁸ A.D.P., Po-09º, 3ª série, n.º 31, fl. 7v., vd. doc. n.º 55 no Apêndice.

²⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fl. 10 e fl. 12, vd. doc. n.º 39 no Apêndice.

³⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 32, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

³¹ A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 504, fl. 1v., vd. doc. n.º 68 no Apêndice.

³² O último livro da Fazenda do Cabido consultado, com a data de 1803, tem o topónimo Redemuinhos riscado e por cima escrito «Traz da Sé» (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 437v., vd. doc. n.º 69 no Apêndice).

³³ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984. Vol. I, p. 82.

³⁴ OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 141.

³⁵ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, p. 10.

³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 10.

à capela de N. Sr.^a da Verdade»³⁷. Actualmente, no fim da rua, uma escada dá acesso ao Terreiro da Sé – certamente colocada quando o frontispício poente do Paço Episcopal foi erguido, encontra-se representada na planta de George Balk, de 1813. (Vd. ils. 4)

Relativamente ao limite superior da rua, deparámo-nos com a seguinte problemática. Ao consultarmos os livros da décima, onde vêm referidos os moradores das várias ruas da freguesia da Sé, constatamos que nalguns desses livros vêm mencionadas a Rua dos Cónegos e a Rua de Redemunhos³⁸, o que nos poderia levar a concluir da existência de duas ruas distintas. Noutros livros da décima só é referida a Rua dos Cónegos³⁹.

Tentando perceber porque é que aparecem dois topónimos nuns documentos e apenas um topónimo noutros, confrontámos as listas dos moradores que estes documentos nos forneceram com as listas que constam do Roteiro de prazos do Cabido⁴⁰. Verificámos que os moradores referidos no roteiro, são mencionados nos vários livros da décima. Por outro lado, nos livros da décima, onde aparecem os dois topónimos, os moradores referentes à Rua dos Cónegos não constam no roteiro.

Também verificámos que nessa época, o morador da Casa das Colunas⁴¹ – a primeira do lado direito de quem desce a rua – encontra-se registado nalguns livros como habitando a Rua de Redemunhos⁴², enquanto noutros surge-nos como morador na Rua dos Cónegos⁴³. Esta última situação indica-nos que a Casa das Colunas, por fazer esquina, era mencionada como pertencendo a uma ou a outra rua, e que as duas ruas se uniam aproximadamente nesse ponto. Uma vez que os moradores indicados em ambas as fontes – livros da décima e roteiro - se situavam a sul, os que apenas são referidos nos livros da décima teriam que residir a norte.

Todos estes dados permitem-nos concluir que quando nos livros da décima são indicados os dois topónimos, o escrivão considerava que a Rua de Redemunhos tinha o seu início sensivelmente a partir do local onde se encontrava da Casa das Colunas para sul, enquanto que a Rua dos Cónegos estendia-se para norte e poente, ao longo da fachada norte da Sé. Quando nesses livros, era mencionado apenas o topónimo Rua dos

³⁷ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Ob. cit.*, p. 176.

³⁸ Por exemplo o livro com a cota: A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fls. 10 e 12.

³⁹ Podemos referir seguinte documento: A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 6v.

⁴⁰ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 10-82v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

⁴¹ «Cazas junto a cappella de Sam Gregorio e ao Chafariz da Sé». A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

⁴² Referimos como exemplo: A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 12v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

⁴³ Por exemplo: A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fl. 12, vd. doc. n.º 39 no Apêndice.

Cónegos, o escrivão referia-se à rua como tendo o seu início na fachada norte da Sé, descendo para sul, até à Capela de Nossa Senhora das Verdades.

Depreende-se que, nos anos de transição de seiscentos para setecentos, para além de a rua ser denominada com diferentes topónimos, o seu limite, a norte, variava consoante o topónimo que se usasse. Posteriormente, a zona mais a norte passou a ser considerada como fazendo parte do Largo da Sé. O topónimo Rua dos Cónegos deixou então de abarcar a zona norte, restringindo-se àquela que tinha a designação de Rua de Redemoinho. Os dois topónimos passaram a ser empregues na mesma rua, com o mesmo limite a norte.

Sobre o traçado da rua, a Idade Moderna trouxe alterações. Em 1984 foram efectuadas escavações arqueológicas na casa n.º 5 – a primeira casa do lado esquerdo de quem desce – que nos facultaram conhecimentos a nível urbanístico sobre a rua, nomeadamente da Idade Média e da Idade Moderna⁴⁴. Constatou-se que a parede norte da casa - construída no século XIX⁴⁵ - era um muro medieval com acrescentos do século XVII e XIX. Esse muro fazia parte de uma casa do século XIV, ou início do século seguinte⁴⁶, cujo cunhal poente está afastado em relação ao actual alinhamento da rua, indicando-nos que na Idade Média esta tinha um traçado diferente. No século XVII foi construído um novo edifício, acrescentando-se ao muro medieval uma parede que avançou para o actual alinhamento⁴⁷. A fachada desta construção ocupou o terreno por onde passava a antiga via medieval.

Surgiu assim um novo traçado que a construção desta, e de outras casas, ajudou a desenhar. Traçado esse algo irregular⁴⁸. Em 1800 as ruas «que suben á la Catedral, que es lo más antiguo de la ciudad, [são] agrias, tortuosas y estrechas»⁴⁹. A tradição urbana medieval, onde a regularidade no alinhamento das fachadas estava ausente, ainda era perceptível nas habitações da Rua dos Cónegos.

Um documento de 1817 refere que um grupo de moradores requereu à Câmara «alargar-lhe a entrada que hé estreita em demazia cortando-se para isso parte das cazas do padre Manuel Jozé da Crus e Azevedo na frente que fas para o Largo da Sé»⁵⁰. Este

⁴⁴ REAL, Manuel Luís; [et.al.] – Escavações arqueológicas no morro da Sé. Separata do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol. 3/4, (1985/86), p. 7-44.

⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶ REAL, Manuel Real; *Ob. cit.*, p. 17.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 14-15.

⁴⁸ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298-98, fl. 34, vd. doc. n.º 76 no Apêndice.

⁴⁹ CORNIDE, José – *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Imprensa y Fundicion de Manuel Tello, 1893, p. 172.

⁵⁰ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298-98, fl. 34, vd. doc. n.º 76 no Apêndice.

padre era enfiteuta da Casa das Colunas⁵¹, a primeira casa do lado direito de que desce, à frente da qual se encontrava a Casa de Vandoma⁵². O início da Rua dos Cónegos era então um local estreito, o que trazia problemas a nível do tráfego

A mesma situação encontrava-se noutros pontos da via, com habitações que avançavam demasiado. A sua regularização só será efectuada no século XIX⁵³.

Agostinho Rebelo da Costa escrevia, em 1788, que as ruas do Porto eram «lajeadas de pedra comprida, larga, e lisa, que não dá lugar a atoleiros, ou charcos ascorosos»⁵⁴, sendo «uma das grandes belezas da cidade»⁵⁵. Este tipo de pavimento, que tornava as ruas portuenses «famosas em toda a Europa»⁵⁶, ainda cobre o solo da Rua dos Cónegos.

Inserida numa malha urbana de raiz medieval, tanto a rua em análise como as vielas e adros a que ela dava acesso, foram sofrendo alterações ao longo dos séculos, algumas delas radicais.

A parede medieval da casa n.º 5 – já mencionada –, onde se encontram dois vãos, de uma porta e de uma janela⁵⁷ – possivelmente de sacada – era a fachada de uma habitação que se erguia para norte dessa parede. A porta abria-se para uma antiga viela secundária. Na época moderna seria construída uma habitação sobre esse caminho⁵⁸ e, posteriormente, no século XIX, a actual casa. A viela fazia a ligação da Rua dos Cónegos a outro caminho, com cerca de três metros de largura⁵⁹, que ficava encostado à velha muralha, estendendo-se por detrás das casas da Rua dos Cónegos. Tal como a viela, este caminho desapareceu na mesma época, devido a uma progressiva apropriação desse espaço público por parte das casas⁶⁰.

Paralelo à Rua dos Cónegos, o actual Beco dos Redemoinhos é o remanescente de uma viela medieval⁶¹. No século XVIII esta viela tinha entrada pelo Largo da Sé, e era limitada a nascente – como hoje em dia – pelas traseiras das casas da Rua dos Cónegos,

⁵¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 30-31, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

⁵² IDEM, *Ibidem*, fl. 33.

⁵³ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298-98, fl. 34, vd. doc. n.º 76 no Apêndice.

⁵⁴ COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. 2ª Edição. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 53-54.

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 54.

⁵⁶ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. De Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 461.

⁵⁷ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p. 17.

⁵⁸ REAL, Manuel Luís – Escavações arqueológicas no morro da Sé, *ob. cit.*, p. 17.

⁵⁹ OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 82.

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 140.

⁶¹ Na época medieval este caminho iniciava junto ao alpendre de S. João, situado no lado norte da Sé, contornava o claustro velho e, provavelmente, terminava em frente ao paço do bispo (OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 141).

e a poente pela capela-mor da Sé⁶². Outrora prolongava-se mais para sul. Actualmente, o seu trajecto termina na Casa do Dr. Domingos Barbosa⁶³. (Vd. ils. 5)

A norte e a sul da rua em análise encontravam-se dois adros. Estes estavam intrinsecamente relacionados com uma porta e um postigo da muralha: o Arco de Vandoma e o Postigo das Mentiras⁶⁴. O adro fronteiro a este postigo ainda se encontra no término da rua, a sul. O outro adro foi de significativa importância na história do Porto.

Denominado Largo da Sé, cercavam-no algumas das construções mais emblemáticas da cidade. A norte, a antiga Casa da Câmara⁶⁵ e o Aljube, a sul a Catedral - na sua fachada norte, onde se ergueu a galilé barroca – e a Capela de S. Gregório⁶⁶ - que estava junto à Casa das Colunas.

A partir do largo, para o seu lado nascente, desenvolvia-se uma rua, ou largo⁶⁷, denominada Rua da Sé⁶⁸, Rua do Chafariz da Sé⁶⁹, ou Largo do Chafariz da Sé⁷⁰, que terminava no Arco de Vandoma.

Sob este arco passavam as procissões, a mais importante das quais era a do Corpo de Deus⁷¹, que atravessavam o Largo da Sé. O percurso que o cortejo processional efectuava estava assinalado por várias construções que exaltavam o fervor religioso dos

⁶² A capela-mor foi mandada construir pelo bispo D. Frei Gonçalo de Moraes (1603-1617), substituindo a charola medieval (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII (I). Nótulas sobre algumas obras (1665-1709). *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, Vol. VIII (1991), p. 275). A nova capela-mor ocupou o local onde se encontrava o Atrium de Sancta Maria (OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 171).

⁶³ OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 141.

⁶⁴ Os adros das portas das muralhas estão relacionados com questões defensivas. Em caso de ataque, a existência de construções próximo das portas dificultaria a defesa do burgo (ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português*. [S.l.]: Livraria Almedina, 2002, p. 229).

⁶⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*. Porto: Livraria Progredior, 1963, p. 62.

⁶⁶ Demolida em 1791, esta capela foi edificada em frente ao Aljube para os presos poderem ouvir missa (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Aljube do Porto: Alguns Documentos para a sua História. Sep. de *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto/Arouca. Vol. I (2002), p. 430).

⁶⁷ AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI: elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. 2ª ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 32.

⁶⁸ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Os Aljubes do Pôrto. Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol.II, Fasc. III (Setembro 1939), p. 3.

⁶⁹ Segundo um documento de 20 de Fevereiro de 1777. A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5210, fl. 47, vd. doc. n.º 64 no Apêndice.

⁷⁰ A.D.P., Roteiro dos prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 33, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

⁷¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas: Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol. I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras do Porto, p. 8.

participantes⁷²: a Capela de Vandoma⁷³, o Chafariz do Anjo, a Capela de S. Gregório, e a Sé Catedral.

1.2.- As estruturas arquitectónicas: muralhas, portas, capelas, aquedutos e fontes.

No século XVIII a cidade do Porto possuía duas cinturas de muralhas: a muralha dita fernandina, iniciada em 1334⁷⁴, e a muralha que delimitava o morro da Sé, o local original do burgo portuense. Se relativamente à primeira cerca, não há dúvidas quanto à época em que foi erguida, sobre a segunda, criou-se a lenda de uma mítica origem suévica⁷⁵. As escavações arqueológicas efectuadas na Rua dos Cónegos em 1984, provaram que a origem das muralhas é mais antiga: finais do século III, ou início do seguinte⁷⁶. Neste século o Império Romano atravessava um período de crise, e os povos bárbaros ameaçavam a sua estabilidade, tornando-se necessária a edificação de muralhas defensivas. Após as invasões bárbaras e os consequentes reinos suevo e visigótico, a Península Ibérica é novamente devastada. Os muçulmanos invadem o território peninsular. *Portucale* cai em 716, ao ser conquistado por Abdelaziz, tendo início uma fase de decadência populacional e urbana. A presúria de Vimara Peres, de 868, durante o reinado de Afonso III, rei das Astúrias, origina um novo desenvolvimento local⁷⁷. Durante estes séculos conturbados a muralha romana deve ter subsistido, mas certamente com restauros periódicos⁷⁸. (Vd. ils. 6)

A cidade adquire uma nova vitalidade, com D. Hugo como bispo do Porto⁷⁹. É provavelmente do seu bispado a reedificação das muralhas. A análise dos poucos elementos que subsistem, permitem concluir tratar-se de uma reconstrução do séc. XII⁸⁰. Abrangendo uma área com cerca de três hectares, a muralha – apelidada de *cerca velha*⁸¹, *muro velho*⁸², ou *cerca do Castelo* – encerrava no seu interior o morro da Sé e a

⁷² AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 32.

⁷³ Situada sobre o Arco de Vandoma. (BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 69).

⁷⁴ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 26.

⁷⁵ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p. 9.

⁷⁶ REAL, Manuel Luís – Escavações arqueológicas no morro da Sé, *ob. cit.*, p. 9.

⁷⁷ SILVA, Armando Coelho da – Origens do Porto. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.^a ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 105.

⁷⁸ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p. 10.

⁷⁹ SOUSA, Armindo de – Tempos Medievais. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir - *História do Porto*. 3.^a ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 124.

⁸⁰ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p. 11.

⁸¹ SOUSA, Armindo de – *Ob. cit.*, p. 127.

zona das Aldas⁸³ - esse espaço era denominado por *Castelo*⁸⁴, ou *Castelo Velho*⁸⁵, designações que podiam estender-se à muralha. Em 1650 Frei Manuel da Esperança, na *História Seráfica*, escrevendo sobre o morro da Sé, refere que «Ainda hoje ostenta hua coroa de muros, cerca da cidade velha»⁸⁶. Nos finais do século XVII, Manuel Pereira de Novais, menciona que as muralhas estão «en parte desmoronada». O mesmo autor refere: «Vense mucha parte dellas a trozos, en partes que se representan sin pantallas de cassas»⁸⁷. Efectivamente, a construção de habitações ao longo da muralha originou a sua ocultação e destruição. O pano de muralha que delimitava a Rua dos Cónegos estendia-se desde o Arco de Vandoma, a norte, até ao Postigo das Mentiras – ou das Verdades –, a sul. Actualmente é ainda visível da Avenida Vímara Peres um pequeno pano da velha cerca.

A muralha dispunha de vários cubelos rectangulares. Um deles foi redescoberto em 1940, ao serem demolidas umas construções que se situavam no lado esquerdo de quem sobe a Calçada de Vandoma⁸⁸. No final do século XVII foi edificada neste local a Casa de Vandoma. Para a sua construção adquiriram-se vários terrenos. No documento sobre a compra de um deles, lavrado a 25 de Junho de 1693, quando se descrevem as confrontações, o tabelião faz referência a uma Torre das Feiticeiras⁸⁹. O padre Torcato Peixoto de Azevedo, nas *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, escrito em 1692, faz menção a essa torre, embora sem precisar a sua localização⁹⁰. Julgamos que a Torre das Feiticeiras é o cubelo descoberto nas demolições do século passado. O documento que apresentamos, a essa conclusão nos indicia. (Vd. ils. 7) Além deste cubelo existem vestígios do que se julga ter sido um outro, junto ao local onde se erguia o Postigo das Verdades⁹¹ - também denominado das Mentiras, ou Arco da Senhora das Verdades⁹².

⁸² A.D.P., «Livro intitulado Tombo da Cazas, que o Reverendissimo Cabido tem nesta cidade e os foros, e censos que se lhe pagão», n.º 458, fl. 1, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

⁸³ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p. 11.

⁸⁴ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 31.

⁸⁵ REAL, Manuel Luís: A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p., 11-12.

⁸⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 83.

⁸⁷ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, p. 8.

⁸⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 67.

⁸⁹ A.M.P., H. B.^{CO} 9.º n.º 31, fl. 102, vd. doc. n.º 20 no Apêndice.

⁹⁰ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 25-27.

⁹¹ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 81.

⁹² REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Ob. cit.*, p. 83.

Na cerca velha abriam-se três portas, o Arco de Santana, a Porta de São Sebastião e o Arco de Vandoma, e um postigo, o das Mentiras. As duas primeiras aberturas supramencionadas davam acesso à Ribeira, o postigo aos Guindais, e o Arco de Vandoma a Penafiel. Destas aberturas, só as duas últimas estão directamente relacionadas com a rua que estudámos, merecendo assim uma maior atenção neste trabalho.

A Porta de Vandoma era a porta mais importante, fazendo a ligação entre a Rua Chã e o Largo da Sé. (Vd. ils. 8) Sobre a porta, num pequeno oratório, estava colocada a imagem da Virgem de Vandoma – originalmente era denominada Nossa Senhora das Neves⁹³. Segundo a lenda sobre a sua origem, teria sido trazida de França, de Vandôme, por gascões que reconquistaram a cidade aos muçulmanos no ano de 999⁹⁴. No entanto, os factos históricos apontam noutro sentido. Do Arco de Vandoma, seguia uma via para Penafiel que passava por Vandoma, uma localidade fortificada que durante a Idade Média adquirira alguma importância⁹⁵. De origem remota, desde 985 que este topónimo nos surge em documentos. Na sua área foi fundado um mosteiro, extinto em 1570, cuja igreja ficou anexa ao Colégio de S. Lourenço do Porto⁹⁶. Usualmente, as portas eram designadas com o nome da povoação para onde seguia a sua via. Efectivamente, desde 1413⁹⁷ que a porta é designada com esse nome, enquanto que as referências à imagem da Virgem são posteriores⁹⁸, contrariando a suposta origem da escultura na cidade francesa de Vandôme.

O culto a Nossa Senhora adquiriu grande importância a partir do final da Idade Média europeia⁹⁹. São colocadas imagens, da Virgem ou de santos, sobre as portas das cidades em nichos virados para o interior¹⁰⁰. A colocação de imagens nas portas, sacralizando-as, conferia-lhes um carácter simbólico particular. Como locais de passagem, as portas eram guardadas por entidades sobrenaturais, que protegiam a área circunscrita pela cerca velha. Permitiam a transição para um espaço espiritualmente

⁹³ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 144.

⁹⁴ COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *Ob. cit.*, p. 43-44.

⁹⁵ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 85.

⁹⁶ ALVES, M. – Vandoma. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XVIII, p. 710.

⁹⁷ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Ob. cit.*, p. 338.

⁹⁸ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 85.

⁹⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – O Culto a Nossa Senhora no Porto na Época Moderna. Perspectiva Antropológica. *Revista de História*. Porto. Vol. II (1979), p. 163.

¹⁰⁰ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 82.

purificado, o centro sacro da cidade, onde se erguia a Catedral¹⁰¹. Será desse período o culto à Virgem de Vandoma¹⁰². No século XIX, antes da demolição do arco em 1855, ainda se encontrava na sua parte interior «um postigo com grades de ferro, e já muito corroído da ferrugem»¹⁰³, onde estaria a imagem, antes da construção de uma pequena capela, também sobre o Arco de Vandoma. (Vd. ils. 9)

Originalmente as portas seriam de arco de volta inteira¹⁰⁴, podendo estar inseridas numa torre, como era o caso do Arco de Vandoma¹⁰⁵. Em 1833, Joaquim Cardoso Vitória Vilanova desenhou o arco com uma configuração muito diferente da original. É representado como sendo um arco abatido, sobre o qual, substituindo a torre, encontrava-se uma capela.

No século XVIII, quem entrava no espaço do morro da Sé através do Arco de Vandoma, deparava-se com o Largo de Vandoma¹⁰⁶, um local de intenso tráfego¹⁰⁷. No lado direito de quem subia o largo em direcção à Sé, encontrava-se uma passagem para a Rua do Senhor do Fuso¹⁰⁸. O largo era um espaço estreito e profundo, tendo uma cobertura em abóbada de tijolo¹⁰⁹, com vários arcos¹¹⁰.

Por cima do largo, situavam-se a Capela de Nossa Senhora de Vandoma, e dependências de várias habitações¹¹¹, nomeadamente da Casa de Vandoma¹¹². Henrique Duarte e Sousa Reis, descrevendo a capela poucos anos após a sua demolição refere que o seu frontispício, do lado da Rua Chã, era «obra moderna, talvez do século passado,

¹⁰¹ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dictionnaire des Symboles*. 2ª ed. Paris: Éditions Robert Laffont S. A. Et Éditions Jupiter, 1982. ISBN: 2.221.50319.8, p. 779-782.

¹⁰² A imagem encontra-se actualmente na Sé do Porto. Segundo António Cruz, não é anterior ao século XIV Com cerca de dois metros de altura, a Virgem segura no braço esquerdo o Menino que retém uma pomba (CRUZ, António – Porto Cidade da Virgem de Vandoma. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I, n.º 7 (Junho de 1982), p. 5). As coroas, que cingiam as imagens, e o ceptro de ouro, que a Virgem segurava na mão direita, desapareceram (COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vandoma e o Braço d'Armas de Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, n.º 17 (Dezembro 1908), p. 243). Intimamente relacionada com as origens da cidade, a Virgem de Vandoma recebeu sempre por parte dos portuenses uma devoção especial (COUTINHO, Bernardo Xavier – Escultura Românica e Gótica. In *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962. Vol. I, p. 566).

¹⁰³ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, ob. cit., p. 85.

¹⁰⁴ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 82.

¹⁰⁵ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 144.

¹⁰⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 166.

¹⁰⁷ O largo também era denominado por Rua da Porta de Vandoma, e actualmente Calçada de Vandoma. MARÇAL, Horácio – *O Bairro da Sé*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1963, p. 42.

¹⁰⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, ob. cit., p. 76-78.

¹⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 85.

¹¹⁰ A.H.P., Documentos Originais, n.º 5751, ano de 1855 n.º 8, s/f., vd. doc. n.º 79 no Apêndice.

¹¹¹ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, ob. cit., p. 81.

¹¹² IDEM, *Ibidem*, p. 86.

todo guarneado de pilastras e mainéis lisos de polida cantaria», «com larga janela envidraçada e da mesma architectura, que encerrava o altar». Do lado da Rua Chã encontrava-se uma escada, cujo segundo lanço entrava dentro da Casa de Vandoma, permitindo o acesso à capela por parte dos devotos¹¹³. Do lado oposto, virado para o Largo da Sé – ou Largo do Chafariz da Sé –, Sousa Reis refere que «havia levantada sobre esse antigo arco uma parede lisa, que indicava ter sido levantada para o vedamento e comunicação interna de algumas das casas próximas [...] ou finalmente seria feita para o restaurar da mudança do oratório da Senhora»¹¹⁴.

A 15 de Dezembro de 1723, é celebrado um contrato de obrigação entre Dona Micaela Antónia Freire e a Câmara¹¹⁵. Dona Micaela, viúva de António de Távora de Noronha Leme Cernache¹¹⁶, morava na Casa de Vandoma, que confrontava a sul com a capela. Pretendia mandar abrir uma porta numa parede divisória, de perpianho, entre a sua casa e a capela. Por «ser mulher e achaquada», a porta tornava mais cómodo o acesso à capela, sempre que pretendesse ouvir missa¹¹⁷. Pedia assim autorização à Câmara, considerando-se «merecedora por ser viuva de hum cidadam desta cidade de que muntas vezes a servio de veriador e almotace»¹¹⁸. A Câmara anuiu ao seu pedido, com a condição «que ella dita Donna Michaela Antonia Freire nem seus subcessores se poderem chamarsse a posse da dita capella por quanto esta será sempre como agora he da cidade [...] que nam se servirão dos ornamentos da dita capella e querendo mandar dizer alguma missa será com ornamentos seus [...] e com mais condiçam que nam empediram ao povo e algum devotto que vá ou mande dizer missa»¹¹⁹.

Dona Micaela pede também autorização à Confraria de Nossa Senhora de Vandoma. Em 26 de Dezembro do mesmo ano, é feita uma escritura de obrigação entre os mordomos da Confraria e Dona Micaela Antónia Freire. Nesse documento, a Confraria permitia que fosse aberta a passagem entre a Casa de Vandoma e a capela¹²⁰. Dona Micaela deveria pagar o douramento do retábulo de Nossa Senhora, e mandar fazer uma imagem de S. Francisco Xavier e outra de S. Gonçalo¹²¹. No ano seguinte, Dona Micaela Antónia Freire pagaria o douramento do retábulo e pintura do tecto da capela,

¹¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 85-87.

¹¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 86.

¹¹⁵ A.H.M.P., Sentenças, L.º 8, fl. 341, vd. doc. n.º 47 no Apêndice.

¹¹⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 343v., vd. doc. n.º 47 no Apêndice.

¹¹⁷ IDEM, *Ibidem*, fls. 343-343v., vd. doc. n.º 47 no Apêndice.

¹¹⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 344, vd. doc. n.º 47 no Apêndice.

¹¹⁹ IDEM, *Ibidem*, fl. 345v., vd. doc. n.º 47 no Apêndice.

¹²⁰ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ob. cit.*, vol. II, p. 646.

¹²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 646.

segundo um documento de 9 de Janeiro ¹²². A obra seria realizada por Manuel Ribeiro, mestre pintor, morador no Calvário Velho, freguesia de Santo Ildefonso. O tecto deveria ficar igual ao da capela dos Terceiros de S. Francisco. Também seriam estofadas as imagens dos santos e executado um «primorosíssimo painel [...] em pano e se há-de pregar aonde na mesma capela está a Santíssima Trindade e este novo painel há-de ser do mesmo Mistério» ¹²³.

Limitando a sul o conjunto de habitações construídas ao longo da muralha, encontrava-se o Postigo das Mentiras. Esta designação provinha-lhe do sítio da Pedra da Mentira – referido em documentos medievais – que estava localizado extra-muros, junto do Mosteiro de Santa Clara ¹²⁴. No final do século XVII, a origem do seu nome estaria já esquecida. Manuel Pereira de Novais, escreveu que «por servir de Calle encuberta y puerta disfrazada se llama la Puerta de la mentira».

No final do século XVIII, o postigo foi demolido ¹²⁵. A 16 de Abril de 1788, António José Simões Pereira, escrivão do registo do Juízo Eclesiástico, morador na Rua de Detrás da Sé, em seu nome e de outros moradores da rua, pediu à Câmara a demolição do postigo, pois este «se achava ameassando evidente prigo por ter em cima do arco uma parede muito arruinada, e parte de outra do lado nascente ainda mais, sendo a passagem de degraus muito violentos, e alguns desses se tinham demolido e com a proxima inverno se aruinarão mais o que tudo concorria para fazer muito violenta aquella serventia que he muito frequentada» ¹²⁶. O escrivão e os seus vizinhos ofereciam-se para custear a demolição do arco e substituir os degraus por uma rampa; assim, as liteiras e as cadeirinhas poderiam descer com toda a segurança para o Codeçal e a Ribeira.

António José Simões Pereira ficaria incumbido de mandar gravar num «padrão», um «leiteiro em que se diga e conheça em todo o tempo do mundo, que naquelle citio havião monumentos de hum arco que ameaçava ruina consideravel o qual mostrava vestígios da cidade antiga» ¹²⁷.

¹²² FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A arte da talha no Porto na época barroca: Artistas e clientela, materiais e técnicas*. Porto: Ed. Do A., 1986. Vol. I, p. 166. Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ob. cit.* p. 644.

¹²³ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ob. cit.*, p. 646-647.

¹²⁴ CRUZ, António – *Velho Burgo. Alguns Aspectos Figuras e Casos do Porto Antigo*. Porto: Ed. Livraria Simões Lopes, 1953, p. 71-72.

¹²⁵ COUTINHO, Bernardo Xavier – *Ob. cit.*, p. 580.

¹²⁶ A.D.P., Po-4º, n.º 378, fl. 10v., vd. doc. n.º 65 no Apêndice (documento gentilmente cedido pelo Senhor Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves).

¹²⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 11, vd. doc. n.º 65 no Apêndice.

O postigo foi então demolido, sendo colocada a referida inscrição que actualmente se encontra no Museu Soares dos Reis¹²⁸.

Um documento escrito em 1763, sobre uma vedoria efectuada na última casa da rua, a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, refere que numa loja da mesma «esta huma porta de arco para o quintal de baixo, o qual antigamente foy porta ou postigo dos muros da cidade velha»¹²⁹. Nesse local passava a antiga muralha. O arco que o documento refere seria outro postigo?

Mais pequeno e estreito¹³⁰ do que os outros arcos, o Postigo das Mentiras também tinha uma imagem dentro de um nicho: Nossa Senhora das Verdades¹³¹. (Vd. ils. 10)

A 15 de Abril de 1697, foi celebrado um contrato entre o cónego Domingos Gonçalves Prada e os mordomos da devoção de Nossa Senhora do Postigo da Verdade¹³². Pelo documento sabemos que, como a antiga capela se encontrava «quazi arruinada», estava a ser construída uma nova, junto à anterior, «com toda a curiosidade bastantemente sumptuosa»¹³³. Sendo as esmolas necessárias para a sua construção insuficientes, os mordomos da confraria contrataram com o cónego Domingos Gonçalves Prada, morador na casa que confronta a nascente com a capela. Segundo o contrato, o cónego custeava a conclusão da obra, dando uma esmola de cem mil reis. Poderia assim mandar fazer uma porta na capela, da qual guardaria a chave, e que lhe permita ter acesso a partir do seu quintal, «pera poder hir dizer missa á dita cappella e tractar do adorno della e limpeza do altar, e mandar acender a a [sic] lampada»¹³⁴. O documento ressalva que, apesar de o cónego financiar a obra, nem ele nem os seus sucessores poderiam considerar a capela como sua propriedade. Ela pertencia à Câmara «como sempre foi, e hé»¹³⁵. (Vd. ils. 11)

A 26 de Agosto de 1701¹³⁶ é lavrado outro documento, que nos informa sobre outra esmola dada pelo mesmo cónego, de duzentos e sessenta mil réis, empregue no madeiramento do apainelado do tecto, em castanho, nas vidraças, no lageamento da capela, no retábulo, num frontal de «meia seda», em dois frontais de «doga» de lã, num

¹²⁸ CRUZ, António – *Ob. cit.*, p. 72.

¹²⁹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183 v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

¹³⁰ OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 85.

¹³¹ É uma escultura em pedra de Ançã com setenta centímetros de altura atribuída à escola de quinhentista de Coimbra. A Virgem segura o Menino nos braços. C., A. – O culto de N.ª S.ª das Verdades (tradição secular dos Portuenses da Sé). *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano IV, n.º 1 (Janeiro de 1985), p. 11.

¹³² A.H.M.P., Reg. Geral L.º 6, fl. 18, vd. doc. n.º 22 no Apêndice.

¹³³ IDEM, *Ibidem*, fl. 18v., vd. doc. n.º 22 no Apêndice.

¹³⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 21, vd. doc. n.º 22 no Apêndice.

¹³⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 19, vd. doc. n.º 22 no Apêndice.

¹³⁶ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ob. cit.*, p. 93-96.

caixão onde ficariam guardados quatro mil reis, e num guarda-roupa de madeira lisa. Com estas «grandiosas esmolos» terminariam as obras.

Em 1787 o mestre-escola José Nogueira da Silva Sequeira comprou a casa e a capela¹³⁷. Julgando que o templo lhe pertencia, reconstruiu-o e abriu uma janela na sua casa acima do telhado da capela, o que poderia trazer problemas a nível de infiltrações de águas. A Câmara, legítima proprietária do templo, alcançou contra o mestre-escola uma sentença, a 6 de Fevereiro de 1792¹³⁸. No auto de posse, de 21 de Janeiro de 1793¹³⁹, o procurador da cidade e as testemunhas observaram que a polémica janela tinha sido tapada, faltando a imagem de Nossa Senhora das Verdades, que costumava estar dentro de um «nicho de vidraças existindo nella as mais imagens hum frontal velho com duas toalhas dois castiçais [Fl. 88] sinco jarras da Índia huma lâmpada velha huma vanca de incosto e nada mais».

Durante as lutas liberais a capela foi danificada pelo exército de D. Miguel, sendo reconstruída pouco depois pela proprietária da casa vizinha, Dona Ângela Jácome do Lago e Moscoso, segundo nos informa uma inscrição nela existente. Entre Dezembro de 1939 e Janeiro de 1940 foram parcialmente demolidas as suas paredes, por ameaçarem ruína, sendo mais tarde restauradas¹⁴⁰.

A capela segue os modelos maneiristas ainda vigentes na transição do século XVII para o século XVIII. Tem uma planta rectangular com pilastras toscanas nos cunhais, e cobertura de duas águas. A parede virada a sul tem uma cornija simplificada, e duas aberturas com grades de ferro, sendo uma delas mais recente, como se depreende de um desenho de 1943¹⁴¹.

O frontispício é constituído por um corpo limitado por duas pilastras toscanas no prolongamento das quais se encontram dois fragmentos de entablamento, sendo limitado superiormente por um frontão triangular em resalto, apoiado numa cornija também em resalto. A portada é baseada num exemplo de Sérlio¹⁴², com duas pilastras encimadas por um frontão triangular assente em dois pares de mutulos no prolongamento das pilastras. (Vd. ils. 12, 13, 14)

¹³⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-91-1, p. 46.

¹³⁸ CRUZ, António – *Vélho Burgo. Alguns Aspectos Figuras e Casos do Porto Antigo*, ob. cit. p. 74.

¹³⁹ A.H.M.P., Sentenças, L.º 14, fls. 87-88, vd. doc. n.º 67 no Apêndice.

¹⁴⁰ CRUZ, António - *Vélho Burgo. Alguns Aspectos Figuras e Casos do Porto Antigo*, ob. cit. p. 75.

¹⁴¹ C., A. – *Ob. cit.*, p. 9.

¹⁴² SÉRLIO, Sebastiano – *The Five Books of Architecture*. New York: Dover Publications, Inc., 1982. ISBN 0-486-24349-4, the fourth booke, the sixt chapter, fol. 23.

Como o morro da Sé não dispunha de nascentes de água, tornou-se por isso necessário a construção de estruturas que a trouxessem¹⁴³. A água que o abastecia provinha do manancial do Campo Grande no Bonfim¹⁴⁴, sendo conduzida por um aqueduto¹⁴⁵ que atravessava a depressão entre o Convento de Santa Clara e o morro da Sé¹⁴⁶, entrando na *cidade velha* no local onde se erguia o Arco de Vandoma. Outro aqueduto contornava, desde de norte a sul, o conjunto habitacional da Rua dos Cónegos, levando água para o Colégio de São Lourenço¹⁴⁷. Manuel Pereira de Novais escreveu que neste último aqueduto a água era conduzida por «arcos y Puentes, sobre que corre por en cima da la Calle del Codesal»¹⁴⁸. Deste aqueduto subsiste um arco que atravessa as Escadas das Verdades¹⁴⁹. (Vd. ils. 15)

O primeiro aqueduto referido, fornecia água, nomeadamente, ao Chafariz da Sé¹⁵⁰, a um «estanque com sus Caños» «Dentro da Puerta de la Nuestra Señora de Uandoma»¹⁵¹, e a casas particulares. Como já referimos, a Casa de Vandoma foi construída no local onde se erguiam várias habitações. Uma delas tinha um pátio com uma fonte, ou chafariz, «de tempo antigo», onde a população ia buscar água. Com a construção da Casa de Vandoma, a água passou a ser utilizada apenas na cozinha desta habitação, evitando-se assim «as desordens do povo, que ahia buscar»¹⁵².

O Chafariz da Sé, possivelmente o mais antigo da cidade¹⁵³, encontrava-se próximo do Arco de Vandoma no Largo da Sé¹⁵⁴, e adjacente à Casa das Colunas, a primeira casa do lado direito de quem descia a Rua dos Cónegos¹⁵⁵.

No século XVIII seria construído o elegante Chafariz de S. Miguel¹⁵⁶. Henrique Duarte e Sousa Reis refere, na segunda metade do século XIX, que este chafariz situava-se «logo a cima do demolido arco da Vandoma»¹⁵⁷. (Vd. ils. 16)

¹⁴³ Em 1339 é dada autorização ao bispo para trazer água à cidade e ao seu paço. AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁴⁴ MARÇAL Horácio – O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano VIII, n.º 10 (Outubro de 1968), p.306.

¹⁴⁵ Este aqueduto é visível em fotografias tiradas antes da construção da Ponte Luís I. Também era denominado por Arcos da Sé, como vem referido nos Livros da Fazenda do Cabido, por exemplo o n.º 869, fl. 156 v.

¹⁴⁶ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁴⁷ MARÇAL, Horácio – *O Bairro da Sé*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1963, p. 15.

¹⁴⁸ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, p. 47.

¹⁴⁹ Este arco comumente é apelidado de Arco das Verdades, sendo confundido com o medieval Arco da Senhora das Verdades. MARÇAL, Horácio – *O Bairro da Sé*, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁵⁰ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁵¹ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, p. 40.

¹⁵² A.M.P., H. B.º 9º n.º 31, História da Casa de Vandoma, s/f., vd. doc. n.º 73 no Apêndice.

¹⁵³ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 145.

¹⁵⁴ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Ob. cit.*, p. 183.

¹⁵⁵ A.D.P., Roteiro dos prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 92, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

Embora não dispondo de documentos que informem sobre o seu autor e a data da sua construção, Robert Smith atribuiu-o a Nicolau Nasoni, a personagem que mais se destacou de entre os vários arquitectos e mestres pedreiros que então exerciam a sua actividade no Porto¹⁵⁸. O chafariz foi provavelmente erguido em 1737, ou pouco depois¹⁵⁹, durante a Sede Vacante (1714-1741), um período de intensa actividade artística na cidade, durante o qual o Cabido detinha grande poder¹⁶⁰. A representação do arcanjo S. Miguel, emblema do Cabido, permite deduzir ter sido esta instituição religiosa a encomendar a obra¹⁶¹.

O local escolhido para a sua construção era um dos mais emblemáticos do Porto setecentista. O chafariz foi erguido no início da Rua dos Cónegos¹⁶², onde habitavam capitulares que tiveram um papel determinante durante a Sede Vacante. Possuía, deste modo, uma carga simbólica significativa, testemunhando a importância de uma instituição que deteve, momentaneamente, o governo da diocese do Porto¹⁶³.

O chafariz é constituído por uma superfície côncava com duas urnas nas extremidades. Ao centro, uma taça recebe água de uma urna, que sobressai em meio relevo da superfície côncava. Acima desta, encontra-se uma cartela com um baixo-relevo representando S. Miguel. Este, de manto esvoaçante, segura uma espada e um escudo redondo, enquanto pisa um demónio. Sobre a cartela ergue-se uma alta coluna toscana, em cujo fuste encontramos, no primeiro terço, um anel com elementos decorativos, a partir do qual arrancam dois elementos em forma de asa. No alto desta coluna, e dominando todo o conjunto, está colocada uma escultura de vulto redondo representando S. Miguel. No chafariz encontramos duas linhas de força opostas, que se equilibram. Uma, horizontal, que corresponde à superfície côncava, e outra vertical, constituída pela taça, urna, cartela, coluna e estátua. Interligam-nas duas rendilhadas grades de ferro forjado, com complexos elementos espiralados.

¹⁵⁶ Ou Chafariz do Anjo. REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Ob. cit.*, p. 183.

¹⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 183.

¹⁵⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 54.

¹⁵⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Nicolau Nasoni, Vida e Obra de um Grande Artista. Breve Resumo*. Porto: [s.n.], 1987, p. 37.

¹⁶⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.* p. 54-56.

¹⁶¹ SMITH, Roberth C. – *Nicolau Nasoni*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966, p. 73.

¹⁶² Actualmente encontra-se encostado à sacristia da Capela do Santíssimo Sacramento, na Sé, próximo do seu local de origem. COUTINHO, Xavier – As imediações da Sé há 20 anos. *O Tripeiro*. Porto.V Série, ano II, nº 12 (Dezembro de 1962), p.359.

¹⁶³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.* p. 55-56.

1.3.- Os proprietários e os foreiros.

Na cidade do Porto, como outras cidades episcopais portuguesas, a propriedade estava sobretudo dividida entre a Mitra, o Cabido e a Câmara¹⁶⁴. Destas três entidades, no século XVIII, o Cabido seria o principal proprietário, como sucedia com o de Braga¹⁶⁵.

Nos tempos medievais, o Cabido portuense era detentor de um património essencialmente rural, mas também dispunha de um grande número de casas na zona à volta da catedral – ruas da Lada, Pena Ventosa, Redemoinho, etc¹⁶⁶. Sendo, no século XV, o principal proprietário da cidade, é crível que nos séculos seguintes também o fosse¹⁶⁷.

Na Rua dos Cónegos, ao Cabido pertencia a quase totalidade dos lotes, assim como das suas construções. Na banda poente, exceptuando os jardins do Paço Episcopal, era detentor de oito lotes. Na banda nascente tinha treze propriedades, no final do século XVII, onde se erguiam o mesmo número de casas, e, desde os anos vinte do século seguinte, doze casas e parte de uma. Nesta banda, também eram proprietários o Mosteiro de Vandoma, com três propriedades – às quais correspondiam três casas, até à última década do século XVII, e, a partir dessa altura, parte de uma casa -, e a Mitra, com parte de uma casa e seus jardins. Os livros da décima mencionam esporadicamente outros proprietários, sem indicarem se lhes pertenciam casas, parte de casas, ou terrenos.

Com vista à sua rentabilidade, este património era arrendado pelas entidades mencionadas a enfiteutas, ou foreiros¹⁶⁸. O enfiteuta podia usufruir directamente da propriedade - habitando-a, no caso de ser uma residência - ou alugava a terceiros.

Na Rua dos Cónegos, encontravam-se casas que serviam de morada permanente dos foreiros, enquanto outras eram alugadas.

¹⁶⁴ AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI*, ob. cit., p. 26.

¹⁶⁵ BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN: 972-36-0519-8, p. 105.

¹⁶⁶ DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – Prazos do Século e Prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do Século XV). Sep. *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, vol. I, 1984, p. 8.

¹⁶⁷ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, ob. cit., p. 224.

¹⁶⁸ Aquele que paga o foro ao senhorio. GIGANTE, J. A. Martins - Foro. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. VIII, p. 1299.

Os enfiteutas detinham uma ou mais propriedades na rua e eram, na generalidade, elementos destacados da sociedade – clérigos, sobretudo cónegos, ou nobres.

As propriedades eram aforadas segundo prazos perpétuos (ou fateusim), ou prazos de vidas – geralmente três. Ou seja, para os prazos perpétuos, o bem ficava para sempre na posse dos sucessores do foreiro, enquanto que para os prazos de vidas, a duração do contrato acabava com o terceiro foreiro.

O foreiro ficava obrigado a fazer um pagamento anual, o qual era efectuado através de dinheiro ou de géneros, pelo S. Miguel.

Quando o prazo era fateusim, o foreiro sentia-se tentado a fazer benfeitorias, uma vez que os seus herdeiros iriam usufruir do prédio. Este facto foi um incentivo à edificação de boas habitações, que se mantiveram na posse da mesma família durante várias gerações. A Casa do Dr. Domingos Barbosa é um exemplo, entre outros.

No prazo de vidas, após a última vida, a propriedade regressava ao senhorio directo¹⁶⁹. No documento de emprazamento, além do foreiro, geralmente é mencionado o nome daquele que será a segunda vida, ficando garantido o direito de o foreiro nomear o seu sucessor¹⁷⁰; o que permitia a transição da propriedade entre vários elementos da mesma família. Quando o número de vidas terminava, o prazo era renovado. A propriedade era novamente avaliada, com vista a uma actualização do foro, ficando registadas as suas características no auto de vedoria. Este último documento é indispensável para o estudo das habitações.

Se inicialmente o património da Igreja só era emprazado em vidas, desde meados do século XVI passou a ser também em fateusim¹⁷¹.

Relativamente às propriedades do Cabido na Rua dos Cónegos, vinte e uma no total, quinze estavam aforadas segundo prazos fateusim, enquanto as outras seis tinham prazos de vidas. O prazo da Mitra era de vidas, assim como as três propriedades do Mosteiro de Vandoma.

¹⁶⁹ AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI*, ob. cit., p. 44.

¹⁷⁰ BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN: 972-36-0519-8, p. 89.

¹⁷¹ AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI*, ob. cit., p. 45.

2.- Os moradores

Pretendemos neste sub capítulo dar a conhecer a ambiência social, desde o final do século XVII até ao início do XIX, na Rua dos Cónegos. Como este topónimo permite adivinhar, estes clérigos tiveram grande relevância como moradores na rua em estudo. Desconhecíamos no entanto qual a sua efectiva importância. Quem e quantos eram, quando e quais as casas que habitaram, foram dúvidas que procuramos esclarecer. Com esse propósito, coligimos dados em várias fontes, não nos restringindo no entanto apenas aos cónegos. Embora a nossa atenção estivesse dirigida para estes, consideramos que deveríamos alargar o nosso campo de investigação aos outros moradores. Deste modo compreenderíamos melhor as características e transformações sociais ocorridas ao longo do período de tempo referido.

Os dados que recolhemos, nos livros da décima e no livro do Lançamento da décima da cidade, sobre os habitantes da Rua dos Cónegos, estão agrupados no quadro que apresentamos de seguida. Nele, registámos todos os moradores, distribuídos, na maior parte, segundo a sua ocupação. Estes documentos apenas dizem respeito a alguns anos – de 1698 a 1731, e 1804.

Na elaboração do quadro, quando as referidas fontes mencionam apenas o nome do morador sem a profissão, colocámos a informação em «Homem» ou «Mulher», e quando o sobrenome nos indica que se trata de alguém pertencente à nobreza, colocámos em «Nobre» ou «Mulher nobre». Geralmente o nome do morador é elucidativo sobre a sua origem social, possibilitando a distinção entre aqueles que são nobres e os que não o são. Relativamente às mulheres nobres, o denominativo Dona, possibilitou essa diferenciação. Sempre que a indicação dos nomes não nos permitia fazer a distinção social, recorremos a outras fontes que nos elucidassem. Alguns nomes vêm acompanhados de outras informações sobre os residentes: «pobre», «viúva» e «licenciado».

Como os clérigos não pagavam imposto, em alguns tomos não foram registados os seus nomes. Esses tomos correspondem aos seguintes anos: 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707 e 1728.

Moradores na Rua dos Cónegos

Fontes: Livros da décima e livro da décima do novo imposto.

Moradores	Anos													
	1698	1701	1702	1703	1704	1705	1706	1707	1708	1709	1710	1711	1712	1713
Barbeiro									(1)	(1)	1	1	1	1
«Bastão do Sr. Bispo»												1	1	
Capitão	1	2	1	1	1+(1)	1+(1)	1	1	1	1	1+(1)	1+(1)	1+(1)	1+(1)
Coadjutor da Sé		1								1	1	1		
Cónego	5	4							2	2	3	3	3	3
Dignidade	3	3							3	4	4	4	4	4
Escrivão	1													
Homem	1													1
Licenciado	2	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1
Meio cónego	1													
Mercador	1													
Mulher		1												1
Nobre		1		1				1	1	1	1	1	1	1
Padre		1						1					1	1
Pobre	1	(1)	(1)											
Sacristão					1	1								
Soldado	1													
Viúva														
Viúva nobre	2	2	(1)	(1)	1	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Viúva pobre		1												
Moradores	Anos													
	1714	1715	1716	1717	1718	1719	1723	1726	1727	1728	1729	1730	1731	1804
Beneficiário							1	1	1	1	1	1	1	
Capitão	1+(1)	1+(1)	1+(1)	1+(1)	1+(1)	1								
Cónego	2	3	4	3	3	1	1+(1)	2	2		2	2	3	2
Desembargador								1						
Dignidade	4	5	5	5	5	5	6	6	6		4	5	5	2
Distribuidor eclesiástico							1	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	
Dourador														
Doutor								1			1		1	
Estudante		(a)	(a)											
Ensamblador														1
Harpista								1	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	
Homem								2	1		1	3	3	5
Juiz dos casamentos														1
Licenciado	1	1	1	1	1	1	1	1						
Meio cónego												1	1	
Mulher	1	1	1	1	1									3
Mulher nobre									1				1	
Nobre	1						1	1	1	1+1?	1+1?	1	1	5
Notário apostólico							1							
Padre	1	1	1	1	2	2		1	2	1	3	2	2	1
Vigário Geral				1	1	1	1							
Viúva	1	1							1					
Viúva nobre	(1)	1	1	1	1	1								

(1) – Embora neste ano o Livro da Décima não nos forneça qualquer dado sobre o morador (como a sua actividade, por exemplo), a análise de outros Livros da Décima permitiram a sua colocação na linha correspondente.

1? – O Livro da Décima não nos indica claramente se era morador.

(a) – Desconhecemos quantos estudantes eram.

O quadro seguinte contém os informes sobre os residentes, coligidos nos Livros da Fazenda. Estes documentos têm os registos de todos os foreiros de cada casa da rua. Como sabemos, o foreiro, aquele que pagava o foro ao Cabido, podia não residir na casa; por isso, a referência aos moradores é esporádica, uma vez que não foi necessária aquando da elaboração destes documentos.

Quadro n.º 2
Moradores na Rua dos Cónegos

Fonte: Livros da fazenda.

	Anos													
Moradores	1690	1691	1693	1695	1696	1697	1700	1702	1703	1704	1705	1706	1707	1708
	/91	/92	/94	/96	/97	/98	/01	/03	/04	/05	/06	/07	/08	/09
Azulador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
Cónego	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3
Dignidade	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2
Mlh. nobre		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Nobre	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Anos													
Moradores	1709	1710	1711	1712	1713	1714	1724	1725	1726	1727	1728	1729	1730	1731
	/10	/11	/12	/13	/14	/15	/25	/26	/27	/28	/29	/30	/31	/32
Cónego	2	2	2	2	2	2								
Dignidade	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1
Nobre	1	1	1	1	1	1								
	Anos													
Moradores	1732	1733	1734	1735	1736	1737	1738	1739	1740	1741	1742	1743	1744	1745
	/33	/34	/35	/36	/37	/38	/39	/40	/41	/42	/43	/44	/45	/46
Dignidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mlh. nobre														1
	Anos													
Moradores	1746	1748	1749	1750	1751	1752	1753	1754	1755	1756	1757	1758	1759	1760
	/47	/49	/50	/51	/52	/53	/54	/55	/56	/57	/58	/59	/60	/61
Cónego												1	1	1
Dignidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Mlh. nobre	1	1	1	1	1	1								
Nobre							1	1	1	1	1	1	1	1
	Anos													
Moradores	1761	1762	1763	1764	1765	1766	1770	1773	1783	1803				
	/62	/63	/64	/65	/66	/67	/71	/82	/03					
Cónego	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
Dignidade	2	2	2	2	1	1								
Mlh. nobre									2	4				
Nobre	1	1	1	1	1	1	1	1	1					

Para os anos situados entre 1731 e 1804, a presença dos cónegos também devia ser significativa, embora só tenhamos conhecimento de: dois cónegos¹⁷², um chantre¹⁷³ e, provavelmente, um mestre-escola¹⁷⁴.

As informações que possuímos sobre os anos de permanência de cada morador na rua são muito parcelares. Não dispomos de um só conjunto de anos completos para cada

¹⁷² O cónego magistral Domingos Barbosa, residente na Casa do Dr. Domingos Barbosa entre 1735 (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, p. 87) e 1746 (IDEM, *Ibidem*, p. 21); o cónego António Coelho da Costa, morador na Casa das Colunas na última década do século (A.D.P., Roteiro de prazos do cabido, n.º 5272, fl. 30v., vd. doc. 57 no Apêndice, e A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, 401v. vd. qd. 67 no Apêndice). O chantre Fernando Barbosa de Albuquerque, residente na Casa do Dr. Domingos Barbosa em 1772 (FERREIRA, J. A. Pinto – *A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé* (um solar setecentista da cidade do Porto), *ob. cit.*, p. 21); o mestre-escola Francisco Mateus Xavier de Carvalho, certamente morador na Casa dos Costa Lima em 1786 (SANTOS, Paula Mesquita – *Glama nos Clérigos. Evocação de um pintor quase ignorado no Porto. O Tripeiro*. Porto, VII Série, ano XX, n.º 6 (Junho de 2001), p. 179.

¹⁷³ O chantre Fernando Barbosa de Albuquerque, residente na Casa do Dr. Domingos Barbosa em 1772 (FERREIRA, J. A. Pinto – *A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé* (um solar setecentista da cidade do Porto). Separata do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXVIII, Fasc. 1-2 (1965), p. 21).

¹⁷⁴ O mestre-escola Francisco Mateus Xavier de Carvalho, certamente morador na Casa dos Costa Lima em 1786 (SANTOS, Paula Mesquita – *Glama nos Clérigos. Evocação de um pintor quase ignorado no Porto. O Tripeiro*. Porto, VII Série, ano XX, n.º 6 (Junho de 2001), p. 179.

residente, mas sim vários conjuntos de anos ou anos isolados. Esta situação é decorrente, sobretudo, da falta de alguns Livros da Décima e da Fazenda. Assim, quando apresentarmos os anos de residência de determinado morador, devemos ter em consideração que estes são apenas alguns dos anos em que ele efectivamente morou.

2.1.- A população portuense e a Rua dos Cónegos.

Na transição do século XVII para o XVIII, a população da cidade do Porto teve um aumento significativo¹⁷⁵. Crescimento que se manterá ao longo de setecentos, sobretudo no terceiro quartel da centúria¹⁷⁶. Segundo o padre Agostinho Rebelo da Costa, este crescimento populacional deveu-se ao «importante comércio, auxiliado com as multiplicadas e grossas embarcações que a foz do rio Douro envia às quatro partes do mundo», e, a partir de 1755, à vinda de famílias do «Reino e suas Conquistas», impossibilitadas de se fixarem na capital devido à devastação causada pelo Terramoto. O mesmo investigador menciona uma diminuição do aumento da população desde 1785¹⁷⁷. Situação que é alterada no final do século, quando se assiste novamente a um crescendo demográfico, como nos indica o censo de Pina Manique, de 1798¹⁷⁸.

A Rua dos Cónegos estava inserida numa zona de grande densidade populacional. Das sete freguesias portuenses¹⁷⁹, a da Sé, onde se encontra a rua que analisámos, era a mais habitada em 1732, informa-nos D. Luís Caetano de Lima¹⁸⁰. A primazia desta freguesia provinha-lhe do facto de ser o centro original da cidade. As ruas que circundam a catedral, eram as mais populosas¹⁸¹.

No final do século, o padre Agostinho Rebelo da Costa revela, nos dados que dispõe relativamente ao ano de 1787, que os habitantes da freguesia de Santo Ildefonso tinham

¹⁷⁵ CRUZ, António – *Uma cidade em evolução*. Porto: Faculdade de Letras, 1974, p. 7.

¹⁷⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.^a ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 266.

¹⁷⁷ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p.78.

¹⁷⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 3-4.

¹⁷⁹ Freguesias da Sé, de Nossa Senhora da Vitória, de S. Nicolau - situadas intra-muros -, de Miragaia, de Santo Ildefonso, de Cedofeita e de Massarelos – localizadas extra-muros. SANTOS, Cândido dos – *A População do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o Estudo de Demografia Urbana*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 7.

¹⁸⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 12.

¹⁸¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos, *ob. cit.*, p. 266.

ultrapassado os da Sé¹⁸². A relevância que esta freguesia detinha desde a Idade Média, como a mais densamente povoada, havia chegado ao seu término.

A rua em questão, era habitada por uma grande heterogeneidade de pessoas: clérigos, nobres, militares, burocratas, artistas, pobres, etc. No primeiro quadro apresentado, deparamo-nos com estratos sociais muito diversificados, desde as elites capitulares até indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais baixos.

Esses moradores eram representantes típicos da sociedade de então. Este tipo de sociedade, onde a divisão medieval em três estados, clero, nobreza e povo, ainda era vigente¹⁸³ - embora alvo de críticas, uma vez que ficava cada vez mais desadequada da realidade social -, manteve-se até ao liberalismo.

Apesar das características que os definiam e diferenciavam, estes estados não eram estanques¹⁸⁴. A ascensão daqueles cuja origem social os colocava em desvantagem, era possível. Por exemplo, o estado clerical era constituído por elementos com as mais diversas proveniências, desde a mais alta nobreza até aos estratos sociais inferiores¹⁸⁵. Estes, ao ingressarem no estado eclesiástico, tinham a possibilidade de alcançar um estatuto superior ao do seu nascimento.

Na Rua dos Cónegos, os moradores residiram durante períodos de tempo variáveis. Enquanto alguns a habitaram durante um número considerável de anos, outros moraram episodicamente. Esta variedade temporal permite-nos classificar a população residencial estudada como sendo flutuante. Característica esta comum ao resto da sociedade portuense, a qual, a par de um conjunto de indivíduos que viviam na cidade em permanência, outros nela residiam temporariamente. Estes eram estrangeiros, criados e criadas, aprendizes e outras pessoas de origem rural, que acabavam por regressar aos seus locais de origem¹⁸⁶.

Os que moraram durante um conjunto de anos mais alargado eram, geralmente, os capitulares ou os seus herdeiros. Vivendo em casas próprias, pertenciam às camadas mais elevadas da sociedade portuense. Alguns exemplos são: a Casa do Dr. Domingos Barbosa, onde habitou a família Barbosa de Albuquerque; a Casa de Vandoma dos Távora de Noronha Leme Cernache; a Casa dos Alcoforado II, residência dos

¹⁸² SANTOS, Cândido dos – *Ob. cit.*, p. 12.

¹⁸³ RODRIGUES, José Damião – A Estrutura Social. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII, p. 409.

¹⁸⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640), os Homens as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 236.

¹⁸⁵ RODRIGUES, José Damião – *Ob. cit.*, p. 406.

¹⁸⁶ SANTOS, Cândido dos – *Ob. cit.*, p. 6.

Alcoforado; a Casa dos Freire de Andrade, habitada pela família do mesmo nome; a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, habitação dos Azevedo e Carvalho.

Quanto aos que moraram transitoriamente, ao contrário dos anteriores, pertenciam a estratos sociais muito diferentes. Como exemplos ilustrativos podemos referir: o barbeiro Manuel da Costa, morador ao longo de seis anos¹⁸⁷; o padre Bernardo Ferreira, residente durante um ano¹⁸⁸; o cônego Domingos Ribeiro, que habitou a rua seis anos¹⁸⁹; Luís Brandão de Mello, morador durante dois anos¹⁹⁰; e o desembargador Dr. Manuel Velho de Miranda, que residiu apenas um ano¹⁹¹.

Verificámos que, tanto as casas de pequenas dimensões como as grandes, podiam ser alugadas e os inquilinos usufruíam a totalidade da habitação, ou parte dela. Neste último caso, viviam com outros inquilinos, ou mesmo com os senhorios. A viúva D. Joana Teresa de Carvalho, residindo na sua Casa dos Alão de Moraes, teve parte da mesma alugada, por diversas vezes, a padres¹⁹². Na mesma situação encontrava-se a Casa dos Freire de Andrade, quando a senhoria e moradora, D. Úrsula de Almeida (também viúva), alugou em 1698 parte da casa a João Alves Maciel, «home de algum negocio»¹⁹³.

Quando as casas mais importantes da rua eram alugadas, os inquilinos que nelas residiam faziam parte dos estratos sociais médios ou elevados. Por exemplo: a Casa das Colunas era habitada, em 1729, pelo Dr. João Giraldes¹⁹⁴, e em 1804 pelo juiz dos casamentos¹⁹⁵; a Casa dos Alcoforado II, em 1804, estava alugada ao deão Luís Pedro de Brederode e Andrade¹⁹⁶; também em 1804, o cônego Simão de Mello Brandão Pereira de Lacerda era inquilino da Casa dos Magalhães II e III¹⁹⁷; em 1730, a Casa dos Freire de Andrade estava alugada ao fidalgo Diogo de Sousa Távora¹⁹⁸.

¹⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4531, fl. 46v, vd. doc. 34 no Apêndice.e n.º 4534, fl. 11, vd. doc. 38 no Apêndice.

¹⁸⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 8, vd. doc. 51 no Apêndice.

¹⁸⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11v., vd. doc. 38 no Apêndice, e n.º 4540, fl. 91, vd. doc. 44 no Apêndice.

¹⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v, vd. doc. 37 no Apêndice, e n.º 4534, fl. 11, vd. doc. 38 no Apêndice.

¹⁹¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76, vd. doc. 48 no Apêndice.

¹⁹² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. 25 no Apêndice, n.º 4528, fl. 62, vd. doc. 31 no Apêndice, e n.º 4539, fl. 90v., vd. doc. 43 no Apêndice.

¹⁹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. 23 no Apêndice.

¹⁹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 7v., vd. doc. 51 no Apêndice.

¹⁹⁵ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 67, vd. doc. 71 no Apêndice.

¹⁹⁶ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. 71 no Apêndice.

¹⁹⁷ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. 71 no Apêndice.

¹⁹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. 52 no Apêndice.

Ao contrário do que os informes inscritos nos quadros anteriores parecem indicar, o número de residentes na Rua dos Cónegos seria muito mais elevado. Os poucos moradores que as fontes nos dão a conhecer, são apenas aqueles a quem os documentos dizem directamente respeito. Além destes, outros permanecem ocultos.

Em cada casa morava um conjunto de indivíduos, cujo número era variável. À volta do chefe da casa congregavam-se os seus parentes, os criados, e por vezes outras pessoas cuja relação com a família não é clara. No estudo que a investigadora Alzira Teixeira Leite Moreira desenvolveu sobre os documentos da décima na cidade de Lisboa, constata-se que, juntamente com os familiares do dono da casa, por vezes habitavam também advogados, capitães, padres, etc¹⁹⁹.

Segundo a mesma investigadora, o número de criados que cada indivíduo dispunha estava relacionado com o seu poder económico. As dignidades detinham entre sete a quinze criados. Cada fidalgo dispunha, em média, de cinco a dez criados, enquanto os titulares não tinham menos do que vinte e cinco. Os grandes comerciantes, os funcionários públicos e os que viviam de suas fazendas, entre três a dez, e os médicos, os cirurgiões, os advogados e os músicos, ou não tinham nenhum, ou entre um e três criados²⁰⁰.

Embora estes sejam os informes referentes à capital, na cidade do Porto os dados não deveriam ser muito diferentes. É o que parecem indicar as informações que dispomos sobre os criados de António Mateus, morador na Casa dos Freire de Andrade²⁰¹. Por volta dos anos oitenta, além do capelão, habitavam na casa três criadas, dois criados, um criado e uma criada de cor, e um hortelão, o que dá um total de oito serviçais²⁰². Valor condizente com o dos criados de qualquer nobre da capital – exceptuando os titulares. O número de moradores na Rua dos Cónegos nos anos de setecentos seria, assim, muito superior ao que as fontes nos revelam.

Sendo o Cabido do Porto constituído por oito dignidades, ao observarmos o primeiro quadro constata-se que, entre os anos 1698 e 1731, o número de dignidades residentes era sempre próximo da metade, enquanto o dos cónegos variava entre dois e três. Relativamente ao ano de 1804, verifica-se que o número de cónegos é de dois, não havendo alteração em relação aos valores registados no período anterior. O mesmo não

¹⁹⁹ MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – A importância da «Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo» para a Olisipografia. In *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Vol. 2, n.º 1 (Janeiro/Junho 1982), p. 11.

²⁰⁰ MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – *Ob. cit.*, p. 10.

²⁰¹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65v., vd. doc. 71 no Apêndice.

²⁰² CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, 1945, p. 36.

se depreende em relação às dignidades. No ano de 1804, o número destes capitulares é muito inferior aos verificados nos anos anteriores, pois apenas são mencionadas duas dignidades como residentes.

Esta diminuição, ocorrida ao longo do século XVIII, é decorrente do facto de algumas das casas terem sido compradas, ou herdadas pelos familiares leigos dos capitulares que outrora as habitaram. Assim, os moradores pertencentes aos mais elevados lugares da hierarquia eclesiástica, foram sendo substituídos por elementos da nobreza.

Os exemplos seguintes são ilustrativos: após ter sido residência de dois deães, a Casa de Vandoma foi herdada por Vicente de Távora e Noronha Leme Cernache, na segunda metade de setecentos²⁰³; morada de um arcediogo de Oliveira²⁰⁴, a Casa dos Freire de Andrade ficou na posse dos seus descendentes leigos, que a vieram a habitar na segunda metade do século²⁰⁵; a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, foi habitada por um mestre-escola²⁰⁶, um chantre²⁰⁷ e um arcipreste²⁰⁸, o qual a vendeu, em 1785, a D. Maria Escolástica de Araújo²⁰⁹; na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho residiram, sucessivamente, três cônegos²¹⁰, passando a posse da residência para os familiares do último cônego, em 1801²¹¹.

No início do século XIX, as dignidades já não marcavam a rua com a sua presença, como se verificava nas primeiras décadas de setecentos. Agora, eram os fidalgos que se destacavam como moradores. A ambiência social alterou-se.

Essas figuras nobres pertenciam a famílias importantes da cidade. Algumas delas distinguiam-se também na vereação da Câmara da cidade.

Esta sucessão de personalidades distintas, religiosas e laicas, conferiu prestígio à rua. Apesar de nela também terem residido representantes dos estratos sociais mais baixos, a presença de elites foi uma constante no século XVIII.

²⁰³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 918, fls. 154v-155, vd. qd. 50 no Apêndice.

²⁰⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4530, fl. 12v., vd.doc. 33 no Apêndice.

²⁰⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima dos juros da freguesia da Sé, n.º 4549, fl. 111v., vd. doc. 59 no Apêndice.

²⁰⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156v., vd. qd. 1 no Apêndice.

²⁰⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12, vd. doc. 40 no Apêndice.

²⁰⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 922, fl. 155v., vd. qd. 61 no Apêndice.

²⁰⁹ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 604, fls. 10v-11, vd. doc. 66 no Apêndice.

²¹⁰ Bernardo de Azevedo e Carvalho (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 23, vd. doc. 45 no Apêndice), João de Azevedo e Carvalho (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 923, fl. 162, vd. qd. 55 no Apêndice), e Rodrigo Mendes de Vasconcelos (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 408, vd. qd. 67 no Apêndice).

²¹¹ PINTO, Cônego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 229.

2.2.- Os clérigos.

Nos dados que recolhemos, destaca-se o número de eclesiásticos. Fazendo parte do estado clerical, detinham um grande prestígio na sociedade. Como em qualquer cidade europeia moderna²¹², a sua presença afirmava-se não só pelo elevado número de elementos, mas também pela influência que exerciam no quotidiano dos crentes e pelas grandes riquezas de que dispunham²¹³.

À semelhança da sociedade civil, os clérigos ordenavam-se em diferentes estratos, consoante a sua formação e origem familiar²¹⁴. Assim, deparamo-nos com religiosos que ocupavam cargos cimeiros da hierarquia clerical e aqueles que ocupavam cargos inferiores.

Próxima da catedral, local onde exerciam a sua actividade, a Rua dos Cónegos era naturalmente escolhida como local de morada. Habitaram-na elementos do Cabido, desde dignidades a cónegos e beneficiados, assim como padres e indivíduos relacionados com a administração da diocese.

De todos estes clérigos, o número de capitulares é o mais significativo. O facto de haver esta concentração de elementos do Cabido, conferia à rua que analisámos um cunho particular no espaço urbano portuense setecentista.

A presença de padres também foi uma constante, embora não fosse significativa como a dos capitulares. Na Casa dos Alão de Moraes residiram: o padre José Ferreira (1701²¹⁵) o padre Caetano (1707²¹⁶), o padre Manuel de Magalhães Alcoforado (1718²¹⁷-1731²¹⁸) e o padre João (1804²¹⁹). O padre José Lopes residiu inicialmente na Casa de Maria dos Reis (1712²²⁰-1715²²¹), e posteriormente na Casa do cónego António Mourão (1716²²²-1719²²³). Na Casa do cónego Domingos Carvalho e Azevedo, habitou

²¹² GOUBERT, Pierre – Les Villes d'Europe à l'Époque Moderne. Sep. "Revista de História". Porto. Vol. IV (1982), p. 13.

²¹³ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos, *ob. cit.*, p. 302.

²¹⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640), os Homens as Instituições e o Poder*, *ob. cit.*, p. 237.

²¹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. 25 no Apêndice.

²¹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4528, fl. 62, vd. doc. 31 no Apêndice.

²¹⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 90v., vd. doc. 43 no Apêndice.

²¹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. 53 no Apêndice.

²¹⁹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 67, vd. doc. 71 no Apêndice.

²²⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v., vd. doc. 37 no Apêndice.

²²¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12v., vd. doc. 40 no Apêndice.

²²² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. 41 no Apêndice.

²²³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 75v., vd. doc. 44 no Apêndice.

o padre Alexandre de Azevedo, (1727²²⁴-1731²²⁵), e na Casa de Simão da Costa, o padre Bernardo Ferreira (1729²²⁶).

Relativamente àqueles que desempenhavam funções relacionadas com a diocese portuense, nas casas da Rua dos Cónegos residiram: o sacristão da Sé (1704²²⁷-1705²²⁸), e Luís Nogueira, padre coadjutor da Sé (1701²²⁹-1711²³⁰), na Casa de Maria dos Reis; o distribuidor do eclesiástico, Nicolau de Sousa da Cruz (1723²³¹-1731²³²) na Casa dos Baião II e na Casa dos Baião III, o notário apostólico, Luís Coelho (1723²³³); e na Casa dos Costa Lima, o «bastão do senhor bispo» (1711²³⁴-1712²³⁵).

De grande prestígio, a Colegiada de Cedofeita, em setecentos, era constituída por um D. Prior, três dignidades (um chantre, um mestre-escola e um tesoureiro-mor), oito cónegos e três meios cónegos, além de outros clérigos²³⁶. Destes eclesiásticos, os documentos mencionam o Dom Prior Luís de Sousa e Carvalho que habitou a casa que tem o seu nome (1723²³⁷-1729²³⁸), e o tesoureiro-mor, João Nepomuceno de Sousa Henriques, que em 1759 ocupava a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada²³⁹.

2.2.1.- Os cónegos.

Sabendo que os capitulares se destacaram como moradores na Rua dos Cónegos, importa perceber com mais pormenor essa realidade. Quais foram os cónegos e as dignidades que habitaram a rua, quais foram os que mais se destacaram, as relações de parentesco entre eles, durante quanto tempo foram residentes, e quais as alterações que ocorreram ao longo do século XVIII; são questões que procuraremos desvendar.

²²⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46, vd. doc. 49 no Apêndice.

²²⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. 53 no Apêndice.

²²⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 8, vd. doc. 51 no Apêndice.

²²⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1418, fl. 35, vd. doc. 28 no Apêndice.

²²⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1419, fl. 47, vd. doc. 29 no Apêndice.

²²⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41v., vd. doc. 25 no Apêndice.

²³⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4532, fl. 105, vd. doc. 36 no Apêndice.

²³¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 23, vd. doc. 45 no Apêndice.

²³² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7v., vd. doc. 53 no Apêndice.

²³³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 23, vd. doc. 45 no Apêndice.

²³⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4532, fl. 104v., vd. doc. 36 no Apêndice.

²³⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v., vd. doc. 37 no Apêndice.

²³⁶ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 128.

²³⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22v., vd. doc. 45 no Apêndice.

²³⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 7v., vd. doc. 51 no Apêndice.

²³⁹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 181v., vd. doc. 60 no Apêndice.

2.2.1.1.- A hierarquia capitular.

Com um papel capital nas várias dioceses portuguesas, os Cabidos eram constituídos por um corpo de clérigos, que se afirmavam na sociedade de então como uma aristocracia eclesiástica. Tendo origem nos primórdios do cristianismo, pautavam a sua vida segundo determinadas regras, ou cânones, daí a origem da sua designação²⁴⁰. Presença indispensável numa catedral, tinham a função de assistir o bispo na governação da diocese, zelar pela conservação da igreja e realização da Missa. Na ausência do prelado, os cónegos substituíam-no²⁴¹.

Embora geralmente a designação cónegos abarcasse os capitulares em geral, efectivamente estes estavam ordenados segundo uma determinada hierarquia, com designações distintas. No ano de 1706, o padre António Carvalho da Costa, escrevia que o Cabido do Porto era constituído por «oito Dignidades, a saber, Deão, Chantre, Mestre-escola, Thesoureiro-mór, Arcediago do Porto, Arcediago de Oliveira, Arcediago da Régua & Arcipreste, doze cónegos, & cinco meynos cónegos, dez Bacharéis, & quatro meynos Bacharéis»²⁴². No final do século, o Cabido mantinha o mesmo número de elementos²⁴³.

As dignidades de deão, chantre, mestre-escola e tesoureiro foram criadas com D. Martinho Freire – finais do século XII²⁴⁴. Posteriormente, surgiram três novas dignidades o arcediago do Porto, em 1398, o arcediago de Oliveira do Douro, em 1455, e o arcediago da Régua, em 1492²⁴⁵. Em 1539 seria criada a última dignidade, a de arcepreste²⁴⁶.

A dignidade mais importante era a de deão, como Presidente do Cabido. Nos Estatutos de 1596, definiam-se as suas funções. Estava incumbido de tratar de todos os assuntos de ordem temporal, e de celebrar as «missas no dia da Ascensão, dia da

²⁴⁰ COSTA, António Domingos de Sousa – Cónego. In, SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. I, p. 148.

²⁴¹ MARTINS, Anacleto Pires da Silva – *O Cabido da Sé de Portalegre. Achegas para a sua história*. Portalegre: Cabido da Sé de Portalegre, 1997, p. 13-14.

²⁴² COSTA, António Carvalho da – *Chorografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias Nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens*. [S.l.]: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. Vol. I, p. 354.

²⁴³ COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *Ob. cit.*, p. 95.

²⁴⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 10-11.

²⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 12.

²⁴⁶ DUARTE, Luís Miguel; MACHADO, Maria de Fátima – O fidalgo que queria ser cónego (o conflito entre a cidade do Porto e D. Paulo Pereira na 1ª metade do século XVI). In *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto/Arouca. Vol. II (2002), p. 453.

Senhora das Neves e, na noite de Natal, à missa do Galo. Estava obrigado a ter uma cavalgadura sempre prestes e bem guarnecida para o serviço e negócios do Cabido, que será tal que bem possa um capitular andar nela na Côrte, quando lá for: a qual dará. Com mandato do Cabido, tôdas as vezes que um capitular fôr contado a negócios da casa»²⁴⁷.

A segunda dignidade, o chantre, «tem a direcção do governo do coro, entoação do canto chão, & que tem cuidado, que os officios divinos se celebrem com devoção, silencio, & toda a decencia possível»²⁴⁸. Segundo os mesmos Estatutos, entre outras obrigações, deveria cantar as missas da Epifania, e Corpo de Deus²⁴⁹, distribuir os Santos Óleos desde Penafiel ao Tâmega, ordenar as procissões, regendo o Cabido «com a sua vara branca», e ensinar os moços do coro a dizer os versos²⁵⁰.

O mestre-escola devia dar formação aos noviços²⁵¹ ensinando «Philosophia & Theologia»²⁵². Ao tesoureiro-mor, pertenciam «as chaves e arcas da Igreja e todas as cousas necessárias, ao serviço dela»²⁵³. Celebrava a missa de S. Pantaleão quando o bispo estava ausente, levava a relíquia nas festas, mandava tocar os sinos a todas as horas, e encadernar os livros do coro, entre outras obrigações²⁵⁴.

Quanto aos três arcediagos, do Porto, de Oliveira do Douro e da Régua, deveriam ser detentores de habilitações universitárias²⁵⁵, e tinham como função a administração do território da diocese correspondente a cada cargo, assim como algumas das seguintes obrigações: o arcediago do Porto devia levar o báculo sempre que o prelado celebrasse a missa, visitava as igrejas do seu arcediagado e outras da diocese quando o bispo estivesse impedido de o fazer, celebrava as missas da Purificação, Trindade e de Todos os Santos, e mandava levar os Santos Óleos às igrejas do seu arcediagado; o arcediago de Oliveira do Douro tinha como função dizer as missas de 25 de Março e 29 de Junho, e visitar, em nome do bispo, as igrejas, mosteiros, lugares e pessoas do julgado da Maia;

²⁴⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 86-87.

²⁴⁸ BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes de Jesus, 1712. Vol. II, p. 272.

²⁴⁹ Até ao ano de 1605, também era sua função cantar a missa da Natividade de Nossa Senhora. PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 110.

²⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 110.

²⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 120.

²⁵² BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, Vol. V, p. 457.

²⁵³ ROSA, José António Pinheiro e – A Catedral do Algarve e o seu Cabido. Sé em Faro. Sep. “*Anais do Município de Faro*”. Faro: [s.n.], 1987, n.º XII, p. 171.

²⁵⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 129.

²⁵⁵ BRAGA, Paulo Drumond – Igreja, Igrejas e Culto. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII, p. 412.

o arcediogo da Régua celebrava as missas de S. Vicente e da Visitação de Nossa Senhora²⁵⁶. Esta dignidade foi extinta em 1807²⁵⁷.

Relativamente ao arcepreste, quem detivesse este cargo devia possuir habilitações universitárias²⁵⁸. Quando o bispo não benzesse os Santos Óleos, ficava incumbido de os trazer de um outro bispado²⁵⁹.

Devido às ausências frequentes por parte dos cônegos, foram criados os meios cônegos, os bacharéis – ou beneficiados –, e os meios bacharéis, com a função de os substituir e auxiliar no desempenho das suas tarefas²⁶⁰.

Cada um deles usufruía de uma determinada renda – prebenda ou benefício²⁶¹ – consoante a sua importância na hierarquia canonical. Os altos rendimentos que auferiam as dignidades contrastavam com aqueles que recebiam os beneficiados. O padre Agostinho Rebelo da Costa, em 1788, referia que o deão recebia seis mil cruzados de renda por ano, enquanto as outras dignidades quatro mil cruzados, os cônegos um conto de reis, os meios cônegos quinhentos reis, os bacharéis duzentos reis e os meios bacharéis cem mil reis cada um²⁶².

Além destes elementos do Cabido, o padre Rebelo da Costa menciona outros ministros inferiores: quatro capelães, dois sacristães, seis coristas e um maça²⁶³.

Fazendo parte do Cabido, a comunidade da Coraria foi instituída com o objectivo de melhorar a prestação do coro, e acompanhar os enterros²⁶⁴. Desta comunidade faziam parte o sub-chantre, que a presidia, catorze beneficiados, sete coreiros, sete curas e um sacristão²⁶⁵.

Procurando-se evitar que os Cabidos fossem constituídos por cônegos com pouca formação académica, foram criadas as conesias de oposição²⁶⁶ magistral e doutoral²⁶⁷. O magistral era licenciado em Teologia, e tratava de assuntos morais, era um conselheiro

²⁵⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 137-140.

²⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 140.

²⁵⁸ BRAGA, Paulo Drumond – *Ob. cit.*, p. 412.

²⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 157-158.

²⁶⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 183.

²⁶¹ ARAÚJO, António de Sousa – O Cabido. In BRAGA e a sua Catedral. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 116.

²⁶² COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *ob. cit.*, p. 95.

²⁶³ COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *ob. cit.*, p. 95.

²⁶⁴ ALMEIDA, José Gaspar de – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Publicações do Arquivo Distrital do Pôrto, 1935, p. III.

²⁶⁵ SANTOS, Cândido dos – Subsídios para a História do Cabido da Sé do Porto. A Coraria. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano IX, n.º 5 (Maio 1969), p. 147.

²⁶⁶ Assim chamadas pois eram providas por concurso. PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 12.

²⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 63.

em questões de consciência. O doutoral licenciado em Direito Canónico ou Civil, resolvia problemas do foro jurídico²⁶⁸.

Sempre que a diocese não estava provida de bispo, período denominado de Sé Vaga²⁶⁹, o Cabido elegia um vigário capitular – ou vigário geral²⁷⁰ - que o substituíam²⁷¹. O cargo era desempenhado por um cônego que fosse detentor de um grau universitário²⁷².

2.2.1.2.- Apreciação geral dos capitulares residentes.

No quadro seguinte, coligimos todos os capitulares que eram dignidades no Cabido do Porto, desde os finais do século XVII até aos inícios do século XIX – além daqueles que foram moradores, incluímos o nome dos que sabemos terem sido foreiros pois, apesar de não termos encontrado documentos que o provem, podem ter sido também residentes. O objectivo da apresentação do quadro é o de se verificar se, no conjunto de todas as dignidades setecentistas, é elevado ou não o número daquelas que foram moradoras nesta rua.

Quadro n.º 3

As dignidades do Cabido desde os finais do séc. XVII até ao início do séc. XIX.

Fontes: Livros da décima, da décima do novo imposto, livros da fazenda, e a mencionada nas notas deste quadro.

Designações	Cargos	Anos	Nomes	Casas	Foreiros	Moradores
Deão		1677(1)-		C9.5	X	X
		1708(r)(2)	João Freire Antão	C9	X	X
		1708-1754(+)(3)	Jerónimo de Távora de Noronha	C9	X	X
		1755-1760(r)(4)	Manuel José de Portugal (4)			
		1760-1782(r)(5)	João Pedrossem da Silva (5)			
		1782-1823(+)(6)	Luís Pedro de Brederode e Andrade (5)	C10		X
		1675-1701(r)	António Gomes Deça (7)			
		1712-1713(r)(7)	José Gomes Deça(8)			
Chantre		1701-1712(+)(8)				
		1713(9)-	Teotónio Pereira de Moura	C11	X	X
		1732(r)(10))				
		1732-1748(+)(10)	Manuel Barbosa de Albuquerque	C3	X	
		1736(11)-	Fernando Barbosa de Albuquerque	C3	X	X
		1752(r)(12)	Álvaro Barbosa de Albuquerque	C3	X	X
		1752-1807(+)(12)				
		1807(9)-	Tomás da Rocha Pinto (9)			
		1810(r)(13)				

²⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 65.

²⁶⁹ Também apelidado de Sede Vacante. PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 6.

²⁷⁰ FERREIRA, Cônego J. Augusto – *Memorias Archeologico-Históricas da Cidade do Porto (Factos Episcopais e Políticos)*. Braga: Cruz & Comp.^a - Editores, 1923. Tomo II, p. 19.

²⁷¹ COSTA, Avelino de Jesus da – Cabido. In, SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. I, p. 412.

²⁷² PAIVA, José Pedro – Os mentores. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2277-2. Vol. II, p. 222.

Mestre-escola	1670-1697(+)(14)	José da Fonseca Coutinho	C11	X	X
	1697-1709(r)(14)	José Saldanha (14)			
	1709-1750(r)(15)	Manuel Carneiro de Araújo (15)			
	1750-1772(+)(15)	Manuel Barbosa Bernardes (15)			
	1772-1778(r)(15)	Francisco Mateus Xavier de Carvalho	C15	X	X
	1778-1796(r)(16)	José Nogueira da Silva Sequeira	C22	X	
	1796-1824(+)(17)	José de Carvalho da Cunha e Silva (17)			
	1685-1710(+)(18)	Miguel da Costa Lima	C15	X	X
	1710-1723(r)(18)	Pedro da Costa Lima e Melo (18)	C15	X	
	1723(18)-1753(19)	Miguel da Costa Lima	C15	X	X
Tesoureiro-mor	1753-1780(r)(19)	Álvaro Leite Pereira de Melo Vasconcelos (19)			
	1780-1802(r)(20)	Francisco Maria de Azevedo (20)			
	1802(20)-1817(r)(18)	Gaspar Guerner de Azevedo (20)			
	1663(21)-1683(r)(22)	João de Sousa Lima	C10	X	X
	1683(22)-1714(r)(23))	António de Sousa Magalhães	C10	X	X
Arcediago da Régua	1714(23)-1753(r)(24)	João de Sousa Lima Alcoforado	C10	X	X
	1753-1762(+)(24)	João de Sousa Lima Alcoforado	C10	X	X
	1777-1799(+)(25)	Álvaro Xavier Botelho (25)			
	1680(26)-1692(r)(27)	Cristóvão de Magalhães	C14	X	
	1692-1728(+)(28)	Luís da Costa Magalhães	C14	X	X
Arcediago de Oliveira do Douro	1735(29)-1748(r)(30)	João Monteiro Bravo (29)			
	1748(30)-1776(r)(31)	Vicente José de Freitas (30)			
	1776-1832(+)(31)	Inácio Vanzeler (31)			
	1695(32)-1721(r)(33)	João Lopes Baptista Tameirão (32)			
	1721-1764(+)(33)	Manuel de Noronha e Menezes (33)			
Arcediago do Porto	1689(34)-1720(35)	Baltasar Leitão de Magalhães e Silva	C12/13	X	X
	1720-1747(+)(35)	João da Silva Magalhães	C12/13		X
	1747-1780(r)(36)	José Pedro Virgolino	C11	X	X
	1780-1794(37)	Pedro António Virgolino (37)			
	1794-?(37)	Tomás da Rocha Pinto (37)			

(1) - PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações de Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 96. (2) - Idem, *ibidem*, p. 99. (3) - Idem, *ibidem*, pp. 99-100.. (4) – Idem, *ibidem*, pp. 100-101. (5) – Idem, *ibidem*, pp. 101-102. (6) - Idem, *ibidem*, p. 102. (7) – Idem, *ibidem*, p. 112. (8) - Idem, *ibidem*, p. 116 (9) - Idem, *ibidem*, p. 120. (10) - Idem, *ibidem*, p. 117. (11) - Idem, *ibidem*, p. 113. (12) - Idem, *ibidem*, p. 111. (13) - Idem, *ibidem*, p. 116. (14) - Idem, *ibidem*, pp. 126-127. (15) - Idem, *ibidem*, p. 127. (16) - Idem, *ibidem*, pp. 127-128. (17) - Idem, *ibidem*, p. 128. (18) - Idem, *ibidem*, p. 132. (19) - Idem, *ibidem*, p. 130. (20) - Idem, *ibidem*, p. 131. (21) - Idem, *ibidem*, p. 149. (22) - Idem, *ibidem*, p. 142. (23) - Idem, *ibidem*, p. 148. (24) - Idem, *ibidem*, p. 149. (25) - Idem, *ibidem*, p. 141. (26) – Idem, *ibidem*, p. 142. (27) - Idem, *ibidem*, p. 150. (28) - Idem, *ibidem*, p. 150. (29) – Idem, *ibidem*, p. 148. (30) - Idem, *ibidem*, p. 156. (31) - Idem, *ibidem*, p. 147. (32) – Idem, *ibidem*, p. 148. (33) - Idem, *ibidem*, p. 151. (34) - Idem, *ibidem*, p. 159. (35) - Idem, *ibidem*, p. 160. (36) - Idem, *ibidem*, pp. 160-161. (37) - Idem, *ibidem*, p. 161.

(+) – Ano em que faleceu.

(r) – Ano em que resignou.

Podemos constatar que relativamente a alguns cargos de dignidades, quase todos os seus capitulares habitaram a rua. Assim, dos cinco arcediagos da Régua, quatro foram moradores, dos cinco deães, três foram residentes, dos cinco arciprestes, também três eram moradores.

Pelo contrário, há poucos ou nenhuns representantes das dignidades seguintes: dos arcediagos de Oliveira, apenas temos conhecimento que um habitou na Rua dos

Cónegos; relativamente aos arcediagos do Porto, não encontrámos dados que nos indicassem algum como residente.

Independentemente do número de capitulares das várias dignidades, interessa conhecer durante quanto tempo cada um dos capitulares foi morador, para perceber se a sua presença como residente foi significativa ou não. Para isso, apresentamos os nomes dos vários capitulares e respectivos anos no quadro seguinte.

Os dados mais detalhados, são aqueles que dizem respeito aos anos compreendidos entre 1698 e 1731, e para o ano de 1804. Entre os anos de 1690 e 1697, 1732 e 1803, e 1805 e 1810, os informes são escassos. Assim sendo, as ilações que podemos obter a partir dos informes recolhidos, são formuladas com alguma reserva.

Quadro n.º 4

Dignidades foreiras e moradoras na Rua dos Cónegos.

Fontes: Livros da décima, da décima do novo imposto, e livros da fazenda.

Dignidades	Nomes	Casas	Foreiros (a)	Moradores (a)
Deão	João Freire Antão	C9.5	1690/1-1693/4	1690/1-1693/4
		C9	1695/6-1714/5	1695/6-1714/5
	Jerónimo de Távora e Noronha	C9	1715-1731	1715-1754 (?)
	Luís Pedro de Brederode e Andrade	C10		1804
Chantre	Teotónio Pereira de Moura	C11	1729/0-1736/7	1715-1731
	Manuel Barbosa de Albuquerque	C3	1747/8-1748/9	
	Fernando Barbosa de Albuquerque	C3	1749/0-1770/1	1763-1772
	Álvaro Barbosa de Albuquerque	C3	1770/1-1804	1763-1804
	José da Fonseca Coutinho	C11	1690/1-1697/8	1690/1-1697/8
Mestre-escola	Francisco Mateus Xavier de	C15	1773-1783	1786
	Carvalho			
	José Nogueira da Silva Sequeira	C22	1787-1804	
Tesoureiro-mor	Miguel da Costa Lima	C15	1695/6-1710	1708-1710
	Pedro da Costa Lima	C15	(?) 1711-1718	
	Miguel da Costa Lima	C15	1745/6-1757/8	1723-1731
	Cristóvão de Magalhães	C14	1709	
Arcediago de Oliveira do Douro	Luís de Magalhães	C14	1709/0-1728/9	1709-1727
	João de Sousa Lima	C10	1690/1-1707/8	1690/1-1707/8
	António de Sousa Magalhães	C10	(?) 1708-1745/6	1708-1745/6
Arcediago da Régua	João de Sousa Lima	C10	(?) 1749/0-1757/8	1746/7-1757/8
	João de Sousa Lima Alcoforado	C10	(?) 1758/9-1765/6	1758/9-1766/7
	Baltasar Leitão de Magalhães	C12/13	1695/6-1727/8	1698-1727
		C11	1737/8-1748/9	
Arcipreste	João da Silva de Magalhães	C12/13		1730-1731
	José Pedro Virgolino	C11	1749/0-1783	1757/8-1764/5

(a) – Só colocámos as datas extremas mencionadas nas fontes.

Ao somarmos o número de anos em que cada um dos capitulares de cada dignidade foi residente, deparamos que, para algumas dignidades, estes valores são bastante elevados, enquanto que, para outras, o número de anos é insignificante.

Relativamente à dignidade de deão, dois dos seus capitulares residiram de 1690/1²⁷³ até, possivelmente, 1754, ou seja, aproximadamente 64 anos - embora disponhamos apenas de dados até 1749, admitimos que o ano 1754 é correcto, pois trata-se do ano do falecimento do deão Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache²⁷⁴. A este número, deveríamos somar os anos de residência do deão Luís Pedro de Brederode e Andrade, o qual deteve o cargo de 1782 até 1823²⁷⁵. Embora apenas um documento nos informe que este deão era morador em 1804²⁷⁶, supomos que foi residente durante as décadas em que deteve o cargo. Assim, os representantes da dignidade de deão teriam, certamente, habitado a rua mais do que os 64 anos mencionados.

Ainda que, dos sete chantres que exerceram o cargo em setecentos, apenas três habitassem a rua, estes provavelmente residiram durante um longo período de tempo. Quanto ao primeiro chantre, Teotónio Pereira de Moura, as fontes informam-nos que residiu entre 1715²⁷⁷ e 1731²⁷⁸, mas possivelmente morou na rua até ao ano do seu falecimento, em 1735²⁷⁹. Sobre o chantre seguinte, Manuel Barbosa de Albuquerque, não dispomos de informes que indiquem o seu local de residência. Certamente habitava a Casa do Dr. Domingos Barbosa, morada do seu irmão, da qual chegou a ser foreiro²⁸⁰. Segundo as fontes consultadas, Fernando Barbosa de Albuquerque habitava a casa anterior entre 1763²⁸¹ e 1772²⁸², o ano do seu falecimento. Acreditamos que nela residiu durante mais tempo, pelo menos desde que acedeu ao cargo em 1736²⁸³. Sobre Álvaro Barbosa de Albuquerque, chantre a partir de 1752²⁸⁴, sabemos que habitava a mesma casa em 1803²⁸⁵ e no ano seguinte²⁸⁶. Sendo a habitação onde residiram os seus parentes, com toda a probabilidade nela morou durante várias décadas até à sua morte

²⁷³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

²⁷⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 100.

²⁷⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 101-102.

²⁷⁶ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

²⁷⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12, vd. doc. n.º 40 no Apêndice.

²⁷⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

²⁷⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 120.

²⁸⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 914, fl. 153 v., vd. qd. n.º 46 no Apêndice.

²⁸¹ A.H.M.P., Lançamento da décima dos juros da freguesia da Sé, n.º 4549, fl. 68, vd. doc. n.º 59 no Apêndice.

²⁸² FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 9.

²⁸³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 113.

²⁸⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 111.

²⁸⁵ A.H.M.P., Regimento Geral dos Testamentos, L. 9, fl. 262v., vd. doc. n.º 70 no Apêndice.

²⁸⁶ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

em 1807²⁸⁷. Apesar de não dispormos de informações em número suficiente que nos permitissem afirmar com exactidão, os dados que dispomos parecem indicar uma permanência dos chantres, como moradores na rua que estudámos, durante, aproximadamente, cem anos.

Sobre os quatro arcediagos da Régua, temos conhecimento que foram residentes desde 1690/1²⁸⁸ até 1766/7²⁸⁹, ou seja, cerca de sete décadas.

Dos arciprestes, Baltasar Leitão de Magalhães e Silva, o primeiro de que temos informações, foi morador, pelo menos, desde 1698²⁹⁰ até 1727²⁹¹ ou 1728, quando faleceu²⁹². Sucedeu-lhe no cargo João da Silva de Magalhães, sobre o qual os documentos apenas nos indicaram como residente nos anos 1730²⁹³ e 1731²⁹⁴, mas certamente o seria pelo menos desde a data da morte do antecessor, até à do seu falecimento em 1747²⁹⁵. Relativamente ao arcipreste seguinte, José Pedro Virgolino, foreiro da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho de 1749/0²⁹⁶ a 1783²⁹⁷, as fontes só o registaram como morador de 1757/8²⁹⁸ a 1764/5²⁹⁹. Provavelmente, terá sido durante um maior período de tempo. No seu conjunto, o número de anos que os arciprestes habitaram na Rua dos Cónegos, afigura-se-nos elevado.

Se as dignidades anteriores marcaram com a sua presença a Rua dos Cónegos, o mesmo não se pode dizer das seguintes, uma vez que foram lá residentes durante pouco tempo.

Dos sete mestres-escolas, apenas dois habitaram a Rua dos Cónegos. José da Fonseca Coutinho foi morador entre 1690/1³⁰⁰ e 1697/8³⁰¹. Sobre Francisco Mateus Xavier de Carvalho, foreiro da Casa dos Costa Lima de 1773³⁰² até provavelmente ao ano do seu falecimento em 1790³⁰³, apenas sabemos que residia na rua em 1786³⁰⁴.

²⁸⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 111.

²⁸⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

²⁸⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fl. 205, vd. qd. n.º 64 no Apêndice.

²⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

²⁹¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46v., vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

²⁹² PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 159.

²⁹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. n.º 52 no Apêndice.

²⁹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

²⁹⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 160.

²⁹⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 914, fl. 155v., vd. qd. n.º 46 no Apêndice.

²⁹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 403v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

²⁹⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 922, fl. 155v., vd. qd. n.º 54 no Apêndice.

²⁹⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 930, fl. 200v., vd. qd. n.º 62 no Apêndice.

³⁰⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

³⁰¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 874, fl. 155v., vd. qd. n.º 6 no Apêndice.

³⁰² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 390, vd. qd. n.º 66 no Apêndice.

³⁰³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 127.

³⁰⁴ SANTOS, Paula Mesquita – *Ob. cit.*, p. 179.

Sobre os seis tesoureiros-mores, supomos terem sido moradores apenas dois, Miguel da Costa Lima, de 1708³⁰⁵ a 1710³⁰⁶, e o seu parente homónimo Miguel da Costa Lima, de 1723³⁰⁷ a 1731³⁰⁸ ou 1758, ano em que morreu³⁰⁹.

Dos arcediagos de Oliveira, apenas nos foi revelado Luís da Costa Magalhães como residente desde 1709³¹⁰ até, presumimos, à data do seu falecimento em 1728³¹¹.

Relativamente aos cônegos, o Quadro n.º 1 indica-nos que, dos doze que faziam parte do Cabido, apenas um pequeno número foi morador na Rua dos Cônegos – exceptuando o ano de 1698, com cinco.

Quanto ao período de tempo em que cada um residiu na rua, os valores que recolhemos encontram-se assinalados no quadro que se segue.

Quadro n.º 5

Cônegos e beneficiados foreiros e moradores na Rua dos Cônegos.

Fontes: Livros da décima, da décima do novo imposto, e livros da fazenda.

Cargos	Nomes	Casas	Foreiros (a)	Moradores (a)
Cónego	André Pereira Pinto	C15	1690/1-1693/4	
	António Mourão	C21	1690/1-1701	1690/1-1701
	Domingos Carvalho de Azevedo	C2	1690/1-1729/0	1690/1-1729/0
	João de Sousa	C3	1690/1-1703/4	
	José de Chaves	C6		1698
	Domingos Gonçalves Prada	C22	1698-1709	1698-1709
	António Mourão	C21	1708-1714/5	1708-1714/5
	Luís de Sousa Carvalho	C3	1709-1732	1723-1729
	Sebastião de Prada Lobo	C22	1710-1731	1710-1731
	Domingos Ribeiro	C15		1713-1718
	Dionísio da Silva	C16		1716-1718
	Bernardo de Azevedo	C2	1717-1719	1717-1719
	e Carvalho	C21	1723-1729	1723-1729
	João de Azevedo e Carvalho	?		1730-1731
		C21	1736/7-1773	1758/9-1773
		C1	1733/4	
	Domingos Barbosa	C2	1733/4	
		C3	1734/5-1748/9	1735-1746
	Rodrigo Mendes de Vasconcelos	C21		1783
	António Coelho da Costa	C8	1790-1801	?
	António Teixeira Tavares de	C20		1804

³⁰⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96v., vd. doc. n.º 32 no Apêndice.

³⁰⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4531, fl. 47, vd. doc. n.º 34 no Apêndice.

³⁰⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 21v., vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

³⁰⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

³⁰⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 132.

³¹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4530, fl. 12v., vd. doc. n.º 33 no Apêndice.

³¹¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 150.

	Vasconcelos			
	Simão de Melo Brandão Pereira	C12/13		1804
	Lacerda Mendonça			
	António Leite	C17		1698
Meio cônego	João Pereira	C16		1730-1731
	António Martins Raeiro	C18	1690/1-1703/4	
Beneficiado		C18		1723
	Leonardo Duarte	C20		1726-1731

(a) – Só colocámos as datas extremas mencionadas nas fontes.

Os dados recolhidos, levam-nos a constatar situações muito diversificadas. Enquanto alguns cônegos residiram na rua durante escassos anos, outros, pelo contrário, moraram durante bastante tempo.

Menos significativa que a dos capitulares mencionados anteriormente, foi a presença dos meios cônegos, com apenas dois, e dos beneficiados com um. Relativamente aos meios bacharéis, as fontes não nos forneceram nenhum nome.

O facto de os cônegos moradores terem sido muito poucos, parece contradizer o uso do topónimo Rua dos Cônegos ao longo de setecentos, uma vez que só um número elevado destes capitulares justificaria esta atribuição. No entanto, a palavra «cônegos» além de designar os cônegos propriamente ditos, tem uma significação mais abrangente englobando os vários elementos do Cabido, nomeadamente as dignidades. Assim, seria sobretudo a constância como moradores, durante várias décadas, das dignidades, a razão de ser da permanência do topónimo Rua dos Cônegos, e não apenas a presença dos cônegos propriamente ditos.

Sendo um local onde as dignidades habitualmente moravam, o mesmo não se passava em relação aos cônegos, cuja maioria habitava noutras ruas à volta da catedral.

2.2.1.3.- Os governantes da diocese.

O Cabido portuense de setecentos era uma instituição religiosa com uma importância insofismável. Essa relevância advinha não só do facto de os seus capitulares auxiliarem o bispo, mas também por o poderem substituir no governo da diocese. A afirmação deste seu poder, concretizou-se através da realização de obras que conduziram à alteração da fisionomia arquitectónica da cidade, sobretudo na primeira metade do século. Sendo figuras de grande prestígio, conferiram à Rua dos Cônegos uma relevância particular no Porto de então.

Não é nosso propósito descrever pormenorizadamente todos os feitos pelos quais se ilustraram; pretende-se sim dar uma panorâmica geral do conjunto de personalidades que se destacaram no último século do Antigo Regime, no governo da diocese.

A 26 de Setembro de 1708, falece o bispo D. Frei José de Santa Maria Saldanha³¹². Dois dias depois, o Cabido declara a Sé Vaga, elegendo como vigário geral o cônego Dr. Bernardo de Azevedo e Carvalho, e como provisor o deão João Freire Antão³¹³ - o primeiro possivelmente habitava a casa do seu tio, o cônego Domingos Carvalho e Azevedo, e o segundo residia na Casa de Vandoma.

Este fugaz período de governo tem o seu término com o início do bispado de D. Tomás de Almeida, o qual tomou posse por procuração em 17 de Outubro de 1709³¹⁴.

Em 1717, D. Tomás de Almeida é nomeado patriarca de Lisboa ocidental. Inicia-se um novo e longo período de Sede Vacante, que terminaria em 1741. Em Março de 1717, o Cabido constituiu um governo, do qual faziam parte cinco governadores. Destes, dois residiam na Rua dos Cônegos: Baltasar Leitão de Magalhães e Silva³¹⁵, arcepreste, morador nas Casas dos Magalhães II e III³¹⁶; e, novamente, o Dr. Bernardo de Azevedo e Carvalho, vigário geral³¹⁷. Também foram nomeados cinco adjuntos, três dos quais eram vizinhos dos anteriores: António de Sousa de Magalhães, arcediogo da Régua³¹⁸, que residiu na Casa dos Alcoforado II³¹⁹; Dinis da Silva de Faria, cônego, morador na Casa de Maria dos Reis³²⁰, e o Dr. Luís de Magalhães, arcediogo de Oliveira do Douro³²¹, morador na Casa dos Freire de Andrade³²². De curta duração, a partir de Setembro este governo foi substituído por outro onde o Cabido, no seu conjunto, detinha a direcção³²³.

³¹² PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob cit.*, p. 287.

³¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 289.

³¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 293.

³¹⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 55.

³¹⁶ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 48, vd. doc. n.º 57 no Apêndice. De entre os vários Livros da Fazenda podemos referir como exemplo o A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 872, fl. 154 v., vd. qd. n.º 57 no Apêndice, e dos Livros da Décima o A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

³¹⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 56.

³¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 55-56.

³¹⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 883, fl. 155, vd. qd. n.º 15 no Apêndice.

³²⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

³²¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 56.

³²² Por exemplo, A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 885, fl. 154., vd. qd. n.º 17 no Apêndice. e A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl., 91, vd. doc. n.º 43 no Apêndice.

³²³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 56.

No entanto, o governo colectivo não foi benéfico para a diocese³²⁴. A sua má administração levou à intervenção de D. João V, sendo então nomeado para dirigir a diocese o Dr. João Guedes Coutinho, o qual governou desde 1726 até 1739, seguindo-se o Dr. Diogo Marques Mourato, até 1741³²⁵.

Na segunda metade do século, o arcepreste José Pedro Virgolino, morador na Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, salientou-se como sub-delegado a partir de 1752, durante a doença do bispo José Maria da Fonseca e Évora, e como provisor enquanto o bispo seguinte, D. Frei António de Távora, não tomava posse da diocese³²⁶. Quando este bispo faleceu é nomeado ecónomo, em 1766³²⁷.

2.2.1.4.- As condições de acesso e progressão nas carreiras eclesiásticas.

O candidato a cônego, como qualquer outro clérigo, iniciava a sua carreira eclesiástica com as ordens menores. Embora o ingresso na carreira eclesiástica³²⁸ não fosse muito exigente, para as obter precisava de satisfazer algumas exigências. Além da idade mínima requerida, doze anos³²⁹, deveria conhecer determinadas orações, saber ler, ajudar à missa e ter conhecimentos de latim. Eram investigadas as suas qualidades morais e aptidões físicas³³⁰, a legitimidade do seu nascimento, a posição social dos ascendentes e a «limpeza de sangue»³³¹.

³²⁴ Situações análogas ocorreram noutros Cabidos do reino. Nas três décadas após 1640, quando alguns Cabidos substituíram os seus bispos no comando das dioceses, foram acusados de corrupção. Em Braga, entre 1728 e 1741, o Cabido conferiu benefícios sem que os proponentes estivessem habilitados para os receber (PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 219-220). Por motivos idênticos, em 1725 o Cabido de Coimbra, foi admoestado pelo rei D. João V (CARDOSO, A. Brito – *A Diocese de Coimbra. Esboço Histórico*. Coimbra: Gráfica Coimbra, Lda., 1995. ISBN-972-603-109-5, p. 20).

³²⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 55.

³²⁶ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, tomo II, p. 323-325.

³²⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 107.

³²⁸ A carreira clerical iniciava-se com a tonsura, que assinalava a passagem do estado laico para o clerical (PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 220). Era geralmente ministrada em simultâneo com as ordens menores, designadas de ostiário, leitor, exorcista e acólito (LEITE, A. – *Ordens menores. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XIV, p. 750).

³²⁹ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. VI, p. 104.

³³⁰ PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 220.

³³¹ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). *In Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XXXVII, n.º 165 (Inverno 2003), p. 1220.

Para se aceder às ordens sacras, ou maiores³³², além da exigência do celibato, o candidato deveria ter um benefício eclesiástico, ou um património, que lhe permitisse algum sustento. Esta imposição destinava-se a que o clérigo não caísse na mendicância, nem se dedicasse a ocupações pouco condignas. O seu património devia ser efectivo, não uma pressuposta herança, e estar livre de hipotecas³³³. Deste modo, quem dispusesse de um património significativo tinha mais probabilidades de ser aceite³³⁴.

O proponente às ordens sacras deveria ainda possuir a idade mínima de vinte e dois anos³³⁵, ter as ordens menores, saber latim, cantar e pronunciar, ler as ordens canónicas, conhecer os mistérios da fé, os sacramentos, as censuras eclesiásticas, e ter noções de casos de consciência³³⁶. Para ser presbítero, o último grau das ordens maiores, deveria saber, nomeadamente, celebrar a missa. Apesar destas imposições, o acesso às ordens maiores não era problemático. Sendo a música de capital importância na celebração do ofício divino, se o candidato tivesse conhecimentos musicais e soubesse cantar, tinha fortes probabilidades de progredir na carreira³³⁷.

Enquanto que para se ser cônego apenas era exigida a primeira tonsura³³⁸, para aceder a uma dignidade o proponente devia ser detentor de uma habilitação académica³³⁹, e de ter as ordens menores. Deveria no entanto obter, posteriormente, as ordens maiores, pois só assim poderia desempenhar as funções inerentes ao seu cargo, nomeadamente a celebração da missa. Apresentamos como exemplo, entre muitos outros, o deão Jerónimo de Távora de Noronha. Sucedendo ao seu tio, o deão João Freire Antão, que nele tinha resignado em 7 de Novembro de 1708, obteve as ordens sacras em 1711³⁴⁰.

Um dos problemas com que a Igreja sempre se deparou ao longo da Época Moderna foi a formação dos clérigos. Sobretudo após o Concílio de Trento, houve uma maior atenção na resolução desta problemática³⁴¹, aumentando a exigência na formação

³³² As três ordens sacras designavam-se por subdiaconado, diaconado e presbiterado (LEITE, A. – Ordens maiores. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XIV, p. 751). Com estas ordens encetava-se um percurso que permitia ao clérigo chegar a bispo (PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 221-222).

³³³ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1220.

³³⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 1224.

³³⁵ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. VI, p. 104.

³³⁶ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1219.

³³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 1219.

³³⁸ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga; História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993, p. 24.

³³⁹ FARIA, Ana Mouta – *Ob. cit.*, p. 32.

³⁴⁰ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 99.

³⁴¹ PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.* p. 213.

académica dos candidatos, sobretudo àqueles que pretendiam ingressar nas ordens maiores³⁴². Surgem colégios jesuítas e de outras ordens, congregações religiosas, seminários³⁴³, e em Coimbra a Faculdade dos Cânones, a qual dava formação àqueles que pretendiam ingressar nos Cabidos³⁴⁴. Apesar deste esforço na qualificação dos clérigos, a frequência de alunos foi sempre muito reduzida, e nem todos os que acediam às ordens sacras eram detentores de uma formação académica³⁴⁵.

Até ao início do XVII, várias famílias de cristãos-novos viram os seus membros ingressarem no estado eclesiástico, tendo alguns deles alcançado lugares de destaque em vários cabidos do reino. O facto de ter um familiar pertencente ao clero, possibilitava a estas famílias uma mais fácil integração na sociedade. A partir de seiscentos esta situação é alterada, sendo tomadas medidas que limitam aos cristãos-novos o estado eclesiástico. No reinado de Filipe IV de Espanha, a «pureza de sangue» torna-se indispensável para os proponentes³⁴⁶, sendo a sua ascendência averiguada por dois cónegos eleitos para o efeito³⁴⁷. O acesso por parte de candidatos com antepassados judeus, mouros ou hereges, torna-se bastante difícil. Esta intransigência em relação à «pureza de sangue», não se limitava àqueles que pretendiam iniciar a carreira. Qualquer clérigo suspeito podia ser acusado, independentemente do seu estatuto. Em 1606, André de Barros, arcediogo de Oliveira, foi acusado pelo Cabido da Colegiada de Cedofeita de pertencer à nação hebraica, tendo sido proposto o seu afastamento do cargo³⁴⁸. Em Coimbra, na segunda metade de seiscentos, dignidades capitulares são visadas pela Inquisição. No século XVIII, esta condição para o ingresso no estado clerical, só vai ser eliminada com o marquês de Pombal, em 1773, quando a distinção entre cristãos novos e velhos é abolida, sendo retiradas dos Estatutos dos Cabidos todas as referências discriminatórias³⁴⁹.

Embora a legitimidade do nascimento do candidato fosse tida em consideração, aos filhos ilegítimos não lhes estava negado o acesso. São inúmeros os exemplos de filhos naturais que atingiram posições de destaque, chegando mesmo a ocupar os lugares cimeiros da hierarquia eclesiástica. Na Braga setecentista, a diocese foi governada por

³⁴² OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1227.

³⁴³ PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.* p. 215.

³⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 217.

³⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 215.

³⁴⁶ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1222.

³⁴⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, pp. 18-19.

³⁴⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640), os Homens as Instituições e o Poder*, *ob. cit.*, p. 240.

³⁴⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.19.

dois bastardos reais, os arcebispos D. José e D. Gaspar de Bragança³⁵⁰. No Porto, o bispo D António de São José de Castro, que dirigiu a diocese entre 1799 e 1814, era filho ilegítimo do conde de Resende, D. António José de Castro³⁵¹. Relativamente a cônegos portuenses, a ilegitimidade do nascimento do Dr. Domingos Barbosa³⁵² não foi obstáculo para a sua nomeação a cônego magistral em 1723³⁵³.

Estes exemplos deixam perceber a existência de outros factores que influenciaram a entrada e progressão nas carreiras clericais, como referiremos de seguida.

2.2.1.5.- A importância da parentela.

Exceptuando as conezias doutorais e magistrais e as vigariarias, onde a apreciação dos candidatos era feita em público, nos restantes casos o acesso aos diversos cargos do Cabido era feito por nomeação³⁵⁴. Assim, a ligação a um padroeiro e as relações da parentela eram factores determinantes. Estes, consoante a sua importância, permitiam uma maior ou menor ascensão do clérigo ao longo da sua carreira. Embora não fosse exigida origem nobre, o facto de se pertencer a uma família importante que tivesse influência, nomeadamente no Cabido, possibilitava alcançar os mais altos escalões na hierarquia eclesiástica do reino³⁵⁵. É significativo que os candidatos a benefícios e canonicatos do Cabido portuense, entre os anos de 1750 a 1825, sejam em maior número os familiares de beneficiados ou cônegos, seguindo-se por ordem decrescente, os familiares de bispos, os filhos de «Dona», fidalgos da Casa Real, filhos de proprietários, filhos de lavradores e de elementos da pequena burguesia, e indivíduos que exerciam alguma actividade relacionada com o bispado do Porto³⁵⁶.

Formavam-se, deste modo, redes familiares que auxiliavam os parentes que pretendiam ingressar, o que possibilitou o surgimento de um conjunto de famílias que ocuparam, durante várias gerações, lugares no Cabido. Esta situação, comum noutros países europeus, provinha da Idade Média e estendeu-se ao longo da Idade Moderna.

³⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 2ªed. Lisboa: Editorial Verbo, 1982. Vol. V, p. 447-448.

³⁵¹ FERREIRA, Cônego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 381.

³⁵² CUNHA, Albino Lopes – Inquirições «de Genere» no Arquivo Distrital do Porto. In *Genealogia & Heráldica*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. ISSN 0874-4556. N.º 4 (Julho/Dezembro 2000), p. 287.

³⁵³ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 80.

³⁵⁴ PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 222.

³⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 222.

³⁵⁶ SOUSA, Fernando – O Clero da Diocese do Porto ao Tempo das Cortes Constituintes. *Revista de História*. Porto. Vol. II (1979), pp. 250.

Em Braga, várias famílias beneficiaram da estreita relação com o Cabido. Oriundas de várias partes do país, estabeleceram-se na cidade juntamente com o seu familiar que acedia a um canonicato. Algumas delas mantiveram um papel activo no Cabido bracarense, desde os alvares da Idade Moderna³⁵⁷. Podemos referir como exemplo a família Bravo, com origem em Pedro Bravo, elevado a cônego em 1476, e mais tarde Fernão Bravo, cônego em 1512, e seu irmão o cônego Pedro Bravo. São seus parentes os cônegos Manuel Sousa de Azevedo, baptizado em 1604, e Simão Barreto Bravo, baptizado em 1629³⁵⁸.

Da mesma cidade, os Falcão Cota tiveram como origem um cônego, pai de outro cônego, que por sua vez também foi pai de um cônego³⁵⁹. Esta família tornou-se uma das mais selectas da cidade. Dela provieram, entre o final do século XVII e o início do XIX, um elevado número de personalidades pertencentes ao Cabido: um mestre-escola, dois arcediagos, seis cônegos e um beneficiado³⁶⁰.

A família Alão deteve, desde a Idade Média, um lugar de relevo no Cabido portuense. Salientaram-se: João Soares Alão, cônego da Sé do Porto na segunda metade do século XIII, e bispo de Silves³⁶¹; Domingos Geraldês Alão, capitular na segunda metade de trezentos³⁶²; Martinho Lopes de Moraes Alão, o qual em 1733 tomou posse do canonicato³⁶³; e o seu sobrinho Jerónimo Moraes Alão, cônego desde 1752³⁶⁴. Esta família, no século XVIII, residiu na Rua dos Cônegos.

A estreita relação entre algumas famílias e os Cabidos, era também favorecida pelas resignações e coadjutorias com futura sucessão. Era frequente os cônegos terem como coadjutores irmãos ou sobrinhos, que lhes sucediam. Esta possibilidade permitiu que, durante várias gerações, um determinado ofício permanecesse na mesma família, formando-se verdadeiras dinastias de eclesiásticos³⁶⁵.

Através dos documentos consultados deparamo-nos com várias famílias cujos membros detiveram, nos finais do século XVII e ao longo do século XVIII, vários lugares no Cabido.

³⁵⁷ VAZ, A. Luís – *Ob. cit.*, p. 141.

³⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 142.

³⁵⁹ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1230.

³⁶⁰ VAZ, A. Luís – *Ob. cit.*, p. 149-150.

³⁶¹ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.199.

³⁶² IDEM, *Ibidem*, p.184.

³⁶³ IDEM, *Ibidem*, p.222.

³⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p.192.

³⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, p.39.

Quadro n.º 6
Relações de parentesco entre as dignidades e os cônegos (a)
Cargos

Nomes	Designações	Anos	Grau de parentesco com o anterior	Casas
João Freire Antão	Deão	1677-1708(r)		C6-C9.5-C9
Jerónimo de Távora e Noronha	Deão	1708-1754(†)	Sobrinho-neto	C6-C9
Inácio Vanzeler	Arcediago de Oliveira	1776-1832(†)		
João Pedrossen da Silva	Deão	1760-1783(†)	Primo	
Luís Pedro de Brederode e Andrade	Deão	1782-1823(†)	Primo	C10
Domingos Barbosa	Cónego magistral	1723-1746(†)		C1-C2-C3
Manuel Barbosa de Albuquerque	Chantre	1732-1748(†)	Irmão	C3
Fernando Barbosa de Albuquerque	Chantre	1736-1752(r)	Sobrinho	C3
Álvaro Barbosa de Albuquerque	Chantre	1752-1807(†)	Irmão	C3
José Nogueira da Silva Sequeira	Mestre-escola	1778-1805(†)		C22
Alexandre José Nogueira de Miranda	Meio cônego	1778-1826(†)	Sobrinho	
Miguel da Costa Lima	Tesoureiro-mor	1685-1710(†)		C15
Pedro da Costa Lima e Melo	Tesoureiro-mor	1710-1723(r)	Sobrinho	C15
Miguel da Costa Lima e Melo	Tesoureiro-mor	1723-1753(r)	Irmão	C15
Álvaro Leite Pereira de Melo Vasconcelos	Tesoureiro-mor	1753-1780(r)	Sobrinho	
João de Sousa Lima	Arcediago da Régua	1673-1683(r)		C7-C10
António de Sousa Magalhães	Arcediago da Régua	1683-1714(r)	Irmão	C10
João de Sousa Lima Alcoforado	Arcediago da Régua	1714-1753(r)	Sobrinho-neto	C7-C10
João de Sousa Lima Alcoforado	Arcediago da Régua	1753-1762(†)	Sobrinho	C7-C10
Cristóvão de Magalhães	Arcediago de Oliveira	1680-1692(r)		C14
Luís de Magalhães	Arcediago de Oliveira	1692-1728(†)	Sobrinho	C14-C16
Baltasar Leitão de Magalhães	Arcipreste	1689-1720(r)		C4-C12/13
João da Silva Magalhães	Arcipreste	1720-1747(†)	Sobrinho	C11-C12/13
José Pedro Virgolino	Arcipreste	1747-1780(r)		C11
Pedro António Virgolino	Arcipreste	1780-1794(r)	Sobrinho	
António Mourão	Cónego	1677-1701(r)		C21
António Mourão	Cónego	1701-1712(†)	Sobrinho	C21
Domingos Carvalho de Azevedo	Cónego	1672-1702(r)		C1-C2
Bernardo de Azevedo Carvalho	Vigário geral	1702-1726(r)	Sobrinho	C2(?) - C21
João de Azevedo Carvalho	Cónego	1726-1753(r)	Sobrinho	C21
Rodrigo Mendes de Vasconcelos	Cónego	1753-1799(r)	Sobrinho	C21
Domingos Gonçalves Prada	Cónego	1672-1705(r)		C22
Sebastião de Prada Lobo	Cónego	1705-1754(†)	Primo	C22
João de Sousa da Silva	Cónego	1679-1702 (b)		C3
Luís de Sousa de Carvalho	Cónego (c)	1697-1709(r)	Sobrinho	C3
Luís Brandão Pereira de Lacerda	Cónego	1748-1772(r)		
Simão de Melo Brandão Pereira Lacerda Mendonça	Cónego	1772-1811(†)	Sobrinho	C12/13
Francisco Coelho da Costa	Meio cônego	1783-1832(†)		
António Coelho da Costa	Cónego	1788-1806(†)	Irmão	C8

Fontes: Livros da Fazenda; livros da décima; livro da décima do novo imposto; roteiro de prazos do Cabido; PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940; CUNHA, Albino Lopes – Inquirições «de Genere» no Arquivo Distrital do Porto. In *Genealogia & Heráldica*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. ISSN 0874-4556. N.º 4

(a) – Neste quadro privilegiamos a questão do parentesco entre os cônegos, independentemente de todos os elementos de cada família residirem ou não na Rua dos Cônegos.

(b) – Ano provável do seu falecimento. PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Pôrto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 200.

(c) – Além de cónego da Sé do Porto, foi abade de Fontelas e D. Prior da Colegiada de Cedofeita. PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Pôrto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 212.

Algumas das famílias assinaladas no quadro anterior destacam-se pelo número de parentes que pertenceram ao Cabido, e pelo tempo que as mesmas detiveram determinado cargo. Por exemplo, os Barbosa de Albuquerque foram chantres da Sé desde Manuel Barbosa de Albuquerque, que tomou posse em 19 de Novembro de 1732³⁶⁶, sucedendo-lhe o seu sobrinho, Fernando Barbosa de Albuquerque³⁶⁷, e terminando com o irmão deste último, Álvaro Barbosa de Albuquerque, falecido em 23 de Março de 1807³⁶⁸. Também pertenceu a esta família o Dr. Domingos Barbosa, cónego magistral, irmão bastardo de Manuel Barbosa de Albuquerque.

Os Alcoforado, destacaram-se como arcediagos da Régua durante quase um século. João de Sousa Lima, arcediago desde 25 de Agosto de 1673³⁶⁹, foi substituído pelo seu irmão³⁷⁰ António de Sousa Magalhães³⁷¹, ao qual sucedeu o seu sobrinho-neto³⁷² João de Sousa Lima Alcoforado³⁷³, terminando a posse da dignidade por esta família, no sobrinho e homónimo deste último João de Sousa Lima Alcoforado, falecido em 29 de Dezembro de 1762³⁷⁴.

Podemos ainda mencionar a família de cônegos Azevedo Carvalho, cuja posse de um canonicato ultrapassou um século. A Domingos Carvalho de Azevedo, cónego a partir de 1672³⁷⁵, sucedeu o sobrinho Bernardo de Azevedo Carvalho³⁷⁶, e a este

³⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p.117.

³⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, p.113.

³⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, p.111.

³⁶⁹ O cónego António Ferreira Pinto denomina-o por José de Sousa Lima (PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.149), no entanto nas inquirições «de genere» (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 299), e nos livros da fazenda (por exemplo: A.D.P., Livro da Fazenda n.º 869, vd. qd. n.º 1 no Apêndice) é chamado de João de Sousa Lima.

³⁷⁰ CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p.300.

³⁷¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.142.

³⁷² GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo II, p. 27.

³⁷³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.148-149.

³⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p.149. Este investigador apelida-o de João de Sousa da Silva Alcoforado. Julgamos ser lapso pois nas inquirições *de genere* é denominado João de Sousa Lima Alcoforado (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 284-285), assim como nos Livros da Fazenda (por exemplo: A.D.P., Livro da Fazenda n.º 928, fl. 189, vd. qd. n.º 60 no Apêndice).

³⁷⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.183.

³⁷⁶ IDEM, *Ibidem*, p.179.

também o sobrinho João de Azevedo Carvalho³⁷⁷, finalizando com Rodrigo Mendes de Vasconcelos³⁷⁸, sobrinho do anterior, falecido em 17 de Janeiro de 1801³⁷⁹.

O facto de se fazer parte do Cabido, conferia um elevado prestígio. Não só os cónegos pertenciam a famílias importantes, como auferiam de um elevado poder económico³⁸⁰. A pertença ao corpo capitular era, deste modo, desejada por qualquer família com a intenção de ascender socialmente³⁸¹. Àqueles a quem estivesse destinada uma carreira eclesiástica, a parentela procurava assegurar condições que possibilitassem a ocupação de lugares cimeiros nos Cabidos³⁸². Geralmente eram os filhos segundos³⁸³; no entanto, verifica-se nalgumas famílias de estratos sociais mais baixos que pretendiam elevar-se a níveis superiores, serem os primogénitos a ingressarem no meio clerical, enquanto a descendência era assegurada pelos filhos secundogénitos ou pelas filhas³⁸⁴.

Uma família com pretensões a subir socialmente, e que procurasse colocar o seu parente num lugar eclesiástico de destaque, era recompensada com os bens que este lhe legava. Esses bens podiam fazer parte dos dotes das irmãs ou sobrinhas. É relevante, deste modo, o papel que os cónegos tiveram no campo matrimonial. Ocupando lugares de destaque, pertencendo às elites urbanas, contribuindo para os dotes, possibilitavam a ligação conjugal dos seus parentes com estratos sociais superiores, efectivando a pretendida ascensão³⁸⁵. Além de outros exemplos, podemos mencionar os Freire de Andrade. A casa que habitaram na Rua dos Cónegos, foi morada do arcediago de Oliveira do Douro, Luís de Magalhães, falecido a 1 de Agosto de 1728³⁸⁶. A herdeira do seu património, D. Jerónima Luísa de Magalhães, sua filha, casou com Henrique Carlos Bandeira Pereira³⁸⁷, descendente por varonia dos Freire de Andrade, uma família pertencente à antiga nobreza do reino³⁸⁸. Através deste casal, os descendentes do arcediago fariam parte das elites da cidade.

³⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, p.194.

³⁷⁸ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 79, vd. doc. n.º 57 no Apêndice, e A.D.P., Livro da Fazenda n.º 935, fl. 391, vd. qd. n.º 66 no Apêndice. Este cónego também nos surge com o nome Rodrigo de Vasconcelos Mendes de Azevedo. PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.229.

³⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, p.229.

³⁸⁰ BRAGA, Paulo Drumond – *Ob. cit.*, p. 416.

³⁸¹ PAIVA, José Pedro – *Ob. cit.*, p. 212.

³⁸² OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1226.

³⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 1229.

³⁸⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 1230.

³⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 1232.

³⁸⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p.150.

³⁸⁷ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 19.

³⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 15.

O retorno do investimento que a parentela fazia no familiar, contribuindo para a sua entrada e ascensão no meio clerical, podia também ser efectivado com a criação, por parte do aclesiástico, de casas e morgados - situação frequente, sobretudo nos três primeiros quartéis do século XVIII - que eram herdados pelos seus familiares. Nalguns casos, quem recebia o vínculo era o filho bastardo do clérigo. Em Braga, os já referidos Falcão Cota tiveram como origem um cónego - que tinha sido escudeiro-fidalgo do rei D. Afonso V - cujo filho cónego fundou um morgado. O filho e herdeiro deste último, cónego também, deixou-o ao seu filho bastardo³⁸⁹, cujos descendentes ocuparam, como vimos, lugares proeminentes no Cabido bracarense.

Algumas das famílias que habitaram a Rua dos Cónegos, adaptam-se às características que mencionámos. Dos Barbosa de Albuquerque, a primeira figura que se destacou foi o Dr. Domingos Barbosa, cónego magistral a partir de 4 de Maio de 1723. No seu testamento de 29 de Agosto de 1746, indica que a casa, jardins e pátio que mandou construir na Rua dos Cónegos, se destinariam à fundação de um vínculo³⁹⁰. Sucederam-lhe o irmão e os sobrinhos, todos chantres. O vínculo e o facto de a parentela estar relacionada com o Cabido, decerto guindaram a família a estratos sociais mais elevados.

Os Freire, ao longo do século XVII já se tinham ilustrado com o mestre-escola Pantaleão Freire, o seu sobrinho Manuel Freire, também mestre-escola, e o irmão deste último, o já referido deão João Freire Antão³⁹¹, morador na casa de Vandoma³⁹². Seria porém na geração seguinte que a família alcançaria uma maior relevância. Em 12 de Maio de 1711 é lavrado o testamento do deão, onde menciona ser sua intenção instituir um vínculo com todos os seus bens. Quem o herdou foi a sua sobrinha, D. Micaela Antónia Freire, a qual era viúva de António de Távora de Noronha Leme Cernache, pertencente a uma das mais destacadas famílias da cidade³⁹³. Ocupando um lugar prestigiante no Cabido, e sendo detentor de uma fortuna considerável, decerto a influência do deão foi determinante no matrimónio da sua sobrinha.

2.2.1.6.- Apogeu e decadência do número de clérigos.

³⁸⁹ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1229-1231.

³⁹⁰ FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 18.

³⁹¹ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 8.

³⁹² IDEM, *Ibidem*, p. 10.

³⁹³ IDEM, *Ibidem*, p. 11-12.

A Igreja era um verdadeiro estado dentro do Estado. Estava isenta do pagamento de taxas, dispunha de lugares prestigiantes, influía no governo do reino e possuía tribunais próprios³⁹⁴. Acrescente-se ainda a imensa riqueza que lhe advinha, nomeadamente, das suas propriedades, que abarcavam cerca de um quarto a um terço do país, e do ouro enviado pelo Brasil, durante o reinado de D. João V. Estas características atractivas, motivaram o aumento considerável de clérigos até à primeira metade do século XVIII, facto sublinhado pelos estrangeiros que visitaram Portugal³⁹⁵. Em 1755, a população portuguesa tinha cerca de 200 000 eclesiásticos, um número quatro vezes superior àquele que existia no século anterior³⁹⁶.

A facilidade com que se permitia a entrada de proponentes ao estado clerical, sem a necessária vocação e com uma preparação insuficiente³⁹⁷, teve como consequência uma decadência de comportamentos. O relaxamento da disciplina estendia-se a todos os estratos clericais, desde os seus mais altos representantes, e envolvia as várias camadas da sociedade. A ligação amorosa entre D. João V e a madre Paula, monja do Convento Cisterciense de Odivelas, foi apenas uma de entre as que então frequentemente ocorriam entre os nobres e as freiras, ou monjas³⁹⁸. No Livro intitulado *tombo das casas...*, escrito no século XVI, com adendas feitas no século XVII, deparamo-nos com vários casos de filhos de padres e cónegos que herdaram as casas dos pais. Embora a quebra do voto de castidade, neste século e no seguinte, fosse tolerada socialmente³⁹⁹, ao longo da Época Moderna foram sendo tomadas medidas que procuraram restringir a sua frequência⁴⁰⁰.

A partir de 1760, inicia-se um período de decréscimo no excessivo número de clérigos. As carreiras deixaram de ser ambicionadas, tendo como consequência a sua desqualificação. Facto a que a política pombalina anti-clerical, e a «cultura das luzes», com o seu pensamento racional, não são alheios⁴⁰¹. Se até essa data, os filhos secundogénitos da nobreza titular tradicionalmente seguiam a carreira eclesiástica, agora assiste-se à diminuição dos proponentes com essa origem familiar⁴⁰². É sintomático que, até à data referida, o cargo de bispo era quase na sua totalidade

³⁹⁴ HANSON, Carl A. – *Ob. cit.*, pp. 32-33.

³⁹⁵ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1214-1215.

³⁹⁶ HANSON, Carl A. – *Ob. cit.*, p. 42-43.

³⁹⁷ CARDOSO, A. Brito – *Ob. cit.*, p. 18.

³⁹⁸ BRAGA, Paulo Drumond – *Ob. cit.*, p. 106-107.

³⁹⁹ BRITO, Pedro de – *Ob. cit.*, p. 290.

⁴⁰⁰ BRAGA, Paulo Drumond – *Ob. cit.*, p. 107-108.

⁴⁰¹ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Ob. cit.*, p. 1236.

⁴⁰² IDEM, *Ibidem*, p. 1215.

atribuído a elementos da alta nobreza. Após esse ano, surgem cada vez em maior número, bispos cuja proveniência não é tão ilustre⁴⁰³. A influência das camadas sociais mais elevadas acabaria por atingir, lentamente, outros estratos sociais. Como no resto do país, o bispado do Porto, em finais do século XVIII e início do seguinte, assiste também a uma forte quebra no número de clérigos. A falta de vocações, com o decorrente envelhecimento dos eclesiásticos, vai-se acentuando até ao regime liberal⁴⁰⁴.

A progressiva diminuição de clérigos, na segunda metade de setecentos, teve influência a nível dos comportamentos. Deixando de ingressar no estado eclesiástico um elevado número de candidatos sem vocação, aqueles que efectivamente a tinham certamente trouxeram uma maior exigência moral ao meio clerical.

Essa alteração de atitudes constata-se nos documentos que consultámos. No século XVIII, o número de filhos de cónegos mencionados no tomo Roteiro de prazos do Cabido, é insignificante.

2.3.- Os nobres.

Se a identificação dos moradores eclesiásticos é imediata, uma vez que o cargo é mencionado, relativamente aos moradores de origem nobre o seu reconhecimento é problemático. Enquanto que alguns nomes nos indicam claramente que esses residentes fazem parte da nobreza, outros nomes são banais, dificultando a sua classificação. Estes nobres cujos nomes não os identificam como tal, pertencem àquela nobreza que Francisco de Vasconcelos classifica por «nobreza invisível ou oculta»⁴⁰⁵. Sobre estes, outras fontes nos elucidaram.

Outro meio de identificação, embora não fosse extensivo a grande parte da nobreza, é o emprego do denominativo Dom, ou Dona. Relativamente aos homens, só esporadicamente este título nos surge nos documentos consultados, enquanto que nas mulheres é mais frequente.

Não tendo a expressividade dos eclesiásticos, a Rua dos Cónegos também foi habitada por um número elevado de nobres, embora os quadros anteriormente apresentados não nos esclareçam nesse sentido. Efectivamente, os nobres que as fontes

⁴⁰³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, ob. cit., p. 131-132.

⁴⁰⁴ SOUSA, Fernando – *Ob. cit.*, p. 256-258.

⁴⁰⁵ VASCONCELOS, Francisco – *A Nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003, p. 19.

nos indicaram estão assinalados na linha «nobre»; no entanto, alguns exerciam uma actividade, pelo que estão colocados na linha correspondente ao seu cargo.

Por outro lado, o número de nobres, na realidade, seria mais elevado, uma vez que com estes habitavam os seus familiares, com grau de parentesco mais ou menos próximo. E se o titular da casa tivesse filhos, estes certamente seriam em grande número⁴⁰⁶. Exemplo bem ilustrativo são os 14 filhos de António de Távora de Noronha Leme Cernache e D. Micaela Antónia Freire, residentes na Casa de Vandoma⁴⁰⁷.

Com as dignidades e os cônegos, de origem nobre, certamente também habitavam os seus familiares. Em Braga, quando os cônegos eram naturais de outra região, faziam-se acompanhar pelos seus parentes⁴⁰⁸. No Porto, embora não disponhamos de dados que o comprovem, seguramente ocorreram casos semelhantes.

De seguida apresentamos os nomes dos nobres que foram moradores e foreiros na rua, assim como os nomes daqueles que sabemos terem sido foreiros. Incluímos no quadro também estes pois, podem ter habitado as casas de que eram foreiros.

Quadro n.º 7

Nobres moradores e foreiros das casas da Rua dos Cônegos

Fontes: Ver quadros dos Moradores e Foreiros.

Nomes	Parentesco com anterior	Casas	Foreiro (a)	Moradores (a)
Dr. Cristóvão Alão de Moraes			1690/1-1693†	1690/1-1693†
D. Joana Teresa de Carvalho	Mulher		1706-1715†	1698- 1715†
Agostinho Aurélio de Moraes Alão	Filho	C5	1714/5-1732/3	1698-1726
Cristóvão Alão de Moraes	Filho		1733/4-1761/2	
Agostinho Alão de Moraes Pimentel	Filho		1762/3-1800	
D. Maria Violante de Azevedo		C4	1784	
		C12	1783	
Manuel de Magalhães de Azevedo	Filho	C4	?	
		C12	?	
Francisco de Magalhães	Irmão	C4	?	
Manuel Baião		C19	1690/1-1693/4	1690/1-1693/4
		C18	1714/5-1718	1715-1718
Manuel Baião	?	C19	1695/6-1718	1695/6-1718
		C20	(?) 1690/1-1714/5	1716-1718
		C18	1723-1740/1	
D. Sebastiana Teresa Baião	Filha	C19	1723-1740/1	
		C20	1723-1740/1	
Gonçalo Bandeira		C15		?
D. Ana Cláudia Barbosa de Albuquerque		C3	1807	
Luís Brandão de Mello		C11		1712-1713
D. Ana Luísa Cardoso		C12	?	
		C13	?	
Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca		C12	1803	
		C13	1783	

⁴⁰⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. ISBN: 972-27-1143-1, p. 66-68.

⁴⁰⁷ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha. Sep. *Boletim Cultural*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. Nova Série, n.º 1 (Dezembro 1987), p. 12.

⁴⁰⁸ VAZ, A. Luís – *O Cabido de Braga 1071 a 1971*. Braga: José Dias de Castro, 1971, p. 141.

Pedro da Costa Lima		C15	(?) 1712-1744/5	
D. Ana Casimira	Filha	C15	1758/9-1770/1	
Dr. João Giraldes		C8		1729
Pedro Leite de Mello		C22		1804
D. Micaela Antónia Freire		C6	1724/5-1752/3	
		C9	1745/6-1752/3	1724/5-1752/3
Vicente de Távora de Noronha Leme Cernache	Filho	C6	1753/4-1779	
		C8	1755/6-1773	
		C9	1753/4-1779†	1753/4-1779†
D. Ana de Noronha Leme Cernache	Mulher	C6	1780-1804	
		C8	1780-1790	
		C9	1780-1804	1780-1804
D. Jerónima Luísa de Magalhães			1745/6-1796†	1763-1796†
António Mateus Freire de Andrade	Filho	C14	1796-1809	1780-1809
José Mendes Portugal		C8	1702/3-1726/7	1698-1726
D. Maria Escolástica Pereira de Araújo			1785-1789	1785
Simão Pereira Leitão	Marido	C11	1785-1789	1785
D. Matilde Vieira de Mello	Sobrinha		1803-1804	1804
Sebastião Leme Vieira de Mello	Marido		1804	1804
António da Silva de Magalhães		C4	1728/9-1754/5	
		C12/13	1729-1754/5	
Rodrigo de Sousa da Silva		C7	1705/6-1748/9	
		C10	(?) 1709/0-1748/9	
Francisco Filipe de Sousa Alcoforado	Filho	C7	?	
		C10	1749/0-1765/6	
Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado	Filho	C7	1766/7-1803	
		C10	1766/7-1804	
Francisco de Sousa Madureira Cirne		C15		1698
		C11	1708/9-1728/9	1701-1714
Diogo de Sousa Távora				1730-1731
D. Luísa José da Gama (b)	Mulher	C14		1763
Miguel Tavares Leitão			1690/1	1690/1
D. Úrsula de Almeida	Mulher	C14	1691/2-1706/7	1691/2-1706/7
António Tavares Leitão	Filho		1707/8-1708/9	1708
Manuel Velho de Miranda		C2?		1726
Manuel Vieira de Azevedo			1730/1-1736/7	
D. Mariana Angélica de Azevedo	Bisneta		1783	
Dr. António Carneiro Giraldes de Vasconcelos	Neto	C21	1801-1803	
D. Maria Leonor de Vasconcelos	Tia			1803
?	Irmãs			1803

(a) – Só colocamos as datas extremas mencionadas nas fontes.

(b) – A.H.M.P., Lançamento da décima dos juros da Sé, n.º 4549, fl. 141v.

† - Ano do seu falecimento.

Ocupando a categoria mais elevada encontramos os Grandes, nobres titulados, de grande poder político, intimamente ligados à corte⁴⁰⁹.

Imediatamente a seguir situa-se a nobreza de província, os fidalgos «de solar». Encontrando-se em maior número Entre-Douro-e-Minho, em Trás-os-Montes e nas Beiras, podiam residir também nas cidades ou nas suas quintas dos arredores⁴¹⁰.

Menos dependente da coroa do que a nobreza cortesã, o seu poder provinha da posse da terra. Desde o final de seiscentos à primeira metade de setecentos a construção, ou reconstrução, dos seus solares ilustra o bom período económico que então atravessavam⁴¹¹.

⁴⁰⁹ RODRIGUES, José Damião – *Ob. cit.*, p. 425.

⁴¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 427.

⁴¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 427.

Caracterizavam-se pela antiguidade das suas famílias, distinguindo-se assim da nobreza mais recente. Remontando algumas aos primórdios do reino, ou mesmo ao período condal, a sua ancestralidade era confirmada pela existência de um velho solar⁴¹².

Instalando-se nas cidades, em parceria com as famílias locais, participavam activamente no seu governo. Das várias câmaras do reino, destacavam-se pelo elevado número de vereadores nobres, no final do Antigo Regime, a de Lamego, a de Évora e a do Porto, «a mais aristocrática câmara eleita do país, onde somente se arrolavam fidalgos da casa real»⁴¹³. Nesta última, a predominância de vereadores nobres, descendentes das famílias aristocráticas quinhentistas, já se verificava ao longo dos séculos XVII e XVIII⁴¹⁴.

Os letrados, aqueles que detinham algum grau académico, bacharéis, licenciados e doutores em Teologia, Direito, Medicina, Filosofia e Matemática, eram considerados nobres, destacando-se os que tinham formação em direito⁴¹⁵. Era uma nobreza recente, classificada como «nobreza civil ou política», por oposição à «nobreza natural», aquela que passava de pais para filhos⁴¹⁶.

Na generalidade os cônegos, as dignidades e os beneficiados eram de ascendência nobre. Os que não provinham desse estado a ele acediam, visto que para se tornarem capitulares os proponentes deveriam ser detentores de um grau académico⁴¹⁷, o qual lhes conferia a nobilitação⁴¹⁸.

Os vários indivíduos que pertenciam ao estado nobiliárquico distinguiam-se também, entre si, pela sua fortuna. Se os titulares, alguns fidalgos de província detentores de vastas propriedades, ou os nobres cuja ascensão recente se deveu à fortuna acumulada enquanto burgueses, facilmente se destacam como fazendo parte de um estado superior, outros, da pequena nobreza, não dispunham de rendimentos que os identificassem como pertencendo a esse estado.

⁴¹² IDEM, *Ibidem*, p. 427.

⁴¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. ISBN: 972-671-107-X, p. 60.

⁴¹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, ob. cit., p. 68.

⁴¹⁵ RODRIGUES, José Damião – *Ob. cit.*, p. 429.

⁴¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, ob. cit., p. 26-27.

⁴¹⁷ FARIA, Ana Mouta – Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime. *Ler História*. Lisboa: Edições Salamandra, Lda. ISSN 0870-6182. Nº 11 (1987), p. 32.

⁴¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 35.

Embora valorizassem a linhagem, a descendência pela linha masculina, a qual mais prestígio tinha quanto mais antiga fosse, era frequente as mulheres, na falta de herdeiros masculinos, herdarem os morgados, terminando deste modo a linhagem⁴¹⁹.

A nobreza dos filhos era-lhes transmitida não só pelos pais mas também pelas mães. Os descendentes, para além das armas, podiam ter o apelido de um dos progenitores, havendo tendência para a escolha do mais ilustre. No entanto, o apelido que os identificava era o primeiro, não sendo necessariamente o mais ilustre⁴²⁰. Os filhos segundos podiam usar um nome diferente do do primogénito, e as filhas geralmente adoptavam o das mães ou avós⁴²¹.

No século XVII aumentou o número de títulos. No século seguinte, a importância atribuída a uma casa (constituída por bens vinculados, podendo ter associados um título e outros direitos⁴²²), vai sobrepor-se à linhagem⁴²³. O senhor da casa passa a usar o nome desta, seguido de outros correspondentes a casas menos importantes⁴²⁴.

2.3.1.- As famílias nobres.

Longe iam os tempos em que o privilégio da não permanência de nobres dentro dos muros da cidade do Porto⁴²⁵, os impedia de aí residirem. Desde o reinado de D. Manuel⁴²⁶ que a nobreza, paulatinamente, se foi estabelecendo na urbe, encontrando sempre resistência por parte da população. Relativamente à segunda metade de quinhentos, os documentos não fazem referência a possíveis atritos, parecendo indicar uma aceitação deste facto⁴²⁷.

Também se assiste, na segunda metade de quinhentos, a uma progressiva nobilitação das antigas famílias de origem portuense. Outrora orgulhosas do seu enriquecimento devido à actividade mercantil, agora vão adoptar características nobiliárquicas⁴²⁸.

⁴¹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, ob. cit., p. 85.

⁴²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 85-86.

⁴²¹ IDEM, *Ibidem*, p.93-94.

⁴²² IDEM, *Ibidem*, p. 86.

⁴²³ IDEM, *Ibidem*, p. 95.

⁴²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 92-93.

⁴²⁵ BRITO, Pedro de – *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1997. ISBN 972-605-4, p. 414.

⁴²⁶ AFONSO, João Ferrão – *Ob. cit.*, p. 120.

⁴²⁷ BRITO, Pedro de – *Ob. cit.*, p. 415.

⁴²⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 418-419.

A nobreza do Porto de setecentos, era constituída por famílias com diversas proveniências: descendentes das mais aristocráticas famílias quinhentistas, de famílias nobres que se mudaram para a cidade, ou de famílias que, ao longo do século XVII e XVIII, ascenderam a esse estado.

Sem descrevermos com detalhe as famílias que mais se destacaram na rua - essa tarefa será desenvolvida posteriormente -, pretendemos nas próximas linhas dar uma visão de conjunto das mesmas, mostrando desse modo a importância social que a rua detinha em setecentos.

À família Sousa da Silva Alcoforado pertenceram quatro arcediagos da Régua⁴²⁹, os quais residiram na Casa dos Alcoforado II⁴³⁰. Desde o final do século XV que esta família morava na cidade, sendo já fidalgos⁴³¹. Posteriormente, um ramo estabeleceu-se em Guimarães⁴³², do qual provêm alguns vereadores⁴³³ e os arcediagos referidos.

Os Távora de Noronha Leme Cernache, residentes na Casa de Vandoma, eram uma das famílias mais gradas de setecentos, tendo tido um papel capital na história da cidade, nomeadamente a nível político, religioso e artístico. Como os seus apelidos deixam perceber, descendem de várias famílias eminentes. Aos Cernache, foi-lhes concedido no século XV o senhorio de Gaia-a-Grande, nos arredores do Porto, onde residiram⁴³⁴.

A Casa de Domingos Barbosa, foi o local de residência dos Barbosa de Albuquerque⁴³⁵, provenientes de Leça do Balio⁴³⁶, os quais ficaram relacionados com o Cabido portuense como dignidades⁴³⁷.

Da Quinta da Granja, em S. Martinho de Mouros, veio para o Porto a família Silva de Magalhães⁴³⁸. Habitou as Casas dos Magalhães II e III⁴³⁹. Era uma antiga família,

⁴²⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 142, e p.148-149.

⁴³⁰ Habitaram a casa entre 1698 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. 23 no Apêndice) e 1762 (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 928, fl. 189, vd. qd. 60 no Apêndice).

⁴³¹ BRITO, Pedro de – *Ob. cit.*, p. 220.

⁴³² IDEM, *Ibidem*, p. 222.

⁴³³ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *História social da administração do Porto (1700-1750)*. Porto: Universidade Portucalense, 1999. ISBN 972-9354-18-9, p. 78-79.

⁴³⁴ BRITO, Pedro de – *Ob. cit.*, p. 222.

⁴³⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do cabido, n.º 5272, fls.10-12v., vd. doc. 57 no Apêndice.

⁴³⁶ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 315, vd. doc. 46 no Apêndice

⁴³⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 80, p. 111, p. 113, e p. 117.

⁴³⁸ GAYO, M. J. C. Felgueiras – *Nobiliário das famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938, tomo XXIII, p. 124-125, e 167-168.

⁴³⁹ Os documentos informam-nos que esta família residiu na casa entre 1698 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. 23 no Apêndice), e 1731 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. 53 no Apêndice).

cujos membros ocuparam cargos elevados na hierarquia eclesiástica, nomeadamente no Cabido do Porto, com dois arceprestes⁴⁴⁰.

Os Freire de Andrade tiveram os seus representantes na Rua dos Cónegos, na casa que tem o seu nome. Os antepassados mais próximos viveram em Leomil, Lamego⁴⁴¹. Herdeiros dos Magalhães, os anteriores proprietários, instalaram-se na casa na segunda metade do século XVIII⁴⁴².

Na Casa dos Costa Lima, moraram dois tesoureiros-mores. Pertenciam a uma família fidalga com origem em Viana do Castelo, tendo-se instalado no Porto no final do século XVII⁴⁴³.

Como já referimos, as famílias modernas caracterizavam-se pelo grande número de elementos. Cada um deles tinha um papel específico a desempenhar, ao qual estava adstrito um conjunto de obrigações - dos pais para os filhos e entre os irmãos⁴⁴⁴ -, as quais visavam o engrandecimento da casa⁴⁴⁵. Ao primogénito, cabia-lhe assegurar a descendência da família, através de um número elevado de filhos⁴⁴⁶. Os filhos e filhas secundogénitos, eram encaminhados para a carreira eclesiástica⁴⁴⁷, não sendo raro haver apenas um casamento por geração⁴⁴⁸.

Nesta estratégia de elevação da família, vinculavam-se bens a favor do filho mais velho⁴⁴⁹. O mesmo fizeram algumas dignidades, uma vez que lhes era permitido. O deão da Sé do Porto, João Freire Antão, da Casa de Vandoma, instituiu um vínculo⁴⁵⁰, sendo primeira administradora a sua sobrinha D. Micaela Antónia Freire⁴⁵¹. Também o cónego magistral, o Dr. Domingos Barbosa - morador na casa do mesmo nome -,

⁴⁴⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 159-160.

⁴⁴¹ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 15.

⁴⁴² Em 1780 já habitavam a casa. IDEM, *Ibidem*, p. 36.

⁴⁴³ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - Pedro da Costa Lima. *Ilustre Cidadão do Pôrto no Século XVII. Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. 1, Fasc. 1(Março 1938), p.19.

⁴⁴⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, *ob. cit.*, p.184.

⁴⁴⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas –*Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 75.

⁴⁴⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, *ob. cit.*, p.144-145.

⁴⁴⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 75.

⁴⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, *ob. cit.*, p. 73.

⁴⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 77.

⁴⁵⁰ CAMPO BELLO, Conde de - *O Morgadio de Nauzinha*, *ob. cit.*, p. 11.

⁴⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 12.

instituiu no seu testamento um vínculo com a sua casa e outros bens, cujo sucessor seria o seu irmão Manuel Barbosa de Albuquerque, chantre da Sé⁴⁵².

Pretendia-se que os bens transitassem sempre por linha masculina, perpetuando-se os apelidos da família. Com este objectivo, e na falta de herdeiro varão, a herdeira deveria casar preferencialmente com alguém da mesma casa, seu tio ou primo. Situação ocorrida com o casamento de D. Ana de Noronha Leme Cernache - da Casa de Vandoma - com o seu tio Vicente de Távora de Noronha Leme Cernache.

A estratégia de engrandecimento da casa, para a qual cada um dos familiares contribuía assumindo um determinado papel, foi progressivamente sendo alterada na segunda metade do século, estendendo-se depois para os estratos inferiores da nobreza. Assiste-se a uma diminuição no número de filhos, e os secundogénitos deixam de enveredar pela carreira eclesiástica, havendo, em contrapartida, um aumento de casamentos⁴⁵³.

Algumas das famílias portuenses setecentistas devem a sua ascensão ao estado nobre, a ancestrais que se ilustraram em diversas actividades: licenciados em advocacia ou medicina, comerciantes, construtores e capitães de navios⁴⁵⁴, ou eclesiásticos⁴⁵⁵. Destacando-se da sociedade, ligaram-se com as famílias nobres da urbe.

Dispomos de algumas referências a moradores com graus académicos (o que lhes conferia a nobilitação caso não o fossem): na Casa das Colunas residiu o licenciado José Mendes Portugal (1698⁴⁵⁶-1726⁴⁵⁷); o Dr. Cristóvão Alão de Moraes, corregedor do cível da Relação, certamente habitou a Casa dos Alão de Moraes até ao ano do seu falecimento em 1693⁴⁵⁸; o desembargador Dr. Manuel Velho de Miranda morou, possivelmente, na Casa do Cónego Domingos de Carvalho e Azevedo (1726⁴⁵⁹); o Dr. João Giraldes habitou a Casa das Colunas (1729⁴⁶⁰), e na mesma casa, em 1804 residia o juiz dos casamentos⁴⁶¹.

⁴⁵² FERREIRA, J. A. Pinto – A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé (um solar setecentista da cidade do Porto), *ob. cit.*, p. 18.

⁴⁵³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*, *ob. cit.*, p. 199-201.

⁴⁵⁴ HANSON, Carl A. – *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, pp. 58-59. Lisboa: Edições Salamandra, Lda. ISSN 0870-6182. N.º 11 (1987), p. 29.

⁴⁵⁵ FARIA, Ana Mouta – *Ob. cit.*, p. 29.

⁴⁵⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 12v., vd. doc. 23 no Apêndice.

⁴⁵⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 75v., vd. doc. 48 no Apêndice.

⁴⁵⁸ C., A. – Auto-biografia de Cristóvão Alão de Moraes. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. VII, Fasc. 4 (Dezembro de 1944), p. 316.

⁴⁵⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76, vd. doc. 48 no Apêndice.

⁴⁶⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 7v., vd. doc. 51 no Apêndice.

⁴⁶¹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66v., vd. doc. 71 no Apêndice.

As famílias nobres portuenses, enriqueciam dedicando-se ao comércio de azeite e do vinho do Porto. Faziam empréstimos a juros, adquiriam bens fundiários e compravam foros, urbanos e rurais ⁴⁶². Algumas delas eram foreiras de várias casas na Rua dos Cónegos. Os Silva Magalhães eram foreiros da Casa dos Magalhães I ⁴⁶³ e das Casas dos Magalhães II e III, tendo residido nestas duas últimas os dois arciprestes da família, enquanto a primeira estava alugada. Os Sousa da Silva Alcoforado tinham a Casa dos Alcoforado I ⁴⁶⁴, que alugavam, e a Casa dos Alcoforado II ⁴⁶⁵, onde moraram os arcediagos da Régua. Os Baião eram moradores nas Casas dos Baião I ⁴⁶⁶, II e III ⁴⁶⁷, as quais também eram arrendadas.

Embora dispusessem de casas na cidade, nas ruas de maior prestígio ⁴⁶⁸, as famílias nobres passavam largas temporadas nas «muitas e belas quintas que» rodeavam o burgo, constituindo «um paraíso delicioso» ⁴⁶⁹. A Quinta do Freixo, dos Távora de Noronha Leme Cernache (da Casa de Vandoma) ⁴⁷⁰, a Quinta do Chantre, dos Barbosa de Albuquerque (da Casa do Dr. Domingos Barbosa) ⁴⁷¹, ou a Quinta de Recarei, dos Alão de Moraes (da Casa dos Alão de Moraes) ⁴⁷², são alguns dos exemplos que podemos assinalar.

Devendo os homens da governança ser escolhidos entre as mais prestigiadas famílias nobres da cidade, estas fortaleceram-se dominando os centros de decisão municipais ⁴⁷³, cujos cargos procuraram que fossem atribuídos aos seus parentes de sangue ou pelo casamento. Estabeleceram-se assim várias ligações matrimoniais entre estas famílias ⁴⁷⁴.

⁴⁶² NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 55.

⁴⁶³ A.D.P., Roteiro de Prazos do Cabido, n.º 5272, fls 15v.-16, vd. doc. 57 no Apêndice.

⁴⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, fl 27v., vd. doc. 57 no Apêndice.

⁴⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, fl 40, vd. doc. 57 no Apêndice.

⁴⁶⁶ Habitaram a casa desde 1715 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12v., vd. doc. 40 no Apêndice) até 1718 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. 43 no Apêndice), pelo menos.

⁴⁶⁷ Esta família morou nestas casas desde 1690 (A.D.P., Livros da Fazenda, n.º 869, fl. 158, vd. qd. 1 no Apêndice) até 1718 (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. 43 no Apêndice), pelo menos.

⁴⁶⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, *ob. cit.*, p. 321.

⁴⁶⁹ COSTA, P. Agostinho Rêbello da – *Ob. cit.*, p. 64.

⁴⁷⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 127.

⁴⁷¹ SMITH, Roberth C. – *Ob. cit.*, p. 140.

⁴⁷² MARÇAL, Horácio – O Sítio e a Quinta de Fafiães, em Leça do Balio. Sep. *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*: Câmara Municipal de Matosinhos. N.º 29 (1985), p. 215.

⁴⁷³ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 56-57.

⁴⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 21.

Os seguintes fidalgos foram vereadores: Agostinho Aurélio de Moraes Alão⁴⁷⁵, morador na Casa dos Alão de Moraes (1698⁴⁷⁶-1726⁴⁷⁷); Francisco de Sousa Madureira Cirne⁴⁷⁸ que residiu na Casa dos Costa Lima (1698⁴⁷⁹) e posteriormente na Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho (1701⁴⁸⁰-1714⁴⁸¹); Diogo de Sousa Távora⁴⁸², que morava, na Casa dos Freire de Andrade (1730⁴⁸³-1731⁴⁸⁴); Vicente de Távora e Noronha Leme Cernache, da Casa de Vandoma (1753/4⁴⁸⁵-1773⁴⁸⁶); Bernardo de Mello Vieira da Silva, que provavelmente habitou a Casa de Vandoma na transição do século XVIII para o XIX; Sebastião Leme Vieira de Mello, morou na Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho (1804⁴⁸⁷); António Mateus, residente na Casa dos Freire de Andrade (1708⁴⁸⁸- 1809⁴⁸⁹); Pedro Leite Pereira de Mello, que habitava a Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada (1804⁴⁹⁰).

O exército estava escalonado consoante a sociedade civil. Relativamente aos oficiais, os lugares de topo da hierarquia eram ocupados por militares provenientes, na sua maioria, da nobreza titulada, enquanto que aos nobres aparentados com os anteriores, e aos fidalgos de província, estavam reservados os postos seguintes⁴⁹¹.

Como verificamos no primeiro quadro, os militares residentes na rua foram escassos: na Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache, morou o capitão Manuel da Costa Lopes (1701⁴⁹²-1719⁴⁹³); Francisco de Sousa Madureira Cirne, já mencionado como vereador, era mestre de campo de auxiliares do Porto⁴⁹⁴; o capitão Manuel Baião da Silva, residente na Casa dos Baião I (1715⁴⁹⁵-1718⁴⁹⁶), na Casa dos Baião II (1695/6-

⁴⁷⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 45.

⁴⁷⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. 23 no Apêndice.

⁴⁷⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 75v., vd. doc. 48 no Apêndice.

⁴⁷⁸ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 45.

⁴⁷⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. 23 no Apêndice.

⁴⁸⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 42, vd. doc. 25 no Apêndice.

⁴⁸¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fl. 12v., vd. doc. 39 no Apêndice.

⁴⁸² NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 45.

⁴⁸³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. 52 no Apêndice.

⁴⁸⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. 53 no Apêndice.

⁴⁸⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 918, fl. 154v, vd. qd. 50 no Apêndice.

⁴⁸⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 388v, vd. qd. 66 no Apêndice.

⁴⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. 71 no Apêndice.

⁴⁸⁸ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 36.

⁴⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 71.

⁴⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 66.

⁴⁹¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 120.

⁴⁹² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 40, vd. doc. 25 no Apêndice.

⁴⁹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 74v., vd. doc. 44 no Apêndice.

⁴⁹⁴ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 67.

⁴⁹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 11v., vd. doc. 40 no Apêndice.

1718⁴⁹⁷) e na Casa dos Baião III (1716-1718⁴⁹⁸); Jerónimo Henrique Bandeira Freire de Andrade, coronel de milícias de Vila do Conde, irmão de António Mateus, foreiro da Casa dos Freire de Andrade, faleceu nesta casa em 1812, tendo-a provavelmente habitado também nos anos anteriores, quando era sargento-mor de infantaria auxiliar e assistente no Porto, nos anos oitenta do século XVIII⁴⁹⁹; Simão Pereira Leitão Soares de Carvalho, mestre de campo de infantaria auxiliar, habitou a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho (1785?⁵⁰⁰); Bernardo de Mello Vieira da Silva, supramencionado como vereador, chefe das Cinco Brigadas e capitão-mor⁵⁰¹.

2.4.- Os outros moradores.

Os residentes que referidos de seguida - pertencentes ao terceiro estado ou situando-se numa posição intermédia entre este estado e o da nobreza - são em muito menor número do que os anteriores.

Em posição imediatamente inferior à dos nobres, encontravam-se aqueles que viviam «a lei da nobreza», o primeiro passo para a nobilitação. Comportavam-se como nobres, com liteiras, cavalos, criados e escravos⁵⁰².

A este grupo pertenciam os mercadores, também apelidados de homens de negócios ou, mais tarde, de negociantes⁵⁰³. Dedicavam-se ao comércio por grosso, opondo-se aos que se dedicavam ao pequeno comércio. Destes, o único mencionado nos documentos é João Alves Maciel, «home de algum negocio», que em 1698 residia na Casa dos Freire de Andrade⁵⁰⁴.

Os oficiais mecânicos pertenciam ao terceiro estado, sendo uns mais considerados do que outros. Ourives de ouro e prata, pintores a óleo, violeiros, ensambladores,

⁴⁹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. 43 no Apêndice.

⁴⁹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 872, fl. 156, e A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. 43 no Apêndice.

⁴⁹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. 41 no Apêndice, e A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. 43 no Apêndice.

⁴⁹⁹ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 28.

⁵⁰⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 403v., vd. qd. 67 no Apêndice.

⁵⁰¹ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – A Casa de Campo Bello: Cernaches, Senhores de Gaia-a-Grande. In *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia. N.º. 16-17 (1985), p. 534.

⁵⁰² SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, ob. cit., p. 327.

⁵⁰³ IDEM, *Ibidem*, p. 280.

⁵⁰⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. 23 no Apêndice.

livreiros, mestres de embarcações, pilotos e mareantes⁵⁰⁵, eram consideradas profissões honrosas. Pertencendo a este estatuto, encontrámos os seguintes moradores: José Selitim, dourador, residente na Casa de Simão da Costa (1730⁵⁰⁶-1731⁵⁰⁷); José da Silva Pinto, harpista, morava numa das casas dos Baião, possivelmente na Casa dos Baião I (1726⁵⁰⁸-1731⁵⁰⁹); e na Casa dos Baião III (1690/1691⁵¹⁰), habitou o «rabeca da Sé», Manuel Baião. Nicolau Nasoni também viveu na Rua dos Cónegos, em 1742⁵¹¹.

Relativamente aos mesteres, apenas é referido o azulador Simão da Costa⁵¹², residente na casa com o seu nome (1698⁵¹³-1702⁵¹⁴), e o barbeiro Manuel da Costa, o qual também habitou a casa do anterior (1708⁵¹⁵-1713⁵¹⁶).

Na Casa dos Alão de Moraes residiram, uns estudantes (1715⁵¹⁷-1716⁵¹⁸).

⁵⁰⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos, *ob. cit.*, p. 329-330.

⁵⁰⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. 52 no Apêndice.

⁵⁰⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7, vd. doc. 53 no Apêndice.

⁵⁰⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76v., vd. doc. 48 no Apêndice.

⁵⁰⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7v., vd. doc. 53 no Apêndice.

⁵¹⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 158. vd. qd. 1 no Apêndice.

⁵¹¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Niccolò Nasoni: 1691-1773. Un Artista Italiano a Oporto III Centenario della Nascita*. Firenze: Ponte alle Grazie, 1991, p. 78.

⁵¹² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. doc. 23 no Apêndice.

⁵¹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. 25 no Apêndice.

⁵¹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1416, fl. 287v., vd. doc. 26 no Apêndice.

⁵¹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. 32 no Apêndice.

⁵¹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11, vd. doc. 38 no Apêndice.

⁵¹⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12, vd. doc. 40 no Apêndice.

⁵¹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11, vd. doc. 41 no Apêndice.

Capítulo II

A arquitectura civil.

1.- O conjunto habitacional capitular.

Desde a Idade Média que os habitantes do burgo portuense, tendencialmente, se agrupavam por ruas segundo os ofícios que praticavam¹, ou segundo o estado a que pertenciam². Os clérigos, nomeadamente os cônegos, que exerciam a sua actividade na Sé, ocupavam as ruas à volta desta, fenómeno comum a outras cidades episcopais europeias. As habitações onde residiram, que se destacavam pela sua qualidade arquitectónica, foram sendo destruídas ao longo do século XIX, restando actualmente poucos exemplares. Em França encontram-se algumas das mais interessantes habitações dos capitulares, como em Viviers, onde o bairro dos cônegos ainda hoje se conserva sem alterações significativas³, ou em Noyon, onde as casas, edificadas na Época Moderna e tendo todas com a mesma configuração, estão alinhadas ao longo de uma rua, formando um todo harmónico⁴. Em Segóvia, no bairro capitular «La Clastra», ainda se encontram casas com elementos arquitectónicos medievais⁵.

Possuir casa própria, era algo que inicialmente não era permitido aos capitulares.

Segundo as mais antigas informações, desde o final do Império Romano que os clérigos viviam em comum com o bispo. É, no entanto, na época carolíngia, com o concílio de Aix-la-Chapelle, em 816, que se fixam as regras para a vida em

¹ CARVALHO, Sérgio Luís – Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 35.

Desde meados do século XIV e XV (CARVALHO, Teresa Pires de; BARROCA, Mário Jorge; GUIMARÃES, Carlos – *Ob. cit.*, p. 31) que há referência sobre a ocupação de determinadas zonas, consoante os ofícios: os ferreiros e os caldeireiros encontravam-se na Ferraria de Baixo e na Rua do Souto; os mercadores, na Rua dos Mercadores, na Rua Nova e na Ponte de S. Domingos; os curtidores, na Rua dos Pelames (BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1934. Vol. I, p. 146); etc.

² No Porto, nos finais de seiscentos, os fidalgos e a alta burguesia tinham como local de residência a Rua Nova, «con hermoissimas Cassas de muchos hidalgos que la habitan y habitaran» (NOVAIS, Manuel Pereira de – *Ob. cit.*, Vol. II, p. 26), a Rua das Flores onde se encontravam as casas de «muchas Personas nobilissimas» (IDEM, *Ibidem*, p. 29), a Rua de S. Miguel com «muchas cassas hermosas de algunos hidalgos, y de otros Personajes Ministros de la Cancellaria» (IDEM, *Ibidem*, p. 30) e a Rua Chã, «donde tienen sus habitaciones muchos hidalgos y nobles ciudadanos» (IDEM, *Ibidem*, p. 35).

³ ESQUIEU, Yves – *Quartier Cathédral .Une cité dans la ville*. [s.l.]: Desclée de Brouwer, 1994. ISBN: 2-904365-23-0, p. 8.

⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 119.

⁵ BENITO MARTÍN, Félix – *La Formación de la Ciudad Medieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidade de Valladolid, 2000. ISBN: 84-8448-002-X, p. 241.

comunidade⁶, segundo o modelo - de inspiração beneditina - instituído pelo arcebispo de Metz, Chrodegang⁷. Os cónegos deviam dormir e comer em conjunto sendo-lhes, no entanto, permitida a possibilidade de disporem de um alojamento individual⁸.

Assim, e à semelhança do modelo arquitectónico seguido nos mosteiros, passam a usufruir de espaços como o dormitório, o refeitório, acomodações individuais, além de - não necessariamente - um espaço onde se pudessem reunir, a sala do capítulo. Não há dados seguros sobre as características arquitectónicas destas construções na Alta Idade Média. Só a partir do século XII conhecemos a sua distribuição⁹. O refeitório, a sala capitular e o dormitório, organizavam-se inicialmente à volta de um adro¹⁰, e, posteriormente, de um claustro¹¹. Quando não havia uma sala capitular, as reuniões efectuavam-se no claustro¹². Para impedir que os laicos perturbassem os clérigos, desviando-os da rectidão religiosa, as várias construções eram isoladas do mundo exterior por um muro¹³. Ao conjunto dos espaços e ao muro que os cercava, denominava-se «claustrum» ou «claustra», singular e plural, palavras que não têm o mesmo significado do actual claustro¹⁴.

Estas construções geralmente estavam situadas num local elevado. Nas urbes de remota ocupação romana, a implantação deste conjunto ocupava o antigo centro, no espaço onde se encontrava o antigo fórum, próximo da intersecção do cardo e do decumanus¹⁵. Noutros exemplos, as construções capitulares ergueram-se junto às muralhas¹⁶, as quais, conjuntamente com a topografia do terreno, a catedral e outros edifícios, definiram a configuração do conjunto arquitectónico¹⁷.

Desde a Alta Idade Média que os clérigos das catedrais portuguesas também habitavam em conjunto, em construções próprias. Situação que se manteve nas

⁶ CAZES, Quitterie – Chanoines et quartiers canoniaux des cathédrales. In ARMINJON, Catherine dir. *20 siècles en cathédrales*. Paris: Éditions du patrimoine, 2001. ISBN: 2-85822-642-3, p. 366.

⁷ PICARD, Jean-Charles – Les Origines des Quartiers Canoniaux. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Bocard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 15-17.

⁸ ESQUIEU, Yves – *Ob. cit.*, p. 40.

⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 59.

¹⁰ CAZES, Quitterie – *Ob. cit.*, p. 368.

¹¹ ESQUIEU, Yves – *Ob. cit.*, p. 59.

¹² IDEM, *Ibidem*, p. 56.

¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 40-41.

¹⁴ PICARD, Jean-Charles – *Ob. cit.*, p. 18.

¹⁵ REYNAUD, Jean-François; SAPIN, Christian – La Place du Quartier Canonial dans la Ville. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Bocard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 27.

¹⁶ IDEM, *Ibidem* p. 27.

¹⁷ CAZES, Quitterie – *Ob. cit.*, p. 368.

primeiras décadas da história do reino, como por exemplo em Braga¹⁸ e em Évora¹⁹, aquando da restauração das respectivas dioceses, ou em Lisboa, cujos edifícios capitulares - o dormitório e o refeitório²⁰ - ocupavam o local onde, em 1149, se encontravam trinta casas doadas aos cónegos por D. Afonso Henriques, para aí habitarem²¹..

O conhecimento da história do Porto, e do seu Cabido, anterior ao bispado de D. Hugo é insuficiente. A vida em comum dos clérigos portuenses, à semelhança de outras dioceses, seria bastante antiga. Segundo um documento de 922, o bispo do Porto vivia num convento, o que pressupõe que com ele habitavam os cónegos. Durante o bispado de D. Hugo, os cónegos²² - os quais se denominavam «monges»²³, o que demonstra alguma similitude que então existia entre a comunidade dos cónegos e a dos monges²⁴ - habitavam juntos, segundo a regra de Santo Agostinho²⁵. O raçoeiro João da Guarda refere que no século XII, os cónegos dispunham de um dormitório e de um refeitório, que se situavam ao pé do claustro, onde se reuniam²⁶.

Nos séculos IX e X, em França, os bens de cada catedral passam a ser divididos entre o bispo e o Cabido. A parte que cabia a este, era distribuída pelos vários cónegos. Assim, dispondo de meios para a sua subsistência, e sendo-lhes permitido disporem de alojamento próprio, a vida em comum vai sendo progressivamente abandonada²⁷. Os cónegos começam a habitar isoladamente, em casa própria, afastando-se da anterior vida comunitária.

No século XI, surgiu um movimento de reforma que se opunha às interpretações demasiado laxistas das regras de Aix, assim como à divisão do património das dioceses²⁸. Na Península Ibérica, o retorno à vida comunitária também era pretendido, tal como o comprovam os concílios de Coiança, em 1050, e os de Compostela, em 1060

¹⁸ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Ob. cit.*, p. 116.

¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p.117.

²⁰ BRANCO, Maria João Violante – Reis Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa Durante o Primeiro Século da sua Restauração. In *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. ISBN: 972-8361-13-0. 2ª Série, tomo X (1998), p. 69.

²¹ CASTINHO, Júlio de – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. Vol. III, p. 393-394.

²² BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 118.

²³ IDEM, *Ibidem*, p. 118

²⁴ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.Vol. I, p. 203.

²⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 118.

²⁶ IDEM, *ibidem*, p. 118.

²⁷ ESQUIEU, Yves – *Ob. cit.*, p. 31-32.

²⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 33-34.

e 1063²⁹. Apesar destas reformas, na península, tal como no resto da Europa, a vida em comum acabaria por ser abandonada.

A partir de meados do século XII, os bens das dioceses portuguesas também são divididos entre os bispos e os Cabidos³⁰. De entre as várias dioceses, podemos mencionar a divisão das rendas da catedral de Braga em 1145³¹, a da catedral de Lisboa em 1191, e a da Sé de Coimbra em 1210³². No Porto, a separação dos bens ocorre com o bispo D. Martinho Pires³³ - o qual governou a diocese de 1186 a 1189 -, ficando o bispo com duas partes e o Cabido com uma³⁴. Apesar de disporem de bens próprios, os cónegos só gradualmente vão passando a habitar em casas próprias. Assim ocorreu em Braga³⁵, em Évora³⁶ e noutras cidades episcopais.

Procurando respeitar o que estava preconizado pelo concílio de Aix, sobre o isolamento dos cónegos em relação ao resto dos habitantes do burgo, as casas dos capitulares deviam ficar isoladas, formando um bairro onde apenas os cónegos, os seus familiares e os criados o habitavam. No entanto, esta regra não foi sempre respeitada. Os capitulares não residiam sempre no bairro que lhes estava destinado, e há referência a laicos que aí tinham a sua morada. Apesar de as actividades comerciais estarem proibidas nesse local, também esta imposição foi por diversas vezes ignorada³⁷.

O isolamento podia ser concretizado por um muro, uma muralha, ou por edifícios – a catedral, o palácio do bispo e as casas dos cónegos³⁸ - formando uma frente contínua. Várias portas - as quais, sendo monumentais, mostravam o poder do Cabido - condicionavam o acesso ao bairro. Os exemplares com muralhas são raros. Estas eram geralmente a consequência de graves conflitos ocorridos entre os cónegos e o bispo, os nobres ou a população local³⁹. Em Lyon, o bairro dos cónegos era cercado por uma muralha imponente - construída na segunda metade do século XII⁴⁰ - com seis portas⁴¹. Em Bézier, o bairro possuía também uma muralha onde, em 1247, se abriam sete

²⁹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Ob. cit.*, p. 116.

³⁰ ALMEIDA, Fortunato de – *Ob. cit.*, vol. I, p. 202-203.

³¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Ob. cit.* p. 114.

³² ALMEIDA, Fortunato de – *Ob. cit.*, vol. I, p. 203.

³³ IDEM, *Ibidem*, p. 203.

³⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 11.

³⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Ob. cit.* p. 114.

³⁶ IDEM, *Ibidem* p. 118.

³⁷ ESQUIEU, Yves – *Ob. cit.*, p. 42.

³⁸ ESQUIEU, Yves – *Ob. cit.*, p. 51.

³⁹ CAZES, Quitterie – *Ob. cit.*, p. 368.

⁴⁰ ARLAUD, Catherine; [et al.]– Lyon. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 273.

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 277.

grandes portas e cinco aberturas de importância secundária⁴². Em Laon, ao contrário dos casos anteriores, o bairro não dispunha de um muro ou muralha, eram os seus edifícios que o isolavam⁴³, sendo a comunicação com o exterior, desde o século XII, feita através de quatro portas⁴⁴. Em Segóvia, o bairro estava isolado da cidade, comunicando através de três portas, das quais ainda se conserva uma⁴⁵. (Vd. ils. 17, 18, 19)

As casas dos cónegos ordenavam-se à volta de um adro⁴⁶, ou de ambos os lados de uma artéria principal e, porventura, de outras secundárias⁴⁷. Em Arles, as casas canonias alinhavam-se na Rue des Chanoines, e em Limoges, na Place des Chanoines⁴⁸.

Apesar do isolamento dos cónegos preconizado pelo concílio de Aix, muitos exemplos há onde não existiam muralhas, muros, ou portas. Nestes casos, não há bairros como entidades separadas do burgo. As habitações dos cónegos dispersavam-se pela malha urbana, misturando-se com as casas dos laicos, e podendo mesmo encontrar-se em locais onde se praticava o comércio - o que era interdito nos casos onde a regra do isolamento era estritamente seguida⁴⁹. As casas concentravam-se nas ruas próximas da catedral, muitas vezes por detrás desta, podendo formar «ilhas»⁵⁰. Desta tipologia habitacional, encontramos exemplos em França – Cavaillon, Valence, Narbonne⁵¹ -, em Espanha – como Salamanca⁵² ou Lugo⁵³ - e em Portugal, onde não há conhecimento de um bairro exclusivo de cónegos, mas sim de ruas onde estes predominavam sobre os outros moradores⁵⁴. Há vários exemplos que o atestam: os cónegos da colegiada de

⁴² ESQUIEU, Yves – Beziers. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 189.

⁴³ CAZES, Quitterie – *Ob. cit.*, p. 368.

⁴⁴ SAINT-DENIS, Alain – Laon. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 246.

⁴⁵ BENITO MARTÍN, Félix – *Ob. cit.*, p. 241.

⁴⁶ ESQUIEU, Yves – *Quartier Cathédral .Une cité dans la ville, ob. cit.*, p. 87.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 52.

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 87.

⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 53-54.

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 53-54.

⁵² MACARRO ALCALDE, Carlos – Evolución de la Ciudad hasta el Siglo XIX. In NUÑEZ PAZ, Pablo; REDERO GÓMES, Pablo; VICENTE GARCIA, Juan – *Salamanca. Guía de Arquitectura*. [S.l.]: Colégio Oficial de Arquitectos de León Delegación de Salamanca, [s.d.]. ISBN: 84-607-3604-0, p. 22.

⁵³ LÓPEZ CARREIRA, Anselmo – *A Cidade Medieval Galega*. Vigo: A Nosa Terra, 1999. ISBN: 84-89976-60-0, p. 165.

⁵⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1378-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento), 1989. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 149.

Guimarães, na Baixa Idade Média, habitavam na Rua de Santa Maria, próximo da igreja onde exerciam a sua actividade⁵⁵; desaparecida com o terramoto de 1755, a Rua dos Cónegos em Lisboa – a qual se situava próximo da Sé – foi local de morada destes religiosos⁵⁶; em Braga, os elementos mais proeminentes da elite eclesiástica encontravam-se também, na Época Moderna, à volta da catedral, nomeadamente na Praça do Pão, Rua de Trás da Sé (Rua de Nossa Senhora do Leite) e Rua de S. Marcos (Rua de S. João)⁵⁷; em Évora, «...pela sua vizinhança da Catedral, nelas [as *Freirias*] viveram durante séculos gerações de clérigos que conservaram inúmeras moradias...»⁵⁸ - encostada à capela-mor medieval, no início do século XVIII, encontrava-se a casa do mestre-escola, que foi demolida com a construção da actual capela-mor barroca⁵⁹.

Na cidade do Porto, após a divisão das rendas da diocese, os cónegos, à semelhança do que sucedeu com os outros Cabidos, abandonaram a vivência em conjunto optando por residir em casa própria. Ao longo da Idade Média⁶⁰ e da Idade Moderna, a Rua de Redemoinho⁶¹ e o Adro de Sancta Maria foram o local preferencial de residência dos capitulares⁶² - tal como a rua, o adro situava-se por detrás da capela-mor medieval; no início do século XVII, é construída uma nova capela-mor que avançou sobre o espaço onde este se situava, ficando apenas uma estreita passagem para sul, o actual Beco dos Redemoinhos.

Nos vários exemplos europeus, constata-se que não há um espaço definido para a localização dos bairros ou casas dos cónegos. A sua localização estava dependente da topografia do terreno e das construções pré existentes. No entanto, a zona preferencial era, sem dúvida, a que se encontrava por detrás da capela-mor, o local mais sagrado da catedral. (Vd. ils. 20, 21)

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 149.

⁵⁶ CASTINHO, Júlio de – *Ob. cit.*, p. 394.

⁵⁷ PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa – *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à Casa Nova da Rua de Dom Gualdim*. Porto: [s.n.], 1997. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 30.

⁵⁸ ESPANCA, Túlio – *Évora*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 28.

⁵⁹ ESPANCA, Túlio – *Cadernos de História e Arte Eborense. XI. Fundação da Nova Capela-Mor da Catedral de Évora*. Évora: Edições Nazareth, 1951, p. 5.

⁶⁰ Consultar por exemplo: OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*. Coimbra: Instituto da Alta Cultura, 1973. 2 vol. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 255-256; OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Ob. cit.*, p. 177.

⁶¹ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, pp. 31-32.

⁶² OSÓRIO, Maria Isabel – *Ob. cit.*, p. 171.

No Porto, outros factores tornavam atractiva a escolha deste local atrás da Sé: a norte da rua, encontrava-se a Porta de Vandoma e o Largo da Sé. Tratava-se da mais importante entrada e do principal largo da cidade velha.

Na segunda metade do século XVII vai-se assistindo à preferência por habitações com uma maior volumetria⁶³. Na banda poente da rua, a pequena dimensão dos poucos lotes, e a existência de três casas relativamente grandes, levou à escolha da banda nascente, onde os lotes eram maiores, e em maior número, além de disporem de uma esplêndida vista. Dos vários lotes, a opção natural foi para aqueles que se situavam mais próximo da capela-mor, onde acabaram por se concentrar várias grandes habitações.

No entanto, como já constatamos, na Rua dos Cónegos não habitavam todos os capitulares. Em 1690, além da «Calle que llaman de los Canonigos», Manuel Pereira de Novais menciona que no Largo da Sé, assim como noutras ruas do velho burgo, se encontravam «Cassas Principales de Canonigos». A Rua dos Cónegos seria assim uma entre as várias ruas onde os capitulares residiam - todas elas se encontravam ao pé da catedral.

Em França, as casas onde os cónegos habitavam eram pertença do Cabido. Inicialmente, sempre que alguma ficava vaga, era atribuída a outro cónego. A partir do século XIV, ou antes, as casas passaram a ser vendidas, ou legadas em testamento aos familiares dos cónegos⁶⁴. Algumas delas foram ocupadas por várias gerações da mesma família, a qual, não raras vezes, colocava no frontispício a sua pedra-de-armas, pois considerava a casa como fazendo parte do seu património - deste modo a residência podia ser conhecida pelo nome da família que a ocupava. Contrariando esta pretensão por parte dos moradores, os Cabidos sistematicamente reafirmavam que as habitações lhes pertenciam, tendo apenas os seus ocupantes o direito ao usufruto⁶⁵.

Foi sobretudo na Idade Moderna, que a zona à volta das catedrais perdeu as características sociais que a particularizava. A possibilidade de as casas poderem ser vendidas, alugadas ou herdadas por familiares laicos dos cónegos, teve como consequência a perda de identidade dos bairros ou ruas onde os capitulares habitaram. Contribuiu também para este facto, a grande qualidade destas casas que as tornaram cobiçadas⁶⁶.

⁶³ REAL, Manuel Luís – Escavações arqueológicas no morro da Sé, *ob. cit.*, p. 14-15.

⁶⁴ ESQUIEU, Yves – *Quartier Cathédral .Une cité dans la ville*, *ob. cit.*, p. 88.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 89.

⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 118-119.

No Porto, nas várias casas da Rua dos Cónegos, o percurso foi idêntico – desconhecemos, no entanto, se inicialmente as casas eram apenas ocupadas por capitulares.

No período que analisamos, desde finais do século XVII até inícios do XIX, quase todas as habitações estudadas eram pertença do Cabido. As mais importantes foram habitadas por várias gerações de cónegos, acabando todas por serem herdadas ou vendidas a leigos – a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa de Vandoma, a Casa dos Alcoforado II, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, a Casa dos Freire de Andrade e a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho.

Algumas delas, por terem sido habitadas pela mesma família ao longo de um largo período de tempo, acabaram por ser consideradas como fazendo parte dos bens dessa família - embora na realidade o Cabido da Sé fosse o proprietário. Em alguns casos- na Casa dos Freire de Andrade, e na Casa do Dr. Domingos Barbosa - à semelhança do que ocorria em França, chegaram a colocar a pedra-de-armas na habitação⁶⁷.

2.- Análise arquitectónica das casas.

2.1.- Considerações gerais.

Quem actualmente percorrer a rua em estudo, depara-se com casas de épocas distintas. Algumas foram erguidas no século XIX, substituindo construções dos séculos precedentes. As que não foram demolidas, a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, a Casa dos Freire de Andrade, a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho e a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, foram construídas entre os finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Portugal, com a Independência de 1640, atravessou um período de crise. As Guerras da Restauração, que necessitavam de um forte apoio financeiro, a quebra de rendimentos açucareiros, e os graves problemas políticos causados pela incapacidade de D. Afonso VI, não foram propícios à realização de grandes obras arquitectónicas⁶⁸. Só a

⁶⁷ SMITH, Roberth C. – *Ob. cit.*, p.207.

⁶⁸ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*. Barcelona: Círculo de Leitores, 1995. Vol. III, p. 39.

partir da regência e reinado de D. Pedro II (1668-1683 e 1683-1706)⁶⁹, o país iniciaria, a custo, um período favorável à construção de obras de vulto. A paz com a Espanha em 1668⁷⁰, e a descoberta de ouro no Brasil em 1697⁷¹, contribuíram para esse facto.

A nova aristocracia de corte, como prova do seu poder, constrói ou reconstrói as suas residências⁷². Nobreza ruralizada e pouco letrada⁷³ devido ao seu afastamento para a província nas décadas da união ibérica⁷⁴, manteve hábitos e gostos conservadores⁷⁵.

Conservadorismo que se estende à nobreza portuguesa em geral, e que se manifesta nas suas habitações. Nestas, coexistem elementos inovadores com outros de grande ancestralidade, como as torres medievais, sobretudo a Norte, cuja forte carga simbólica continua presente⁷⁶. Também contribuiu para o carácter tradicionalista das casas, o facto de muitas delas serem edificadas por construtores de formação muito diversificada, havendo um eternizar de modelos.

Apesar deste apego a formas tradicionais, assiste-se a uma maior preocupação com a regularidade das aberturas e do edifício em geral⁷⁷, assinalando a importância que os tratados de arquitectura assumiam⁷⁸.

É neste período que vão surgir duas tipologias de casas que tiveram grande aceitação entre nós. Uma delas é a planta em U, de influência francesa. Trata-se de um modelo erudito que foi empregue nalguns dos nossos mais interessantes palácios⁷⁹. O outro modelo é o denominado *palácio-bloco*, de origem castelhana e italiana. Caracteriza-se por ter uma forma rectangular, com torres nos ângulos, tendo um pátio no seu interior. Os castelos medievais estão na sua génese⁸⁰. Foi introduzido em terras

⁶⁹ PEREIRA, Paulo - D. Pedro II. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 345.

⁷⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ob. cit.*, vol. V, p. 57.

⁷¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ob. cit.*, vol. V, p. 308.

⁷² MATOS, José Sarmento de – Arquitectura Civil. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 39.

⁷³ PEREIRA, Paulo - D. João IV. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 245.

⁷⁴ CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2ª ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999. ISBN 972-9483-31-0. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 142.

⁷⁵ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 142.

⁷⁶ SERRÃO, Victor – *História da Arte em Portugal, O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, p. 144.

⁷⁷ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 143.

⁷⁸ PEREIRA, José Fernandes – *Ob. cit.*, p. 35.

⁷⁹ A Casa do Calhariz, o Palacete da Palhavã, o Palácio Galveias, o Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna (SERRÃO, Victor – *Ob. cit.*, p. 145-146).

⁸⁰ Em Espanha, o alcazar de Toledo é um dos exemplos mais notáveis (PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e Poder. O real Edifício de Mafra*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1172-1, p. 161).

lusas durante a união ibérica, tendo sido um modelo com larga aceitação entre nós. O mais emblemático exemplar foi o Palácio dos Corte-Real⁸¹ (destruído devido ao terramoto de 1755).

Este último modelo demonstra a importância que a arquitectura militar detinha em Portugal, como em Espanha, influenciando a arquitectura civil⁸². As Guerras da Restauração e o consequente esforço de modernização, que se traduziu na vinda de engenheiros militares estrangeiros, na criação de tratados de arquitectura militar, e no ensino ministrado por engenheiros de elevada craveira⁸³, levaram à edificação ou reedificação de construções bélicas, que deixaram uma marca profunda na arquitectura portuguesa em geral.

Efectivamente, não se limitando a exercer a sua actividade nos fortes, os engenheiros militares também foram responsáveis pelo traçado de conjuntos urbanísticos, assim como pela edificação de habitações e igrejas⁸⁴. De particular importância, foram os engenheiros militares estabelecidos em Viana.

Sem a grandiosidade que se praticava na Europa⁸⁵, as construções seiscentistas caracterizam-se, essencialmente, por uma grande sobriedade e simplicidade⁸⁶. No exterior, apenas à portada é permitida uma decoração mais ou menos elaborada. Este facto deve-se possivelmente a uma influência das construções militares, nas quais os portais eram decorados, por vezes com grande exuberância⁸⁷.

O interior contrasta com o exterior. Se este é simples, aquele pode ser muito decorado, através do uso, nomeadamente, de azulejos, e de tectos em masseira. O gosto por estes elementos na ornamentação interior das casas, provém da influência árabe⁸⁸.

Na cidade do Porto, desde meados do século XVII que se assiste a um grande desenvolvimento económico, intensificando-se as ligações com o Brasil e várias nações

⁸¹ SERRÃO, Victor – *Ob. cit.* p. 146.

⁸² IDEM, *Ibidem*, p. 146.

⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 138-139.

⁸⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 140.

⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 144.

⁸⁶ AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, p. 56.

⁸⁷ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.* p. 143.

⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 143.

europeias⁸⁹. O número de embarcações que entram no Douro aumenta significativamente⁹⁰.

A progressiva prosperidade traduziu-se por uma actividade arquitectónica considerável, com a construção⁹¹ ou alteração de edifícios, ou a continuação de obras que entretanto tinham sido interrompidas⁹².

As casas seiscentistas portuenses dividem-se em dois grupo: estreitas e altas, muito comuns, residências populares e burguesas; ou largas e baixas, menos comuns que as anteriores, moradias nobres⁹³. Estas tipologias, frequentes em todo o país⁹⁴, surgiram no século XVI⁹⁵, e mantiveram-se nos séculos seguintes. Além de casas que se enquadram nestes dois modelos, no Porto do século XVII ainda se encontravam casas-torres medievais⁹⁶.

Tendo sido edificada na última década de seiscentos⁹⁷, a Casa de Vandoma pertence ao segundo tipo de casas referido. As suas características gerais são as mesmas já assinaladas anteriormente: simplicidade, regularidade das aberturas, influência tratadística. A única imagem credível que dispomos desta habitação, permite-nos obter estas conclusões⁹⁸.

O século XVIII a habitação portuguesa vai sofrer alterações significativas.

Subindo ao trono em 1707⁹⁹, D. João V reinaria num período artisticamente fecundo. A descoberta de ouro e diamantes no Brasil, que aliás ocorreu no final do reinado de seu pai, a paz que dominou em quase todo o seu reinado, permitiram o

⁸⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII. Sep. «*Revista da Faculdade de Letras-História*». Porto. II série, vol. II (1985), p. 4.

⁹⁰ REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – Bases Para a Compreensão do Desenvolvimento Urbanístico do Porto. *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. N.º2 (1987), p. 404.

⁹¹ Seriam edificadas, a Capela da Ordem Terceira de S. Francisco, a Capela da Ordem Terceira de S. Domingos, a ermida de Nossa Senhora da Graça, a Ermida de Santo António da Porta dos Carros (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Cidade do Porto. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p.377.) a antiga Cadeia, a Casa da Relação, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Colégio dos Órfãos, o Recolhimento do Anjo, e a Casa e a Igreja da Congregação do Oratório (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII. Sep. «*Revista da Faculdade de Letras-História*», *ob. cit.*, p. 5).

⁹² O Colégio de S. Lourenço, o Convento de S. João Novo e o Mosteiro de S. Bento da Vitória. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Cidade do Porto, *ob. cit.*, p. 376.

⁹³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura tradicional portuguesa*. 4ª Edição. Lisboa: Publicações Bom Quixote, 2000. ISBN: 972-20-0959-1, p. 279-280.

⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 319.

⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 329.

⁹⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 15.

⁹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 64.

⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 69.

⁹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ob. cit.*, p. 234.

desabrochar, embora tardio, da estética barroca¹⁰⁰. Grande mecenas, promoveu a realização de construções marcantes. Deste modo, aos olhos da Europa setecentista, o monarca era engrandecido, assim como a sua Casa, ainda recente¹⁰¹.

Procurando limitar o poder que a aristocracia detinha desde a Restauração, D. João V alia-se ao clero; ou seja, entre França e Roma, o rei escolhe esta última. Deste modo afasta-se da influência francesa e inglesa - atitude confirmada pelo seu casamento com uma princesa austríaca¹⁰² -, estreitando relações com a Santa Sé¹⁰³. Esta sua política, teve como consequência a criação do Patriarcado de Lisboa, e a elevação do seu titular a cardeal, assim como a atribuição do título *Majestade Fidelíssima* ao monarca (1748)¹⁰⁴. A preponderância que o clero adquire, também se manifesta a nível artístico. São sobretudo elementos deste estado que vão difundir o estilo barroco, nomeadamente em Lisboa e no Porto¹⁰⁵.

Embora sofrendo alguma influência da Europa Central¹⁰⁶, a intensa relação com Roma vai traduzir-se no grande ascendente que a arte italiana vai exercer em Portugal durante o reinado joanino, em detrimento de outras fontes de influência artística¹⁰⁷. Assim, serão sobretudo os artistas italianos, que vão difundir o barroco através dos tratados, de obras encomendadas em Roma, ou de arquitectos que estiveram ao serviço do monarca¹⁰⁸.

Apesar da grande importância que os italianos tiveram, como por exemplo Juvara e Canevari, ou o maltês Gimac, as grandes obras barrocas seriam no entanto executadas por portugueses, ou estrangeiros que se estabeleceram em Portugal¹⁰⁹.

As construções delineadas por estes arquitectos não são uma simples cópia dos modelos italianos, mas sim o resultado da junção das novas soluções arquitectónicas com outras tradicionais¹¹⁰. Se as primeiras são claramente perceptíveis no exterior dos

¹⁰⁰ PEREIRA, José Fernandes – *Ob. cit.*, p. 50.

¹⁰¹ IDEM, *Ibidem*, p. 51.

¹⁰² PIMENTEL, António Filipe – *Ob. cit.*, p. 30.

¹⁰³ IDEM, *Ibidem*, p. 32.

¹⁰⁴ PEREIRA, José Fernandes – D. João V. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 246.

¹⁰⁵ MATOS, José Sarmiento de – *Ob. cit.*, p. 40.

¹⁰⁶ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 141.

¹⁰⁷ BERGER, Francisco José Gentil – *Lisboa e os Arquitectos de D. João V. Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. Tese de doutoramento na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, p. 47-48.

¹⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 49.

¹⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 48.

¹¹⁰ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 146.

edifícios, no interior, pelo contrário, o legado autóctone continua presente – como o uso de azulejos e os tectos em masseira¹¹¹.

Beneficiando de um período económico favorável, a casa portuguesa de setecentos atinge um dos seus períodos mais importantes. Novas casas são construídas segundo o estilo barroco, adquirindo características diferentes consoante o local. São mais eruditas nas principais cidades do que na província; mais ricas no litoral que no interior; no Sul os ditames tratadísticos foram aplicados com uma certa contenção, enquanto a Norte são de uma grande exuberância decorativa¹¹².

Nesta região, encontra-se a maior concentração de casas nobres do país, devido ao maior fraccionamento das propriedades¹¹³. As fachadas desenvolvem-se na horizontal¹¹⁴, sendo animadas por uma escadaria¹¹⁵. As aberturas, dispostas com regularidade a partir de um eixo central, são mais ou menos decoradas segundo o gosto barroco. A torre ainda mantém o seu papel simbólico, unindo-se às novas construções. Assim, a casa pode ter uma torre ao centro, ou num dos seus lados, ou tem duas torres nos seus extremos¹¹⁶. A indispensável capela completa o conjunto – hábito que vem do século anterior e que se estende por todo o reino¹¹⁷.

Estas características naturalmente não se aplicam a todas as casas nortenhas, sendo frequentes, sobretudo nas cidades, as casas sem torre, e/ou sem capela.

No Porto do século XVIII, a prosperidade económica que vinha do século anterior intensificou-se, sobretudo devido ao comércio vinícola com a Inglaterra¹¹⁸. Esta situação benéfica possibilitou o continuar da actividade construtiva que se assistia em seiscentos.

Outro factor relevante foi o aumento da população que se fez sentir ao longo do século, provocando um crescimento significativo do número de habitações¹¹⁹ que crescem em altura, sobretudo no centro da cidade¹²⁰. As duas tipologias, casa estreita e alta e casa larga e baixa, mantêm-se neste século.

¹¹¹ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 73-74.

¹¹² PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, *ob. cit.*, p. 77.

¹¹³ PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura barroca em Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992, p. 172.

¹¹⁴ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 71.

¹¹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 72.

¹¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 80.

¹¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 80.

¹¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ob. cit.*, p. 400.

¹¹⁹ MARQUES, José A. M.; TAVARES, Alberico – *Ob. cit.*, p. 44.

¹²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 49.

Este ambiente favorável fez com que muitos artistas que trabalharam na cidade durante a segunda metade do século XVII, vão continuar a desenvolver a sua actividade ao longo de setecentos, segundo um formulário estético de ainda tradição maneirista¹²¹.

A partir de 1717 tiveram início as obras na Sé, o que teve uma importância significativa na história artística da cidade. Estas obras foram um chamariz de artistas que nelas trabalharam, segundo o novo gosto barroco. Além da Sé, também foram contratados para outras obras na cidade e arredores, divulgando a nova estética através de edifícios marcantes¹²².

Assim, no Porto de setecentos, duas tendências opostas coexistiram: uma tradicionalista, austera, de arquitectura chã; e outra inovadora, com grande carga decorativa. As casas nobres portuenses deste século, seguem as mesmas características assinaladas anteriormente.

A Casa dos Freire de Andrade, provavelmente remodelada do início do século XVIII, apresenta um frontispício com um desenho singelo, sendo no entanto a sua portada particularmente elaborada. Também de tendência conservadora é a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, construída entre 1723 e 1729¹²³.

A partir de 1724 e até meados do século, vão ser construídas várias habitações segundo o novo gosto barroco¹²⁴. Das que surgiram nesse período, uma delas encontra-se na Rua dos Cónegos, a Casa do Dr. Domingos Barbosa, edificada entre 1732 e 1735¹²⁵.

Na segunda metade do século, os edifícios em geral e as casas nobres em particular apresentam, além de elementos tipicamente barrocos, outros de gramática rococó¹²⁶. Este gosto tardobarroco manter-se-á até ao final do século, a par de um estilo pombalino

¹²¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 53.

¹²² IDEM, *Ibidem* p. 54. Alguns desses edifícios, exceptuando as habitações, foram os seguintes: a igreja, enfermaria-secretaria e torre dos Clérigos, a fachada da Igreja da Misericórdia, Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Terço (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Cidade do Porto, ob. cit.*, p. 378).

¹²³ Os anos mencionados são aqueles em que o vigário geral foi morador na casa (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 23, vd. doc. n.º 45 no Apêndice, e A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 9, vd. doc. n.º 51 no Apêndice).

¹²⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo. Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N.º 4 (1995), p.38.

¹²⁵ Os anos referidos são aquele em que o cónego comprou o lote onde seria edificada a casa (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 10v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice) e aquele em que a casa já era habitada (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, ob. cit.*, p. 87).

¹²⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, ob. cit.*, p. 39.

divulgado pelas obras realizadas pela Junta das Obras Públicas, e um neopalladianismo de influência inglesa¹²⁷.

2.2.- Os encomendadores.

Para analisarmos a obra arquitectónica, revela-se necessário o conhecimento do cliente. É a este que cabe o papel de agente iniciador de todo o processo, conducente à obra final. Quer seja uma entidade - Câmara, Igreja, Convento, Irmandade,... - ou um particular - rei, clérigo, nobre, burguês,...-, o seu poder económico e formação cultural são determinantes. A ele se submete o artista e, por conseguinte, a obra que realiza.

Pretendendo engrandecer a sua imagem, D. João V revelou-se como um dos maiores encomendadores da nossa história artística, promovendo a construção de edifícios de importância assinalável, enquanto divulgadores de uma estética barroca: a Igreja do Menino Deus, a capela-mor da Sé de Évora, a Patriarcal, o Palácio-Convento de Mafra, a Capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque¹²⁸ e o Palácio, Convento e Igreja de Nossa Senhora das Necessidades¹²⁹.

Para que esse engrandecimento tivesse a sua eficácia, tanto a nível nacional como internacional, o monarca vai privilegiar os contactos com Roma. Deste modo, o estado clerical vai adquirir uma maior relevância - em detrimento da nobreza - sendo responsável, a par com o rei, pela divulgação do novo gosto estilístico através da realização de obras arquitectónicas de carácter religioso ou civil¹³⁰.

Desde o século XVII e ao longo do XVIII, as comunidades religiosas renovaram os seus espaços segundo o estilo barroco, nomeadamente através da reedificação das suas igrejas cujos interiores foram revestidos de talha e azulejos. Entre os exemplos mais paradigmáticos, destacam-se os mosteiros de Tibães, Arouca e Lorvão¹³¹.

¹²⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na Segunda Metade do Século XVIII. In *Biblioteca Portucalensis*. Porto. II Série, n.º 7 (1992), p. 65.

¹²⁸ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 53-68.

¹²⁹ FERRÃO, Leonor – Palácio, Convento e Igreja de Nossa Senhora das Necessidades. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 312-314.

¹³⁰ MATOS, José Sarmiento de – *Ob. cit.*, p. 40.

¹³¹ BORGES, Nelson Correia – Conventos. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 136.

Nas cidades episcopais, os bispos e os Cabidos vão enriquecer as respectivas cidades de construções que ainda hoje as dignificam. Fenómeno comum a outras cidades europeias como Santiago de Compostela¹³². (Vd. ils. 22, 23)

Um dos grandes mecenas setecentistas foi D. Tomás de Almeida. Após ter sido bispo de Lamego e do Porto, em 1717 é nomeado patriarca de Lisboa. Além da nova igreja da Ordem Terceira de S. Domingos¹³³, e do projecto de uma praça, na cidade do Porto – que não seria realizada – é no Sul que se encontram duas das obras mais importantes por si mandadas restaurar: o Palácio da Mitra, em Lisboa, e o Palácio dos arcebispos em Santo Antão do Tojal¹³⁴.

A diocese bracarense, ao longo deste século XVIII, vai ser governada por um conjunto de arcebispos cuja actividade edificatória foi notável: D. Rodrigo de Moura Teles, D. José de Bragança e D. Gaspar de Bragança. Seria durante os seus governos que a cidade de Braga ficaria dotada de um conjunto de construções, nomeadamente no Santuário do Bom Jesus do Monte, tornando-a numa das mais importantes cidades barrocas portuguesas¹³⁵.

Além dos prelados, os Cabidos e os seus cónegos vão ter um papel determinante na divulgação da estética barroca. Uma das funções do Cabido era «zelar pela Catedral – sua conservação e necessários restauros»¹³⁶.

Assim, várias Sés do reino vão sofrer alterações significativas, como a Sé de Braga¹³⁷. O cadeiral e os órgãos, dos poucos vestígios que nos chegaram dessa altura,

¹³² Além da Catedral, muitos edifícios da cidade de Santiago de Compostela assinalam a importância de várias entidades religiosas, ao contrário dos edifícios construídos pela nobreza. O Palácio Episcopal é renovado em 1749, por acção do arcebispo Gil Taboada. Na parte ocidental da Praça do Obradoiro a imponente construção onde se encontra o Seminário de Confessores e o Consistorio foi iniciada em 1767, segundo os planos do engenheiro francês Charles Lemaire, ao serviço do arcebispo Rajoy. O Cabido patrocinou a construção da Casa da Parra, de fray Tomás Alonso e Domingo de Andrade, as quatro casas da Conga que limitam a Praça da Quintana na sua parte Sul, iniciadas por Domingo de Andrade e terminadas por Fernando de Casas e, de meados do século, a Casa del Deán na Rúa do Vilar, e a exuberante Casa del Cabildo na Praça das Praterias. Várias ruas da cidade têm habitações construídas pelo Cabido como, por exemplo, a Rúa Nova (GARCÍA IGLESIAS, José Manuel – *Otras Obras Arquitectónicas Promovidas por el Arzobispado y el Cabildo hasta 1900*. In *Santiago de Compostela*. Laracha: Xuntanza Editorial, 1993. Vol. II. ISBN: 84-86614-71-6, p. 504-511).

¹³³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Ob. cit.*, p. 103.

¹³⁴ PEREIRA, Paulo – D. Tomás de Almeida. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 27.

¹³⁵ PEREIRA, Paulo - Braga. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 98.

¹³⁶ MARTINS, Anacleto Pires da Silva – *Ob. cit.*, p. 13.

¹³⁷ CUNHA, Manuela; MARTINEZ, Manuela – A Catedral. In *Braga e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 119.

atestam a magnificência que a catedral bracarense tinha atingido¹³⁸. Também os cônegos de Braga mandaram erguer novas residências. Aquelas que seguiram a traça de Manuel Fernandes da Silva, destacam-se pela sua qualidade arquitectónica: a Casa dos Meira Carrilho, no Campo de Santiago¹³⁹, o Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva (mais conhecido por Palácio dos Biscainhos)¹⁴⁰, e o Palácio do cônego António Felgueiras Lima¹⁴¹.

O Cabido da cidade de Lamego, em período de Sede Vacante, seria também responsável por uma profunda renovação da catedral - entre 1734-1738¹⁴².

Igual atitude tomou o Cabido de Viseu durante a vacância da Sé, entre 1720-1741, ao mandar efectuar importantes alterações barrocas na sua catedral¹⁴³.

Em Évora, as obras de renovação da capela-mor da Sé foram iniciadas em 1718¹⁴⁴, num período de Sede Vacante. Com a intervenção do monarca D. João V, e o risco de João Frederico Ludovice, a capela-mor tornou-se uma das mais grandiosas obras barrocas joaninas¹⁴⁵. Um papel fundamental coube ao cônego António Rosado Bravo, responsável pelo estaleiro das obras. Foi um grande divulgador do barroco na cidade, com a ajuda que prestou na construção da Igreja do Convento de S. José, e, principalmente, com a edificação da Igreja do Senhor da Pobreza¹⁴⁶. (Vd. ils. 24)

O Cabido portuense, como os referidos anteriormente, teve um papel preponderante como encomendador de obras arquitectónicas de vulto. Atravessando um período de grande poder na cidade, vai promover a edificação ou restauro de construções que assinalem a sua grandeza. Para que isso se efectivasse, o Cabido procurou agir com a máxima brevidade. Deste modo, assiste-se logo na primeira Sede Vacante, 1708-1709,

¹³⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 58-59.

¹³⁹ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga (1693-1751)*. Porto: [s.n.], 1995. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 192-196.

¹⁴⁰ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga (1693-1751)*, p. 198.

¹⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 205.

¹⁴² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Ob. cit.*, p. 115.

¹⁴³ RUÃO, Carlos – A Arquitectura da Sé Catedral de Viseu. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. N° 13 (Setembro 2000), p. 18.

¹⁴⁴ PEREIRA, Paulo – LUDOVICE, João Frederico. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 266.

¹⁴⁵ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa, ob. cit.*, p. 54.

¹⁴⁶ TEIXEIRA, José Monterroso – Évora e a história [Évora Barroca]. In *Évora: história e imaginário*. Évora: Ataegina, 1997, p. 60.

ao início do processo para a construção da Casa do Cabido, assim como o lajeamento do claustro¹⁴⁷. No entanto, após a vinda do novo bispo, não se deu andamento às obras¹⁴⁸.

A 9 de Janeiro de 1717, D. Tomás de Almeida toma posse, por procuração, do cargo de patriarca de Lisboa¹⁴⁹ - iniciando-se um novo período de vacância que terminaria em 1741. O Cabido tem novamente a oportunidade de efectuar as obras que pretendia na Sede Vacante anterior. Logo no dia 16 manda executar o lajeamento do claustro, assim como reparações urgentes na Sé¹⁵⁰. Desta forma, têm início as grandes obras de renovação da catedral e das suas dependências, assim como do Paço Episcopal¹⁵¹ e da construção da Casa do Cabido, através da celebração de dois contratos a 12 de Março de 1717. (Vd. ils. 26, 27)

Se a Casa do Cabido ainda mantém uma linguagem despojada seiscentista, tendência comum na época e que se manterá ao longo de setecentos¹⁵², pelo contrário, as obras efectuadas na Sé seguem o gosto barroco. A relevância que estas últimas tiveram como divulgadoras da nova estética na cidade e seu termo, foi considerável. As construções religiosas e civis que a partir de então se edificaram, são disso testemunho. Deste modo o Cabido, e por conseguinte os seus cónegos, teve um papel de suma importância como agente difusor de uma nova linguagem arquitectónica¹⁵³.

Os cónegos portuenses vão demonstrar a mesma apetência construtiva, em obras de carácter privado. Pertencendo às elites cidadinas, alguns dos quais detiveram grande influência na diocese, dispunham de meios económicos suficientes para o restauro ou edificação das suas habitações.

Na Rua dos Cónegos vão situar-se algumas das suas residências, reconstruídas ou edificadas entre os finais do século XVII e a primeira metade do XVIII.

Os encomendantes de que temos conhecimento são exclusivamente cónegos. Sendo a rua também habitada por laicos, certamente outras obras foram encomendadas por estes; porém, não temos documentos que nos informem.

¹⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 61.

¹⁴⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A casa do Cabido e a sua talha: algumas reflexões. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p. 22.

¹⁴⁹ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 300.

¹⁵⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 61.

¹⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 57.

¹⁵² FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A casa do Cabido e a sua talha: algumas reflexões, *ob. cit.*, p. 22.

¹⁵³ PEREIRA, José Fernandes – Mecenato. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 288.

Em 1689, o mestre-escola da Sé, José da Fonseca Coutinho, contratou o mestre de pedraria Manuel do Couto para efectuar obras de melhoramento na sua casa, segundo os projectos cuja autoria provável é do «arquitecto» Domingos Lopes¹⁵⁴.

As informações que dispomos deste encomendante são escassas. Era filho de Cristóvão de Sá e Mendonça, Fidalgo da Casa Real, e de D. Catarina da Fonseca Osório, e neto paterno de Duarte Sá de Mendonça e de Catarina Cardoso de Costa, e neto materno de Diogo Cardoso da Costa e de Maria da Fonseca Coutinho¹⁵⁵.

Tomou posse da dignidade em 15 de Setembro de 1670¹⁵⁶ e em 1687 cantou a missa, no terceiro dia do Concílio Diocesano¹⁵⁷. José da Fonseca Coutinho foi capelão Fidalgo da Casa Real, e provedor da Santa Casa da Misericórdia de 1694 a 1695 e em 1697¹⁵⁸. Faleceu a 26 de Agosto de 1697¹⁵⁹.

Tendo sido a sua casa na Rua dos Cónegos muito alterada, encontrando-se hoje em lamentável estado de conservação, apenas as suas grandes dimensões se mantêm como pálido eco da relevância do mestre-escola da Sé.

O deão João Freire Antão foi o encomendante da Casa de Vandoma. No dizer do cónego António Ferreira Pinto, tratava-se de uma «Pessoa notável na hierarquia canonical e nos bens de fortuna herdados e economizados»¹⁶⁰. (Vd. ils. 28)

O futuro deão nasceu a 12 de Abril de 1637¹⁶¹, tendo como pais Antão Gonçalves, cidadão do Porto, e Catarina Freire¹⁶², sendo neto paterno de Manuel Lopes Nauzinha, mestre de galeões, e Ana Gonçalves¹⁶³, e neto materno de João Fernandes e Domingas Jorge¹⁶⁴. Pertencia a uma família com fortuna considerável, e tinha familiares que foram dignidades: o tio materno Pantaleão Freire, foi mestre-escola da Sé, e o seu irmão Manuel Freire Antão também mestre-escola¹⁶⁵. Dos seus parentes herdou o vínculo de Nauzinha, do qual foi o terceiro administrador¹⁶⁶.

¹⁵⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 31-32.

¹⁵⁵ CUNHA, Albino Lopes – Inquirições «de Genere» no Arquivo Distrital do Porto, *ob. cit.*, p. 292.

¹⁵⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 126.

¹⁵⁷ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 270.

¹⁵⁸ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999. ISBN 972-634-095-0. IV vol., p. 282.

¹⁵⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 126.

¹⁶⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 96.

¹⁶¹ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 8.

¹⁶² CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 521.

¹⁶³ IDEM, *Ibidem*, p. 520.

¹⁶⁴ CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 286.

¹⁶⁵ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 521.

¹⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 522.

Tomou posse da dignidade de deão a 18 de Janeiro de 1677¹⁶⁷. No segundo dia do Concílio Diocesano de 1687, cantou a missa¹⁶⁸.

Além de deter o lugar cimeiro na hierarquia capitular, o deão João Freire Antão desempenhou outros cargos de relevo na cidade. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia em 1676-1677, 1695-1696, e 1700-1701¹⁶⁹.

A 26 de Setembro de 1708, morre o prelado D. Frei José de Santa Maria Saldanha¹⁷⁰. O Cabido reuniu no dia 28, tendo sido nomeado provisor o deão João Freire Antão¹⁷¹. No dia 7 de Novembro do mesmo ano, resignou o deão no seu sobrinho-neto Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache¹⁷². De curta duração seria o exercício do cargo para que foi nomeado, pois no ano seguinte D. Tomás de Almeida seria nomeado bispo¹⁷³. Poucos anos depois, a 30 de Dezembro de 1714, falecia o deão¹⁷⁴.

De temperamento forte, não se vergava quando os direitos do Cabido eram ultrapassados. Teve por isso várias contendas com o bispo, D. João de Sousa, e com a Câmara¹⁷⁵. O cônego António Ferreira Pinto refere que «O juízo crítico sobre estas contendas e divergências entre o Cabido e D. João de Sousa, bispo de incontestável valor, é que ambos eram entidades e potestades de importância, dispondo de recursos literários próprios e alheios, com bens materiais bastantes e grandes, influências sociais»¹⁷⁶. Apesar de poderoso, mostrou ser também generoso¹⁷⁷.

Consciente da sua importância, o deão mandou construir nos finais do século XVII, na Rua dos Cônegos, uma imponente residência. Foi uma das mais importantes casas nobres seiscentistas portuenses¹⁷⁸. Os seus interiores estariam ricamente guarnecidos, como nos indicam as inúmeras peças de prata mencionadas no inventário dos seus bens, destacando-se entre elas uma baixela brasonada constituída por 48 pratos de mesa¹⁷⁹.

¹⁶⁷ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 96.

¹⁶⁸ FERREIRA, Cônego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 270.

¹⁶⁹ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, *ob. cit.*, IV vol., p 279, 282-283.

¹⁷⁰ FERREIRA, Cônego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 287.

¹⁷¹ IDEM, *Ibidem*, p. 289.

¹⁷² CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 522.

¹⁷³ FERREIRA, Cônego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 293.

¹⁷⁴ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 98.

¹⁷⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 96-98.

¹⁷⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 98.

¹⁷⁷ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 522.

¹⁷⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 64

¹⁷⁹ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 523.

Relativamente à Casa dos Freire de Andrade, muito provavelmente parte da casa foi construída no início do século XVIII. O morador mais importante que nessa altura a habitou foi o arcediogo de Oliveira do Douro, Luís da Costa Magalhães. Certamente foi o seu encomendador. (Vd. ils. 29)

O arcediogo era filho de António da Costa, cavaleiro da Ordem de Cristo, e D. Jerónima de Magalhães de Faria¹⁸⁰, neto paterno de Lourenço da Costa e de Maria Domingues, e neto materno de Inácio de Carvalho e de Jerónima de Magalhães¹⁸¹.

Em 22 de Março de 1692 tomou posse do arcediagado de Oliveira do Douro, sucedendo ao seu tio Cristóvão de Magalhães¹⁸². Na Sede Vacante de 1717-1741, foi um dos adjuntos dos governadores¹⁸³. Morreu no dia 1 de Agosto de 1728¹⁸⁴.

Sendo dono da propriedade entre 1709 e 1728, seria entre estas datas que a sua moradia foi remodelada. Face à simplicidade geral do edifício, o encomendador permitiu uma portada que se destaca pela sua fantasia.

Bernardo de Azevedo e Carvalho destacou-se no início do século, como uma das figuras mais destacadas da diocese. No primeiro governo de vacância (1708-1709), foi nomeado vigário geral. No segundo (1717-1741), foi um dos cinco governadores eleitos; cargo que desempenhou até Setembro de 1717. (Vd. ils. 30)

Era filho de Manuel Vieira de Azevedo¹⁸⁵, e neto paterno de Pascoal de Carvalho e de Maria Ferreira¹⁸⁶ - desconhecemos a ascendência materna. Tomou posse do canonicato em 13 de Novembro de 1702, quando o seu tio, Domingos Carvalho e Azevedo, resignou. Faleceu em 20 de Dezembro de 1729¹⁸⁷.

Como vigário geral e governador, Bernardo de Azevedo e Carvalho substituiu o bispo no governo da diocese. Desconhecemos qual a sua efectiva responsabilidade nas obras que então se efectuaram na catedral. No entanto, devido à elevada posição que detinha, a sua acção foi certamente decisiva, sobretudo no despoletar de todo o

¹⁸⁰ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 17.

¹⁸¹ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo Terceiro de Costados, p. 260.

¹⁸² PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 150.

¹⁸³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, ob. cit., p. 56.

¹⁸⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 150.

¹⁸⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁶ CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 287.

¹⁸⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 179.

processo. Curioso, ou esclarecedor, é o facto de os contratos de 1717 para a construção da Casa do Cabido terem sido lavrados na sua casa¹⁸⁸.

Inicialmente, Bernardo de Azevedo e Carvalho habitou a residência que pertenceu ao seu tio, o cônego Domingos Carvalho de Azevedo. Em 1723 torna-se foreiro do penúltimo lote da rua, a Sul¹⁸⁹, onde manda edificar a sua nova residência¹⁹⁰. Trata-se de uma construção de linhas simples. Seguindo a tradição seiscentista ainda corrente, a sua austeridade exterior ainda é considerada a mais digna da imagem de um clérigo. Actualmente é a única que mantém quase inalterada a sua configuração original.

Também se salientou nesta primeira metade do século, o cônego magistral Dr. Domingos Barbosa. Era natural da freguesia de Milheirós (Maia)¹⁹¹, sendo filho natural do licenciado Luís Álvares Barbosa¹⁹², cidadão da cidade do Porto¹⁹³, juiz dos órfãos em 1703¹⁹⁴, e de Catarina, solteira, neto paterno do capitão Luís Alvares Barbosa e Vicência Barbosa, e neto materno de Sebastião Fernandes e de Maria João¹⁹⁵. (Vd. ils. 31)

Desde pequeno que o «seu pay o levava [...] para sua casa», sendo-lhe proporcionada uma esmerada formação académica. Assim, em 16 de Março de 1723 torna-se «mestre da Sagrada Theologia»¹⁹⁶ pela Universidade de Coimbra¹⁹⁷.

Foi cônego magistral do bispado de Lamego a 3 de Junho de 1720¹⁹⁸, e a 4 de Maio de 1723 do bispado do Porto¹⁹⁹.

Em 1732 compra o terreno onde foi erguida a sua casa, encontrando-se a habitá-la em 1735. Sendo influenciada pelo gosto barroco que então se fazia sentir, a habitação do cônego magistral é um dos mais importantes exemplares de arquitectura civil da cidade. O facto de ser uma casa de grande qualidade arquitectónica, indicia o interesse do residente relativamente à arquitectura do seu tempo. Efectivamente, tal como os cônegos referidos anteriormente, esteve relacionado com as transformações arquitectónicas que então decorriam, já que era administrador das obras barrocas da

¹⁸⁸ GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, n.º 2 (Fevereiro 1970), p. 53.

¹⁸⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 23, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁹⁰ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁹¹ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 315, vd. doc. n.º 46 no Apêndice.

¹⁹² CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 287.

¹⁹³ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 319v., vd. doc. n.º 46 no Apêndice.

¹⁹⁴ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 235.

¹⁹⁵ CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 287.

¹⁹⁶ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 315, vd. doc. n.º 46 no Apêndice.

¹⁹⁷ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 80.

¹⁹⁸ AZEVEDO, D. Joaquim de – *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typografia do Jornal do Porto, 1878, p. 266.

¹⁹⁹ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 80.

Sé²⁰⁰, onde deve ter adquirido, ou aprofundado, o gosto pela arquitectura. Gosto esse manifestado nas obras que encomendou, referidas no seu testamento. É com um misto de vaidade e satisfação que nele menciona esta residência, como sendo uma construção nobre e de grande valor, assim como uma quinta próxima da Maia, certamente a actual Quinta do Chantre²⁰¹. É também o seu testamento que nos informa sobre o quanto devia ser culto o Dr. Domingos Barbosa, já que possuía uma biblioteca num dos mirantes da sua casa²⁰². Faleceu a 8 de Agosto de 1746²⁰³.

Jerónimo de Távora de Noronha, sobrinho do deão João Freire Antão, e seu sucessor no deado, esteve relacionado às mais significativas obras arquitectónicas portuenses realizadas no segundo quartel do século.

Sendo morador na Casa de Vandoma, em 1749 trocou duas casas que possuía na Rua de S. Sebastião pelo Aljube Velho, o qual confrontava com a sua casa, possibilitando deste modo a sua ampliação²⁰⁴.

Nasceu a 20 de Novembro de 1690²⁰⁵ e era filho de António de Távora de Noronha Leme Cernache, Moço-Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Micaela Antónia Freire²⁰⁶, neto paterno de Jerónimo de Távora de Noronha Fidalgo da Casa Real, e de Maria Inês²⁰⁷, e neto materno do capitão Roque Peres Picão, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo²⁰⁸, e de D. Isabel Freire²⁰⁹.

²⁰⁰ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 138.

²⁰¹ No seu testamento o Dr. Domingos Barbosa refere que as obras estavam a decorrer na Quinta de Fafiães. Porém, segundo a descrição dessas obras, a quinta era de grandes dimensões, o que não corresponde à actual Quinta de Fafiães, demasiado modesta. Por outro lado, pertencia à família a actual Quinta do Chantre, essa sim grandiosa. Afigura-se-nos que o cônego magistral, no seu testamento, se referia a esta última cujo nome actual, aliás, só lhe pode ter sido atribuído posteriormente à redacção do testamento, quando a propriedade passou para a posse do seu irmão, e depois do seu sobrinho, ambos chantres. A descrição das obras efectuadas na quinta é a seguinte: «...mandei fazer tudo o que nella há à minha custa, como já disse; assim de obliscos, porticos, casas, aidos, heira, terras reduzidas a cultura, pateos, muros e parêdes, fonte, e agoas, e muita quantidade de plantas, assim de olivais, vinhas, e pomares das milhores castas de frutas, como de castanheiros, sobreiros e carvalhos e outras árvores de estimação, proveito e adorno da ditta quinta em que não havia algũa das dittas benfeitorias, as coais inda vou continuando tendo feita muita despesa e grande gasto nas que athé agora estão feitas, ...» (FERREIRA, J. A. Pinto – *A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cônego Magistral da Sé (um solar setecentista da cidade do Porto)*, *ob. cit.*, p. 21).

²⁰² FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 22.

²⁰³ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 80.

²⁰⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Aljube do Porto: Alguns documentos para a sua História*, *ob. cit.*, p. 431-432.

²⁰⁵ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 524.

²⁰⁶ António de Távora, além dos morgados que o seu filho viria a herdar, foi vereador, guarda-mor da saúde, e almotacé da cidade do Porto (CAMPO BELLO, Conde de - *O Morgadio de Nauzinha*, *ob. cit.*, p. 12).

²⁰⁷ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 518.

²⁰⁸ O capitão Roque Picão foi capitão de navios, e senhor, nomeadamente, da Quinta do Freixo (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 519).

²⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 521.

Como herdeiro de seu pai, foi 11º Senhor do Morgado dos Cernaches, 7º do de Macieira de Sarnes, e 5º do de Loivos da Ribeira. Após a morte de sua mãe, foi o 2º administrador do vínculo do deão João Freire Antão, 5º do de Nauzinha, Senhor das Casas de Vandoma, das Quintas do Freixo, de Fonte Pedrinha e de Fornos²¹⁰.

Em 25 de Setembro de 1709 tomou posse da coadjutoria do cargo de deão, o qual era ocupado pelo seu tio-avó, sucedendo-lhe a 10 de Janeiro de 1715²¹¹. Foi também provedor da Santa Casa da Misericórdia, em 1718-1719, 1720-1722, e 1723-1725²¹². Nessa qualidade, dotou a farmácia do Hospital de D. Lopo de Almeida de todos os remédios necessários²¹³. Como administrador da Bailiagem de Leça, mandou restaurar a Igreja de Aldoar²¹⁴. O deão faleceu a 25 de Novembro de 1754²¹⁵.

Embora não tenha sido eleito para o governo da diocese durante o período de Sede Vacante (1717-1741), por ocupar o lugar cimeiro na hierarquia capitular a sua intervenção deve ter sido decisiva nos trabalhos de remodelação da Sé que então se iniciaram, assim como na cedência que o Cabido fez à Câmara de um terreno destinado a logradouro público, a actual Praça da Liberdade²¹⁶.

Por intermédio de seu irmão, Roque de Távora de Noronha, Vice-Chanceler da Ordem de Malta²¹⁷, Nicolau Nasoni veio para o Porto, para trabalhar no estaleiro da catedral, tendo sido protegido pelo deão²¹⁸. Este, como provedor da Santa Casa da Misericórdia, encarregou Nasoni de fazer o risco da fachada da igreja e, como presidente da Irmandade de S. Filipe Néri – ou dos Clérigos Pobres –, encomendou-lhe a construção da Igreja dos Clérigos, Casa e torre anexa²¹⁹.

Relativamente à arquitectura civil, Nasoni projectou a esplêndida residência de Verão do deão, na Quinta do Freixo²²⁰. Também lhe são atribuídas as novas salas da

²¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 525.

²¹¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.* p. 99.

²¹² REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, *ob. cit.*, IV vol., p. 285-286.

²¹³ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 525.

²¹⁴ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 15.

²¹⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 100.

²¹⁶ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto. In *Duas Cidades ao serviço de Portugal: Subsídios para o estudo das relações da Lisboa e Porto durante oito séculos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947, p. 15.

²¹⁷ CAMPO BELLO, Conde de – Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém. Sep. de *Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, p. 67.

²¹⁸ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, pp. 11-12.

²¹⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Igreja dos Clérigos. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 122-124.

²²⁰ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 525.

Casa de Vandoma²²¹, efectuadas com «bom gosto»²²². A qualidade do que foi construído nas duas habitações referidas, além dos edifícios emblemáticos promovidos pelo deão, deixam transparecer uma personalidade de grande cultura e gosto apurado.

Segundo as palavras do conde de Campo Bello, o deão Jerónimo de Távora de Noronha era um «homem realizador de rasgada visão, empreendedor, activo, tenaz, benemérito a quem, por esquecimento, incúria, ou ignorância, de qualquer forma demonstrando manifesta ingratidão, a cidade ainda não prestou, decorridos tantos anos, a homenagem a quem tem jus»²²³.

O período de tempo em que as obras na rua decorreram, desde o final de seiscentos até à primeira metade de setecentos, corresponde a uma época em que o Cabido portuense detinha grande poder. Símbolos visíveis desse poder são as residências dos seus cónegos, a elite eclesiástica da cidade. A morfologia dessas casas patenteia uma transformação do gosto dos encomendadores. Se nas primeiras habitações, a imagem digna de uma elite eclesiástica está vinculada a uma austeridade formal, nas últimas, assume-se por uma maior decoração.

2.3.- Os autores.

Se sabemos quais foram os encomendadores mais importantes das casas da Rua dos Cónegos, o mesmo não se passa em relação aos autores das obras de construção ou remodelação das mesmas.

Era frequente os documentos da época não mencionarem os autores²²⁴. Facto demonstrativo da pouca importância que a sociedade lhes atribuía²²⁵; onde a distinção entre artista e artífice não era clara. O prestígio só seria alcançado por um número escasso de nomes, destacando-se: João Antunes, nomeado arquitecto régio em 1699; Ludovice, arquitecto-mor, título excepcional que lhe foi atribuído devido aos serviços prestados no reinado de D. João V; ou Nasoni, que era tratado por «D. Nicolau».

²²¹ SMITH, Robert C. – *Ob. Cit.*, p. 152.

²²² A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, História da Casa de Vandoma, s/f., vd. doc. n.º 78 no Apêndice.

²²³ CAMPO BELLO, Conde de – O Mecenas de Nasoni. Sep. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXV (Junho 1974), p. 5.

²²⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 35.

²²⁵ MATOS, José Sarmiento de – *Arquitectura Civil*, ob. cit., p. 41.

Outros, apesar de uma actividade assinalável, não foram devidamente reconhecidos, como André Soares «curioso de architectura»²²⁶.

Segundo Bluteau, o termo *arquitecto* não era apenas atribuído ao autor do risco, mas também ao mestre-de-obras e àquele que executa, deixando perceber alguma indefinição na atribuição de funções²²⁷. Efectivamente, a actividade arquitectónica era exercida por homens com formação muito diversificada: arquitectos, engenheiros militares, arquitectos amadores, mestres de pedraria e o próprio proprietário da obra²²⁸. A institucionalização do ensino da architectura teve o seu início com a criação da Aula do Risco do Paço da Ribeira, em 1594, cujo primeiro mestre foi Filipe Terzi, ao qual sucederam três famílias, os Frias, os Tinoco, e os Turriano. De entre os arquitectos que passaram pela Aula do Risco salienta-se João Antunes, promovido a arquitecto em 1699²²⁹.

O ensino também era ministrado nos grandes estaleiros que foram surgindo, como em Maфра ou no Aqueduto das Águas Livres com a criação das «Casas de riscar», onde, a par com os arquitectos, foram formados mestres-de obras e pedreiros, que ao exercerem a sua actividade noutras localidades, divulgavam novos saberes²³⁰. Após o Terramoto de 1755, foi criada a Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa, substituindo a Aula do Paço da Ribeira, dirigida por Eugénio dos Santos²³¹.

Outras instituições surgiram, onde o ensino da architectura estava associado ao da matemática e do desenho - Real Colégio dos Nobres (1766), Aula de Desenho e Architectura da Universidade de Coimbra (1772) -, mas com pouco sucesso²³². Em 1780, no Porto, são criadas as Aulas Públicas de Desenho e Debuxo, e em Lisboa, em 1781, a Aula Régia de Desenho de Figura e Architectura Civil²³³.

Em 1641, por força dos acontecimentos que o país atravessava, surge a Aula Militar, à qual sucede, em 1647, a Aula de Fortificações e Architectura Militar, da qual foi mestre Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do Exército do Alentejo e tenente-general de artilharia. Sendo extinta em 1779, foi então criada a Academia Real da Marinha, a

²²⁶ PEREIRA, José Fernandes – Artista. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 52.

²²⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 51.

²²⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 36.

²²⁹ CALADO, Margarida – Ensino. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 160.

²³⁰ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 167.

²³¹ CALADO, Margarida – Ob. cit., p. 161.

²³² PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 167.

²³³ CALADO, Margarida – Ob. cit., p. 161-162.

qual, por sua vez, é substituída pela Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1790. Na província, em locais onde se realizaram importantes obras de engenharia militar, foram criadas aulas onde era ministrado o ensino de arquitectura. Destas, salientou-se a de Viana do Castelo, surgida em 1701²³⁴.

O engenheiro militar saído destas escolas, segundo Manuel de Azevedo Fortes, «deve saber fazer a destribuição da planta de uma Praça, de um Palacio, e de hum edificio particular»²³⁵. Além de obras de carácter militar, podia assim conceber obras civis e religiosas. Este facto teve como consequência a influência da austera arquitectura militar na arquitectura seis e setecentista. O papel do engenheiro militar foi assim preponderante, sobretudo na reconstrução de Lisboa após o Terramoto²³⁶.

Para a prática da arquitectura, geralmente não era necessária a formação teórica nas instituições mencionadas. Encontramos muitas personagens que se dedicaram à construção sem uma preparação inicial. Nestes casos, deixando a parte técnica para outros, limitavam-se a fazer o risco da obra. É assim que vemos artistas de outros ramos a dedicarem-se à arquitectura - como Nicolau Nasoni que principiou a sua carreira no Porto como pintor²³⁷, ou João Frederico Ludovice, que veio para Portugal como ourives²³⁸ - assim como architectos amadores - por exemplo André Soares²³⁹ -, ou mestres de pedraria.

Sendo o número de architectos reduzido²⁴⁰, e muitos deles sem conhecimentos necessários, sendo apenas os autores do risco²⁴¹, o mestre de obras, como conhecedor das técnicas construtivas, tornava-se o responsável da obra²⁴², o que lhe conferia importância, geralmente olvidada, como autor de muitas das construções seiscentistas e setecentistas. Esta situação fez com que, algumas vezes, os mestres de obras fossem denominados architectos²⁴³.

²³⁴ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 167.

²³⁵ MOREIRA, Rafael – Engenharia Militar. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 156.

²³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 159.

²³⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nicolau Nasoni. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 308.

²³⁸ SERRÃO, Victor – *Ob. cit.*, p. 183.

²³⁹ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 74.

²⁴⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia. ISBN 972-9430-10-1. Vol. II/2 (1990), p. 395.

²⁴¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 39.

²⁴² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade, ob. cit., p. 403.

²⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 396.

Controlando as principais obras, os mestres pedreiros, assim como os mestres carpinteiros, chegavam a formar dinastias. Caso paradigmático é o de Pascoal Fernandes, mestre da pedraria, o qual chegou a ser designado arquitecto²⁴⁴, pai de Manuel Fernandes da Silva, também mencionado nos documentos como mestre de obras ou como arquitecto²⁴⁵. Outro exemplo, é o da família Moreira, João Moreira, Manuel Moreira, seu filho, e João Moreira, seu sobrinho, todos mestres pedreiros, referidos num contrato de 18 de Março de 1700, relativo às obras de renovação a serem efectuadas na capela-mor do Convento da Madre de Deus de Monchique, no Porto²⁴⁶.

Quando uma obra era posta a lanços, podia ser arrematada por um ou mais mestres pedreiros²⁴⁷. Quando havia apenas um arrematante, geralmente este associava-se com outro ou outros mestres de pedraria - ou de outros ofícios²⁴⁸. Mais frequente era associarem-se dois, três ou mais mestres de pedraria²⁴⁹, o que lhes permitia ocuparem-se de várias obras em simultâneo²⁵⁰.

Também era frequente os artistas trabalharem em parceria, contribuindo cada um para o resultado final; como sucedeu na renovação da Sé de Lamego, onde intervieram Miguel Francisco da Silva, António Pereira e Nicolau Nasoni²⁵¹.

Depois de arrematada a obra, eram chamados os homens considerados necessários para nela trabalharem²⁵², podendo ser dos seguintes ofícios: canteiros, alvanéus, carpinteiros, ladrilhadores, ferreiros, serralheiros, latoeiros, picheleiros, vidraceiros e oleiros²⁵³.

Tanto os que projectavam como os que executavam as obras, exerciam a sua actividade no local de residência, ou noutras localidades mais ou menos distantes²⁵⁴.

²⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 395-396.

²⁴⁵ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Ob. cit.*, p. 229-230.

²⁴⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Vol. I (2002), p. 143.

²⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (Séculos XVII e XVIII). In *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II série, vol. IX (1992), p. 338.

²⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 341.

²⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 339.

²⁵⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade, *ob. cit.*, p. 404.

²⁵¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Ob. cit.*, p. 115.

²⁵² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (Séculos XVII e XVIII), *ob. cit.*, p. 338.

²⁵³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, *ob. cit.*, p. 64-65.

²⁵⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 39.

Também provinham do estrangeiro, o que era comum em toda a Europa, sobretudo no século XVIII²⁵⁵.

Com a Restauração, vieram trabalhar vários engenheiros estrangeiros, sobretudo de origem francesa, dos quais se salienta Miguel de l'École, mas também italianos e flamengos, como o padre João de Cosmader. Se inicialmente a sua função era a de restaurarem ou construírem novas fortificações, acabaram por serem os autores de igrejas, habitações e arranjos urbanísticos, na segunda metade do século XVII²⁵⁶.

No reinado de D. João V, foi sobretudo de Itália que vieram os grandes arquitectos²⁵⁷. Mas não foram apenas os nomes mais sonantes, também eram italianos muitos dos mestres pedreiros e artífices que trabalharam nas primeiras encomendas reais²⁵⁸.

No Porto, durante o último quartel do século XVII, assistiu-se a uma intensa actividade edificatória²⁵⁹, dando trabalho a artistas e artífices locais, ou de outras regiões²⁶⁰. Pascoal Fernandes, Pantaleão Vieira, António da Costa, Gregório Fernandes e Manuel do Couto, são alguns dos mestres de pedraria que mais se destacaram. Relativamente aos arquitectos, com formação diversificada, salientaram-se o padre Pantaleão da Rocha de Magalhães, o padre Baltazar Guedes, Domingos Lopes, escultor, mestre de arquitectura e mestre de carpintaria, e João Pereira dos Santos que terá chegado a arquitecto como mestre de pedraria²⁶¹.

O mestre-escola José da Fonseca Coutinho, pretendendo remodelar a sua casa, contratou o mestre de pedraria Manuel do Couto, segundo um documento lavrado em 10 de Novembro de 1689. O autor da remodelação, se não de toda pelo menos de parte, foi o arquitecto capitão Domingos Lopes. Esta constatação deve-se ao facto de o contrato o citar como tendo feito o risco da escadaria, e a obra precisar da sua aprovação, além de ser o fiador²⁶².

²⁵⁵ BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 48.

²⁵⁶ SERRÃO, Victor – *Ob. cit.*, pp. 138-141.

²⁵⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 66.

²⁵⁸ BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 54.

²⁵⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade, *ob. cit.*, p. 397.

²⁶⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 66.

²⁶¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade, *ob. cit.*, p. 403.

²⁶² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 31-32.

Tanto o mestre de pedraria como o arquitecto, eram das mais importantes figuras da segunda metade de seiscentos.

O capitão Domingos Lopes (1646-1716)²⁶³, que morou na Rua da Porta Nova e na Rua da Ponte Nova, desenvolveu uma actividade muito diversificada²⁶⁴. Nos documentos é designado como imaginário, ensamblador, mestre de arquitectura, escultor, mestre de carpintaria, mestre de entalhador e engenheiro²⁶⁵.

Foi sobretudo um artista que se dedicou à arte da talha. Da sua vasta produção, destaca-se o risco da obra do coro do Convento de S. Domingos de Aveiro (1675) e os retábulos da Sé do Porto (1682), feitos em conjunto com Domingos Nunes. A sua actividade decorreu entre os anos de 1668 e 1696²⁶⁶. Também foi mestre de carpintaria²⁶⁷.

Nos documentos sobre obras arquitectónicas surge referenciado como arquitecto, ou mestre de pedraria²⁶⁸. É de sua autoria a planta de uma praça que iria ser realizada no sítio da Ponte Nova. No contrato para a construção da nova capela da Ordem Terceira de S. Francisco, de 27 de Abril de 1676, aparece como testemunha e, assim, provável autor da traça²⁶⁹. Como fiador, surge num contrato de 24 de Julho de 1676, relativo à construção da Capela de Santo António da Porta dos Carros, podendo deste modo ser o seu autor²⁷⁰. Fez a planta para a mesma capela quando foi remodelada em 1683²⁷¹. No ano seguinte ao do contrato referente à Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, o capitão Domingos Lopes surge num documento de 12 de Novembro de 1690, onde lhe é atribuída a autoria do projecto do novo coro do Mosteiro de Santo

²⁶³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para o Estudo da Arquitectura das duas Primeiras Capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Universidade do Porto. ISSN 1645-4936. Vol. II (2003), p. 354.

²⁶⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-91-1, p. 52.

²⁶⁵ LEÃO, Manuel – Domingos Lopes, artista e empresário. In *Museu*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. ISSN 0871-2670. N.º 5 (1996), p. 92.

²⁶⁶ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, *ob. cit.*, p. 52.

²⁶⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676). In *Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N.º 1 (1992) p. 46.

²⁶⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra. In *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II série, vol. VIII (1991), p. 297.

²⁶⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII, *ob. cit.*, p. 16.

²⁷⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703). *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, Vol. X (1993), p. 382.

²⁷¹ IDEM, *Ibidem*, p. 392.

Agostinho da Serra, em Vila Nova de Gaia (mais conhecido como Mosteiro da Serra Do Pilar)²⁷².

Embora a maioria das suas obras arquitectónicas tenham sido demolidas, o que se conhece da sua actividade permite situá-lo dentro do gosto maneirista, comum a outras construções que foram erguidas no final do século XVII²⁷³.

Manuel do Couto, o mestre de pedraria responsável pela remodelação da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, era um dos mais conceituados do seu tempo, sendo também considerado arquitecto²⁷⁴. Morou na Rua da Porta dos Carros²⁷⁵.

As obras que se conhecem da sua autoria situam-se entre 1671 e 1696. Para a reedificação do aljube do Porto é contratado, com o mestre pedreiro Pantaleão Vieira, em 14 de Junho de 1671. Em parceria com o mestre pedreiro Gregório Fernandes, é o responsável pela renovação da Fonte da Arca, iniciada em 1677, segundo um projecto do padre Pantaleão da Rocha de Magalhães²⁷⁶. São da sua autoria, juntamente com o mestre pedreiro anterior, os apontamentos e riscos para os arranjos da capela de Santa Isabel da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, iniciados em 1680²⁷⁷. Nas obras efectuadas entre 1680 e 1682 na Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto, fez uma parede do refeitório, e entre 1694 e 1703 é o responsável, com o mestre pedreiro João da Maia, pela construção da nova igreja²⁷⁸. É contratado, a 16 de Agosto de 1693, para fazer a capela-mor, os altares laterais e capelas da Igreja de Nossa Senhora da Vitória²⁷⁹. Em 1683, em Amarante, executa duas obras no Convento de São Gonçalo, e em 1696, com o mestre pedreiro António da Costa, arremata a obra do novo dormitório do Convento de São João Evangelista, no Porto²⁸⁰.

²⁷² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, *ob. cit.*, p. 297. A construção do coro, implicou a deslocação do claustro (IDEM, *Ibidem*, p. 299).

²⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 301.

²⁷⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para o Estudo da Arquitectura das duas Primeiras Capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto, *ob. cit.*, p. 355-356.

²⁷⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII, *ob. cit.*, p. 8.

²⁷⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, *ob. cit.*, p. 298.

²⁷⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para o Estudo da Arquitectura das duas Primeiras Capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto, *ob. cit.*, p. 358.

²⁷⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703), *ob. cit.*, p. 390-391.

²⁷⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (Séculos XVII e XVIII), *ob. cit.*, p. 362.

²⁸⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, *ob. cit.*, p. 298.

A obra de carpintaria da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho foi executada pelo mestre carpinteiro Miguel Martins, morador no Postigo das Virtudes²⁸¹, segundo um contrato de Novembro de 1689.

Ao mesmo mestre carpinteiro seria entregue a obra de carpintaria da Casa de Vandoma, em 4 de Novembro de 1691²⁸².

Para a edificação desta residência foi lavrado um documento em 27 de Agosto de 1691, tendo sido contratado, pelo deão João Freire Antão, o mestre pedreiro André Martins²⁸³, da aldeia da Noeda, em Campanhã²⁸⁴. Embora não seja revelada a autoria dos vários projectos apresentados, como testemunha assina o padre Pantaleão da Rocha de Magalhães. Sendo um dos maiores arquitectos da segunda metade de seiscentos e inícios de setecentos, muito provavelmente foi o autor da Casa de Vandoma²⁸⁵.

O padre Pantaleão da Rocha de Magalhães (?-1703)²⁸⁶, mestre capela da Sé do Porto, morador na Rua dos Açougues²⁸⁷, «muito vercado na Architectura»²⁸⁸, foi um competente arquitecto amador. Com uma actividade multifacetada, dedicou-se também à composição de música, à ourivesaria e à arte da talha²⁸⁹. Fez o risco para o retábulo-mor da Igreja do Convento de Santo Elói, em 1685²⁹⁰, para o novo sepulcro da Sé, como refere um contrato de 12 de Maio de 1678²⁹¹, o sepulcro da Sé de Lamego, no mesmo ano, e o retábulo-mor da Igreja do Convento de Santo António, em Aveiro, em 1679²⁹².

A sua notável actividade como arquitecto, dotou a cidade do Porto e Vila Nova de Gaia de algumas das mais significativas construções do último quartel do século XVII: o coro e galilé da Capela de Santo António do Penedo, cujo contrato foi efectuado em 8

²⁸¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 65.

²⁸² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII*. Introdução ao seu Estudo, ob. cit., p. 32-33.

²⁸³ IDEM, *Ibidem.*, p. 32.

²⁸⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 64.

²⁸⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII*. Introdução ao seu Estudo, ob. cit., p. 33.

²⁸⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Padre Pantaleão da Rocha de Magalhães e a Capela de Santo António do Penedo. *O Tripeiro*. Porto. VII Série Nova, ano X, nº 11 (Novembro 1991), p. 330.

²⁸⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Algumas obras seiscentistas no Convento de Corpus Christi. Sep. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984), p. 280.

²⁸⁸ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1964, p. 401.

²⁸⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Padre Pantaleão da Rocha de Magalhães e a Capela de Santo António do Penedo, ob. cit., p. 330.

²⁹⁰ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 52.

²⁹¹ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 401.

²⁹² FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 62.

de Junho de 1671²⁹³; a fachada principal - e talvez o corpo - da Igreja de São Nicolau²⁹⁴, erguida entre 1671 e 1676²⁹⁵; a Igreja do Convento de Corpus Christi, de 1675, em Vila Nova de Gaia; a nova Fonte da Arca, iniciada em 1677 no Campo das Hortas; a primeira Capela de Ordem Terceira de São Domingos, de 1683²⁹⁶, e a Igreja de Santo António dos Congregados, cujas obras tiveram o seu início em 1694²⁹⁷.

As obras do padre Pantaleão da Rocha de Magalhães foram erguidas num período em que a tendência maneirista ainda era vigente. Porém, nalgumas das suas construções, a par com a simplicidade tradicional, já se encontram elementos barrocos, podendo assim serem situadas na corrente protobarroca²⁹⁸. Deste modo, enveredava por um gosto estético de tendência barroca, quando este estilo só seria plenamente aceite no Porto, na segunda década de setecentos²⁹⁹.

O arquitecto padre, como precursor de uma nova linguagem estética na cidade, e como alguém que alargou o seu campo de acção a várias actividades artísticas, é uma das personalidades mais interessantes do seu tempo, ocupando por isso um lugar destacado na história da arte portuense.

Relativamente à Casa dos Freire de Andrade e à Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, não dispomos de informações que nos indiquem os respectivos autores. Apenas a sua configuração e o período em que cada uma delas foi construída nos podem fornecer algumas pistas.

A propriedade onde se situa a Casa dos Freire de Andrade, a partir de 1709 ficou a pertencer ao arcediogo de Oliveira do Douro, Luís da Costa Magalhães, o qual faleceu em 1728, como já tivemos ocasião de referir. Sendo o arcediogo o provável encomendador da casa, esta teria sido edificada entre essas datas, possivelmente logo em 1709, ou nos anos seguintes mais próximos. A singeleza das aberturas e a existência de um portal decorado, filiam a habitação numa linha protobarroca de origem

²⁹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Padre Pantaleão da Rocha de Magalhães e a Capela de Santo António do Penedo, *ob. cit.*, p. 332.

²⁹⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676), *ob. cit.*, p. 40-41.

²⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 40.

²⁹⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Padre Pantaleão da Rocha de Magalhães e a Capela de Santo António do Penedo, *ob. cit.*, p. 330.

²⁹⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703), *ob. cit.*, p. 390.

²⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 393.

²⁹⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676), *ob. cit.*, p. 53.

seiscentista. O autor da casa seria, por isso, um arquitecto cujas obras seguiam este gosto estético e que exerceu a sua actividade durante os anos mencionados.

O mesmo se pode constatar em relação à Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho. Este cônego mandou erguer a habitação entre 1723 e 1729, a qual se caracteriza por ter uma linguagem sóbria. O autor do risco seria assim um arquitecto de gosto austero, cujos anos em que trabalhou abarcam aqueles em que a habitação começou a ser erguida.

As semelhanças estéticas entre ambas ficam-se apenas pela simplicidade geral. Na realidade, em termos morfológicos, as duas moradias são distintas. Este facto parece indicar terem sido riscadas, não pelo mesmo autor, mas por dois artistas, cada um com uma linguagem própria. Relativamente às datas em que foram erguidas, supomos que a Casa dos Freire de Andrade é anterior.

Embora desconhecendo os autores de cada uma das casas, sendo os encomendadores altas individualidades do Cabido, certamente as contrataram aos arquitectos mais importantes da cidade.

De entre os muitos que, no primeiro quartel do século XVIII, exerciam o seu ofício, adquiriram uma maior notoriedade João Pereira dos Santos, António Pereira, Miguel Francisco da Silva - Nicolau Nasoni, destacar-se-ia a partir do segundo quartel.

Sobre João Pereira dos Santos, há conhecimento de obras suas desde o final de seiscientos até ao primeiro quartel do século XVIII³⁰⁰. Como os anteriores, além da arquitectura também se dedicou à talha. De entre as várias obras que projectou, podem ser referidas: o retábulo-mor da Igreja do Convento de São João-o-Novo, em 1700; o retábulo de Nossa Senhora da Nazaré da Igreja da Congregação do Oratório, no Porto, em 1705 e o retábulo-mor da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos, no Porto, em 1724³⁰¹.

Como arquitecto, são de sua autoria: a planta da capela-mor da Igreja do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique, em 1699³⁰²; as sepulturas no claustro e interior da Sé, cujo contrato é de 1709³⁰³; as obras de beneficiação do Aljube do Porto, em 1709³⁰⁴. O

³⁰⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique, *ob. cit.*, p. 145.

³⁰¹ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A casa do Cabido e a sua talha: algumas reflexões, *ob. cit.*, p. 22;

³⁰² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Architectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII, *ob. cit.*, p. 14.

³⁰³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII (I). Nótulas sobre algumas obras (1665-1709), *ob. cit.*, p. 287.

seu nome é referido numa escritura de 1 de Abril de 1717, relativo a uma obra de pedraria no claustro, em outras obras na Sé e suas dependências³⁰⁵, sendo o primeiro arquitecto a quem o Cabido recorreu para estas obras de remodelação. É o autor de dois riscos para a sacristia da antiga Capela da Ordem Terceira de São Francisco, em 1721. É-lhe atribuído o projecto da Casa do Cabido, uma vez que é mencionado como «Architecto das obras da Casa do Cabido e Fabrica», segundo um documento de 23 de Dezembro de 1717³⁰⁶.

Tratando-se de um artista cuja actividade teve início no final de seiscentos, a austeridade arquitectónica, dominante nas construções que então eram edificadas, também está patente nas suas obras. Não é por isso de estranhar que a Casa do Cabido - injustamente acusada por alguns como tendo um «repertório maneirista ultrapassado»³⁰⁷ - se apresente com um gosto severo.

João Pereira dos Santos afigura-se como o mais plausível autor da Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, pelos seguintes motivos: a sua actividade decorreu até ao primeiro quartel do século, quando a casa foi construída, e estava intimamente ligado à construção da Casa do Cabido. Conhecendo a obra do arquitecto, e tratando-se de um dos maiores artistas da cidade, provavelmente o vigário geral o contratou para fazer o risco da sua residência.

Relativamente à Casa dos Freire de Andrade, não nos parece que o autor da sua remodelação tenha sido o mesmo da casa anterior. Observando a Casa do Cabido, constata-se que todas as aberturas têm um tratamento idêntico, formando um todo homogéneo. Pelo contrário, na Casa dos Freire de Andrade há um contraste entre a simplicidade das aberturas, e a decoração da portada. Deste modo, os dois edifícios parecem não terem sido riscados pelo mesmo artista. Uma formação diferente parece ter tido o autor da última casa referida. Nesta, denota-se uma influência da arquitectura militar na valorização conferida à portada, como nas fortificações.

Com a remodelação da catedral portuense, iniciada em 1717, a cidade vai sofrer uma transformação estilística pela chegada de novos artistas e artífices, dos quais se destacam: António Pereira, mestre de estuque e arquitecto, Miguel Francisco da Silva,

³⁰⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Aljube do Porto: Alguns Documentos para a sua História, *ob. cit.*, p. 429.

³⁰⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, *ob. cit.*, p. 500.

³⁰⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *Silva de Historia e Arte*. Porto: Livraria “Progredir”, 1945, p. 140-141.

³⁰⁷ SMITH, Robert C. – *Ob. Cit.*, p. 56.

arquitecto e entalhador, ambos provenientes de Lisboa, e, posteriormente, Nicolau Nasoni, pintor e arquitecto italiano, procedente de Malta³⁰⁸.

A relevância excessiva atribuída a Nicolau Nasoni na arte barroca portuense, acabou por fazer sombra aos arquitectos seus contemporâneos, nomeadamente a António Pereira. No entanto o que se conhece actualmente das obras que este último executou, permite destacá-lo.

Pouco se sabe sobre a sua actividade antes de vir para o Porto. É-lhe atribuída a realização de um retábulo na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus em Santarém, segundo o risco de Carlos Baptista Gravo³⁰⁹. Também trabalhou em Mafra, e na reconstrução do Santuário da Nazaré³¹⁰.

Provavelmente em 1719, veio trabalhar para o Porto nas obras da Sé então em curso, onde foi mestre de estuques e arquitecto³¹¹, tornando-se «mestre das obras da See»³¹². Trabalhou em parceria com Miguel Francisco da Silva e Nicolau Nasoni, sendo difícil saber qual a verdadeira contribuição de cada um³¹³. No entanto, e devido à falta de documentação em contrário, a importância que é atribuída a Nasoni nas transformações da Sé não é comprovada, ao contrário de Miguel Francisco da Silva e sobretudo de António Pereira³¹⁴.

Além da Sé, António Pereira encontra-se associado a diversos trabalhos efectuados nas suas dependências. Vários documentos indicam que fez obras no «claustro e escada da porta travessa», de 1733 a 1736³¹⁵, e no «alpendre da porta travessa da Sé», em 1734³¹⁶. É, assim, o provável criador do risco da escadaria de acesso ao piso nobre da Casa do Cabido, e do alpendre da fachada norte da Sé³¹⁷; duas obras de excelente qualidade.

³⁰⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 37.

³⁰⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – António Pereira: Arquitecto do Palácio de São João Novo. In *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISSN 0870-0478 2ª Série, vol. 7/8 (1989/90), p. 243.

³¹⁰ SERRÃO, Victor – *Ob. cit.*, p. 267.

³¹¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – António Pereira: Arquitecto do Palácio de São João Novo, ob. cit., p. 243.

³¹² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 81.

³¹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Ob. cit.*, p. 115.

³¹⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, p. 68.

³¹⁵ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 450.

³¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 453.

³¹⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Niccolò Nasoni*, ob. cit., p. 105.

A Misericórdia, em 1724, contrata o arquitecto para projectar o Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança³¹⁸.

A 20 de Março de 1725 é lavrado um documento, revelado por Joaquim Jaime Ferreira-Alves, onde é referido que Pedro da Costa Lima incumbiu António Pereira da construção de uma nova casa³¹⁹, a Casa de São João-o-Novo. O documento permitiu a revelação da autoria da habitação, e um melhor conhecimento da actividade do arquitecto. Esta construção, de grande qualidade, é demonstrativa da sua mestria.

Em 1729 é contratado para fazer a nova capela-mor da Igreja do Mosteiro de Santa Clara, no Porto³²⁰.

De 1734 a 1735 é o responsável pelas transformações efectuadas no corpo da Sé de Lamego³²¹, sendo o autor da respectiva planta³²², e em 1735 faz os desenhos dos altares laterais da Igreja do Senhor Jesus da Cruz, em Barcelos³²³.

Também na década de trinta, a casa do Dr. Domingos Barbosa estava a ser edificada. Sendo Domingos Barbosa um capitular influente, e estando ligado às obras da Sé, certamente contratou o melhor arquitecto para lhe fazer o risco da sua habitação. O arquitecto que mais se destacava então, era António Pereira. A hipótese de ter sido o autor da Casa do Dr. Domingos Barbosa, afigura-se muito provável. A reforçar esta hipótese, estão determinadas analogias entre a escadaria desta casa e a do claustro da Sé – assunto abordado noutro sub-capítulo.

Assim como a autoria da Casa de São João-o-Novo foi erradamente atribuída a Nicolau Nasoni, também a escadaria e o alpendre foram-lhe atribuídas, sem haver documentos que o comprovem. António Pereira como autor da primeira construção e possível autor das duas últimas, além de outras obras, todas de indiscutível categoria, merece um estudo mais aprofundado com vista ao conhecimento da sua verdadeira importância.

Miguel Francisco da Silva, arquitecto e mestre entalhador, veio de Lisboa para as obras da Sé, por volta de 1727³²⁴.

³¹⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – António Pereira: Arquitecto do Palácio de São João Novo, *ob. cit.*, p. 244.

³¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 241.

³²⁰ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Nótula para o Estudo da Actividade do Arquitecto António Pereira na Cidade do Porto. In *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Universidade do Porto. II série, vol. IX (1992), p. 390-391.

³²¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Arquitecto do Palácio de São João Novo, *ob. cit.*, p. 244.

³²² BASTO, Artur de Magalhães – Silva de História e Arte, *ob. cit.*, p. 137.

³²³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – António Pereira: Arquitecto do Palácio de São João Novo, *ob. cit.*, p. 244.

De provável origem lisboeta, conhece-se pouco da sua actividade antes da vinda para o Porto. Nesta cidade, vai estar relacionado com as principais obras de talha que se executaram na primeira metade de setecentos³²⁵.

Relativamente ao seu trabalho na Sé, é difícil identificar quais as obras da sua responsabilidade, uma vez que o trabalho de renovação da catedral era em parceria. Em 1727, trabalhava nas obras de pedraria da capela-mor da Sé³²⁶, e entre 1730 e 1732 na fachada, nas torres e no pavimento do claustro³²⁷. Com Luís Pereira da Costa executou o retábulo-mor³²⁸, entre 1727 e 1729³²⁹. Este exemplar marca o início do barroco joanino aplicado à talha, na cidade do Porto³³⁰.

O prestígio adquirido com o altar-mor da Sé atraiu a atenção dos encomendadores, ficando o seu nome associado a exemplares notáveis da talha nortenha. Da sua vasta actividade, destaca-se o soberbo retábulo-mor da Igreja de Santa Clara, cuja autoria do risco é desconhecida³³¹, e a talha da sacristia da Sé do Porto, de 1734, sobre projecto de Nicolau Nasoni³³². Também foi autor de riscos, nomeadamente dos altares-mores das igrejas de São João da Foz, em 1734, e do Convento de São Francisco, em Guimarães, datado de 1743, divulgando o gosto barroco joanino no Norte³³³.

Relativamente às obras de arquitectura, além dos trabalhos realizados na Sé, executa as casas e capela de Manuel Gouveia Frias, em Cidadelhe, a partir de 1732³³⁴; entre 1732 e 1745 foi o responsável pela construção da Igreja dos Clérigos³³⁵; arremata a

³²⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 95.

³²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 81.

³²⁶ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 347.

³²⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 348.

³²⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 81. De Lisboa vieram duas plantas, uma de Claude Laprade, e outra de Santos Pacheco. Desconhece-se qual das duas plantas foi escolhida, ou se o retábulo resulta da junção de elementos de ambas (FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 79).

³²⁹ IDEM, *ibidem*, p. 81.

³³⁰ IDEM, *ibidem*, p. 81.

³³¹ IDEM, *ibidem*, p. 95.

³³² IDEM, *ibidem*, p. 100.

³³³ IDEM, *ibidem*, p. 89.

³³⁴ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 349.

³³⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Igreja dos Clérigos*, ob. cit., p. 124.

execução do aqueduto e fontes em Arrifana de Sousa³³⁶, em 1734; e participa nas obras de pedraria do Paço Episcopal do Porto, de 1734 a 1737³³⁷.

Dedicando-se ao longo da sua vida a obras de arquitectura, seria no entanto na actividade de entalhador que o seu nome mais se destacou, como executante de desenhos elaborados por outros ou sendo ele próprio o autor, mas sempre em trabalhos de qualidade elevada³³⁸. Faleceu em 1750³³⁹.

Nos primeiros trabalhos de investigação sobre Nicolau Nasoni, muitas construções foram-lhe atribuídas sem haver, no entanto, uma base documental sólida. Após uma primeira fase de deslumbramento, estudos mais criteriosos feitos posteriormente levaram a um conhecimento mais correcto da sua real actividade. Efectivamente, quando Nicolau Nasoni veio trabalhar para as obras da Sé, em 1725, já se encontravam na cidade outras figuras de reconhecido mérito, como António Pereira e Miguel Francisco da Silva, com importantes obras executadas³⁴⁰. Acrescente-se ainda que Nasoni só se dedicou à arquitectura mais tarde – os seus primeiros trabalhos foram pinturas murais³⁴¹. Assim, sendo no entanto responsável pela construção de edifícios relevantes, não foi o único a contribuir para a edificação barroca na cidade do Porto³⁴².

Não cabe neste trabalho um estudo exaustivo da obra do arquitecto italiano; pretendemos, somente, relatar parte do percurso da sua actividade, no sentido de obter ilações sobre o seu possível contributo nas casas da Rua dos Cónegos.

De origem toscana, Nasoni iniciou a sua actividade em Siena, na arte do efémero – arcos do triunfo, carros alegóricos e catafalcos. De Roma foi para Malta, onde se encontrava em 1723, sendo conhecido sobretudo como pintor ilusionista. Nessa qualidade vem para o Porto, sendo protegido pelo deão da Sé, Jerónimo de Távora e Noronha.

Enquanto pintor-decorador, executa os murais da capela-mor da Sé do Porto e respectiva sacristia, entre 1725 e 1733³⁴³, da Sé de Lamego, certamente entre 1737 e 1738³⁴⁴, e da Igreja da Cumieira, em 1739³⁴⁵.

³³⁶ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 103.

³³⁷ BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 353-356.

³³⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 100.

³³⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 103.

³⁴⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 37.

³⁴¹ SERRÃO, Victor – *Ob. cit.*, p. 267.

³⁴² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 37.

³⁴³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Nicolau Nasoni*, ob. cit., p. 308.

Estendeu a sua área de intervenção também à talha, deixando-nos dois magníficos exemplares: a talha da sacristia da Sé do Porto, em 1734; e o retábulo-mor da Igreja de Santo Ildefonso, de 1745³⁴⁶.

A sua acção como arquitecto na cidade, só está documentalmente comprovada a partir de 1731, com um projecto que elaborou para a Igreja dos Clérigos; será, por isso, muito pouco provável que tenha tido uma intervenção arquitectónica relevante nos trabalhos de transformação da Sé, uma vez que estes se iniciaram muito antes dessa data³⁴⁷.

As obras em que interveio a partir de 1731 foram: uma planta para o Paço Episcopal em 1734³⁴⁸; o frontispício da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, entre 1743-1748; a reedificação da Igreja de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, em 1745; a partir de 1749 intervém na reconstrução da Igreja da Santa Casa da Misericórdia; o projecto da Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, entre 1746 e 1752; o projecto da Igreja de Santiago de Bougado, cuja arrematação das obras ocorreu em 1748 e em 1754³⁴⁹; o risco da Casa dos Clérigos, construída entre 1754 e 1759, e da respectiva torre, edificada entre 1757 e 1763³⁵⁰.

Também se dedicou à arquitectura civil, com: desenhos para a Quinta de Santa Cruz³⁵¹; duas plantas para a Cadeia e Tribunal da Relação do Porto³⁵²; projecto da Quinta da Prelada, cujo início da edificação é anterior a 1758³⁵³; e projecto da Quinta do Freixo, construída a partir dos finais dos anos trinta e inícios dos anos quarenta³⁵⁴.

Em 1750 são executadas, com «bom gosto», novas salas na Casa de Vandoma, sendo encomendador o deão Jerónimo de Távora de Noronha. Ignoramos o autor dessas

³⁴⁴ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Ob. cit.*, p. 38.

³⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 39.

³⁴⁶ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, *ob. cit.*, p. 89.

³⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nicolau Nasoni, *ob. cit.*, p. 308-309.

³⁴⁸ Desconhece-se qual a intervenção de Nasoni no antigo Paço Episcopal. Possivelmente efectuou apenas algumas alterações - o actual edifício é uma construção do último quartel de setecentos (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nicolau Nasoni, *ob. cit.*, p. 309).

³⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 309-310.

³⁵⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Igreja dos Clérigos, *ob. cit.*, p. 124.

³⁵¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Ob. cit.*, p. 37.

³⁵² O actual edifício foi no entanto reedificado, segundo o projecto de Eugénio dos Santos e Carvalho, entre 1766 e 1767 (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nicolau Nasoni, *ob. cit.*, p. 310).

³⁵³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 122.

³⁵⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 131.

remodelações, embora Nasoni pareça ser o mais provável³⁵⁵ uma vez que já tinha dado provas ao deão da sua mestria, nomeadamente com a construção da Quinta do Freixo.

Fez ainda o risco para o chafariz que se encontra próximo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, de 1738³⁵⁶, e para a Fonte das Aguadas, no Porto, em 1745³⁵⁷.

Nicolau Nasoni foi influenciado pela arquitectura toscana, pelo arquitecto Bernardo Buontalenti (1536-1608), e pela arte cenográfica. É uma arquitectura de pintor, onde há uma predominância da linha e do adorno, segundo Robert C. Smith, sobrepondo-se os aspectos decorativos aos arquitectónicos³⁵⁸. Faleceu a 30 de Agosto de 1773³⁵⁹.

Desconhecemos o autor do risco da Casa do Dr. Domingos Barbosa; porém, a qualidade do seu desenho denuncia o risco de um grande arquitecto. O Dr. Domingos Barbosa, o principal administrador das obras da Sé³⁶⁰, ao pretender construir uma moradia que demonstrasse a sua importância, certamente encomendou a obra a um arquitecto com carreira bem alicerçada.

Aqueles que mais se destacaram, foram os três referidos anteriormente: António Pereira, Miguel Francisco da Silva e Nicolau Nasoni. Analisando as datas da construção da casa, entre 1732 e 1735, as afinidades morfológicas e o percurso arquitectónico destes arquitectos, podemos fazer algumas deduções.

Miguel Francisco da Silva, como vimos, exerceu a sua actividade sobretudo na área da talha, não se conhecendo obras arquitectónicas de grande vulto da sua autoria, que o pudessem indiciar como o possível riscador da residência do Dr. Domingos Barbosa.

Quanto a Nasoni, dedicando-se nos primeiros anos à pintura mural, só a partir de 1731 se inicia na área da arquitectura, não tendo ainda reputação como grande arquitecto na altura em que as obras da Casa do Dr. Domingos Barbosa se iniciaram. A paternidade de Nicolau Nasoni, defendida por Robert C. Smith, não tem, uma base documental que a corrobore, o que enfraquece a sua posição.

Ao contrário do arquitecto italiano, António Pereira era reconhecido como uma figura relevante no campo da arquitectura, uma vez que já exercia na cidade desde 1719, tendo-a dotado de obras significativas. O seu nome esteve associado à construção da

³⁵⁵ SMITH, Robert C. – *Nicolau Nasoni, ob. cit.*, p. 152.

³⁵⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Ob. cit.*, p. 38.

³⁵⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Nicolau Nasoni, ob. cit.*, p. 309

³⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 310.

³⁵⁹ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 17.

³⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 138.

escadaria do claustro da Sé, sendo muito provavelmente o autor. Essa escada é muito semelhante à da Casa do Dr. Domingos Barbosa, erguida na mesma altura, o que levanta a hipótese de o autor do risco ser o mesmo. Por outro lado, Robert C. Smith estabelece várias analogias, a nível do formulário arquitectónico, entre a casa do cônego e a Casa de São João-o-Novo³⁶¹. Sabendo que esta se deve a António Pereira, sê-lo-á também da anterior?

2.4.- Os tratados e as gravuras.

As casas da Rua dos Cônegos são o resultado da confluência de diversos factores, responsáveis pelas suas diversificadas configurações. Edificadas no final do século XVII e primeira metade do século XVIII, vão sofrer as influências estilísticas desse período de transição, entre o persistente maneirismo e o moderno barroco. As características arquitectónicas que possuem chegaram-lhes através de diversos meios.

Tanto o arquitecto como o simples amador, serviam-se de modelos divulgados através de tratados de arquitectura, do século XVI ao XVIII, de gravuras, principalmente as de arquitectura e de ornatos, e de imagens que se encontravam em livros, sobretudo de temática religiosa. Também serviam como exemplos elementos arquitectónicos e decorativos, existentes em construções que o encomendante conhecia e pretendia ver reproduzidos³⁶².

A teorização sobre a arquitectura em Portugal até à primeira metade do século XVIII é praticamente inexistente, excepção feita aos tratados militares. Esta lacuna levou os nossos praticantes da arte da arquitectura a consultarem tratados estrangeiros, sobretudo aqueles que divulgavam as grandiosas obras das faustosas cortes romana ou francesa. Nesses tratados estão expostos muitos exemplos de construções antigas ou modernas, que serviram de modelo para muitas das nossas construções³⁶³.

Nos tratados, a imagem tem um papel fundamental apresentando modelos existentes, ou sugerindo soluções que eram mais ou menos copiadas pelos construtores³⁶⁴.

³⁶¹ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 138-140.

³⁶² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 38.

³⁶³ BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 41.

³⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 41.

De architectura libri decem, é o mais antigo tratado de arquitectura que chegou até nós. Escrito por Vitruvius, dedicado ao imperador Augusto, transmite informações que serviram de base a todos os tratados de arquitectura a partir do Renascimento³⁶⁵.

De entre os primeiros tratadistas renascentistas, destacou-se Sebastiano Serlio (1475-1553/5). Publicou vários livros sobre a arte de construir, num total de nove, tendo sido editados intermitentemente durante um longo período de tempo. O seu tratado *Tutte l'opere d'architettura et prospettiva* foi publicado por diversas vezes, sendo a edição mais conhecida a de Veneza, de 1619. Os seus livros tiveram grande aceitação. Neles, os interessados encontravam informações sobre obras arquitectónicas de autores renascentistas como Bramante, Rafael e Peruzzi, assim como da arquitectura antiga, sobretudo romana, e gravuras com exemplos nas áreas da geometria e da perspectiva³⁶⁶.

O tratado de Serlio é o primeiro onde as imagens assumem um papel preponderante, enquanto o texto tem apenas uma função explicativa das mesmas. Deste modo, as ilustrações acabam por dispensar a leitura, o que explica o sucesso que a obra teve entre nós³⁶⁷ até ao início do século XVIII, senão até finais do século³⁶⁸.

Iacomo Barozzi da Vignola (1507-1573), ao contrário do anterior, teve a sua obra *Regola delli cinque ordini d'architettura* (1562)³⁶⁹ pouco divulgada em Portugal. O mesmo sucedeu com o tratado de Andrea Palladio³⁷⁰ (1508-1580), *I quattro libri dell'architettura* (1570)³⁷¹. Do tratado de Vincenzo Scamozzi (1548-1616), *L'idea della architettura universale* (1615), o livro sobre as ordens da arquitectura tornou-se uma obra de referência no século XVII e XVIII. Scamozzi é considerado um arquitecto que anuncia o barroco na sua tendência clássica³⁷².

Na Rua dos Cónegos foram edificadas algumas moradias - como a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, o frontispício nascente da Casa dos Freire de Andrade, ou a Casa de Vandoma - onde a simplicidade das suas linhas remetem para

³⁶⁵ THOENES, Christof – Introdução. In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 8.

³⁶⁶ JOBST, Christoph – Sebastiano Serlio (1475-1553/55). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 76, e p. 78.

³⁶⁷ PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., p. 36.

³⁶⁸ FERRÃO, Bernardo José – *Tratadística Ensino e Arquitectura em Portugal (1500-1800)*. *Revista Architectos*. [S.L.]: Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses. N.º 2 (Maio/Junho), p. 7.

³⁶⁹ BORNGASSER KLEIN, Barbara – Iacomo Barozzi da Vignola (1507-1573). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 86.

³⁷⁰ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 8.

³⁷¹ JOBST, Christoph – Andrea Palladio (1508-1580). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 110.

³⁷² GRONERT, Alexander – Vincenzo Scamozzi (1548-1616). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 118-127.

gravuras que se encontram nos tratados de Vignola e de Serlio. Sendo este muito divulgado, provavelmente foi no seu tratado que os riscadores dessas moradias se inspiraram. (Vd. ils. 32, 33)

Nos anos sessenta do século XVI serão divulgadas colecções de estampas e manuais de origem nórdica, impressos em Anvers, Lyon, ou Francfort, sendo sucessivamente reeditados até meados do século XVIII, tendo influenciado a nossa arquitectura maneirista³⁷³, sobretudo desde a ocupação espanhola. Nesses trabalhos, nomeadamente os tratados de Vries, du Cerceau, e de Dietterlin, o ornamento assume especial importância em detrimento das formas arquitectónicas.

Grande sucesso teve Wendel Grapp, dito Dietterlin (1550/1-1599), com *Architectura von Ausztheilung, Symmetria und Proportion der Funff Seulen* (1598)³⁷⁴, onde explora as potencialidades decorativas das ordens arquitectónicas³⁷⁵.

Nos trabalhos de Jacques Androuet du Cerceau (cerca de 1521- cerca de 1586)³⁷⁶, os três volumes *Premier...*, *Seconde...*, *Troisième Livre D'Architecture* (1559, 1561, 1572), e os dois tomos de *Les Plus Excellents Bastiments de France* (1576, e 1579), surgidos entre nós na primeira metade de seiscentos, expõem-se vários exemplos residenciais³⁷⁷.

Hans Vredeman de Vries (1526-1609), na sua obra *Architettura der Bauung der Antiquen auss dem Vitruvius* (1577, 1581), apresenta inúmeras vistas imaginárias, arquitecturas fantásticas, jardins, elementos decorativos, epitáfios³⁷⁸, perspectivas, monumentos, motivos heráldicos, etc., caracterizando-se por serem plenos de fantasia. Nos exemplos respeitantes às ordens, os elementos arquitectónicos são enriquecidos com ornamentos retirados da arte flamenga. As gravuras de Vredeman de Vries, conhecidas em Portugal a partir da primeira metade do século XVII, foram inúmeras vezes aplicadas na nossa arquitectura³⁷⁹, até ao início do século XVIII³⁸⁰.

Tal parece ser o caso da Casa dos Freire de Andrade. Edificada, segundo cremos, no primeiro quartel do século XVIII, ostenta uma portada particularmente elaborada. O seu

³⁷³ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 9.

³⁷⁴ ZIMMER, Jorgen – Wendel Dietterlin (1550/51-1599). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 520.

³⁷⁵ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 10.

³⁷⁶ JOBST, Christoph – Sebastiano Serlio (1475-1553/55), *ob. cit.*, p. 220.

³⁷⁷ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 10.

³⁷⁸ ZIMMER, Jorgen - Hans Vredeman de Vries (1526-1609). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 500.

³⁷⁹ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 10.

³⁸⁰ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L'Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe siecle : un Patrimoine Meconnu des Bibliothèques et Musées Portugais. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, vol. 1 (1983), p. 160.

desenho assemelha-se a um modelo proposto por Vredeman de Vries, numa gravura relativa à ordem toscana. (Vd. ils. 34, 35)

A partir de 1680, estampas de Roma barroca e romana, editadas por Rossi, e de Paris clássica, editadas por Marietti, contribuíram para a difusão do novo gosto barroco³⁸¹.

A influência francesa foi veiculada nos dois volumes do *Cours d'Architecture qui Comprend les Ordres de Vignole* (1691), de Augustin Charles d'Aviler (1653-1701)³⁸², apresentando exemplos clássicos, no *Cours d'architecture* (1675-1683) de François Blondel (1618-1686)³⁸³, e nos cinco volumes de *L'Architecture Française ou Recueil des Plans...*(1727), de Jean Mariette, com imagens de construções contemporâneas, desde o final do reinado de Luís XIV até aos alvares do rocaille³⁸⁴.

O *Studio d'Architettura civile* (1702, 1711 e 1721), de Domenico De' Rossi (1659-1730), não é um tratado de arquitectura mas sim um conjunto de imagens de igrejas, palácios, portas, janelas e outros elementos arquitectónicos concebidos, principalmente, pelos grandes nomes do barroco romano, havendo um especial destaque para Borromini³⁸⁵. O trabalho de De' Rossi teve uma larga difusão na Europa - nomeadamente em Portugal. Os inúmeros exemplos apresentados, permitiram aos arquitectos um profundo conhecimento da arquitectura barroca na cidade dos papas³⁸⁶.

Uma relevância especial na arquitectura europeia teve a obra *Perspectiva Pictorum et Architectorum* (1693, 1700), do padre Andrea Pozzo (1642-1709)³⁸⁷. Com um carácter eminentemente prático, o tratado é constituído por sugestivas imagens arquitectónicas, sendo de realçar aquelas onde os edifícios são representados em trompel'oeil, em que o real e o imaginário se associam³⁸⁸.

O tratado de Pozzo teve um grande sucesso em Portugal - sobretudo entre 1710 e 1720, e no final do século³⁸⁹ - comparável a Serlio, sendo mesmo mencionado nos

³⁸¹ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 11.

³⁸² FREIGANG, Christian - Augustin Charles D'Aviler (1653-1701). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 264.

³⁸³ FREIGANG, Christian – François Blondel (1618-1686). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 258.

³⁸⁴ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 13.

³⁸⁵ GRONERT, Alexander – Domenico De' Rossi (1659-1730). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 148.

³⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 150.

³⁸⁷ GRONERT, Alexander – Andrea Pozzo (1642-1709). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 138.

³⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 138.

³⁸⁹ FERRÃO, Bernardo José – *Ob. cit.*, p. 12.

contratos de construção³⁹⁰. No Porto, as transformações operadas na catedral, iniciadas em 1717, não ficaram imunes à sua influência, como vem mencionado num documento do Cabido³⁹¹. A ascendência de Pozzo também se encontra em casas nobres edificadas a partir de 1724, como a Casa dos Monteiro Moreira³⁹² e a Casa de São João-o-Novo³⁹³.

A Casa do Dr. Domingos Barbosa, construída na primeira metade da década de trinta, também não ficou escapou à poderosa influência dos modelos arquitectónicos barrocos italianos. As suas janelas de sacada, no piso nobre, têm bandeiras que sugerem Borromini³⁹⁴; a portada principal é muito semelhante a uma portada apresentada por Pozzo, na figura 102 do seu tratado; no interior da habitação, a portada de acesso ao salão principal também sugere os modelos de Pozzo. (Vd. ils. 37, 38)

2.5.- A configuração exterior.

Além de os construtores recorrerem a tratados e gravuras, os exemplos que se encontravam na cidade exerceram grande influência na configuração dos edifícios que se foram erguendo. Esses exemplos seguiam duas tendências, uma tradicional, outra inovadora. Se a primeira foi responsável pela persistência de soluções tradicionais, a segunda agiu como factor de mudança, fazendo com que a estética citadina acompanhasse os tempos mais modernos. Essas duas tendências encontram-se tanto nas edificações populares, como nas casas mais eruditas. Seria, no entanto, entre estas últimas que se encontravam os exemplos mais inovadores, enquanto que os exemplares populares seguiam, preferencialmente, formas ancestrais. As casas da Rua dos Cónegos, integrando-se em grupos distintos, espelham essas duas vias. Nas próximas linhas procuramos dar a conhecer as habitações da rua, relacionando-as com as do Porto seis e setecentista.

À semelhança do resto da cidade, na Rua dos Cónegos encontravam-se casas grandes, ou nobres – como se denominavam as habitações da aristocracia e da burguesia rica - como a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa de Vandoma, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, a Casa dos Freire de Andrade, a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, ou a Casa de Domingos Gonçalves Prada, e casas

³⁹⁰ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – *Ob. cit.*, p. 159.

³⁹¹ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 56.

³⁹² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, ob. cit.*, p. 79.

³⁹³ IDEM, *Ibidem*, p. 85.

³⁹⁴ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 15.

pequenas como a Casa dos Magalhães I, a Casa dos Távora e Noronha Leme Cernache, a Casa dos Alcoforado I, a Casa de José Leitão, a Casa dos Mota, ou a Casa dos Baião I.

O modelo mais simples de habitação portuense, dispunha unicamente de uma frente à face da rua, sendo a fachada posterior encostada ao terreno (quando este tem uma forte inclinação) ou era uma parede de meação com outro edifício. Os lotes que estas casas ocupavam eram de reduzidas dimensões, tendo em média 4,5 metros de frente³⁹⁵.

Dos vários exemplares da Rua dos Cónegos que estudámos, a Casa dos Magalhães I, em 1678, dispunha apenas de uma frente para a rua com 3,18 metros, confrontando os outros lados da habitação com casas e pardieiros³⁹⁶.

Outro tipo de casa, decorrente da anterior, consiste na existência de duas fachadas. Cada uma fazia frente para uma rua, ou uma delas dava para um logradouro. Os frontispícios eram estreitos, como os do tipo anterior³⁹⁷.

A grande maioria das casas pequenas da rua pertencia a este último grupo. As situadas na banda poente, encontravam-se limitadas por duas vias, a Rua dos Cónegos e o actual Beco dos Redemoinhos, como a Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache, e a Casa dos Alcoforado I, enquanto as que se situavam na banda nascente/sul, tinham uma frente para a rua e outra para um quintal, como a Casa dos Mota, ou a Casa dos Baião I.

Ambos os modelos mencionados, foram seguidos nas construções erguidas desde o final de seiscentos até meados de setecentos. A partir dessa altura, o segundo modelo vai sofrendo ligeiras alterações: a largura das frentes aumenta, passando a ter geralmente 6 metros³⁹⁸.

As habitações estreitas, no século XVII, tinham um piso térreo³⁹⁹ e um ou dois sobrados, sendo raras as habitações com três⁴⁰⁰. A já mencionada Casa dos Magalhães I, tinha um sobrado⁴⁰¹, enquanto que a Casa de José Leitão, segundo um auto de vedoria de 1689, tinha dois⁴⁰². No século seguinte, o número de andares aumenta havendo casas

³⁹⁵ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense; As formas da casa na forma da cidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999, p.122-123.

³⁹⁶ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 26, vd. doc. n.º 11 no Apêndice.

³⁹⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p.124-125.

³⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 143.

³⁹⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 131.

⁴⁰⁰ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 126.

⁴⁰¹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 26, vd. doc. n.º 11 no Apêndice.

⁴⁰² A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 147v., vd. doc. n.º 15 no Apêndice.

com três, quatro ou cinco⁴⁰³. Podiam ainda ter um andar superior, mais baixo, em taipa de rodízio⁴⁰⁴, acrescentado posteriormente⁴⁰⁵.

As camadas sociais mais pobres habitavam em casas com a fachada de taipa, sendo o rés-do-chão, e por vezes o primeiro andar, em perpianho de granito⁴⁰⁶. As molduras das janelas, as portadas, as divisórias dos andares, os entablamentos das varandas e os beirais eram em madeira.

A fachada podia ser lisa, ou tinha os andares em ressalto. Neste caso, os pisos ficavam apoiados nas traves do soalho, em cachorros, em socos de pedra arredondados como uma cornija, ou em colunas de pedra⁴⁰⁷. Estas construções, onde os vários andares avançam sobre a rua, é de origem medieval.

A casa de taipa com o frontispício liso, provavelmente tem origem no século XVI. Trata-se de uma fachada onde os vãos são distribuídos de uma forma regular. Este modelo faz a transição para as casas de pedra, desde o final do século XVII⁴⁰⁸.

Nos anos de setecentos, a pedra e a cal são os materiais mais utilizados nas construções⁴⁰⁹. Sendo a cidade assente em granito, este material foi amplamente empregue nos «portais, janelas, cunhais e balcões»⁴¹⁰. A fachada de taipa cai em desuso⁴¹¹.

As frontarias seiscentistas e setecentistas geralmente são de linhas simples, encontrando-se no entanto, no século XVIII, exemplares com uma maior fantasia. Além da influência da arquitectura tradicional, também a influência do pós-renascimento e do barroco se fizeram sentir nas «guarnições de portas e janelas, cachorros e entablamentos de varandas e beirais, pilastras e cornijas, lavradas e apaineladas, óculos, mísulas e nichos, e [...] algerozes»⁴¹². Encontram-se estas características tanto nas casas populares, como nas nobres.

⁴⁰³ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 144.

⁴⁰⁴ Esta técnica construtiva consiste numa estrutura de madeira com barrotes horizontais, verticais e oblíquos, cujos espaços intermédios eram preenchidos com cacos de barro e tijolo (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 336).

⁴⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 282.

⁴⁰⁶ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 123-124.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura tradicional portuguesa, ob. cit.*, p. 280.

⁴⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 281.

⁴⁰⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. ISBN 972-8387-85-7, p. 86.

⁴¹⁰ COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *Ob. cit.*, p. 55.

⁴¹¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo, ob. cit.*, p. 86.

⁴¹² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 282.

As habitações mais estreitas, dispunham geralmente de duas aberturas por andar. Quando as frentes eram maiores, podiam ter três. No piso inferior abriam-se portadas, enquanto nos pisos superiores, janelas de peitoril ou de sacada.

Quando as aberturas de cada andar eram duas, estas tendiam a ficar próximas das paredes de meação, deixando entre elas um pano de parede, o qual podia ter janelas, óculos, alminhas, etc.; se as aberturas eram três, o espaço central era ocupado por uma delas⁴¹³.

As janelas tinham portadas de madeira ou rótulas. A rótula, suspensa na padieira⁴¹⁴, ficava colocada à frente do vão tapando-o totalmente. Era subdividida em secções, constituídas por estreitos paus entrecruzados formando uma malha, que permitiam a passagem da luz exterior, escondendo o interior da habitação. Deste modo, «os antigos portugueses se figuravam recatar a honestidade das suas famílias»⁴¹⁵. A orientação e formato das malhas, com sucessões rítmicas de diagonais, assim como a inclusão de pormenores decorativos, conferiam aos vãos das construções uma imagem distinta da que hoje possuem.

Ao longo do século, o vidro foi substituindo as portadas de madeira e as rótulas - estas foram mesmo proibidas em 1788⁴¹⁶. As janelas de guilhotina, divulgadas desde o início do século XVIII, com provável origem inglesa, tornaram-se muito comuns⁴¹⁷. Como uma testemunha da época o menciona: «Ja não se vem como em outro tempo as feas rotulas de pau, que serviam de barreiras contra os tiros da curiosidade porque lhe succederão vidros grandes e chrystalinos, primorosamente encaixilhados, e pintados que, alem de prestarem muito mais luz ao interior, fazem de fóra hum effeito admiravel»⁴¹⁸.

As varandas, com profundidade para apenas uma pessoa e largura para duas ou três, eram elementos típicos da arquitectura urbana⁴¹⁹. Estavam apoiadas em cachorros – de formato largo e baixo, terminando em espiral⁴²⁰ – e unidas por estreitas faixas horizontais.

⁴¹³ FERRÃO, Bernardo José – Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas 1758/1813; Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. 2ª ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1989, p. 155-156.

⁴¹⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 283.

⁴¹⁵ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 56.

⁴¹⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almas. Arquitectura. Obras Públicas*, *ob. cit.*, p. 132.

⁴¹⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 331.

⁴¹⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, *ob. cit.*, pp. 159-160.

⁴¹⁹ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 87-88.

⁴²⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 339.

Até meados do século, as varandas tinham rótulas, que as podiam tapar integralmente, ou balaústres lisos ou torneados, de madeira⁴²¹. Também se usavam grades de ferro, segundo um modelo que se tornou comum: varões verticais com nódulos, limitados por barras horizontais paralelas⁴²². Os gradeamentos de ferro acabaram por substituir as rótulas e os balaústres de madeira⁴²³. A testemunha anteriormente mencionada, refere que «Ja não se vem como em outro tempo nas sacadas das casas as corruptiveis grades de pao com seus balaustres torneados, por que as substituirão excellentes grades de ferro lavrado, e dourado em partes com engenhosa variedade de feitios e com pyramides douradas aos lados, que tudo ao mesmo tempo inspira belleza, e magnificencia»⁴²⁴.

Na segunda metade de setecentos os vãos adquirem uma altura maior, sendo o seu número, quase exclusivamente, de três, e as padieiras têm novas formas, nomeadamente em arco. Surgem pequenas janelas sobre os vãos do piso térreo, correspondendo a um entrepiso; e tornam-se comuns as varandas corridas de uma parede de meação a outra⁴²⁵.

Relativamente às coberturas, as casas tinham telhados de quatro águas, com telha caleira portuguesa, e largos beirais salientes. Nas casas mais antigas, em taipa de rodízio, os beirais assentavam em entablamentos de madeira. Nas de setecentos, o entablamento é de pedra, podendo receber cachorros como elementos decorativos. Nos topos, e por vezes a meio, goteiras ou algerozes, em granito, assumem formas de grande originalidade; sendo a sua origem provavelmente medieval⁴²⁶. Nos últimos decénios do século XVIII, torna-se frequente o aparecimento de clarabóias nas coberturas⁴²⁷.

A casa estreita e alta, popular e burguesa, era o género de habitação mais comum na cidade. Além desta, outro tipo de habitação encontrava-se na malha urbana: a casa grande, ou nobre. Se o seu aparecimento é quinhentista⁴²⁸, deveu-se, sobretudo, ao ambiente favorável do final do século XVII, o início de um período de grandes construções, que se prolongaria pelo século seguinte⁴²⁹. Neste tipo de casa residiam as figuras pertencentes à aristocracia, ou à burguesia abastada⁴³⁰.

⁴²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 283.

⁴²² BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 186.

⁴²³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 283.

⁴²⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 160.

⁴²⁵ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 145.

⁴²⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 350-351.

⁴²⁷ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 55.

⁴²⁸ AFONSO, José Ferrão – *Ob. cit.*, p. 125.

⁴²⁹ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 56.

⁴³⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo*, *ob. cit.*, p. 25.

Estas habitações eram raras, e distinguiam-se das casas populares pela volumetria. Na rua dos Cónegos, os terrenos onde as casas grandes foram implantadas resultam da junção de vários lotes. Tal é o caso da Casa dos Freire de Andrade que ocupa um espaço onde se encontravam três lotes⁴³¹, ou a Casa de Vandoma, construída no espaço de cinco lotes⁴³².

Sendo o terreno onde se situava de maiores dimensões, a casa nobre caracteriza-se por ser larga e baixa, com um amplo frontispício de linhas horizontais, limitado superiormente por uma cornija e lateralmente por pilastras, um piso térreo, um andar nobre e, por vezes, um mezanino⁴³³. Mantendo como base estes elementos, no final do século XVII e na primeira metade do XVIII vão surgir dois modelos de frontispícios, aos quais algumas casas da Rua dos Cónegos pertencem.

É na época barroca que o frontispício vai ganhar uma relevância maior. Marcando a diferença em relação às fachadas secundárias do edifício, espelha o poder do proprietário. Em Portugal, a fachada de aparato surge no final de seiscentos⁴³⁴. Nos exemplos que estudámos, tanto na Casa dos Freire de Andrade, como na Casa do Dr. Domingos Barbosa, o frontispício destaca-se em relação às restantes fachadas.

O frontispício é constituído por várias partes com graus de importância diferentes. Essas partes não são tratadas de igual modo, uma vez que entram em jogo aspectos de carácter prático e simbólico. Deste modo, os pisos de uma casa nobre, como os da casa burguesa, têm distintas morfologias.

O piso térreo era, sobretudo, um local para arrecadação, enquanto o piso superior era destinado ao quotidiano dos donos da casa. Este ganha relevância relativamente ao piso inferior, ideia patente na designação *piso nobre*. A preponderância deste é assinalada através das aberturas, as quais se distinguem das do piso térreo por terem uma maior altura e um desenho mais cuidado⁴³⁵.

O rés-do-chão não recebia a mesma atenção. Nele abriam-se janelas e portadas, as quais eram mais simples do que as do piso nobre, excepto a portada central. Esta, a entrada principal da casa, recebia elementos arquitectónicos que a destacavam. Colocada no eixo central, dividia o frontispício em duas partes simétricas⁴³⁶.

⁴³¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 55, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

⁴³² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 64.

⁴³³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 319.

⁴³⁴ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 85.

⁴³⁵ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 71.

⁴³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 71.

É na segunda metade do século XVII e ao longo do XVIII, que a escada vai ter um grande desenvolvimento nas casas nobres, podendo ser exteriores ou interiores (sobre estas ocupar-nos-emos posteriormente). No meio urbano, a falta de espaço tornou raras as escadas exteriores⁴³⁷. O único exemplo deste tipo, de que temos conhecimento na Rua dos Cónegos, é o da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho. No contrato para as obras de transformação desta casa, de 1689, é feita menção a uma escadaria de dois lanços com um arco por baixo⁴³⁸. Este tipo de escada surge na segunda metade do século XVII⁴³⁹.

Já referimos que - tanto para as casas populares, como para as casas nobres - desde o final de seiscentos e ao longo de setecentos, os vãos adquiriram formas diversas; uns persistiram em linguagens austeras, seiscentistas, enquanto outros eram mais arrojados, além de acusarem influência da arquitectura autóctone de Entre-Douro-e-Minho⁴⁴⁰.

Havendo uma troca de influências, o que distingue os frontispícios dos dois géneros de casas, é sobretudo a maior volumetria da casa nobre, o tratamento cuidado dos seus vários elementos e, no período barroco, uma maior riqueza ornamental.

Nos exemplares de casas nobres da rua, podemos assinalar alguns elementos comuns com as casas burguesas: os beirais salientes; as janelas de sacada assentes em cachorros, na Casa de Vandoma e na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho; as varandas com gradeamentos de ferro de desenho simples, na Casa de Vandoma, na Casa do Dr. Domingos Barbosa, na fachada posterior da Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, e nalgumas janelas de sacada da fachada nascente da Casa dos Freire de Andrade; as varandas com gradeamentos elaborados, na fachada anterior da Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, e nalgumas janelas de sacada da fachada nascente da Casa dos Freire de Andrade; uma faixa unindo as janelas de sacada do piso nobre, na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, na Casa de Vandoma e na Casa do Dr. Domingos Barbosa; e algerozes, na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho.

No último quartel do século XVII e primeira metade de setecentos⁴⁴¹, surgiram na cidade várias habitações cujas fachadas correspondem ao seguinte modelo: frontispício austero; rés-do-chão e piso nobre; repetição de janelas de peitoril, ou de sacada; portada

⁴³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 72-73.

⁴³⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 32.

⁴³⁹ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 57.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 342.

⁴⁴¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, *ob. cit.*, p. 48.

mais ou menos decorada⁴⁴²; ombreiras e lintéis lisos, podendo ser sobrepujados por cornijas rectas, frontões triangulares, ou curvos⁴⁴³.

Este modelo pode ser subdividido em três tipos, que se diferenciam segundo os vários géneros de janelas apontados. Ao primeiro tipo, pertencem as habitações que expomos de seguida.

A Casa de Vandoma, construída na última década de seiscentos, tinha rés-do-chão, sobreloja e andar nobre. As janelas da sobreloja eram de peitoril, e as do último piso, de sacada. Estas eram rematadas por frontões triangulares. Devido à importância que esta casa tinha na cidade, certamente exerceu influência nas habitações que se construíram posteriormente⁴⁴⁴.

Perto da casa anterior, no Largo de Santa Clara, edificou-se a imponente Casa do Conde de Azevedo⁴⁴⁵. Também próximo das anteriores, na Rua Chã, foi erguido o frontispício da casa de D. Catarina Josefa Pinto de Azevedo, entre 1708 e 1709⁴⁴⁶ - a Casa dos Correias. No Campo das Hortas, provavelmente na primeira década do século XVIII, foi construída a Casa Morais Alão/Amorim da Gama Lobo⁴⁴⁷. A Casa Ferraz e a Casa Brandão da Silva, ambas na Rua das Flores, certamente da primeira metade de setecentos, seguem a mesma tipologia das anteriores⁴⁴⁸. (Vd. ils. 39, 40)

⁴⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 29.

⁴⁴³ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 60.

⁴⁴⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 29.

⁴⁴⁵ Mandada construir pelo capitão Paulo Vieira Aranha, em 1699 (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, ob. cit.*, p. 48) é um edifício de forma paralelepípedica, com um frontispício longo no qual as aberturas se distribuem por dois andares. No piso térreo tinha quatro portadas (uma delas encontra-se transformada em janela de peitoril), separadas por janelas de peitoril, em número de sete. No sobrado encontram-se onze janelas de sacada. Todos os vãos são rematados por frontões triangulares, ou curvos. A monotonia que a repetição dos vãos poderia sugerir, é sabiamente eliminada pela alternância entre frontões rectos e curvos, tanto no sentido horizontal, entre frontões do mesmo piso, como no sentido vertical, entre frontões do piso térreo e do andar nobre.

⁴⁴⁶ Ao contrário do habitual, a sua fachada desenvolvia-se na vertical (IDEM, *Ibidem*, p. 48), tendo dois sobrados. Em cada andar abriam-se quatro vãos. No rés-do-chão, as portadas eram rematadas por frontões triangulares, enquanto no primeiro piso as janelas de sacada tinham cornijas rectas, e as janelas de sacada do segundo piso, frontões triangulares.

⁴⁴⁷ Esta casa nobre tinha um frontispício com cinco panos, separados por quatro pilastras. Dispunha de um piso térreo, uma sobreloja e um piso nobre. No pano central, a portada era ladeada por dois óculos e encimada pelo brasão, no piso nobre tinha duas janelas de sacada com frontões triangulares. Em cada um dos dois panos que flanqueavam o central, abriam-se, no rés-do-chão e na sobreloja, duas janelas de peitoril, e no piso nobre duas janelas de sacada com frontões curvos. Cada um dos dois panos dos extremos tinha uma janela de peitoril no rés-do-chão, outra na sobreloja e uma janela de sacada no piso nobre com frontão triangular. O frontispício era animado pelas pilastras que o seccionavam e pelo jogo de frontões ordenados da seguinte maneira: um triangular, dois curvos, dois triangulares, dois curvos, um triangular (IDEM, *Ibidem* p. 73).

⁴⁴⁸ A Casa Ferraz tem três pisos: rés-do-chão, sobreloja, e piso nobre. As duas portadas principais são encimadas por pedras de armas, e bandeiras com elementos decorativos. As janelas de sacada do piso nobre têm frontões rectangulares. A digna austeridade que a fachada apresenta é aligeirada pela fantasia dos ornamentos referidos, os quais anunciam uma nova estética (IDEM, *Ibidem*, p. 92). A Casa Brandão

Nestas casas, a tradição estética seiscentista, de desenho severo, está presente. A influência dos tratados pré-barrocos é notória, sendo de salientar o ritmo das aberturas e dos frontões, os quais, através da sua disposição, emprestam alguma animação às construções. É de assinalar que em quase todas as casas mencionadas, não há uma ênfase do centro da fachada através de uma portada, como será corrente ao longo do século XVIII.

Embora não seja uma habitação, a Casa do Cabido apresenta as mesmas características das casas anteriores⁴⁴⁹. Sendo um edifício emblemático do poder eclesiástico, certamente exerceu influência em construções posteriores.

A Casa dos Freire de Andrade tem algumas particularidades que a tornam distinta das antecedentes, o que a coloca numa segunda tipologia. Todas as janelas do seu frontispício são simples, não dispendo de frontões nem cornijas rectas. Opondo-se a esta singeleza, a portada, encimada por uma pedra de armas, tem uma decoração protobarroca, ou maneirista⁴⁵⁰. Não encontramos na cidade casas onde esta dicotomia, simplicidade/decoração, seja tão marcante; há, contudo, exemplares noutras localidades do país. Ao contrastar com os outros vãos, a portada assume uma especial relevância, salientando o eixo central da construção, o que, como assinalamos, não sucede em quase todas as anteriores habitações.

A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho integra um terceiro tipo. Erguida nos anos vinte, apresenta também uma austeridade de proveniência seiscentista. O que a diferencia das dos outros tipos são as suas janelas de sacada, com cornijas rectas.

Também pertence a esta tipologia a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, cujas principais obras de remodelação ocorreram na segunda metade do século XVIII. Serão dessa época as janelas de peitoril com cornijas rectas, no frontispício, e de sacada

da Silva tem uma fachada virada para a Rua das Flores com dois pisos. No térreo, encontravam-se cinco portadas. No sobrado, abriam-se cinco janelas de sacada - actualmente são seis - rematadas por frontões triangulares e curvos dispostos em alternância (IDEM, *Ibidem*, p. 91).

⁴⁴⁹ O frontispício apresenta-se dividido em três pisos. No primeiro, a portada central é ladeada por duas frestas e tem um frontão interrompido, com um nicho onde se encontra a imagem de S. Miguel. De cada lado da portada central existem duas janelas de peitoril com frontões triangulares, e duas portadas com bandeiras rematadas por frontões curvos. Na sobreloja, cinco janelas de peitoril situadas entre os vãos do primeiro piso e os do piso superior. Este último, tem cinco janelas de sacada com bandeiras, rematadas com frontões triangulares e curvos, colocados em alternância, tanto no sentido horizontal, como no sentido vertical (IDEM, *Ibidem*, p. 76).

⁴⁵⁰ Na sua fachada posterior encontram-se várias janelas de peitoril e de sacada, sem uma distribuição coerente.

com cornijas rectas, nas fachadas posteriores – actualmente estas encontram-se transformadas em janelas de peitoril, à excepção de duas.

Outros exemplares pertencentes a este tipo são a Casa dos Figueiroa, na Rua das Flores, a qual foi construída provavelmente no final de seiscentos e início de setecentos⁴⁵¹, e a Casa Terena-Monfalim⁴⁵², um edifício de grandes dimensões, edificado na segunda metade do século XVIII⁴⁵³. (Vd. ils. 41, 42)

A todas estas casas é comum a severidade resultante da repetição, algo monótona, das janelas de sacadas com cornijas rectas. Este tipo arquitectónico é mais abrangente que os dois tipos anteriores, uma vez que se encontram exemplares na segunda metade do século XVII e ao longo do XVIII, além de ter sido empregue tanto em casas nobres, como em casas burguesas⁴⁵⁴.

A partir de 1717, com a renovação da catedral e a vinda de artistas e arquitectos para a cidade do Porto, o gosto barroco vai impor-se⁴⁵⁵. A casa nobre portuense, embora mantendo alguns elementos anteriores, vai sofrer alterações.

Surge então um segundo modelo de frontispício, tendo como características: a divisão da fachada por pilastras lisas e pouco salientes rematadas por fogaréus e pináculos⁴⁵⁶; o eixo central é salientado através da portada principal, encimada por uma janela de sacada e pela pedra de armas dos proprietários; as janelas e as portadas são distribuídas de forma simétrica a partir do eixo central; os remates das portadas e das

⁴⁵¹ Esta casa dispõe de um frontispício com dois pisos. O primeiro tem uma portada principal e cinco janelas de peitoril, que originalmente eram portadas, encimadas por óculos, e o segundo piso tem seis janelas de sacada com cornijas rectas (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 93).

⁴⁵² O seu frontispício tem um piso térreo, uma sobreloja, e um piso nobre. Ao centro abre-se uma portada, rematada por um frontão curvo interrompido por uma pedra de armas. A portada tem, de cada lado, no piso térreo, três janelas de peitoril, e na sobreloja, uma janela pequena e duas de peitoril. No piso nobre encontram-se sete janelas de sacada com cornijas rectas. Na fachada lateral direita, às sete janelas de peitoril da sobreloja correspondem sete janelas de sacada no piso nobre (uma está tapada). Na fachada lateral esquerda, a sobreloja tem nove portadas e três janelas de peitoril, e o piso superior doze janelas de sacada.

⁴⁵³ LIMA, J. Godinho – Casa da Torre da Marca. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. N.º 14 (Março 2001), p. 44.

⁴⁵⁴ Em Braga, nos finais dos anos vinte e princípios dos anos trinta do século XVIII, foram erguidas várias casas que, embora sejam semelhantes às portuenses que mencionamos, obedecem a uma tipologia bem definida. São habitações sóbrias, de dois pisos, cujos frontispícios são limitados lateralmente por pilastras e superiormente por uma cornija. Cada janela de sacada do andar nobre está assente em cachorros, sobre a padieira da porta, ou da janela que lhe fica abaixo, formando um módulo que pode ser repetido várias vezes. As janelas de sacada têm cornijas rectas e grades de ferro. Um friso separa os dois pisos. De dimensões variadas, este tipo de casas austeras e dignas, teve bastante sucesso entre os burgueses enriquecidos, assim como entre os licenciados e os clérigos (PEREIRA, Ana Maria M. de Sousa – Um modelo de casa urbana do século XVIII no Campo de Santana. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XLVIII, n.º 101-102 (114-115) (1998/99), p.121-135).

⁴⁵⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 38.

⁴⁵⁶ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 71.

janelas adquirem grande diversidade, com frontões curvos e triangulares, frontões invertidos, frontões interrompidos, etc.⁴⁵⁷; as linhas verticais das pilastras são equilibradas por linhas horizontais, das quais se salientam as da cornija, a qual, geralmente, tem elementos decorativos; os frontispícios têm grande riqueza ornamental⁴⁵⁸.

Apesar da inovação deste modelo, por vezes, ainda são incluídas nas fachadas as torres⁴⁵⁹. Estas evocam de forma mais ou menos directa as torres medievais, símbolos da ancestralidade que as famílias pretendiam evocar.

Na Rua dos Cónegos, a Casa do Dr. Domingos Barbosa, erguida entre 1732 e 1735, pertence ao segundo modelo de habitação. Nela encontram-se duas vias que estão presentes nas construções setecentistas: uma inovadora e outra conservadora⁴⁶⁰. A via tradicional encontra-se presente, sobretudo, na simplicidade geral do edifício, enquanto que a inovadora está patente nas aberturas. Assim, apesar de, quando a casa foi construída, já se encontrarem na cidade exemplos barrocos exuberantes, o seu frontispício é límpido, com uma decoração contida.

A casa apresenta uma fachada plana rematada por dois mirantes, como duas torres. Se esta solução, por um lado, se filia nas torres medievais, por outro, há que considerar a influência do *palácio-bloco*, modelo de origem castelhana e italiana, no qual as fachadas são ladeadas por torres, e que se encontra em várias habitações seiscentistas e setecentistas portuguesas. No Porto, outras casas também sugerem torres, através de elementos arquitectónicos, como a Casa das Sereias, onde a fachada é coroada por muros com ameias⁴⁶¹, ou mirantes, como a Casa da Fábrica⁴⁶² (Vd. ils. 43). Fora da cidade setecentista foram erguidas, entre outras, a casa da Quinta do Chantre, com uma torre ao centro, e a casa da Quinta do Freixo, com quatro torres rematando as quatro fachadas⁴⁶³.

É de assinalar a semelhança estrutural entre o frontispício da Casa do Cabido e o da Casa do Dr. Domingos Barbosa. Esta última, apesar das actualizações estilísticas, parece ter sofrido a influência da construção anterior. A hipótese apresentada baseia-se

⁴⁵⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII*, Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 38.

⁴⁵⁸ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 71.

⁴⁵⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 18-19.

⁴⁶⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII*, Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 36.

⁴⁶¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 19.

⁴⁶² IDEM, *Ibidem*, p. 100.

⁴⁶³ IDEM, *Ibidem*, p. 133.

nas seguintes características comuns: a simplicidade geral; um único pano de parede; os três pisos; as cinco aberturas ao nível do segundo piso; as cinco janelas de sacada no piso nobre; as bandeiras das janelas de sacada (excepto na janela de sacada central da Casa do Dr. Domingos Barbosa). Parecendo reforçar a hipótese dessa influência, é o facto de uma outra construção do Cabido, a escadaria que liga o piso inferior ao superior do claustro da Sé, e a escadaria desta casa, terem o mesmo esquema de lanços⁴⁶⁴. Pretenderia através da sua habitação evocar o Cabido, demonstrando que pertencia à instituição religiosa mais importante do Porto, da qual era cónego magistral?

Na primeira metade do século XVIII, vão surgir na cidade vários exemplares que seguem o segundo modelo, sendo de destacar: a Casa Monteiro Moreira, a qual foi a primeira a ser construída, em 1724 e 1725⁴⁶⁵, e encontrava-se no Campo das Hortas; e a Casa de São João-o-Novo, cujas obras decorreram entre 1725 e 1727, tendo como autor António Pereira⁴⁶⁶. (Vd. ils. 44)

Estas três habitações iniciam um período de construção de casas nobres, de grande interesse estético, que se estende ao longo do século XVIII. Inicialmente barrocas, posteriormente tardobarrocas (com alguns elementos rococós), essas casas nobres

⁴⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 87.

⁴⁶⁵ . No frontispício desta habitação, já demolida, quatro pilastras dividiam-no em cinco panos. Tinha três pisos: o rés-do-chão, a sobreloja, e o piso nobre. No pano central, a portada era ladeada por quatro janelas de peitoril, duas no rés-do-chão e duas na sobreloja, enquanto no piso nobre abriam-se três janelas de sacada, com frontões curvos, interrompidos por elementos decorativos, tendo as janelas laterais bandeiras, e a central, maiores dimensões. O pano central era ladeado por quatro panos, dois de cada lado. Os que lhe estavam mais próximos, tinham duas portadas no piso térreo, duas janelas de peitoril na sobreloja, e duas janelas de sacada no piso nobre, tendo estas bandeiras e frontões, formados por segmentos côncavos interrompidos por elementos decorativos. Os panos que ficavam nos extremos do frontispício tinham uma portada no primeiro piso, uma janela de peitoril na sobreloja e uma de sacada no último piso, com bandeira e frontão igual aos do pano central. Supõe-se que o autor desta habitação tenha sido José Monteiro Moreira (IDEM, *Ibidem*, p. 76).

⁴⁶⁶ O seu frontispício tem três pisos, um térreo, uma sobreloja e um piso nobre, e está dividido em três panos, por pilastras dóricas. No central, encontra-se uma portada, que ocupa a altura dos dois primeiros pisos, tem uma pedra de armas na sua parte superior, sobre a qual se encontra uma janela de sacada. Os dois corpos que ladeiam o pano central têm três grupos de aberturas. Nos que se encontram ao centro, os vãos obedecem ao seguinte esquema: portada no primeiro piso, óculo (sobre o qual se abre uma pequena abertura) no segundo piso, e janela de sacada no terceiro. Os que flanqueiam o conjunto anterior estão ordenados do seguinte modo: postigo no primeiro piso, janela de peitoril no segundo, e janela de sacada no último. Os frontões têm grande originalidade. Os das janelas de peitoril (as quais têm uma configuração pentagonal) têm forma côncava, enquanto os que se situam sobre os óculos são invertidos. Os frontões das janelas de sacada são de duas tipologias: tímpano de forma convexa/côncava, interrompido por um disco donde irradia uma decoração assimétrica, tendo no tímpano uma espécie de urna; tímpano curvo, interrompido por duas volutas côncavas que ladeiam uma mísula onde assenta uma espécie de urna. O primeiro tipo de frontões encontra-se nas janelas de sacada situadas ao centro dos corpos laterais do edifício, enquanto o segundo tipo, situa-se nas janelas de sacada que ladeiam as anteriores. A janela de sacada do pano central está ladeada por duas volutas. Sobre o entablamento, no alinhamento da janela central, existe um arco abatido, semelhante a um frontão curvo (IDEM, *Ibidem*, p. 84-85).

seguem o modelo referido⁴⁶⁷. Tendo sido erguidas na cidade ou nos seus arredores, constituem alguns dos melhores exemplares de arquitectura civil do país.

2.6.- A organização interior.

As casas da Rua dos Cónegos, não ficaram imunes às transformações que foram ocorrendo na cidade. Muitas foram destruídas. Das poucas que chegaram aos nossos dias, apenas uma mantém o seu interior praticamente inalterado: a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho. Os autos de vedoria, contendo a descrição interior de algumas das habitações, foram as principais fontes consultadas.

No final do século XVII, e ao longo do seguinte, nas casas estreitas e altas os compartimentos distribuíam-se consoante a actividade dos seus moradores, o número de sobrados, e a dimensão dos lotes, além do poder monetário dos moradores.

Quando as casas tinham uma frente, e apenas um sobrado, a escada era lateral e de tiro; quando tinha mais de um sobrado, a escada situava-se nas traseiras e colocada transversalmente⁴⁶⁸.

Nas casas com duas frentes, e quando a profundidade do lote o permitia, a caixa de escada situava-se no centro⁴⁶⁹. Nestes casos, havendo mais espaço, o número de compartimentos era maior. Sendo a escada o elemento estruturante, as divisões distribuíam-se nas zonas anterior e posterior do edifício⁴⁷⁰.

Os materiais empregues nas paredes interiores destes dois tipos de habitação eram o granito, no piso térreo, e a taipa de rodízio nos sobrados⁴⁷¹.

À semelhança do resto do país, a casa era um misto de morada e estabelecimento comercial. No rés-do-chão situavam-se as lojas, armazéns ou oficinas, enquanto no piso, ou pisos superiores, encontravam-se os compartimentos destinados à habitação⁴⁷². O número destes últimos era variável. Algumas casas tinham apenas uma divisão por piso.

No século XVII e no século seguinte, não havia uma diferenciação rígida dos compartimentos consoante a função. A actividade da casa tendia a decorrer apenas numa sala, onde os residentes comiam, dormiam, tratavam de negócios, etc.⁴⁷³

⁴⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 19.

⁴⁶⁸ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 123.

⁴⁶⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 124.

⁴⁷⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 124-125.

⁴⁷¹ IDEM, *Ibidem*, p. 124-125.

⁴⁷² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 312-319.

⁴⁷³ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 126.

Em Paris, os inventários de pessoas humildes indicam-nos que num compartimento exerciam a sua actividade profissional, assim como a doméstica. Nas casas de maiores dimensões, com mais dependências, a polivalência mantinha-se. Na *chambre* dormia-se, mas também se recebiam as visitas. As refeições podiam ser tomadas em qualquer compartimento. Na segunda metade do século XVIII, só algumas casas dispunham de sala de jantar⁴⁷⁴.

Os autos de vedoria das casas mais pequenas da Rua dos Cónegos indicam-nos que quase todas, além da loja e da cozinha, tinham uma sala e uma câmara. Rafael Bluteau, no início do século XVIII, esclarece que a câmara era a «casa, em que se dorme»⁴⁷⁵, e na sala recebia-se as visitas⁴⁷⁶. Na Casa de José Leitão, além das dependências referidas, situava-se próximo da cozinha uma «cazinha que serve de lenha»⁴⁷⁷.

No último andar, ou nas águas furtadas, ficava a cozinha⁴⁷⁸. Deste modo, podia-se impedir que toda a habitação fosse destruída quando houvessem incêndios. Tal é o caso da Casa de José Leitão, onde a cozinha se encontrava no último piso⁴⁷⁹. Na Casa dos Baião II, a cozinha estava sobre «as casas em que vive Pedro de Souza»⁴⁸⁰. Ao contrário dos exemplos anteriores, na casa do azulador Simão da Costa a cozinha ficava no piso térreo⁴⁸¹.

Não estando as salas preparadas para uma determinada função, eram os móveis que definiam qual o local para a prática das diversas actividades domésticas. Estes, como a própria palavra o indica, eram móveis, sendo montados e desmontados sempre que necessário⁴⁸².

Na segunda metade de setecentos, a habitação burguesa e popular sofreu alterações, mantendo no entanto algumas das características já apontadas.

Os lotes tornam-se maiores, assim como o número de andares e, por conseguinte, as várias dependências⁴⁸³. Como o autor do manuscrito intitulado *Compêndio Histórico e Topográfico da Cidade do Porto* refere, «não se ve como em outro tempo a humildade e

⁴⁷⁴ SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1671-4, p. 226-227.

⁴⁷⁵ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. II, p. 68.

⁴⁷⁶ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. II, p. 440.

⁴⁷⁷ A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 147v.

⁴⁷⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura tradicional portuguesa, ob. cit.*, p. 329.

⁴⁷⁹ A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 147v., vd. doc. n.º 15 no Apêndice.

⁴⁸⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 25, vd. doc. n.º 10 no Apêndice.

⁴⁸¹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

⁴⁸² FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 126.

⁴⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 144.

o acanhamento da mayor parte das casas, que comprehendião trez sobrados aonde hoje apenas caberião dous; por que em todas as casas modernas se edeficão os differentes andares, com tal esbeltidão, e desafogo, que huma casa hoje de cinco sobrados, comprehenderia bem sette dos antigos»⁴⁸⁴.

As latrinas no final do século, são frequentes. Em 1792, o *Jornal Enciclopédico*, referia que «a grande precisão e valor dos estrumes faz que quasi todas as cazas tenham commuas, ou latrinas, aonde conservão todos os despojos, e immundicias, até que venhão os lavradores dos arrabaldes busca-los, para fertilizar as suas terras»⁴⁸⁵.

Relativamente à iluminação, as clarabóias tornam-se comuns. «Ja não se ve como em outro tempo, a escuridade e má disposição das escadas interiores porque a invenção das escadas de caracol com um zimborio, ou claraboya no seu perpendicular (invenção franceza do seculo de Luiz Grande) as faz hoje tam illuminadas, como se facêassem com a rua»⁴⁸⁶, possibilitando assim a iluminação dos compartimentos interiores⁴⁸⁷.

Vai-se assistir, ao longo da segunda metade do século XVIII, a uma lenta mas progressiva especialização das dependências, embora apenas nas habitações dos estratos médios e superiores da sociedade. Nas casas destes, o maior número de salas possibilitou a distribuição de funções. Nas camadas inferiores da pirâmide social, a vida familiar continuou a decorrer numa ou duas salas.

No mesmo período, em Lisboa, a análise de inventários das casas de artesãos e de pequenos comerciantes, revelam que estas tinham apenas uma divisão⁴⁸⁸. Nas casas dos militares, dos que exerciam profissões liberais e dos funcionários, o número de compartimentos era ligeiramente superior – sala de estar, um ou dois quartos e cozinha. Na sala de estar qualquer actividade podia ser praticada, ao contrário dos outros espaços que tinham uma função definida⁴⁸⁹. Quanto às casas dos negociantes, mercadores e homens de negócio, sendo maiores que as anteriores, dispunham de mais compartimentos⁴⁹⁰.

Na Rua dos Cónegos, as casas nobres distinguiam-se entre si pelo tamanho. Duas destacavam-se por terem grande volumetria, a Casa de Vandoma e a Casa do Dr. Domingos Barbosa. As outras tinham dimensões semelhantes às das casas de nobres da

⁴⁸⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, ob. cit., p. 160.

⁴⁸⁵ *JORNAL ENCICLOPÉDICO*. Lisboa: Typografia Numsiana, 1792, p. 313.

⁴⁸⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, ob. cit., p. 159.

⁴⁸⁷ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 55.

⁴⁸⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 972-24-0825-9, p. 141.

⁴⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 134-135.

⁴⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 128-130.

pequena ou média nobreza, ou de negociantes enriquecidos. Em todas, naturalmente, o número de dependências é elevado, quando comparado com o das casas populares.

A casa nobre, ao contrário das casas comuns que se desenvolviam em altura, era baixa e larga⁴⁹¹, sendo geralmente constituída por dois andares - tendo por vezes também um *mezzanino*⁴⁹².

No piso inferior ficavam as lojas. O termo loja tem origem na palavra medieval *laubia*, a qual significa uma galeria térrea aberta para o exterior. Esta estrutura surgiu em palácios lombardos do século IX, e era o local onde se administrada a justiça. Em Portugal encontra-se tanto em Câmaras Municipais manuelinas, como em paços reais ou da alta nobreza - no Paço de Sintra, de Belas, de Tentúgal ou de Barcelos⁴⁹³.

No final da Idade Média⁴⁹⁴ e na Época Moderna, as lojas serviam para arrecadação, podendo também ter uma adega, um celeiro e, por vezes, a cozinha⁴⁹⁵. Provindo das terras do proprietário géneros e produtos, a casa nobre dispunha de estruturas próprias para os conservar e tratar, tornando-se auto-suficiente - situação comum às habitações da aristocracia europeia⁴⁹⁶. Na Casa de Vandoma, um inventário de 1807 menciona três tulhas onde se guardavam milho-alvo e centeio⁴⁹⁷. Também é feita referência a novelos de fio, e linho para serem tecidos⁴⁹⁸.

Era o local destinado aos criados e aos animais, pois era aí que os serviçais praticavam diversas actividades e onde dormiam⁴⁹⁹ - nos «coartos para os mossos»⁵⁰⁰ -, enquanto os animais ficavam alojados nas cavaliças. A existência de cavalos e de meios de transporte como carruagens ou cadeirinhas, é exemplificativa do poder económico do dono da casa, uma vez que dispunha de meios que lhe proporcionavam comodidade⁵⁰¹. A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho tinha, além de outros compartimentos, uma estrebaria e, por baixo das escadas, dois quartos dos

⁴⁹¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 279.

⁴⁹² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo*, *ob. cit.*, p. 38.

⁴⁹³ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses*. Lisboa: Edições Asa S.A., 1995, p. 216-217.

⁴⁹⁴ SILVA, José Custódio Vieira da – *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. ISBN 972-24-0993-X, p. 31.

⁴⁹⁵ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 71.

⁴⁹⁶ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 139.

⁴⁹⁷ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 21v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

⁴⁹⁸ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 24-24v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

⁴⁹⁹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 117.

⁵⁰⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 33v., vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁰¹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 117.

moços⁵⁰². Na Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, a cavalaria ficava numa casa separada da casa principal⁵⁰³.

Espaço considerado secundário, o piso térreo é ilustrativo da divisão social; onde animais e criados coabitavam, enquanto ao senhor estava reservado o andar superior⁵⁰⁴; no entanto, era no piso inferior que assentava a estrutura da casa, e onde se desenvolviam todas as actividades necessárias ao seu sustento.

Na Idade Média a escada, predominantemente de caracol, era considerada apenas um elemento funcional. O Renascimento também lhe atribuiu um papel secundário. Para Alberti «Quanto menos escadas houver em um edifício e quanto menos lugar ocuparem, melhor»⁵⁰⁵. Apesar de alguns exemplares erguidos em quinhentos contrariarem o tratadista, na generalidade o Renascimento não a valorizou como veio a suceder com o Barroco⁵⁰⁶.

A escada seiscentista, da Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, ainda persiste nessa ideia. Erguendo-se atrás de uma parede, parece que a intenção era ficar escondida de quem entrava no átrio. A Casa dos Freire de Andrade, cujos interiores - actualmente parcialmente remodelados - eram uma mistura de várias épocas, também tinha uma estreita escada oculta por uma parede do átrio⁵⁰⁷.

Apesar da simplicidade de muitos dos exemplares, é neste século XVII que vão ser frequentes as escadas de lanços opostos⁵⁰⁸, conferindo algum dinamismo às fachadas. Seguindo este esquema de dois lanços com um arco por baixo, foi projectada em 1689 uma escada para a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, a qual seria erguida no pátio⁵⁰⁹.

Mas foi o século XVIII que nos legou os exemplares mais imaginativos. A escada adquire então uma grande relevância, salientando-se os seus aspectos simbólicos e artísticos e não apenas os funcionais.

É a escada que faz a ligação entre os baixos da casa, local térreo, pouco digno, para a parte mais alta, onde se encontram os compartimentos mais sumptuosos. Tem o papel

⁵⁰² A.D.P., Vedorias, n.º 504, fls. 33v.-34, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁰³ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁵⁰⁴ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 117.

⁵⁰⁵ PEVSNER, Nicolaus – *Panorama da Arquitectura Ocidental*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ISBN: 85-336-1492-6, p. 282-283.

⁵⁰⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 283.

⁵⁰⁷ Informação gentilmente fornecida pelo Arq. Pedro Ramalho, autor das obras de remodelação do edifício.

⁵⁰⁸ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 57.

⁵⁰⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII*. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 32.

de conduzir, de elevar, os senhores da casa e os visitantes ilustres a um espaço superior, mais importante – a mesma função têm as escadas que conduzem os crentes aos templos, distanciando-os do mundo terreno e elevando-os ao mundo espiritual.

A época barroca também foi teatral, cénica, plena de rituais religiosos ou civis, tornando-se as escadarias elementos arquitectónicos fundamentais em qualquer encenação. Por isso todo o aparato, toda a riqueza arquitectónica que lhes é conferida.

Ao ser colocada no exterior da habitação, a escada transmite-lhe solenidade. Muitos solares nortenhos apresentam belas escadarias exteriores.

No meio urbano, a falta de espaço obrigou à sua transferência para o interior da habitação. Tanto a escadaria como o átrio adquirem então uma grandiosidade que contrasta com as outras dependências⁵¹⁰. Não sendo considerado um espaço exterior nem interior, para o átrio e a escada abrem-se portas e janelas das salas circundantes, como se se tratasse de um pátio coberto. Os grandes portais, o chão em pedra, a grande altura do átrio e da caixa de escada reforçam essa ideia de pátio interno, podendo mesmo ser atravessado por carruagens⁵¹¹.

Desde 1724, vão ser construídos na cidade do Porto vários exemplos de escadarias que primam pela imponente barroca. Na Casa Monteiro Moreira, cujas obras tiveram início em meados dos anos vinte, havia uma escadaria constituída por dois lanços que terminavam num patamar, a partir do qual um terceiro lanço dava acesso ao andar nobre⁵¹². A Casa de São João-o-Novo, construída entre 1725 e 1727, dispõe de uma escadaria que faz a ligação entre os três pisos. Um grande átrio com um arco, seguido de um vestíbulo, dá acesso à escada. Esta inicia-se com dois lanços até um patamar, para o qual se abrem duas portas do mezzanino. Desse patamar, outro lanço permite a ligação ao piso superior, onde uma portada de cuidado desenho antecede o salão principal⁵¹³.

Também erguida nos anos vinte, a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, de proporções mais modestas e decorativamente mais austera do que as duas anteriores, tem uma escada de dois lanços paralelos. O primeiro termina num patamar, a partir do qual um segundo sobe até à porta do salão.

⁵¹⁰ PIMENTEL, António Filipe – Escadaria. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 164-165.

⁵¹¹ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*. [S. l.]: Livraria Civilização Editora, [s.d.], p. 121-122.

⁵¹² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 79.

⁵¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 85.

Entre 1733 e 1736, é construída a escadaria do claustro da Sé⁵¹⁴. Na mesma altura, entre 1732 e 1735, era erguida a escadaria da Casa do Dr. Domingos Barbosa. Ambas as escadas têm pontos comuns⁵¹⁵, sendo por isso provavelmente da mesma autoria. Assim, embora a escadaria do claustro não pertença a uma habitação, as analogias com a da casa do cônego justificam a sua análise. (Vd. ils. 45, 46)

A escadaria do claustro foi construída por ordem do Cabido, para permitir um acesso à sala capitular com a pompa que as cerimónias religiosas requeriam. Embora a caixa de escada tenha uma área reduzida e é muito alta; o autor da obra ultrapassou estas condicionantes com mestria.

Antecede a escadaria um vestíbulo, sem iluminação. O primeiro lanço, conduz-nos a um patamar, onde três janelas deixam entrar luz. Esse lanço tem oito degraus, o mesmo número de todos os outros. Do patamar saem dois lanços até outro patamar, sem iluminação. Deste, um outro laço leva-nos a um terceiro patamar, do qual partem dois lanços que acedem a um último patamar, no qual se encontra a portada de acesso ao piso superior do claustro⁵¹⁶.

O autor criou intensos efeitos de claro/escuro nas várias zonas da escadaria. Enquanto umas ficam na penumbra, outras são inundadas de luz através de aberturas. No último espaço, a luz entra através de três janelas localizadas na parede do terceiro patamar, e quatro colocadas no cimo das paredes da caixa de escada. A alternância de luz e sombra dos vários espaços, conferem-lhe grande dramatismo. Os elementos decorativos deste último espaço, como os das aberturas, conferem-lhe uma grande riqueza⁵¹⁷.

O esquema de lanços utilizado é contrário ao das casas de São João-o-Novo, e de Monteiro Moreira. Nestas, o esquema é dois/um⁵¹⁸, enquanto na escada do claustro da Sé é um/dois, mas duplicado, como se fossem duas escadarias sobrepostas.

Relativamente à escada da Casa do Dr. Domingos Barbosa, como a anterior, trata-se de um dos melhores exemplos de escadas barrocas da cidade, onde a complexidade compositiva só pode ser atribuída a um grande arquitecto.

Para o alto átrio abrem-se várias portas e arcos, e nele tem início um lanço de escadas que termina num patamar, do qual partem dois lanços até um segundo patamar,

⁵¹⁴ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 68.

⁵¹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 139-140.

⁵¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 68.

⁵¹⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 68-69.

⁵¹⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 87 e 89.

ao nível do andar da sobreloja. Deste último, outro lanço conduz a um terceiro patamar que, por sua vez, dá acesso a dois lanços que terminam num quarto patamar⁵¹⁹. Para o vão de escada abrem-se várias portadas e janelas, conferindo-lhe o aspecto de um espaço híbrido, onde o interior e o exterior se confundem.

As analogias que se podem observar entre a escada desta habitação e a do claustro da Sé são as seguintes: o esquema de distribuição dos lanços é igual⁵²⁰; o jogo de luz e sombra dos vários patamares é semelhante; os remates das janelas do terceiro patamar da escada do claustro são idênticos ao da portada de acesso ao salão da casa do cônego.

Se considerarmos que as duas escadas foram projectadas pelo mesmo indivíduo, e sendo António Pereira o mais provável autor da escadaria do claustro, também o será da escada e da casa do Dr. Domingos Barbosa.

Por vezes, entre o rés-do-chão e o piso nobre, ou acima deste último, encontrava-se um piso, o *mezzanino* ou sobreloja. Com menor altura que os outros dois, aí se encontravam salas, quartos e dependências secundárias⁵²¹. A casa de Vandoma dispunha de sobreloja⁵²², assim como a Casa do Dr. Domingos Barbosa⁵²³.

Em França, era na sobreloja que ficavam os quartos dos criados⁵²⁴ e das crianças⁵²⁵. A criança era considerada como um adulto em tamanho pequeno, não sendo mencionados nos tratados espaços específicos para ela. Inicialmente dormiam com os criados, e posteriormente dispunham de quartos próprios na sobreloja⁵²⁶. No último quartel do século XVIII, já dormiam no mesmo piso dos pais⁵²⁷.

No piso nobre ficavam as salas habitadas pela família do dono da casa. Era nesse piso que se situavam as salas mais opulentas, aquelas que dignificavam os moradores face aos visitantes⁵²⁸. Além destes espaços de recepção, também se encontravam outros aposentos mais simples, onde os objectos se resumiam aos mais utilitários. Neles, a nobreza levava uma vida quotidiana austera⁵²⁹.

⁵¹⁹ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 139-140.

⁵²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 140.

⁵²¹ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 63.

⁵²² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 69.

⁵²³ IDEM, *Ibidem*, p. 87.

⁵²⁴ ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Architecture de la Vie Privée XVIIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions Hazan et A.A.M., 1999. ISBN 2 85025 697 8, p. 253.

⁵²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 64.

⁵²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 241.

⁵²⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 64.

⁵²⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 127.

⁵²⁹ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 148.

As salas sucediam-se umas às outras com portas de comunicação, no mesmo alinhamento. Quando abertas, permitiam o visionamento em perspectiva dos compartimentos⁵³⁰. Esta sucessão de salas, denominada *enfilade*, tornou-se comum nas casas nobres por influência do Palácio de Versalhes, a partir da segunda metade do século XVII⁵³¹. Em duas habitações da Rua dos Cónegos, encontra-se este tipo de ordenamento. A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho tem três compartimentos no andar nobre, com as respectivas portas em alinhamento. Também a Casa do Dr. Domingos Barbosa, no piso nobre, dispõe de três salas em *enfilade*.

No século XVII, os vários aposentos não tinham uma função específica⁵³². O quarto, a sala principal e outras dependências, eram espaços polivalentes. Característica que se mantém no século seguinte, embora se assista a uma progressiva especialização dos espaços⁵³³.

Os compartimentos em sequência com várias portas, possibilitavam a frequente circulação de criados, de visitas, o que dificultava a privacidade⁵³⁴. Os vários elementos da família, os criados e as visitas, dedicavam-se a actividades diversas sob do olhar de todos. Não havia a preocupação com o espaço íntimo, como corredores ou pequenos quartos privados⁵³⁵. Poder retirar-se era pouco habitual⁵³⁶.

Mas é também no século XVII que começa a haver uma maior atenção à distinção entre o espaço público e o privado, como resposta às condenações formuladas pelo Concílio de Trento respeitantes ao corpo, à nudez e à promiscuidade⁵³⁷.

Respondendo a estas determinações, vão surgir vários compartimentos que permitem diferenciar e distanciar o espaço comum do íntimo. À sala, ao quarto e à cozinha, os compartimentos essenciais de uma casa, vão se juntar outras dependências, em número variável consoante as posses dos proprietários⁵³⁸. É então que aparece o corredor e escadas de serviço, possibilitando outros percursos. O quarto vai desmultiplicar-se em antecâmaras e em escritório, e da sala principal surge a sala de jantar⁵³⁹.

⁵³⁰ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 127.

⁵³¹ OATES, Phyllis Bennett – *História do Mobiliário Ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 91.

⁵³² ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Ob. cit.*, p. 27.

⁵³³ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

⁵³⁴ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 234.

⁵³⁵ ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Ob. cit.*, p. 27.

⁵³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 170.

⁵³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 35.

⁵³⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 19.

⁵³⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 36.

O aparecimento de compartimentos com funções distintas, foi um processo longo que decorreu ao longo dos séculos XVII e XVIII. No final de setecentos, apesar de haver uma grande diversidade de soluções, já se encontra uma tendência geral para a especialização dos aposentos⁵⁴⁰.

Estes novos compartimentos distanciam o proprietário do vai vem das pessoas, do barulho e dos cheiros, habituais no quotidiano da habitação - também é um afastamento social, dos criados. Deste modo, o senhor da casa tem a possibilidade de se isolar, sem ser constantemente interrompido. Privilégio acessível a poucos, o isolamento torna-se símbolo de status⁵⁴¹.

Os corredores raramente são mencionados nas descrições das habitações, ou porque eram inexistentes, ou porque eram de importância secundária. Geralmente, a passagem de uma sala para outra era feita directamente. Só a partir de meados do século XVIII, os corredores se tornam mais frequentes. Tinham uma função puramente utilitária. Sendo apenas percorridos pelos criados, serviam para aceder aos vários aposentos sem ter de se passar pelas salas de aparato⁵⁴². Deste modo, os donos da casa e os visitantes não eram incomodados⁵⁴³.

Paralelo à fachada, estende-se um corredor no andar nobre da Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho. Através dele pode-se entrar em vários compartimentos, sem atravessar as salas. A sua pouca largura lembra que apenas se trata de uma divisão de passagem. A Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho⁵⁴⁴, e a Casa do cônego António Mourão⁵⁴⁵, também tinham um corredor.

O hábito de receber qualquer pessoa no quarto já não era praticado, excepto se fossem íntimas ou importantes. Com o surgimento de várias antecâmaras, as visitas eram geralmente recebidas nesses espaços. Quanto mais elevado fosse o estatuto do visitante, mais aposentos estava autorizado a atravessar. As menos importantes, esperavam no átrio até que fossem chamadas⁵⁴⁶.

A estas transformações na organização das habitações, não é alheia a noção de conforto que começa a ganhar cada vez mais importância. Afastada da rígida etiqueta da corte, a alta burguesia francesa, com comportamentos menos formais que a nobreza, vai

⁵⁴⁰ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 127.

⁵⁴¹ ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Ob. cit.*, p. 178.

⁵⁴² CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 70.

⁵⁴³ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 237.

⁵⁴⁴ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 604, fl. 11v., vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

⁵⁴⁵ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5187, fl. 62, vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

⁵⁴⁶ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 116.

propagar um estilo de vida mais natural, que se traduz no aparecimento de compartimentos mais pequenos, mais confortáveis⁵⁴⁷. A importância que era dada às grandes salas de aparato diminui, ao contrário das salas mais íntimas, mais adequadas ao viver quotidiano⁵⁴⁸. Em Portugal, desde meados do século XVIII, os espaços mais pequenos, com mobiliário leve e confortável, começam a surgir⁵⁴⁹; apesar de alguma da grande nobreza, até finais do século, ainda manter hábitos de austeridade na vida privada, reservando para os grandes acontecimentos a ostentação inerente ao seu estado⁵⁵⁰.

Os interiores setecentistas portugueses eram, de uma maneira geral, muito simples. Nas habitações mais abastadas as salas eram muito altas, tendo as paredes cobertas com azulejos e os tectos em masseira⁵⁵¹.

Com origem nos elaborados tectos árabes em alfarge, os tectos de masseira, também chamados em caixotão, são constituídos por formas geométricas simples⁵⁵², pintadas de um só cor nos exemplos mais simples, podem ter o madeiramento ricamente trabalhado e pinturas decorativas⁵⁵³. Não havendo sótãos, os tectos atingem grande altura⁵⁵⁴; não dispondo de estruturas arquitectónicas de suporte aparentes, parecem pairar no ar⁵⁵⁵.

O documento respeitante à obra de carpintaria da Casa de Vandoma, lavrado em 1691, é abundante em informações sobre os tectos em caixotões que a casa deveria ter, alguns dos quais deveriam receber elementos decorativos⁵⁵⁶. A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho ainda ostenta tectos de masseira, em alguns dos seus compartimentos.

Desde o final do século XVII que, nas grandes casas, os azulejos cobriam as paredes interiores até meia altura; gosto de proveniência árabe. Mas é no reinado de D. João V que a sua aplicação se torna corrente; hábito que perdurou na segunda metade do século⁵⁵⁷. Os temas geralmente eram paisagísticos, onde se desenrolavam cenas

⁵⁴⁷ OATES, Phyllis Bennett – *Ob. cit.*, p. 91.

⁵⁴⁸ ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Ob. cit.*, p. 64.

⁵⁴⁹ SOUSA, Maria da Conceição Borges de – A exposição. In *Mobiliário Português. Roteiro*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2000. ISBN 972-776-076-7, p. 33.

⁵⁵⁰ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 148.

⁵⁵¹ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 74-75.

⁵⁵² CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 39.

⁵⁵³ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 82.

⁵⁵⁴ IDEM, *Ibidem.*, p. 81-82.

⁵⁵⁵ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 148.

⁵⁵⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33.

⁵⁵⁷ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 146-147.

galantes⁵⁵⁸. Não temos conhecimento da existência de azulejos nas casas da Rua dos Cónegos.

Além dos tectos em masseira e dos azulejos, os tecidos, que eram abundantemente usados nos interiores, também evocavam o mundo árabe e oriental. Sabe-se que no final da Idade Média a decoração dos aposentos com panos de Arrás⁵⁵⁹ (como eram conhecidas as tapeçarias⁵⁶⁰) e couros lavrados, já assumia uma especial relevância. Sendo de fácil transporte, podiam ser colocados em qualquer aposento conferindo-lhe conforto⁵⁶¹.

Este costume persistiu até aos anos de setecentos, como indicam vários forasteiros que nos visitaram. Durante as ocasiões festivas, as tapeçarias e as colchas cobriam as paredes e as portas das salas do piso nobre⁵⁶², os tapetes estendiam-se nos chãos e os dosséis eram armados. Os tapetes também cobriam os estrados, onde eram colocadas almofadas para as mulheres se sentarem, segundo a tradição oriental⁵⁶³.

Esta tradição também se constatava no gosto pelos objectos em prata, louças das companhias da Índia e porcelanas da China. Quanto aos móveis, raros, só a custo se foram impondo⁵⁶⁴.

Na decoração interior das habitações, além da influência árabe, também a eclesiástica foi determinante. A riqueza ornamental que dignificava os templos, não podia deixar de influenciar a sociedade barroca; uma sociedade onde o papel da religião era fundamental. Deste modo, os azulejos que revestiam os interiores das igrejas e os paramentos tecidos usados nas festividades religiosas, foram transpostos para o espaço secular⁵⁶⁵.

Os altos tectos, a decoração com azulejos, a abundância de tecidos que chegavam a tapar as portas, criavam um espaço fechado, único⁵⁶⁶. Cada aposento tinha o seu tecto, os seus azulejos e os seus tecidos, que o diferenciavam dos outros aposentos. Cada sala era considerada isoladamente⁵⁶⁷, mais de acordo com a civilização oriental do que com a europeia, onde os compartimentos faziam parte de um todo coerente e lógico.

⁵⁵⁸ AZEVEDO, Carlos de – *Ob. cit.*, p. 74.

⁵⁵⁹ SILVA, José Custódio Vieira da – *O fascínio do fim*, *ob. cit.*, p. 37.

⁵⁶⁰ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 105.

⁵⁶¹ SILVA, José Custódio Vieira da – *O fascínio do fim*, *ob. cit.*, p. 37.

⁵⁶² CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 96.

⁵⁶³ IDEM, *Ibidem*, p. 125.

⁵⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 125.

⁵⁶⁵ CALDAS, João Vieira - *Ob. cit.*, p. 147.

⁵⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 82.

⁵⁶⁷ No Palácio Sobral foi festejado, em 1793, o nascimento da princesa da Beira. Várias das suas salas foram decoradas com tecidos, sendo cada uma delas guarnecida com uma cor ou um tipo de tecido

Nas últimas décadas do século, a influência europeia vai-se tornando cada vez mais preponderante, acabando os nossos espaços interiores por perderem as características que os tornavam únicos. Os tectos em estuque vão substituir os anteriores, em caixotões⁵⁶⁸. Os tecidos que revestiam as paredes e os móveis, ficam fora de moda.

Na cidade do Porto, as características decorativas tradicionais foram sendo lentamente abandonadas.

Por essa altura, o padre Agostinho Rebelo da Costa, e o autor do *Compêndio Histórico e Topográfico da Cidade do Porto*, referem as inovações das habitações portuenses nas últimas décadas do século XVIII e início do seguinte. As casas são descritas como tendo «preciosos estuques»⁵⁶⁹ e as suas paredes eram cobertas com «delicadas pinturas»⁵⁷⁰, «segundo o diferente gosto dos seus moradores»⁵⁷¹. Os móveis eram cada vez em maior número. Na cidade vendiam-se «todo o genero de moveis necessarios para ornar huma casa mais ou menos ricamente, segundo o gosto, posses ou qualidade dos compradores»⁵⁷². O uso dos «pannos de Arras, que tanto escurecião as salas nobres»⁵⁷³, vai sendo abandonado.

O aposento principal do piso nobre era a sala. A palavra *sala*, de origem germânica, tem a ver com a habitação do chefe dos povos bárbaros, uma grande tenda ou cabana.

No paço medieval, seguindo a tradição germânica, a sala mantém-se como a dependência principal⁵⁷⁴. Segundo o rei D. Duarte, no capítulo LXXXI do *Leal Conselheiro*, na sala entravam «todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir». Esta função, a de receber visitas, também lhe é atribuída no início do século XVIII por Rafael Bluteau quando escreve que na sala «se costuma descansar, & esperar até que [...] do seu quarto sahe a ella o senhor da casa a fallar», o qual acrescenta que «em dias de banquete, & festas algumas vezes se salta, & dança»⁵⁷⁵.

diferente. Deste modo, cada aposento tinha um carácter autónomo, que o distinguia dos outros. Assim: a 2ª sala tinha «panos de rás», a 3ª «cetim cor de goivo amarelo bordado a matiz, trabalho indiano», a 4ª estava «forrada de arrases», a 5ª de «ceda branca pintada na Índia», a 6ª «forrada de cetim azul-claro indiano e damasco carmesim», a 8ª «cetim branco», a 9ª «seda esverdeada (cor de bicho da couve)», e a 10ª «seda indiana cor de oiro» (CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Orient e Ocidente nos Interiores de Portugal*, ob. cit., p. 148).

⁵⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 156-157.

⁵⁶⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, ob. cit., p. 160.

⁵⁷⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 160.

⁵⁷¹ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 56.

⁵⁷² SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, ob. cit., p. 166.

⁵⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 160.

⁵⁷⁴ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses*, ob. cit., p. 21.

⁵⁷⁵ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. II, p. 440.

A sala, a escadaria e o átrio tinham um papel fundamental na habitação. Eram concebidos para receber e impressionar as visitas, contribuindo para a encenação dos momentos solenes. Através de um amplo átrio chegava-se à escadaria, que deveria ser monumental, a qual terminava no patamar onde se situava a portada da sala. Como que anunciando o espaço mais nobre da casa, a portada recebia uma decoração cuidada, que a tornava imponente⁵⁷⁶. À frente da portada ficava a janela de sacada, por cima da entrada principal da habitação⁵⁷⁷. A sala ficava preferencialmente no eixo da casa. A partir dela, eram ordenadas as outras dependências⁵⁷⁸.

Na sala todo o luxo devia estar presente, dignificando o senhor da casa⁵⁷⁹. As suas dimensões deviam ser grandes, para receber um grande número de visitas em dias de festa, ou quando se realizavam grandes banquetes. Apesar de a ela poderem estar contíguas outras salas de aparato, a sala principal é sempre a mais importante⁵⁸⁰.

Na Casa do Dr. Domingos Barbosa, a sala, assim como a escadaria e o vestíbulo, correspondem às directrizes atribuídas a uma habitação de qualidade: um alto átrio, uma grande escadaria, sala principal antecédida de uma portada decorada. Não se trata no entanto do maior aposento do piso nobre.

O esquema adoptado na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho é mais modesto. O terreno onde a casa foi erguida é menor do que o da casa anterior, por isso uma solução mais elaborada não teria espaço para ser concretizada. Talvez seja esse o motivo para a escolha de uma escadaria de apenas dois lanços. A sala encontra-se no lado esquerdo do frontispício⁵⁸¹, e não ao centro, pois o tipo de escada escolhido não o permite.

Quanto à Casa de Vandoma, os documentos relativos à sua construção não nos elucidam sobre a sua organização interior. A sala é mencionada como sendo a «Caza principal que he a grande», a qual teria um tecto em masseira particularmente decorado⁵⁸².

⁵⁷⁶ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

⁵⁷⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 39.

⁵⁷⁸ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

⁵⁷⁹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 127.

⁵⁸⁰ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

⁵⁸¹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 33v., vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁸² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33.

A sala grande da Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada⁵⁸³, assim como a da Casa do cônego António Mourão⁵⁸⁴, ficavam no piso nobre, segundo os respectivos autos de vedoria.

Além da sala principal, que os documentos referem como sendo a «salla grande»⁵⁸⁵, ou «Caza principal»⁵⁸⁶, as habitações dispunham de outras salas. O seu número era variável. As fontes não referem se essas salas tinham uma função específica; provavelmente não o teriam, como era habitual na época.

A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho dispunha de cinco salas, três no piso nobre, em *enfilade*, e duas no piso da rua⁵⁸⁷. A Casa do cônego António Mourão só tinha uma sala⁵⁸⁸. Relativamente à Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada, um auto de vedoria de 1759 refere a existência de uma sala pequena⁵⁸⁹; outro auto de vedoria, de 1774, menciona uma segunda sala⁵⁹⁰.

O piso nobre da Casa do Dr. Domingos Barbosa tem vários compartimentos com dimensões diversas, além da sala principal. Desconhecemos qual seria a sua função.

A Casa de Vandoma, sendo uma grande residência, dispunha de um número elevado de salas. Num documento de 1784 são indicadas, nomeadamente, a sala de Santa Clara, a segunda sala de visitas, a segunda sala do deão, a primeira sala da casa do Aljube, a segunda sala do Aljube, etc⁵⁹¹.

Tal como a sala, a câmara era um dos compartimentos essenciais numa habitação. Bluteau refere que a câmara é «a casa em que se dorme»⁵⁹². Outras actividades podiam ser exercidas no quarto, como escrever, costurar, comer em privado, ou receber as visitas⁵⁹³.

Aqueles que entravam no quarto eram apenas pessoas de alto nível social, ou os familiares. Desde a Idade Média que havia este costume. D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, escreve que na câmara «os mayores e mais chegados de casa devem aver

⁵⁸³ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁵⁸⁴ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5187, fl. 62v., vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

⁵⁸⁵ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁵⁸⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33.

⁵⁸⁷ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁸⁸ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5187, fl. 62v., vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

⁵⁸⁹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁵⁹⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34v., vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁹¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, *ob. cit.*, pp. 67-68.

⁵⁹² BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. II, p. 68.

⁵⁹³ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

entrada»⁵⁹⁴. Sendo um local onde se podiam receber os visitantes de estatuto elevado, a câmara deveria ser luxuosa; por isso, o leito, sendo a peça de mobiliário mais importante, era ricamente trabalhado e coberto com tecidos sumptuosos⁵⁹⁵.

Na Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada, em 1759, encontravam-se dois quartos no sobrado⁵⁹⁶. Também a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho dispunha de dois quartos no piso nobre, em 1774⁵⁹⁷.

Além do quarto, outros compartimentos podiam servir para dormir, podendo ter um espaço próprio para o efeito: a alcova⁵⁹⁸. Esta encontrava-se «na parte de hum aposento mas recolhido hum lugar abrigado», onde ficava o leito⁵⁹⁹. Esses aposentos podiam ser a sala e o escritório. Este último era o local onde o dono da casa se isolava para ler ou escrever, e onde guardava livros, documentos e objectos importantes. Espaço essencialmente masculino, possibilitava a privacidade e o conforto que nos séculos seguintes vão ser fundamentais numa habitação⁶⁰⁰.

A Casa do cônego António Mourão, em 1710, tinha três alcovas, uma no escritório, que estava no piso ao nível da rua, e duas na sala, no piso superior⁶⁰¹. Na Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada, além dos dois quartos referidos, também havia uma alcova no escritório, situado no piso ao nível da rua⁶⁰², e, em 1774, uma alcova na sala⁶⁰³. Uma vez que era nos escritórios que se guardavam as escrituras e objectos preciosos, seria certamente nas suas alcovas que dormiam os donos destas casas. A colocação de alcovas – um local que requer sossego - nas salas – onde se convive -, não faz muito sentido, segundo os nossos hábitos. No entanto, como já referimos, nos anos de setecentos e nos anteriores, o espaço público e o espaço privado tinham as suas fronteiras mal definidas. A diferenciação dos aposentos quanto às suas funções, vai sendo feita lentamente.

Na segunda metade de setecentos, os médicos aconselham ao arejamento dos compartimentos para evitar o ar vicioso, o que vai originar o desaparecimento da alcova no século XIX⁶⁰⁴.

⁵⁹⁴ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses, ob. cit.*, p. 27.

⁵⁹⁵ OATES, Phyllis Bennett – *Ob. cit.*, p. 91.

⁵⁹⁶ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁵⁹⁷ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁵⁹⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 215.

⁵⁹⁹ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. I, p. 226.

⁶⁰⁰ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 220.

⁶⁰¹ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5187, fl. 62v., vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

⁶⁰² A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁶⁰³ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34v., vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁶⁰⁴ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 214-215.

As latrinas eram raras, mesmo entre as casas mais abastadas; só no final do século se tornaram mais frequentes. Quando era necessário chamava-se um criado que trazia uma espécie de caixa de madeira⁶⁰⁵, que se encontrava no quarto, ou na antecâmara⁶⁰⁶. A Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada é a única habitação que sabemos ter tido uma «salla para despejos»⁶⁰⁷.

Os documentos sobre as casas que analisámos não mencionam o guarda-roupa. Quando os autos de vedoria da Casa do cónego António Mourão, da Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, e da Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada, foram escritos, estas casas eram habitadas por religiosos. Também não surge nada a este respeito no auto da obra de carpintaria da Casa de Vandoma, habitação destinada a um clérigo. Sendo o guarda-roupa um espaço feminino, onde se guardavam o vestuário e todos os objectos de toilette⁶⁰⁸, não se justificava a sua inclusão nas casas onde habitavam religiosos. Posteriormente, a Casa de Vandoma terá tido este aposento, uma vez que foi habitada por senhoras.

Nas grandes habitações, antecedendo divisões mais importantes, encontravam-se compartimentos de pequenas dimensões, as antecâmaras. Estas surgiram quando se sentiu a necessidade de haver algum isolamento da sala, ou do quarto, face à azáfama de outras divisões. Para a antecâmara eram transferidas algumas actividades que até aí se realizavam nos dois compartimentos referidos, como tomar as refeições. Nela também se podia guardar objectos, libertando outros espaços.

O criado que estava ao serviço do senhor dormia nesse local, e controlava o acesso ao quarto do amo⁶⁰⁹. Se as visitas fossem importantes entravam no quarto, ou na sala; se não o fossem, eram recebidas na antecâmara. Giuseppe Gorani no seu relato sobre o encontro que teve com o Conde de Oeiras, é esclarecedor: «O senhor de Blancheville, francês de nação e primeiro criado de quarto de Sua Excelência, recebeu-me na antecâmara, dizendo-lhe eu que era portador de uma carta para a Senhora Condessa. Tinha eu um aspecto suficientemente distinto para que não me mandassem voltar noutro dia, ou para que me fizessem esperar, conforme era costume. Aliás, o Ministro tinha-me visto e, sem mais delongas, introduziram-me no salão...»⁶¹⁰.

⁶⁰⁵ FERNANDES, Francisco Barata – *Ob. cit.*, p. 127.

⁶⁰⁶ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 221.

⁶⁰⁷ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 183v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁶⁰⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 120.

⁶⁰⁹ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 220.

⁶¹⁰ GORANI, Giuseppe – *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1992. ISBN 972-42-0472-3, p. 78.

Relativamente às casas da Rua dos Cónegos, a Casa do cónego António Mourão, assim como a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada e a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, não dispunham de antecâmaras antecedendo as salas ou os quartos. O facto destas habitações não serem de grandes dimensões, talvez explique a falta deste aposento.

Quanto à Casa de Vandoma, há referência a várias «antecasas», ou seja antecâmaras. Estas estariam contíguas ao escritório, a uma sala, à cozinha e à sala principal⁶¹¹. Cada uma destas antecâmaras teria uma função relacionada com a do compartimento a que estavam interligadas.

Nestas habitações, a cozinha, «lugar onde se coze, & guiza o comer»⁶¹², geralmente estava situada no sobrado, como era costume nas casas altas. Tal era o caso da Casa do cónego António Mourão⁶¹³. A Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada tinha no sobrado não uma, mas duas cozinhas. A mais recente estava em uso em 1759⁶¹⁴, enquanto a mais antiga servia de despensa⁶¹⁵. Na Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, a cozinha ficava no piso ao nível da rua – se, para a parte anterior, o piso era térreo, para a parte posterior, onde se situava a cozinha, era sobradado⁶¹⁶.

Em Braga, nos finais dos anos vinte e princípios dos trinta, construíram-se várias casas que se caracterizam por terem dimensões médias, como as da Rua dos Cónegos, sendo destinadas a homens de negócios, licenciados, ou clérigos. Nelas, a cozinha também se encontrava no sobrado⁶¹⁷.

Procurava-se que a cozinha ficasse num local facilmente acessível; por isso, a preferência da sua colocação no piso nobre, onde se situavam as divisões da casa nas quais eram servidas as refeições.

Também havia a preocupação em que a cozinha estivesse próxima de compartimentos afins. Por isso, a despensa da Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada ficava ao pé da cozinha, assim como a «caza de forno» da Casa do cónego António Mourão⁶¹⁸.

⁶¹¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33-34.

⁶¹² BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. II, p. 599.

⁶¹³ A.D.P., Livro de Prazos n.º 5187, fl. 62v., vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

⁶¹⁴ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fl. 181, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁶¹⁵ IDEM, *Ibidem*, fls. 183-183v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

⁶¹⁶ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

⁶¹⁷ PEREIRA, Ana Maria M. de Sousa – Um modelo de casa urbana do século XVIII no Campo de Santana, *ob. cit.*, p. 134.

⁶¹⁸ A.D.P., Livro de Prazos n.º 5187, fl. 63, vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

Quanto à Casa de Vandoma, a cozinha, ao contrário das anteriores, ficaria no piso inferior⁶¹⁹. Outros conceitos de conforto presidiram quando a habitação foi erguida. Encontrando-se afastada do piso nobre, todos os barulhos e odores, habituais neste compartimento, não incomodariam os donos da casa.

As salas de jantar eram raras. Não havia um local específico para se tomarem as refeições⁶²⁰. As mesas, que consistiam num tampo pousado sobre cavaletes⁶²¹, podiam ser colocadas em qualquer dependência; costume que vem dos séculos anteriores⁶²². Se a refeição era solene, a mesa era posta na sala; quando se pretendia um espaço mais íntimo, era colocada no quarto, ou na antecâmara⁶²³.

É entre os estratos sociais mais elevados, que surge uma sala destinada exclusivamente às refeições⁶²⁴. Em Portugal, começam a surgir em meados do século XVIII⁶²⁵. As grandes casas do reino dispunham de uma, ou várias salas de jantar. O Palácio de Queluz dispunha de salas de jantar privadas. As refeições colectivas eram tomadas numa sala adaptada para o efeito⁶²⁶. No palácio do Conde de Oeiras, em Belém, o ministro e os seus dois irmãos tinham uma sala de jantar cada um⁶²⁷.

Numa sociedade profundamente religiosa, como era a do Antigo Regime, o sagrado não poderia deixar de estar presente nas habitações. Destinado a esse fim, o oratório era uma «Especie de capella pequena em que, com licença do Pontifice, & do Prelado se pode dizer Missa», e «tambem ha oratorios, que se cavão na parede, ou se fazem a modo de armarios, com suas portas; tem dentro um Christo crucificado, & outras imagens, que convidão a orar»⁶²⁸.

Ter um oratório ou capela era prestigiante para os moradores, sobretudo se estes fossem eclesiásticos. Lázaro Leitão Aranha, cónego da Patriarcal⁶²⁹, é aconselhado nesse sentido, numa carta de 24 de Agosto de 1717: «Tambem me parece preciso dizer a Vossa Illustrissima seria muito conveniente ter oratorio ou capela em que pudesse dizer

⁶¹⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33.

⁶²⁰ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 224-225.

⁶²¹ SOUSA, Maria da Conceição Borges de Sousa – *Ob. cit.*, p. 28.

⁶²² SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 224-225.

⁶²³ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 71.

⁶²⁴ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 225-226.

⁶²⁵ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 70.

⁶²⁶ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 121.

⁶²⁷ GORANI, Giuseppe – *Ob. cit.*, p. 80.

⁶²⁸ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. VI, p. 99-100.

⁶²⁹ LAMAS, Arthur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão no sitio da Junqueira (extra-muros da Antiga Lisboa)*. Lisboa: Edição do autor, 1925, p. 41.

missa ou ouvila todos os dias porque tambem é grandeza e decoro da sua casa ter essa prerrogativa...».

As casas com capelas dentro dos muros da cidade, eram raras. Tanto a Casa de Vandoma como a Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada eram adjacentes a capelas, sendo a primeira com a Capela de Nossa Senhora de Vandoma, e a segunda com a Capela de Nossa Senhora das Verdades. No entanto, como já tivemos ocasião de referir, ambas as capelas pertenciam à Câmara, sendo apenas permitido aos moradores o seu uso.

O oratório como espaço arquitectónico, só nos surge num documento sobre a Casa de Vandoma. Esta fonte refere-se ao oratório, em duas ocasiões, «caza onde estava o oratorio», e «nesta caza do oratorio». Não sendo muito claro, parece indicar que o oratório seria construído no local onde existiria um outro anterior. A casa do oratório ficaria junto à sala principal⁶³⁰. Estes dois compartimentos, ricamente adornados, constituiriam o espaço mais nobre da casa.

Quanto às outras habitações, não encontrámos menção a oratórios. Se não tinham uma divisão, certamente tinham armários oratórios. Muito comuns, estes podiam localizar-se na sala principal⁶³¹ ou no quarto⁶³².

⁶³⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 34.

⁶³¹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 126.

⁶³² IDEM, *Ibidem*, p. 118.

Capítulo III

As habitações e os seus moradores

Neste capítulo, apresentamos as casas como entidades próprias, individuais. Analisamos a sucessão dos moradores e dos foreiros de cada habitação, assim como as características arquitectónicas das casas, desde finais do século XVII até inícios do XIX.

Como tivemos ocasião de referir, as principais fontes onde recolhemos dados sobre os moradores e os foreiros foram os livros da fazenda, os roteiros de casas do Cabido, e os livros da décima, os quais correspondem aos anos compreendidos entre 1698 e 1731 - havendo alguns anos em falta - e o ano de 1804. Outras informações foram fornecidas por vários documentos.

Nem sempre os dados recolhidos são concordantes. Por vezes, um documento indica-nos uma determinada pessoa como foreira, enquanto outros documentos nos indicam outra. Noutros casos, os anuais livros da fazenda e os da décima têm registado o nome de um foreiro em anos posteriores ao da sua morte, quando deveria estar registado o nome do foreiro que lhe sucedeu.

1.- A Casa de Simão da Costa.

1.1.- Os foreiros e os moradores.

A 5 de Abril de 1679, foi renovado o prazo desta casa do Cabido em Simão da Costa – mencionado na habitação seguinte - sendo a renda de 300 reis. A casa tinha pertencido ao seu cunhado¹¹⁵¹.

Simão da Costa era azulador¹¹⁵², um «official que azula as guarnições das espadas»¹¹⁵³. Já habitava esta casa quando o prazo foi renovado¹¹⁵⁴. Muitos anos depois,

¹¹⁵¹ Duarte Rebelo e a sua mulher Leonor Matosa foram foreiros, segundo um prazo de vidas de 2 de Setembro de 1551. A renda da propriedade era de 200 reis, e tinha lutuosa e laudémio de 4 hum. Estes venderam-na ao arcediago de Oliveira D. Cristóvão Henriques, em 16 de Setembro de 1552, o qual também possuía a casa seguinte. Os foreiros que lhe sucederam, eram donos das duas habitações: D. Branca da Silva; o arcediago Gonçalo da Rocha; Gaspar da Rocha; e o padre Gonçalo de Sousa. O filho deste último, Manuel de Sousa, herdou esta casa, enquanto a sua irmã, Maria de Sousa, casada com Simão da Costa, ficou com a próxima habitação – a qual foi vendida em 1678 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas que o Reverendíssimo Cabido tem nesta cidade e os foros e censos que se lhe pagam, fls. 20-20v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice).

¹¹⁵² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹¹⁵³ SILVA, António de Moraes e – Dicionario da Lingua Portuguesa Recopilado de todos os impressos ate ao prezente por Antonio de Moraes e Silva Natural do Rio de Janeiro offerecido ao Muito Alto, e

em 1702, ainda era o seu morador, encontrando-se com uma idade avançada¹¹⁵⁵, e estava pobre¹¹⁵⁶. No ano seguinte, o seu nome não é mencionado como morador, apenas como sendo o dono da casa¹¹⁵⁷. O seu falecimento ocorreu nesse ano ou no seguinte.

O licenciado Manuel dos Santos, seu filho, herdou a casa e alugou-a¹¹⁵⁸.

Os livros da décima não indicam o nome dos inquilinos até 1707¹¹⁵⁹. De 1708¹¹⁶⁰ a 1713¹¹⁶¹, a casa foi habitada pelo barbeiro¹¹⁶² Manuel da Costa¹¹⁶³.

Segundo uma escritura de 19 de Março de 1712, Manuel dos Santos vendeu-a ao cônego Domingos de Carvalho e Azevedo, o qual já tinha comprado a residência seguinte ao seu pai¹¹⁶⁴.

Desde 1717¹¹⁶⁵ até 1723¹¹⁶⁶ encontrava-se desabitada. Em 1726, supomos que o inquilino era Caetano Luís de Oliveira¹¹⁶⁷. No ano seguinte estava fechada¹¹⁶⁸. Em 1729, provavelmente foi residente o reverendo Bernardo Ferreira¹¹⁶⁹.

Desconhecemos o ano da morte do foreiro, o cônego Domingos Carvalho e Azevedo. Acreditamos que a partir de 1730, o novo foreiro era o reverendo Alexandre Pereira de Azevedo, morador na próxima residência¹¹⁷⁰.

Em 1730 e 1731, foi inquilino o dourador «Joseph Selitim»¹¹⁷¹ - ou José Salutim¹¹⁷². De origem veneziana, veio para o Porto instalando-se nesta casa, próximo da Sé, onde

Muito Poderoso Senhor D. João VI, Rei de Portugal, Brazil, e Algarve. &c. Lisboa: Typografia de M. P. de Lacerda, 1823, vol. I, p. 201.

¹¹⁵⁴ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

¹¹⁵⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1416, fl. 287v., vd. doc. n.º 26 no Apêndice.

¹¹⁵⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹¹⁵⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1417, fl. 56v., vd. doc. n.º 27 no Apêndice.

¹¹⁵⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1418, fl. 35, vd. doc. n.º 28 no Apêndice.

¹¹⁵⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4528, fl. 62, vd. doc. n.º 31 no Apêndice.

¹¹⁶⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. n.º 32 no Apêndice.

¹¹⁶¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11, vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹¹⁶² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4531, fl. 46v, d. doc. n.º 34 no Apêndice.

¹¹⁶³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. n.º 32 no Apêndice.

¹¹⁶⁴ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 20v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice. Tendo a casa sido comprada em 1712, o nome do foreiro deveria estar escrito nos livros da fazenda a partir dessa data, o que não acontece, estando por isso, estas fontes, incorrectas Os livros da fazenda só o indicam como foreiro a partir de 1724/5 (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 157v., vd. qd. n.º 21 no Apêndice).

¹¹⁶⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fl. 12v., vd. doc. n.º 39 no Apêndice.

¹¹⁶⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22v., vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹¹⁶⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76, vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹¹⁶⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46, vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹¹⁶⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 8, vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹¹⁷⁰ Esta suposição provém do facto de, nas listas das várias casas nomeadas em cada livro da décima, a casa pertencente ao reverendo Alexandre Pereira de Azevedo se encontrar na mesma posição que, nos anos anteriores, se encontra a referência à casa do cônego Domingos Carvalho de Azevedo.

¹¹⁷¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. n.º 52 no Apêndice, e n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

¹¹⁷² BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, ob. cit., p. 349.

exerceu a sua actividade. Foi incumbido de dourar o notável retábulo-mor, «e mais obras», sendo este trabalho efectuado entre 1729 e 1731. Em 1730 dourou e estofou quatro imagens do escultor Claude Laprade – São João Nepomuceno, São Basílio, São Bento e São Francisco – que se encontram no mesmo retábulo-mor¹¹⁷³. (Vd. ils. 47)

A 29 de Agosto de 1732, o cônego magistral Dr. Domingos Barbosa comprou esta habitação, juntamente com a seguinte¹¹⁷⁴.

1.2.- A casa.

Segundo o livro da fazenda de 1690/91, a Casa de Simão da Costa situava-se a sul da próxima casa¹¹⁷⁵. O auto de vedoria de 1 de Março de 1679 é mais completo quanto à sua localização, porém não está de acordo com a fonte anterior: «partem do nascente com a rua em frente das casas do Bonjardim»¹¹⁷⁶, onde actualmente se encontra a Casa dos Freire de Andrade¹¹⁷⁷; «e do poente com as casas do conego Domingos Carvalho e Azevedo», informação que não corresponde com a do livro da fazenda referido, o qual situa a casa de Simão da Costa abaixo da casa do cônego; «e do sul com o quintal das casas que são de Manoel de Souza Ramos abbade de São João de Ver»¹¹⁷⁸.

A habitação media cerca de 10,5 metros por 8,2 metros¹¹⁷⁹. Em 1679 tinha um sobrado, no qual se encontrava uma câmara com um tecto em madeira, e uma sala também com um tecto de madeira e com uma janela de sacada para a rua. A cozinha tinha um rossio orientado para sul, com uma latada¹¹⁸⁰.

Após ter sido comprada pelo cônego magistral Dr. Domingos Barbosa, foi demolida.

2.- A Casa do cônego Domingos Carvalho e Azevedo.

2.1.- Os foreiros e os moradores.

¹¹⁷³ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*, ob. cit., p. 52.

¹¹⁷⁴ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 19v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹¹⁷⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹¹⁷⁶ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

¹¹⁷⁷ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹¹⁷⁸ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

¹¹⁷⁹ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 20v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹¹⁸⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 27, vd. doc. n.º 13 no Apêndice.

A 23 de Setembro de 1678¹¹⁸¹, a casa é comprada pelo cônego Domingos Carvalho e Azevedo¹¹⁸², por 160 mil reis. Vendeu-a Maria de Sousa, casada com Simão da Costa – foreiro da casa antecedente -, que a tinha herdado do seu pai, o padre Gonçalo de Sousa¹¹⁸³.

O cônego pertenceu a uma família que, ao longo do século seguinte, se manteve intimamente relacionada com o Cabido, uma vez que quatro dos seus membros seriam cônegos.

Poucos anos antes, em 17 de Maio de 1672, tinha tomado posse do canonicato¹¹⁸⁴. Posteriormente, seria abade de S. Martinho do Campo¹¹⁸⁵, resignando do cargo no seu sobrinho, o cônego Bernardo de Azevedo e Carvalho, em 1702¹¹⁸⁶.

Em 1712 comprou a casa anterior¹¹⁸⁷, como se mencionou, passando a ter duas propriedades na rua.

O cônego Domingos foi morador nesta casa até 1716¹¹⁸⁸. A partir do ano seguinte, os livros da décima não indicam com clareza qual é o dono da casa. Entre 1717 e 1719, o seu sobrinho, o cônego Bernardo de Azevedo e Carvalho, é mencionado como habitando uma casa na zona onde esta, a anterior e a próxima casa se erguiam; talvez residisse na casa do seu tio¹¹⁸⁹. Em 1723, o livro da décima volta a indicar o nome do

¹¹⁸¹ A.D.P., Po-02º, CX 36, I/8/4, n.º de Ordem 138, fl. 64, vd. doc. n.º 12 no Apêndice.

¹¹⁸² O cônego era natural de Cabril, e filho de Pascoal de Carvalho e de Maria Ferreira, neto paterno de Belchior Fernandes de Azevedo e de Catarina Afonso de Carvalho, e neto materno de Vicente Ferreira e de Maria Martins Freire (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 287).

¹¹⁸³ Esta propriedade capitular, após ter sido ocupada pela Misericórdia no início do século XVI, foi emprazada ao arcediago de Oliveira, D. Cristóvão Henriques, a 2 de Setembro de 1551. O prazo era de vidas, a renda de 500 reis e duas galinhas, e tinha lutuosa e laudémio de 4 hum (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 11, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.). Sucedeu como foreira a sobrinha do anterior, em 11 de Abril de 1567, D. Branca da Silva, mulher de Vicente Novais (D. Branca da Silva dispunha da fortuna considerável do seu marido, um rico comerciante. Pertencente à família dos Moniz, senhores de Anjeja, um seu contemporâneo escreveu que «como ela é fidalga, que não há mais que dizer, entrou na terra segundo sua pessoa; quizeram tôdas igualar com ela, e veio a vaidade, minguem as fazendas e mande Deus não pereçam as almas» (BASTO, Artur de Magalhães – *Silva de Historia e Arte, ob. cit.*, p. 87). A casa passou depois para os seguintes foreiros: Gonçalo da Rocha, arcediago de Oliveira; Gaspar da Rocha; o padre Gonçalo de Sousa (1638); Maria de Sousa e seu marido Simão de Sousa, filha e genro do anterior. Estes últimos venderam a moradia ao cônego Domingos Carvalho e Azevedo, como foi referido (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fls. 19-19v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice).

¹¹⁸⁴ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 183.

¹¹⁸⁵ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 20v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹¹⁸⁶ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 179.

¹¹⁸⁷ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 20v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹¹⁸⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11, vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹¹⁸⁹ Estas informações foram retiradas dos livros da décima. Neles, as várias casas da rua vêm mencionadas segundo uma determinada ordem. A casa onde morava o cônego Bernardo, está na mesma posição que a casa onde, nos anos anteriores, morava o seu tio; por conseguinte, supomos tratar-se da mesma moradia. A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4538, fl. 12v, vd. doc. n.º 42 no Apêndice, n.º 4539, fl. 90v, vd. doc. n.º 43 no Apêndice, e n.º 4540, fl. 74v., vd. doc. n.º 44 no Apêndice.

cónego Domingos Carvalho e Azevedo como sendo o dono da residência. Nesse ano, o sobrinho já habitava a casa que mandou erguer no lado nascente da rua¹¹⁹⁰.

Nos anos seguintes, a casa encontrava-se alugada. Em 1726, cremos que o morador era o desembargador Manuel Velho de Miranda¹¹⁹¹ - este magistrado tomou posse do cargo a 8 de Janeiro de 1723¹¹⁹².

Desconhecemos quando faleceu o cónego foreiro. Em 1728, a habitação já pertencia aos seus herdeiros¹¹⁹³.

De 1727 a 1731, foi habitada pelo padre Alexandre Pereira de Azevedo¹¹⁹⁴, o qual partilhou a moradia com João Camelo, em 1728 e 1729¹¹⁹⁵.

Poucos anos depois, a 29 de Agosto de 1732, o cónego magistral Dr. Domingos Barbosa comprou a habitação¹¹⁹⁶.

2.2.- A casa.

Era uma construção importante para a história da cidade, uma vez que ela, ou outra anterior, foi a primeira Casa de Despacho da Misericórdia. Por ordem de D. Manuel, a Misericórdia estabeleceu-se na cidade em 1499. A Capela de Santiago, situada no claustro velho da Sé, foi o primeiro templo da Misericórdia. Estando próxima da capela, a habitação acabou por se tornar a Casa do Despacho, desde 1513, até esta ser transferida para a Rua das Flores em 1550¹¹⁹⁷.

Relativamente à sua configuração, dispomos apenas de informações muito vagas. Tratava-se de uma habitação de grandes dimensões¹¹⁹⁸. A escritura da sua venda ao cónego Domingos Carvalho e Azevedo, refere que eram duas moradas de casas, com duas lojas e um quintal.

¹¹⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fls. 22v-23, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹¹⁹¹ O seu nome vem referido como morador numa casa que se encontra na mesma posição da dos moradores anteriores. A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹¹⁹² FÁRIA, António Machado de – A Magistratura Portuguesa; subsídios para a história portuense. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, nº3 (Março de 1970), p.75.

¹¹⁹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4544, fl. 76, e n.º 4544, fl. 76, vd. doc. n.º 50 no Apêndice.

¹¹⁹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46, vd. doc. n.º 49 no Apêndice, e n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹¹⁹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4544, fl. 76, vd. doc. n.º 50 no Apêndice, e n.º 4545, fl. 8, vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹¹⁹⁶ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 19v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹¹⁹⁷ BASTO, Artur de Magalhães – *Silva de Historia e Arte, ob. cit.*, p. 85.

¹¹⁹⁸ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 11v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

Quanto ao local onde estava implantada, o mesmo documento de venda esclarece que: a norte confrontava com «cazas e quintal do reverendo vigário geral», onde seria edificada a Casa do Dr. Domingos Barbosa; a poente «com o adro da See antigo»¹¹⁹⁹, também denominado Adro de Santa Maria¹²⁰⁰, do qual apenas resta o actual Beco dos Redemoinhos; e a sul com outra casa dos vendedores¹²⁰¹ - a Casa de Simão da Costa. Outra fonte, refere que o terreno da casa estava situado «defronte das [casas] de Johão Campello coniguo»¹²⁰², as quais se encontravam do outro lado da rua, onde seria construída a Casa dos Costa Lima¹²⁰³.

O Dr. Domingos Barbosa mandou demolir a casa.

3.- A Casa do cónego João de Sousa da Silva.

3.1.- Os foreiros e os moradores.

No final de seiscentos, o cónego¹²⁰⁴ João de Sousa da Silva¹²⁰⁵ habitava a casa, sendo foreiro do Cabido¹²⁰⁶.

Em 17 de Maio de 1679, João de Sousa da Silva tomou posse da conesia. Devido a acontecimentos pouco esclarecidos foi preso pelo juiz de fora¹²⁰⁷. Uma vez que a justiça

¹¹⁹⁹ A.D.P., Po-02º, CX 36, I/8/4, n.º de Ordem 138, fl. 64, vd. doc. n.º no Apêndice.

¹²⁰⁰ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel S. P. – Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In *3º Encontro Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2002, p. 86.

¹²⁰¹ A.D.P., Po-02º, CX 36, I/8/4, n.º de Ordem 138, fl. 64, vd. doc. n.º 12 no Apêndice.

¹²⁰² A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 19, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹²⁰³ IDEM, *Ibidem*, fl. 18, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹²⁰⁴ O cónego António Ferreira Pinto refere que António de Sousa da Silva era meio cónego (PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 200), enquanto o cónego J. Augusto Ferreira escreveu que ele era beneficiado (FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 271); no entanto, nos documentos que consultámos, é-lhe atribuído o cargo de cónego.

¹²⁰⁵ O cónego era natural de S. Martinho do Outeiro, e filho de Francisco de Sousa e de Maria de Santiago, neto paterno de Gaspar de Sousa e de Maria Mendes, e neto materno de Bartolomeu Gonçalves e de Filipa (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 314).

¹²⁰⁶ A propriedade era de prazo de vidas, sendo foreiro, em 12 de Agosto de 1545, Pedro Alvares, clérigo coreiro e cura. Pagava renda de 750 reis e seis galinhas. O prazo tinha laudémio de 4 hum. Sucedeu-lhe Francisco Alvares, alfaiate (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 3, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). A natureza do prazo foi alterada em 21 de Outubro de 1562 para fateusim, sendo foreiro o reverendo Bartolomeu Rodrigues, abade de Coronado, e a renda de 850 reis e seis galinhas (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 10, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Vicente Ferreira foi foreiro na segunda metade do século XVI (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 3, vd. doc. n.º 4 no Apêndice) o qual doou a propriedade à sua irmã Maria Ferreira. Ao Dr. João Rodrigues de Araújo, abade de Lordelo, seguiu-se o cónego João de Sousa da Silva (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 10v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹²⁰⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 200.

secular não podia prender clérigos¹²⁰⁸, o bispo D. Fernando Correia de Lacerda (1673-1683)¹²⁰⁹ repreendeu o juiz de fora, o que não surtiu efeito. Então o bispo lançou um interdito às freguesias da cidade, exceptuando a da Sé¹²¹⁰.

Os livros da décima mencionam-no como morador até 1701¹²¹¹. O seu sobrinho, o cónego Luís de Sousa e Carvalho¹²¹², arrematou a casa em 15 de Maio de 1709¹²¹³.

A 31 de Janeiro de 1697 tomou posse do canonicato, e posteriormente foi abade de Fontelas¹²¹⁴. Por volta de 1718, tornou-se Dom prior de Cedofeita¹²¹⁵. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia em 1729-1731, e 1733-1734¹²¹⁶.

À semelhança do que estava decorrendo na Sé portuense, remodelou profundamente a Igreja de Cedofeita, segundo o gosto barroco, assim como outras dependências. «Em tudo isto consumio muito cabedal não só proveniente do seu benefício, mas da propria fazenda, pois regozijava se com enriquecer a sua igreja deixando n'ella a memoria de seu nome e do bom uso que fez do seu cargo»¹²¹⁷.

Nos livros da décima, foi registado como morador da casa entre 1723¹²¹⁸ e 1729¹²¹⁹.

A 12 de Dezembro de 1732, no Paço de Cedofeita onde residia, apareceu o Dr. Domingos Barbosa, cónego magistral da Sé do Porto, para se efectuar a compra da casa da Rua dos Cónegos. Luís de Sousa e Carvalho disse que «não tinha conveniencia alguma» em ter a casa e quintal, a qual por ter «andado por maos de alugadores» estava em mau estado de conservação; por outro lado, precisava de a vender para «compor suas cousas, e pagar suas dividas». O Dr. Domingos Barbosa «lançou sobre húm bofete» as moedas correspondentes à quantia acordada, oitocentos mil reis, tendo sido contadas pelo Dom prior¹²²⁰.

¹²⁰⁸ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, p. 271.

¹²⁰⁹ IDEM, *Ibidem.*, p. 266.

¹²¹⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 200.

¹²¹¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹²¹² Natural da freguesia de Santo Ildefonso, os seus pais foram Pedro João de Carvalho e Joana de São Tiago (irmã do cónego João de Sousa da Silva), e os avós paternos Brás João e Domingas Antónia, e os maternos Francisco de Sousa e Maria de São Tiago (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 291).

¹²¹³ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 3v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹²¹⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 212.

¹²¹⁵ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999. II série – 6, vol. IV, p.81.

¹²¹⁶ IDEM, *Ibidem.*, p. 287-288.

¹²¹⁷ IDEM, *Ibidem.*, p. 82.

¹²¹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22v., vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹²¹⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 8, vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹²²⁰ A.D.P., Po-09º, 3ª série, n.º 31, fls. 7v-8, vd. doc. n.º 55 no Apêndice.

3.2.- A casa.

As confrontações indicadas no documento de compra, eram as seguintes: «partem do nacente com a dita rua [a Rua dos Cónegos] e do poente, com o muro da Séé, e quintal das cazas delle reverendo Domingos Barbosa, e do norte com cazas de Agostinho Morais Alão, e claustro piqueno da Séé, e do sul com o dito quintal do mesmo reverendo Domingos Barbosa».

Segundo o mesmo documento, a casa era sobradada e tinha um quintal¹²²¹. Os livros da fazenda acrescentam que a habitação tinha ainda um pardieiro¹²²².

Foi demolida, como as anteriores.

4.- A Casa do Dr. Domingos Barbosa.

4.1.- Os foreiros e os moradores.

Já fizemos referência ao percurso profissional do cónego magistral, assim como aos seus antepassados, nomeadamente ao seu pai, Luís Alvares Barbosa, cidadão da cidade do Porto, e do seu avô paterno Luís Alvares Barbosa, capitão, e tabelião na Maia¹²²³.

O Dr. Domingos Barbosa e alguns dos seus parentes mais próximos foram dignidades do Cabido do Porto, sendo, por conseguinte, uma das famílias mais importantes de setecentos.

No seu testamento de 29 de Agosto de 1746, instituiu um vínculo constituído pela casa, pelo pátio e dois quintais, tendo nomeado como sucessor o seu meio-irmão o chantre Manuel Barbosa de Albuquerque, o qual ficou incumbido de entregar anualmente às suas sobrinhas, recolhidas nos Conventos de Vairão e Santa Clara, vinte mil reis¹²²⁴. Num documento posterior, deixa ao sobrinho Tomás Barbosa «a Livraria que se acha no mirante, e toda a [sua] prata e Laminas», ficando este obrigado a dar a «Bento Alvares da Cruz, demilheirós [seu] primo Materno trinta mil reis, duas moedas à ama das Casas, tres mil e duzentos ao Rapaz»¹²²⁵.

¹²²¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 7v., vd. doc. n.º 55 no Apêndice.

¹²²² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 154v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹²²³ A.N.T.T., Leitura de bacharéis, 1687, letra L, maço 6, n.º 24, fls. 8-8v., vd. doc. n.º 14 no Apêndice.

¹²²⁴ FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 18-19.

¹²²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 22-23.

Falecendo o cônego magistral em 1746, sucedeu-lhe como foreiro o chantre ¹²²⁶. Não dispomos de documentos que provem ter sido morador nesta casa, o que certamente aconteceu.

Manuel Barbosa de Albuquerque era meio-irmão, por parte do pai, do Dr. Domingos Barbosa¹²²⁷. Natural da Rua de Belmonte, onde os seus pais moravam¹²²⁸, como abade reservatário da Igreja de S. Pedro de Avintes, acedeu ao cargo de chantre a 19 de Novembro de 1732¹²²⁹.

Um documento de 1735, indica como proprietário da casa e capela de Fafiães o reverendo padre Manuel Barbosa, abade reservatário de Cidadelhe. Roberth C. Smith, além de suspeitar que a autoria da capela é de Nasoni, acha provável que o mencionado padre é o chantre Manuel Barbosa de Albuquerque¹²³⁰. Somos de opinião que não se trata da mesma pessoa, uma vez que este último, na data indicada, já era chantre.

Em 1736 resignou do cargo no seu sobrinho, Fernando Barbosa de Albuquerque¹²³¹.

O chantre Manuel Barbosa de Albuquerque faleceu em Vairão, dois anos depois do Dr. Domingos Barbosa, a 8 de Julho de 1748¹²³².

Herdou a casa o chantre Fernando¹²³³. Este obteve o cargo a 15 de Outubro de 1736¹²³⁴, e resignou em 2 de Maio de 1752 no seu irmão Álvaro Barbosa de Albuquerque¹²³⁵.

Faleceu a 26 de Maio de 1772, sendo sepultado na Sé¹²³⁶.

Álvaro Barbosa da Albuquerque, «cazualmente nascido e baptisado na freguezia de Ágoas Santas»¹²³⁷, deteve o cargo de chantre durante cinquenta e cinco anos.

¹²²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 8.

¹²²⁷ A sua mãe chamava-se Josefa Barbosa, e era filha de Manuel Alvares Barbosa (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 284) familiar do Santo Ofício (A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 416, vd. doc. n.º 54 no Apêndice.), e de Maria da Hora Barbosa (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 284).

¹²²⁸ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1638, K/26/4/3, CX 123, fl. 416, vd. doc. n.º 54 no Apêndice.

¹²²⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 117.

¹²³⁰ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 74-75.

¹²³¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 113.

¹²³² IDEM, *Ibidem*, p. 117.

¹²³³ Natural de Matosinhos, nasceu em 1716, sendo filho de António Barbosa de Albuquerque e de D. Teresa Angélica de Sampaio (IDEM, *Ibidem*, p. 113). O seu pai foi «cidadão da governança» (A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1640, K/26/4/4, CX 125, fl. 329, vd. doc. n.º 58 no Apêndice.) tendo sido vereador no ano de 1725 (NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 216). e almotaçém em 1726 (IDEM, *Ibidem*, p. 226).

¹²³⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 113.

¹²³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 111.

¹²³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 113.

¹²³⁷ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1640, K/26/4/4, CX 125, fl. 325, vd. doc. n.º 58 no Apêndice.

Neste longo período teve vários conflitos com o Cabido; provavelmente relacionados com a sua falta de pontualidade e ausências ao coro da catedral¹²³⁸.

No seu testamento de 26 de Abril de 1803, declara que, «não tendo herdeiros», nomeia o seu escudeiro Domingos Pereira dos Reis como seu herdeiro universal. No caso deste último falecer primeiro, a sua filha, D. Ana, será a herdeira. Outros filhos frades do escudeiro, receberão oitenta mil reis cada um¹²³⁹.

A 23 de Março de 1807, faleceu o chantre Álvaro Barbosa de Albuquerque, sendo sepultado na catedral¹²⁴⁰.

Sucedeu-lhe como foreira, D. Ana Cláudia Barbosa da Albuquerque¹²⁴¹, casada com Luís Manuel de Magalhães Cirne. O seu testamento é de 9 de Março de 1823¹²⁴². Nele vem indicado o seu herdeiro, Francisco Salles de Barbosa Lemos¹²⁴³.

4.2.- A casa.

Com a compra da Casa do cónego João de Sousa da Silva, o cónego magistral Dr. Domingos Barbosa tornou-se foreiro duma terceira propriedade do Cabido. O seu prazo era fateusim, enquanto o prazo das outras duas era de vidas. No seu testamento, o cónego magistral menciona que «estas casas em que vivo» são «de praso fateusim»¹²⁴⁴. Assim sendo, a Casa do Dr. Domingos Barbosa foi erguida no local onde se encontrava a Casa do cónego João de Sousa da Silva. Tendo esta última sido comprada em 1732, a construção da casa do cónego magistral só ocorreu após essa data¹²⁴⁵.

Relativamente ao autor da casa, não foram encontradas provas que a atribuam a Nasoni. Nesta década de trinta, o arquitecto que mais se destacava era António Pereira. Será então este arquitecto quem provavelmente projectou a Casa do Dr. Domingos Barbosa. António Pereira é mencionado em documentos relacionados com a construção da escadaria do claustro da Sé, sendo por isso, certamente, o autor do seu risco. Tendo

¹²³⁸ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 111.

¹²³⁹ A.H.M.P., Regimento Geral dos Testamentos, n.º 9, fls. 262vº- 263, vd. doc. n.º 70 no Apêndice.

¹²⁴⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 111.

¹²⁴¹ FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 9.

¹²⁴² A.H.M.P., Regimento geral dos Testamentos, n.º 387, fls. 118v-119v., vd. doc. n.º 77 no Apêndice.

¹²⁴³ Seguiram-se como foreiros, Miguel Lemos Barbosa de Albuquerque, filho do anterior, D. Sancha Augusta de Lemos Barbosa de Albuquerque, irmã do antecedente, e, em 1908, Francisco de Salles Pinto de Mesquita Carvalho, sobrinho da precedente. D. Maria Isabel Guerra Junqueiro de Mesquita Carvalho, viúva do Dr. Luís Augusto Pinto de Mesquita Carvalho, comprou a casa dos herdeiros do último foreiro, em 1934, com o objectivo de aí ser instalada uma casa-museu em memória de seu pai - a Casa-Museu Guerra Junqueiro (FERREIRA, J. A. Pinto – *Ob. cit.*, p. 9-10).

¹²⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 18.

¹²⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 8.

esta obra várias analogias com a escadaria da Casa do Dr. Domingos Barbosa, a hipótese de ter sido aquele arquitecto o autor da casa do cônego, sai reforçada.

A casa, na sua parte poente, ocupa um espaço outrora público. Tratava-se do prolongamento do actual Beco dos Redemoinhos, onde se situava o medieval Adro de Santa Maria. A construção da habitação, perpendicular em relação às linhas do relevo do terreno original, levou ao rebaixamento do soco rochoso até à altura da rua. Esta solução possibilitou a existência de espaços ajardinados, indispensáveis numa casa de qualidade¹²⁴⁶.

Tendo sido construída a partir de 1732, a obra decorreu com celeridade, pois em 1735 o cônego magistral já a habitava¹²⁴⁷. É uma construção que se insere no gosto barroco, que então se estava impondo na cidade.

O acesso ao pátio da fachada principal da casa, faz-se através de um muro côncavo. Esta solução, ao alargar a rua em frente da entrada da habitação, convida a abrandar o passo e permite observar o frontispício principal da habitação, o que com dificuldade sucederia, se a rua mantivesse a mesma largura que tem antes e depois deste local.

Enfatizando a entrada, o muro adquire mais altura, tendo duas volutas em S¹²⁴⁸, e dispõe de elementos heráldicos identificativos da família que outrora habitou a casa: dispostos simetricamente em relação ao eixo central, dois leões rompantes¹²⁴⁹ dos Barbosa, colocados cada um deles sobre as ombreiras, e duas flores-de-lis dos Albuquerque¹²⁵⁰, encimando duas pilastras.

O frontispício principal é limitado superiormente por um entablamento, sobre o qual se apoia um típico beiral saliente, e nos cunhais por duas pilastras toscanas. Um eixo central, dividindo simetricamente a fachada, é constituído pela portada principal, janela da sobreloja e janela de sacada do andar nobre.

Dispõe de três andares, o andar térreo, a sobreloja e o andar nobre, e mais um andar acima da linha do beiral, correspondendo aos dois mirantes. Uma faixa de pedra corre ao longo do frontispício, separando o andar nobre dos pisos inferiores¹²⁵¹. (Vd. ils. 48)

¹²⁴⁶ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel S. P. – Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia, *ob. cit.*, p. 85.

¹²⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 87.

¹²⁴⁸ RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3ª Edição. Coimbra: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8, p. 280.

¹²⁴⁹ NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Compêndio Português de Heráldica de Família*. [S.l.]: Mediatexto, 2003. ISBN: 972-797-029-X, p. 74.

¹²⁵⁰ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 142.

¹²⁵¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 87.

No andar térreo, duas portadas de arco abatido ladeiam a portada central. Esta, com influência dos tratados barrocos, tem como remate uma sugestão de frontão¹²⁵². Ladeando as suas ombreiras, na parte superior, tem duas formas semelhantes a mísulas, vistas de lado. Outrora abria-se na fachada, no lado esquerdo, uma portada que dava acesso às traseiras da casa¹²⁵³.

Na sobreloja, o número de aberturas é de cinco. A central, sobre a portada principal, tem o lintel curvo e as ombreiras abrem-se na sua parte inferior, fazendo a ligação entre a portada do piso térreo, mais larga, com a janela de sacada do piso nobre, mais estreita. Ladeando esta janela central, duas janelas de peitoril de cada lado, cujos peitoris têm caprichosos recortes.

O piso nobre, tem cinco janelas de sacada que se situam no alinhamento das aberturas da sobreloja. Estão ordenadas segundo seguinte esquema: a, b, c, b, a. A janela central, mais alta que as laterais, tem um frontão ondulado e, no tímpano, uma urna adossada ladeada por dois segmentos de cornija. De cada lado, duas janelas de sacada com bandeiras, encimadas por frontões de volutas¹²⁵⁴, com flores-de-lis¹²⁵⁵. Nos extremos, as duas janelas de sacada, também com bandeiras, têm frontões contracurvados¹²⁵⁶. As varandas destas cinco janelas, assentes em cachorros, têm grades em ferro batido¹²⁵⁷.

Sobre a fachada, encontram-se dois mirantes, largos e baixos, com os ângulos chanfrados. Têm janelas de sacada, cada uma das quais com dois arcos na padieira¹²⁵⁸. As que se encontram nos ângulos, dão acesso a varandas de forma triangular, duas no mirante poente, e três no mirante nascente¹²⁵⁹, com gradeamentos simples.

Os vãos do frontispício estão distribuídos do seguinte modo: três no rés-do-chão; cinco na sobreloja; cinco no piso nobre. O centro é assinalado pela portada principal, pela janela da sobreloja e pela janela de sacada do piso nobre, que se destacam das outras aberturas pela sua maior altura e originalidade de formas.

¹²⁵² SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 139.

¹²⁵³ ANTUNES, Manuel Engrácia – *Casa Museu Guerra Junqueiro*. Porto: Orgal Impressores, 1997. ISBN – 972-8022-13-1, p. 22.

¹²⁵⁴ KOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura II*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 173.

¹²⁵⁵ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 138.

¹²⁵⁶ BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 183.

¹²⁵⁷ CRUZ, António – *Casa-Museu de Guerra Junqueiro visitor's guide*. [S.l.]: Câmara Municipal do Porto, 1968, 16.

¹²⁵⁸ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 139.

¹²⁵⁹ CRUZ, António – *Casa-Museu de Guerra Junqueiro visitor's guide*, *ob. cit.*, p. 15-16.

A fachada não tem decoração excessiva – como se encontrava noutras habitações da cidade. A ornamentação limita-se às aberturas. Se as do piso térreo são muito simples, as da sobreloja já apresentam alguma fantasia, embora se trate apenas do recorte dos peitoris, sem haver relevo. Mais extravagantes, e originais, são as janelas de sacada do piso nobre. Há assim um crescendo de ornamentação do piso inferior para o superior.

No frontispício nascente, duas faixas de pedra - uma das quais se alonga pela fachada principal - separam os três andares¹²⁶⁰. O piso térreo tem uma portada ladeada por duas janelas de peitoril, com as ombreiras e os lintéis simples. No segundo andar, três janelas de peitoril, também de formato simples, estão alinhadas segundo as aberturas do piso térreo e as do andar nobre. Estas últimas são janelas de sacada, com a mesma configuração das da fachada principal, tendo a central um frontão contracurvado, e as duas laterais frontões de volutas. (Vd. ils. 49)

Entrando na casa, depara-se com um átrio. O seu pé direito é alto, correspondendo à altura do piso térreo mais a da sobreloja. Nas suas paredes laterais, as portas das lojas, as janelas da sobreloja e as várias aberturas da parede de fundo, fazem deste local um espaço de transição, entre o interior e o exterior. (Vd. ils. 50)

A parede de fundo tem três aberturas em cada um dos dois pisos. As centrais são mais largas do que as laterais, e estão flanqueadas por pilastras toscanas. No piso inferior, duas portadas ladeiam um arco de lintel contracurvado¹²⁶¹ com o fecho saliente. No piso superior, que corresponde ao *mezzanino*, as aberturas laterais têm dois arcos abatidos, com os fechos iguais ao do arco do rés-do-chão. A abertura central tem duas mísulas ao nível do gradeamento, e mais duas que suportam o lintel. Este, tem no centro um fecho com um desenho diferente dos anteriores. As três aberturas deste piso, têm gradeamentos de ferro batido¹²⁶².

A decoração do átrio é simples. Uma espiral, é o elemento mais repetido: no arco contracurvado, nas mísulas e nos fechos.

O arco do rés-do-chão dá acesso a um conjunto de lanços de escadas que têm o seguinte esquema: um lanço, primeiro patamar, dois lanços, segundo patamar (da sobreloja), um lanço, terceiro patamar, dois lanços, quarto patamar (do piso nobre).

¹²⁶⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 87.

¹²⁶¹ IDEM, *Ibidem*, p. 89.

¹²⁶² CRUZ, António – *Casa-Museu de Guerra Junqueiro visitor's guide*, ob. cit., p. 16.

O parapeito, que se estende ao longo dos dois últimos lanços e do último patamar, tem nas suas extremidades duas grinaldas que saem de argolas¹²⁶³ e se encontram assentes em volutas, as quais, no início das espirais, têm folhas. Na parte do parapeito que se situa no último patamar, na sua face virada para a escada, encontra-se uma concha ladeada pelos mesmos elementos supramencionados: duas volutas interligadas com duas grinaldas que saem de argolas que, por sua vez, estão interligadas com duas folhas. A repetição dos motivos decorativos dá unidade ao conjunto.

No terceiro patamar, nos seus lados mais estreitos, encontram-se as seguintes aberturas: portada, encimada por uma janela, a qual por sua vez é rematada por um olho-de-boi. A terceira parede deste patamar tem um grande janelão, que ilumina esta última parte da caixa de escada.

No último patamar situam-se três portadas: as laterais são simples; a central, de acesso à sala principal, destaca-se das demais pelo seu frontão contracurvado, semelhante ao da janela de sacada central do frontispício¹²⁶⁴. No seu tímpano, um nicho de forma circular e uma mísula possibilitavam a colocação de uma imagem. (Vd. ils. 51)

À janela do átrio, situada sobre a portada principal da casa, contrapõe-se o janelão, do terceiro patamar da escada. Apesar de se encontrarem nos extremos do eixo transversal da casa, o arquitecto habilmente ordenou os vazios, de modo a que desde o átrio se avistasse o janelão.

As várias janelas e arcos do átrio e da caixa de escada, possibilitam o atravessamento da claridade, criando intensos contrastes de luz e sombra.

Quanto à distribuição das dependências da habitação, obedece ao que era corrente na época. No rés-do-chão ficava, nomeadamente, a cocheira¹²⁶⁵. Ao longo do muro medieval, ao qual a casa está adjacente, existia uma passagem que fazia a ligação entre um logradouro, situado a norte, e os jardins da casa, a sul – essa passagem correspondia a uma parcela da via medieval que outrora contornava, a nascente, a crasta velha¹²⁶⁶.

Na sobreloja ficavam compartimentos de importância secundária.

No piso nobre encontram-se três salas, com as suas janelas de sacada na fachada principal. Uma dessas salas também tem duas janelas de sacada no frontispício da rua. A comunicação entre elas é em *enfilade*. (Vd. ils. 52)

¹²⁶³ SMITH, Robert C. – *Ob. cit.*, p. 140.

¹²⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 140.

¹²⁶⁵ CRUZ, António – *Casa-Museu de Guerra Junqueiro visitor's guide*, *ob. cit.*, p. 15.

¹²⁶⁶ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel S. P. – *Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia*, *ob. cit.*, p. 85.

A área de serviço ficava nas traseiras da casa, tendo sido demolida há poucos decénios. Nela ficava a cozinha da casa cuja disposição, perpendicular em relação ao bloco principal da casa, confinava a poente com a via medieval atrás mencionada, e a nascente com outra habitação¹²⁶⁷.

Colocados acima da linha dos telhados das casas vizinhas, os mirantes permitiam aos moradores abarcar uma larga vista. Num deles, o Dr. Domingos Barbosa tinha a sua livraria¹²⁶⁸.

Nos outros dois lotes, após a demolição das respectivas casas, fizeram-se um «pateo», «dois quintais e posso de agoa»¹²⁶⁹. Encostada do muro do claustro velho existia uma galeria aberta com uma cobertura apoiada em pilares, a qual dava acesso a uma porta de arco quebrado do claustro velho, e a um jardim¹²⁷⁰.

5.- A Casa dos Magalhães I.

5.1.- Os foreiros e os moradores.

No final do século XVII a casa era de D. Mariana (ou Maria) da Silva Carneiro¹²⁷¹. Esta senhora morava em Espargo, Vila da Feira, e foi foreira até 1693/4¹²⁷², quando vendeu a casa - e outra que tinha na Rua dos Cónegos, a Casa dos Magalhães II - , ao arcipreste Baltasar Leitão de Magalhães. Este foi foreiro até 1728, quando faleceu¹²⁷³. Daremos mais informações sobre este capitular e a sua família, quando tratarmos das Casas dos Magalhães II e III.

¹²⁶⁷ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel S. P. – Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia, *ob. cit.*, p. 85.

¹²⁶⁸ FERREIRA, J. A. Pinto – A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé, *ob. cit.*, p. 22.

¹²⁶⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 18.

¹²⁷⁰ ANTUNES, Manuel Engrácia – *Ob. cit.*, p. 12.

¹²⁷¹ A propriedade pertenceu ao cónego Pedro Anes, segundo um documento de 19 de Julho de 1482. O prazo era de vidas, sendo o foro de 15 libras e duas galinhas. Sucedeu ao cónego a sua neta Maria Pires, mulher do mercador Jorge Anes, como relata uma escritura de 7 de Fevereiro de 1522. Foi seu herdeiro o filho, Cristóvão Jorge, clérigo e coreiro da Sé, como consta no seu testamento de 10 de Setembro de 1549. Seguiu-se Pedro Ferreira da Silva, arcediogo de Oliveira do Douro, sendo o contrato feito a 8 de Novembro de 1577, com foro de 300 reis (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 4, vd. doc. n.º 4 no Apêndice) e duas galinhas, e tinha laudémio de 4 hum. O arcediogo deixou a casa à sua irmã Filipa, viúva de João Pinto, em 1617. O foreiro seguinte foi o Dr. Diogo Carneiro da Silva, morador em Espargo, sucedendo-lhe a sua filha D. Mariana da Silva Carneiro, a quem o prazo foi renovado, com a renda de 400 reis e duas galinhas, e laudémio de 4 hum, como consta na escritura de 10 de Setembro de 1678 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 16, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹²⁷² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 871, fl. 152v., vd. qd. n.º 3 no Apêndice).

¹²⁷³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 159.

Em 1701 a casa era habitada por Mariana Pereira, viúva e pobre¹²⁷⁴.

Foi herdeiro do arcediogo o foreiro António da Silva de Magalhães e Castro. Segundo o Roteiro de prazos do Cabido, era sobrinho do arcediogo¹²⁷⁵; no entanto, Felgueiras Gayo, na árvore genealógica da família, indica-o como sendo seu bisneto¹²⁷⁶.

No ano de 1729, a casa estava alugada - desconhecemos o nome do morador¹²⁷⁷. Nos dois anos seguintes era habitada por João da Costa¹²⁷⁸.

A António da Silva de Magalhães e Castro sucederam os foreiros: Francisco de Santa Catarina, entre 1755/6¹²⁷⁹ e 1759/0¹²⁸⁰, religioso lóio e irmão do anterior; Estêvão Luís de Magalhães, entre 1760/1¹²⁸¹ e, pelo menos até 1773, monsenhor¹²⁸² da Santa Igreja Patriarcal, e irmão do anterior¹²⁸³; D. Mariana Violante de Azevedo, em 1783, mulher de Francisco Henriques, moradores no Salgueiral, Régoa¹²⁸⁴; Manuel de Magalhães Azevedo, filho da antecedente; Francisco de Magalhães, irmão do precedente¹²⁸⁵.

Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca era foreiro em 1803¹²⁸⁶. A casa era então habitada por Teodora Maria e Maria Violante¹²⁸⁷.

O foreiro faleceu em 1826¹²⁸⁸.

5.2.- A casa.

Estava contígua à casa antecedente¹²⁸⁹.

Quando a foreira era D. Mariana da Silva Carneiro, foi efectuada uma vedoria à casa em 14 de Janeiro de 1678. Era de pequenas dimensões, com 3,18 metros de frente, e 9 metros de profundidade. No rés-do-chão tinha uma loja, e no sobrado uma sala, uma

¹²⁷⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹²⁷⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 16, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹²⁷⁶ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XXIII, p. 125.

¹²⁷⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 8, vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹²⁷⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 8v, vd. doc. n.º 52 no Apêndice, e n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

¹²⁷⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 920, fl. 153v., vd. qd. n.º 52 no Apêndice.

¹²⁸⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 924, fl. 158v., vd. qd. n.º 56 no Apêndice.

¹²⁸¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 926, fl. 158v., vd. qd. n.º 58 no Apêndice.

¹²⁸² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 387, vd. qd. n.º 66 no Apêndice.

¹²⁸³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 16, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹²⁸⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 399v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹²⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 399v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹²⁸⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 438v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹²⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹²⁸⁸ Sucedeu-lhe o seu filho José Cardoso de Carvalho e Fonseca, e a este o seu irmão Gonçalo Cardoso de Barba de Meneses (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 16, vd. qd. n.º 57 no Apêndice).

¹²⁸⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 154v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

cozinha e uma câmara. A cobertura era em «telha vã, e são de parede de ambas as partes e no frontal também the o sobrado. E da hi para cima são de tijolo»¹²⁹⁰.

Desde 1690/1 até 1714/5, os livros da fazenda classificam-na como sendo uma casa/pardieiro – segundo Bluteau, pardieiros são «casas velhas, quasi arruinadas, & que estão cahindo, & parece que se chamão assim, porque de ordinário pardieiros são morada de pardaes»¹²⁹¹.

Provavelmente sofreu obras por volta de 1724/5, pois desde essa altura até 1803, é classificada como sendo uma casa. Em 1800, funcionava como cocheira¹²⁹².

Em 1833, no terreno erguia-se uma casa térrea, ou uma loja¹²⁹³.

6.- A Casa dos Alão de Moraes.

6.1.- Os foreiros e os moradores.

D. Isabel de Ataíde e Azevedo vendeu a casa, que era propriedade capitular, a Cristóvão Alão de Moraes, no ano de 1679¹²⁹⁴. O novo enfiteuta provavelmente habitou a casa, como a sua viúva e os seus filhos. (Vd. ils. 53)

Pertencia a uma das mais antigas famílias do reino¹²⁹⁵. A sua inteligência precoce surpreendeu os contemporâneos, «pois não contando onze annos, já era consummado na gramática Latina, e de doze, frequentou no Real Collegio das Artes em Coimbra as Escolas de Filosofia, e Mathematica donde passou a matricular se na Faculdade de Direito Pontificio»¹²⁹⁶. Formou-se em direito canónico, em 1652, e civil, em 1661. Os

¹²⁹⁰ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 26, vd. doc. n.º 11 no Apêndice.

¹²⁹¹ BLUTEAU, Rafael – *Ob. cit.*, vol. VI, p. 265.

¹²⁹² A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 504, fl. 1v., vd. doc. n.º 68 no Apêndice.

¹²⁹³ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 137, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹²⁹⁴ Tratava-se de uma propriedade do Cabido, que lhe foi doada pelo deão D. Rodrigo e pelo cônego Afonso Luís. A D. Manuel de Azevedo foi feito prazo fateusim a 2 de Maio de 1548, com renda de 2.200 reis e 6 galinhas, e laudémio de 4 hum. Sucederam-lhe os foreiros seguintes: D. Francisco de Ataíde, filho do antecedente, casado com D. Beatriz; D. João de Azevedo e Ataíde, neto do anterior; Gonçalo da Costa Coutinho, morador em Lisboa; D. Isabel de Ataíde e Azevedo, neta de D. Manuel de Azevedo (Filha de Vicente Novais e D. Branca da Silva (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 19-19v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice), e mulher do foreiro precedente (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 5v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice).

¹²⁹⁵ VITOR, Mário – *Uma Grande Figura do Seculo XVII. Alão de Moraes*. Porto, Tipografia Porto Medico, Lda, 1928, p. 12. Tendo nascido a 13 de Maio de 1632 (IDEM, *Ibidem*, pp. 10-12), era filho legitimado (MACHADO, Diogo Barbosa – Biblioteca Lusitana Historica, Critica e Cronologica na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente. Lisboa: Officina de Antõnio Isidro da Fonseca, 1741. Tomo I, p. 567) de Baltasar de Moraes Alão, capitão-de-mar-e-guerra (VITOR, Mário – *Ob. cit.*, p. 10-12).

¹²⁹⁶ MACHADO, Diogo Barbosa – *Ob. cit.*, p. 567.

seus estudos estiveram interrompidos durante alguns anos, pois foi acusado do assassinato do padre João do Couto. Só quando o autor do crime confessou, pôde concluir o curso de direito civil, com a idade de 29 anos¹²⁹⁷ - relativamente a este assunto, Alão de Moraes escreveu: «Hua das grandes merces que deuo a Deos he especial a de me deixar acabar os meus estudos, cõ vida: trazendoa sempre arriscada entre infinitos inimigos que naquella universidade tive, escapando de algumas pendencias de empenho, sempre sem feridas, E cõ honra»¹²⁹⁸. Ocupou diversos e importantes cargos. Na cidade do Porto foi corregedor, provedor, conservador dos seus moedeiros, desembargador e corregedor do cível da Relação e Casa do Porto¹²⁹⁹.

Depois de concluído o curso, e vivendo em Lisboa, conheceu D. Joana Teresa de Carvalho com quem casou¹³⁰⁰.

«Compôz e escreveu varios livros de grande merecimento, dos quais infelizmente poucos se imprimiram»¹³⁰¹. A *Pedatura Lusitana* é a sua obra mais divulgada. Para a sua composição «discorreo por muitos cartorios dos Mosteiros, e camaras da Provincia do Minho, de que extrahio importantes noticias conducentes às Famílias de que fallava, onde o amor da verdade lhe fez descobrir alguns defeitos indignos de que os soubesse a posteridade»¹³⁰².

Faleceu a 19 de Maio de 1693, com 61 anos de idade. Foi sepultado na Sé, na capela de S. Helena e Vera-Cruz, instituída por um seu parente, o cónego D. frei Domingos Geraldês Alão, em 29 de Outubro de 1381.

Para a realização dos seus trabalhos de investigação genealógica gastou grande parte da sua fortuna, deixando a mulher e os cinco filhos com graves problemas de subsistência. D. Pedro II, reconhecendo o valor de Alão de Moraes, concedeu à sua viúva a tença anual de 30.000 reis, e ao seu filho primogénito, Agostinho Aurélio de Moraes Alão, a tença anual de 38.000 reis e o hábito de Cristo¹³⁰³.

Quanto aos foreiros seguintes, as fontes consultadas deram-nos dados imprecisos. Julgamos que a sequência foi a que a seguir expomos. Os livros da décima de 1698 e

¹²⁹⁷ VITOR, Mário – *Ob. cit.*, p. 14.

¹²⁹⁸ C., A. – Auto-biografia de Cristóvão Alão de Moraes, *ob. cit.*, p. 312.

¹²⁹⁹ VITOR, Mário – *Ob. cit.*, p. 19-20.

¹³⁰⁰ Era filha de António de Carvalho, servidor da rainha D. Luísa de Gusmão, e de D. Catarina – aia da rainha e ama de leite dos seus filhos, nomeadamente de D. Afonso VI e de D. Pedro II (IDEM, *Ibidem*, p. 14-15).

¹³⁰¹ REIS, Henrique Duarte e Sousa – Cristóvão Alão de Moraes. In *O Panorama*. Lisboa: Typografia da Sociedade. Vol. III, n.º 123, 1844 (4 de Maio), p. 141

¹³⁰² MACHADO, Diogo Barbosa – *Ob. cit.*, p. 568.

¹³⁰³ VITOR, Mário – *Ob. cit.*, p. 16-17.

1701¹³⁰⁴, indicam que o filho de Cristóvão Alão de Moraes, o padre Paulo Alão de Moraes, foi o foreiro seguinte. Sucedeu-lhe a mãe, D. Joana Teresa de Carvalho, a partir de 1706¹³⁰⁵. Após a sua morte em 1715¹³⁰⁶, o filho Agostinho Aurélio de Moraes seria foreiro, até 1732/3¹³⁰⁷.

Além de foreira, D. Joana Teresa de Carvalho também habitou a casa, assim como o filho Agostinho Aurélio de Moraes Alão, «escrivão do senado da camera»¹³⁰⁸. Agostinho Aurélio foi vereador em 1700, 1704, 1708, e 1715¹³⁰⁹, escrivão da Santa Casa da Misericórdia em 1702, 1705, e conselheiro em 1716, 1726, e 1731¹³¹⁰.

Tendo sido ultrapassadas as dificuldades monetárias ocorridas por altura da morte de seu pai, Agostinho Aurélio encomendou a construção da Casa Moraes Alão-Amorim da Gama Lobo, provavelmente no início de setecentos, a qual se situava na actual Praça da Liberdade¹³¹¹.

Parte da Casa dos Alão de Moraes era arrendada a outros moradores: em 1701, residia o padre José Ferreira¹³¹²; em 1706 estava alugada, desconhecemos a quem¹³¹³; em 1707, habitava-a o padre frei Caetano¹³¹⁴; de 1708 a 1714, estava arrendada¹³¹⁵; entre 1715 e 1716, era habitada por estudantes¹³¹⁶; em 1717, estava alugada¹³¹⁷; de 1718 a 1731, morava o padre Manuel de Magalhães Alcoforado¹³¹⁸, o qual partilhou a casa com Manuel Joaquim, em 1730 e 1731¹³¹⁹.

¹³⁰⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. n.º 23 no Apêndice, e n.º 1415, fl. 41, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹³⁰⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1420, fl. 49v., vd. doc. n.º 30 no Apêndice.

¹³⁰⁶ C., A. – Auto-biografia de Cristóvão Alão de Moraes, *ob. cit.*, p. 316.

¹³⁰⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 888, fl. 153, e n.º 898, fl. 155, vd. doc. n.º 20 no Apêndice.

¹³⁰⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹³⁰⁹ GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE – Os «Homens da Governança» do Município do Porto desde 1428 até 1949. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Câmara Municipal do Porto. Vol. 12, n.º 3-4 (1949), p. 301-304.

¹³¹⁰ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 236, 238, 240 e 241.

¹³¹¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 73.

¹³¹² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹³¹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1420, fl. 49v., vd. doc. n.º 30 no Apêndice.

¹³¹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4528, fl. 62, vd. doc. n.º 31 no Apêndice.

¹³¹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. n.º 32 no Apêndice, e n.º 4535, fl. 12v., vd. doc. n.º 39 no Apêndice.

¹³¹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12, vd. doc. n.º 40 no Apêndice, e n.º 4537, fl. 11., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹³¹⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4538, fl. 12v., vd. doc. n.º 42 no Apêndice.

¹³¹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 90v, vd. doc. n.º 43 no Apêndice e n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

¹³¹⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 8v, vd. doc. n.º 52 no Apêndice, e n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

Cristóvão Alão de Moraes, filho do anterior, foi foreiro¹³²⁰ de 1733/4 a 1761/2¹³²¹. Agostinho Alão de Moraes Pimentel sucedeu-lhe¹³²².

Agostinho Alão e a sua mulher, D. Joana Narcisa de Almeida Pimentel, residindo na Rua Nova de Santa Catarina e encontrando-se a casa da Rua dos Cónegos em muito mau estado e «se não achavão de animo para» a recuperar, a 3 de Janeiro de 1800 venderam-na, por quatrocentos mil reis, a José Barbosa de Madureira¹³²³, «homem de negocio nesta cidade»¹³²⁴, e a sua mulher Ana Angélica Guedes de Azevedo¹³²⁵.

Em 1804 a propriedade estava alugada ao padre João¹³²⁶, e a outra pessoa¹³²⁷. Talvez nesta data já se encontrassem no lote duas habitações, como mais tarde os documentos mencionam.

O reverendo António Barbosa de Madureira, filho de José Barbosa de Madureira, foi foreiro a partir de 1806¹³²⁸.

6.2.- A casa.

A moradia estava contígua à antecedente. Em 1548 era considerada uma casa grande¹³²⁹, classificação que se mantinha cerca de dois século depois, em 1762/3¹³³⁰.

Quando esta propriedade foi comprada pelo desembargador Cristóvão Alão de Moraes, em 1679, a casa estava arruinada¹³³¹. Foi por isso necessária a sua reconstrução, para poder ser habitada pelo desembargador e sua família.

¹³²⁰ Segundo o Roteiro de prazos do Cabido, era este o foreiro (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 16, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹³²¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 899, fl. 155, vd. qd. n.º 31 no Apêndice, e n.º 927, fl. 189, vd. qd. n.º 59 no Apêndice.

¹³²² Como indica o Roteiro de prazos do Cabido (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 20, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹³²³ A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 504, fls. 1-2, vd. doc. n.º 68 no Apêndice.

¹³²⁴ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 20, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³²⁵ A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 504, fl. 1, vd. doc. n.º 68 no Apêndice.

¹³²⁶ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 67., vd. doc. n.º 71 no Apêndice

¹³²⁷ IDEM, *Ibidem*, fls. 66v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice

¹³²⁸ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 20v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice. Sucedeu-lhe a sua irmã D. Maria do Carmo Barbosa (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 439, vd. qd. n.º 68 no Apêndice), em 1838. Após o seu falecimento, a propriedade, que era constituída por duas casas, foi dividida, em 14 de Dezembro de 1864. Foram herdeiros de D. Maria do Carmo os seus sobrinhos, D. Maria José Leal de Madureira e Manuel Maria de Madureira Monteiro. Este último, vendeu a sua casa ao comendador António Francisco Guimarães, a 3 de Janeiro de 1876 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 20v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹³²⁹ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 522, fl. 76v., vd. doc. n.º 1 no Apêndice.

¹³³⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 928, fl. 188, vd. qd. n.º 60 no Apêndice.

¹³³¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 19v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

Em 1714, a casa já era considerada velha¹³³². Certamente após essa data sofreu obras de conservação; no entanto, quando foi vendida a José Barbosa de Madureira, em 1800, estava «muito velha e arruinada tanto de paredes como de madeiras e telhados de forma que nella se não pode morar pelo perigo que ameaça, motivo por que necessitão de se fazerem e reedificarem de novo»¹³³³.

Em 1833, a casa foi vistoriada com vista à sua ocupação pelas tropas liberais. Foi considerada como pertencendo à terceira categoria, podendo ser ocupada por oficiais subalternos¹³³⁴.

Em meados do século XIX, a propriedade foi dividida em duas, sendo então construídas duas habitações¹³³⁵. (Vd. ils. 54)

A fachada poente da casa que se encontra mais a norte, é o que resta de uma habitação medieval. Está orientada para o local onde se encontrava o largo de Santa Maria. No século XIV, esse largo era limitado a poente pela antiga charola da Sé, e a nascente por habitações pertencentes a importantes personalidades clericais¹³³⁶. (Vd. ils. 55)

Em 1492, esta habitação era uma casa-torre, nela residindo o cônego Afonso Luís¹³³⁷. Tendo sido uma torre ameaçada, é posta em causa a possível influência flamenga que a configuração do seu remate parece apontar¹³³⁸.

Este tipo de habitação, cuja origem provável na cidade do Porto data do século XIII, era inicialmente pertença quase exclusiva de membros do clero. Tratando-se de um tipo habitacional prestigiante, as casas-torres também passaram a servir de residência a outras elites sociais¹³³⁹.

Apesar das alterações que sofreu, ainda é possível perceber o seu aspecto original. No rés-do-chão tinha dois arcos quebrados, num dos quais actualmente se abre uma janela, e no piso superior encontravam-se pelo menos quatro janelas de arco trilobado, das quais restam três.

Quanto à fachada poente da casa situada mais a sul, esta tem duas janelas que aparentam serem contemporâneas dos Alão de Moraes. Uma delas, no primeiro piso,

¹³³² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4535, fl. 12v., vd. doc. n.º 39 no Apêndice.

¹³³³ A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 504, fl. 2, vd. doc. n.º 68 no Apêndice.

¹³³⁴ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 138, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹³³⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 20-20v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³³⁶ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Cidade plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto (século XIII-1.ª metade do XIV)*, ob. cit., p. 171.

¹³³⁷ AFONSO, José Ferrão – Ob. cit., p. 74.

¹³³⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 157.

¹³³⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 55-56.

tem as ombreiras e os lintéis simples. A do piso superior tem uma cornija recta. Deve ter sido uma janela de sacada - encontra-se parcialmente tapada. (Vd. ils. 56)

7.- A Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache.

7.1.- Os foreiros e os moradores.

Ao deão João Freire Antão, o Cabido emprazou a propriedade com foro de 500 reis em 1681¹³⁴⁰.

Em 1698, a casa estava alugada ao cônego José de Chaves¹³⁴¹. Este clérigo, tomou posse do canonicato a 29 de Abril de 1692¹³⁴².

Em 1701 o livro da décima refere que o capitão Manuel da Costa Lopes habitava a casa do deão, por «lhe tractar de seus negocios»¹³⁴³. A 23 de Abril de 1711, o deão doou ao capitão, «em recompensa da lealdade e dedicação com que o servira por mais de quarenta anos», a Quinta da Oliveira, na freguesia de Santa Maria de Sardoura, concelho de Paiva, foreira ao Ducado de Bragança¹³⁴⁴. À filha do capitão, Maria, solteira, o deão deixou em testamento de 12 de Maio de 1711, 50.000 reis, para tomar estado¹³⁴⁵.

O deão João Freire Antão faleceu a 30 de Dezembro de 1714¹³⁴⁶. As fontes não são unânimes relativamente ao foreiro seguinte. Os livros da fazenda indicam a sua sobrinha

¹³⁴⁰ A 4 de Novembro de 1538, foi feito prazo de vidas a Tomé da Costa, cidadão - sucessor de seu pai, Afonso de Melres – o qual a vendeu ao cônego António de Crasto por trinta mil reis, a 7 de Março de 1553. Sucedeu-lhe Gonçalo de Miranda, cidadão, casado com Guiomar da Costa, em 15 de Maio de 1573 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 6, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.) o qual trespassou a propriedade, com outras que lhe estavam contíguas, a Maria Ferreira de Crasto (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 23v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice), filha do cônego António de Crasto, a 7 de Janeiro de 1575 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 6, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). A esta, o Cabido fez prazo fateusim com renda de 500 reis, e duas galinhas e laudémio de 4 hum, a 21 de Julho de 1594 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 23v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Os foreiros seguintes foram Mónica de Crasto, o seu filho Luís de Crasto, e o filho deste Domingos de Crasto, moradores em Rio de Galinhas (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 6, vd. doc. n.º 4 no Apêndice), e o deão João Freire Antão (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 23v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹³⁴¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹³⁴² PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 204.

¹³⁴³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹³⁴⁴ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 9.

¹³⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 11.

¹³⁴⁶ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 98.

D. Micaela Antónia Freire¹³⁴⁷, enquanto os livros da décima mencionam o deão Jerónimo de Távora de Noronha, sobrinho-neto do anterior¹³⁴⁸.

O capitão Manuel da Costa Lopes habitou a casa pelo menos até 1719¹³⁴⁹. A sua viúva ainda aí residia em 1727¹³⁵⁰.

D. Micaela Antónia Freire faleceu a 18 de Julho de 1753¹³⁵¹, e o seu filho, o deão Jerónimo de Távora de Noronha, no ano seguinte, a 26 de Novembro¹³⁵². Vicente de Távora de Noronha, irmão deste último, sucedeu como foreiro¹³⁵³. Tendo morrido em 1779¹³⁵⁴, sucedeu-lhe a mulher e sobrinha¹³⁵⁵ D. Ana de Noronha Leme Cernache¹³⁵⁶. Desta senhora herdou a casa o seu neto¹³⁵⁷, Vicente de Noronha Mello de Meneses Noronha Leme Cernache¹³⁵⁸. Esta família também teve a Casa das Colunas, e a Casa de Vandoma.

7.2.- A casa.

São mínimas as informações que possuímos desta habitação. Os livros da fazenda, referem que a casa tinha sido um pardieiro¹³⁵⁹. Era de pequenas dimensões, e ficava junto à casa anterior¹³⁶⁰.

A 13 Setembro de 1877, a foreira D. Maria Teresa Leme, solicitou autorização à Câmara para construir uma nova casa neste terreno, e outra no seguinte, segundo os

¹³⁴⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 155, vd. qd. n.º 21 no Apêndice.

¹³⁴⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12, vd. doc. n.º 40 no Apêndice.

¹³⁴⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 74v., vd. doc. n.º 44 no Apêndice.

¹³⁵⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46., vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹³⁵¹ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 524.

¹³⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 527.

¹³⁵³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 918, fl. 154, vd. qd. n.º 50 no Apêndice.

¹³⁵⁴ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 14.

¹³⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 14.

¹³⁵⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 402., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹³⁵⁷ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 14.

¹³⁵⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 402, vd. qd. n.º 67 no Apêndice. Vicente de Noronha deixou a casa a sua filha D. Antónia Guedes Noronha Mello Leme Cernache, em 1834. Com a morte de D. Antónia, em 1857, a casa passou para a posse da Misericórdia do Porto, que a vendeu à condessa de Negrelos, D. Maria Teresa Leme Corte-Real (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 439v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice) a qual possuía a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho (IDEM, *Ibidem*, fl. 442v. vd. qd. n.º 68 no Apêndice). Sucedeu-lhe Domingos António Pinto Barbosa (IDEM, *Ibidem*, fl. 439v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice). Este último foreiro também tinha a casa seguinte (IDEM, *Ibidem*, fl. 440 vd. qd. n.º 68 no Apêndice), e a Casa dos Alcoforado II (IDEM, *Ibidem*, fl. 442, vd. qd. n.º 68 no Apêndice).

¹³⁵⁹ Por exemplo: A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 155, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹³⁶⁰ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 6, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

projectos que então apresentou¹³⁶¹. Tendo-lhe sido concedida autorização, edificou-se a habitação que actualmente se encontra no local¹³⁶². (Vd. ils. 59, 60, 61, 62)

8.- A Casa dos Alcoforado I.

8.1.- Os foreiros e os moradores.

Desde 1681 era foreiro desta casa capitular o arcediogo da Régua, João de Sousa Lima¹³⁶³. Nesse ano a renda passou a ser de 500 reis¹³⁶⁴. Assim como os seus sucessores, o arcediogo tinha a Casa dos Alcoforado II. Quando tratarmos desta casa, daremos informações mais concretas da família.

De 1705/6¹³⁶⁵ até 1748/9, Rodrigo de Sousa da Silva¹³⁶⁶, parente do arcediogo, foi foreiro da casa¹³⁶⁷.

D. Maria e seu irmão Manuel Álvaro Brandão, certamente habitaram esta casa, entre 1727¹³⁶⁸ e 1729¹³⁶⁹.

Segundo os livros da fazenda, o foreiro seguinte, desde 1749/0, foi João de Sousa Lima Alcoforado arcediogo da Régua - filho de Rodrigo de Sousa da Silva¹³⁷⁰ - o qual faleceu em 1758¹³⁷¹. Foi seu herdeiro o sobrinho e homónimo João de Sousa Lima, arcediogo da Régua, que morreu em 1762¹³⁷².

¹³⁶¹ A.H.M.P., Plantas de casas, n.º LXVI, fl. 200, vd. doc. n.º 83 no Apêndice.

¹³⁶² A.H.M.P., Plantas de casas, n.º LXVI, fls. 201, vd. doc. n.º 84 no Apêndice.

¹³⁶³ A propriedade foi dada ao Cabido pelo beneficiado Pedro Martins. Depois pertenceu a Margarida Velha, filha do licenciado Vicente Correia (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 27, vd. qd. n.º 57 no Apêndice) e casada com Marcos de Basto (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 6, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.), que a vendeu ao cônego António de Crasto, que detinha também a casa anterior. A este, o Cabido renovou o prazo, a 3 de Dezembro de 1560, com natureza de vidas e renda de 600 reis e duas galinhas e laudémio de 4 hum. O cônego deixou a casa a Gonçalo de Miranda, a quem sucedeu Maria Ferreira. Com esta foreira, o Cabido alterou o prazo para fateusim, a 21 de Julho de 1594, e a renda passou para 620 reis e duas galinhas. Os foreiros seguintes foram Mónica de Crasto, o seu filho Luís de Crasto e o filho deste, Domingos de Crasto, moradores em Rio de Galinhas (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 27, vd. qd. n.º 57 no Apêndice), que usufruíam também da casa anterior.

¹³⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 27v.

¹³⁶⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 879, fl. 154, vd. qd. n.º 11 no Apêndice.

¹³⁶⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 913, fl. 154, vd. qd. n.º 45 no Apêndice.

¹³⁶⁷ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 27v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³⁶⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46, vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹³⁶⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 7v., vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹³⁷⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 914, fl. 154, vd. qd. n.º 46 no Apêndice.

¹³⁷¹ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 149.

¹³⁷² IDEM, *Ibidem*, p. 149.

Contradizendo as fontes anteriores, o Roteiro de prazos do Cabido indica como sucessor de Rodrigo de Sousa da Silva o seu filho, Francisco Filipe de Sousa Alcoforado¹³⁷³.

Os documentos são unânimes quanto ao foreiro Rodrigo de Sousa Alcoforado - filho de Francisco Filipe¹³⁷⁴, e sobrinho do último arcediogo - que desde 1766/7 usufruía da casa¹³⁷⁵. Sucedeu-lhe o barão de Vila Pouca, seu neto¹³⁷⁶.

8.2.- A casa.

Esta pequena habitação estava contígua à anterior¹³⁷⁷. Os livros da fazenda de 1690/1¹³⁷⁸ a 1757/8¹³⁷⁹, informam que se tratava de um pardieiro¹³⁸⁰. Desde 1758/9¹³⁸¹, é considerada como sendo uma casa.

A construção que presentemente se encontra no terreno foi erguida no final do século XIX. Os projectos da sua construção - assim como da casa antecedente - foram submetidos à aprovação da Câmara pela foreira D. Maria Teresa Leme, a 13 e a 20 de Setembro de 1877.

9.- A Casa das Colunas.

9.1.- Os foreiros e os moradores.

António de Oliveira era o foreiro desta casa do Cabido, na última década de seiscentos¹³⁸².

¹³⁷³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 27v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 27v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³⁷⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fl. 204, vd. qd. n.º 64 no Apêndice.

¹³⁷⁶ Os foreiros seguintes foram: Manuel Cardoso Rangel de Quadros Corte-Real, que comprou a casa em Dezembro de 1866 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 28, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) e era foreiro da Casa dos Alcoforado II (IDEM, *Ibidem*, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) e Domingos António Pinto Barbosa (IDEM, *Ibidem*, fl. 28, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) que também era foreiro da Casa dos Alcoforado II (IDEM, *Ibidem*, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹³⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 27.

¹³⁷⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 155, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹³⁷⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 922, fl. 154, vd. qd. n.º 54 no Apêndice.

¹³⁸⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 155, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹³⁸¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 923, fl. 159, vd. qd. n.º 55 no Apêndice.

¹³⁸² Na segunda metade do século XVI, cónego Bento Leite comprou três propriedades – uma a Isabel Fernandes, sobrinha do bacharel e cónego Pêro Gonçalves, outra a Gaspar Gonçalves «o fuseiro» e a terceira ao clérigo e notário Henrique Borges – onde mandou edificar esta casa. O Cabido fez-lhe prazo fatuesim a 22 de Janeiro de 1565, com renda de 900 reis e quatro galinhas (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 8, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.) e laudémio de 4 hum. Os foreiros que lhe

O Roteiro de prazos do Cabido e os livros da fazenda indicam como herdeiro de António de Oliveira, desde 1702/3 ou antes, o licenciado José Mendes Portugal, seu filho¹³⁸³ - os livros da décima dão mais algumas informações, embora pouco claras: os respeitantes aos anos de 1698¹³⁸⁴ e 1701¹³⁸⁵, dizem que parte da casa pertencia ao padre João de Oliveira, irmão do licenciado; no entanto, os livros referentes aos anos compreendidos entre 1709¹³⁸⁶ e 1714¹³⁸⁷, mencionam que a casa pertencia ao padre João de Oliveira, tio do licenciado, o que parece estar errado.

O licenciado José Mendes Portugal, foi juiz dos órfãos¹³⁸⁸. Habitou a casa até 1726¹³⁸⁹. No ano seguinte a casa esteve fechada¹³⁹⁰, passando a pertencer aos seus herdeiros¹³⁹¹.

Em 1729 foi morador o Dr. João Giraldes¹³⁹², e em 1731 D. Maria Rosa¹³⁹³.

Aos herdeiros do licenciado José Mendes Portugal, o deão Jerónimo de Távora e Noronha comprou a casa¹³⁹⁴. Foram seus sucessores os foreiros Vicente de Távora e Noronha e D. Ana de Noronha Leme Cernache, como foi abordado em relação à Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache.

A 11 de Fevereiro de 1790, a casa foi vendida ao cónego António Coelho da Costa, que a habitou¹³⁹⁵. A 20 de Maio de 1788, este tomou posse do canonicato. Era irmão do meio cónego Francisco Coelho da Costa e faleceu a 25 de Junho de 1806¹³⁹⁶.

Herdou a habitação Manuel Gonçalves de Oliveira, casado com Ana Rosa de Azevedo - em 1801 eram foreiros¹³⁹⁷. Estes arrendaram-na ao juiz dos casamentos, que nela residia em 1804¹³⁹⁸.

seguiram foram: Manuel Leite, filho do anterior; Dr. Manuel de Faria, arcediogo do Porto; Francisco de Faria, sobrinho do antecedente; Antónia Vaz, que comprou a casa; Maria de Almeida, sobrinha da precedente (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), casada com o alfaiate Pedro Gomes; Domingos Pereira, mercador na «fonte de São Domingos» (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 8, vd. doc. n.º 4 no Apêndice); o padre António Pereira, filho do antecedente; e António de Oliveira (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), que habitou a casa (A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 201, f. 93v., vd. doc. n.º 21 no Apêndice).

¹³⁸³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 30-30v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice; A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 876, fl. 154v., vd. qd. n.º 8 no Apêndice.

¹³⁸⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 12v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹³⁸⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 40v., vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹³⁸⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4530, fl. 12, vd. doc. n.º 33 no Apêndice.

¹³⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 12, vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹³⁸⁸ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 235.

¹³⁸⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 75v., vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹³⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4543, fl. 46, vd. doc. n.º 49 no Apêndice.

¹³⁹¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 892, fl. 155v., vd. qd. n.º 24 no Apêndice.

¹³⁹² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4545, fl. 7v., vd. doc. n.º 51 no Apêndice.

¹³⁹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 6v., vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

¹³⁹⁴ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹³⁹⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 401v., vd. doc. n.º 67 no Apêndice.

¹³⁹⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 168.

Sucedeu como foreiro o padre Manuel José da Cruz Azevedo, filho dos anteriores, e morador na Rua de Cedofeita¹³⁹⁹.

9.2.- A casa.

A habitação estava junto à Capela de S. Gregório e ao chafariz da Sé, confrontando a sul com a casa anterior.

Não dispomos de muitos dados sobre a casa ao longo de setecentos; no entanto, a sua configuração, pelo menos a exterior, manteve algumas das características quinhentistas iniciais, para o que apresentamos o auto de vedoria lavrado em 22 de Janeiro de 1565.

Pouco tempo antes o cônego Bento Leite, futuro inquisidor de Lisboa¹⁴⁰⁰, tinha comprado três casas pertencentes ao Cabido¹⁴⁰¹, situadas «arriba do chafariz desta See detras da capela maior»¹⁴⁰². Segundo o documento: «[as casas estavam] mui damnificadas e roinosas e parte dellas serem ja caidas e outras estarem para isso e se sostemterem sobre escoras e terem com necessidade de com brevidade serem repairadas e refeitas»¹⁴⁰³. Tendo sido demolidas, nos seus terrenos o cônego mandou edificar uma nova residência¹⁴⁰⁴.

A fachada que dava para a Rua dos Cônegos tinha cerca de 13,5 metros, enquanto a «do chafariz» tinha cerca de 8 metros. Este frontispício tinha colunas de pedra, o que particularizava esta casa entre as demais do Cabido¹⁴⁰⁵.

Os vários compartimentos que a residência dispunha, deixam perceber que se tratava de uma casa de qualidade. Os espaços eram os seguintes: um pátio; uma escada de pedra que dava acesso a uma sala forrada e ladrilhada; uma antecâmara que antecedia a

¹³⁹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 401v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹³⁹⁸ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 67., vd. n.º 71 no Apêndice.

¹³⁹⁹ Foram herdeiras do padre Ana Rita de Cássia e sua irmã, as quais venderam a casa a José Luís Monteiro em 1845. A este último sucedeu o neto, Adolfo Artur Inocência de Sá Monteiro, em Novembro de 1896 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 31, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁴⁰⁰ O cônego era filho de João Leite e de Lucrécia Vaz, neto de Diogo Leite - o velho, alcaide da Moeda, Fidalgo da Casa Real, e herdeiro do senhorio de Gaia-a-Pequena - e de D. Filipa Fernandes - filha de Fernão Rodrigues, desembargador e deão do Cabido de Coimbra - e bisneto de Álvaro Leite - vereador, alcaide da Moeda, Cavaleiro da Casa Real - e de D. Isabel Álvares (BRITO, Pedro de - *Ob. cit.*, Quadro Leites III). Bento Leite teve o benefício da paróquia de Fervedo e foi Inquisidor de Lisboa (IDEM, *Ibidem*, p. 288).

¹⁴⁰¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁴⁰² A.D.P., Livro de prazos n.º 5143, fl. 218, vd. doc. n.º 5 no Apêndice.

¹⁴⁰³ IDEM, *Ibidem*, fl. 219, vd. doc. n.º 5 no Apêndice.

¹⁴⁰⁴ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 30, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁴⁰⁵ A.D.P., Livro de prazos n.º 5143, fls. 220v-221, vd. doc. n.º 5 no Apêndice.

câmara, a qual também estava forrada e ladrilhada; uma segunda câmara forrada, uma cozinha com uma despensa que tinha janelas para a Rua dos Cónegos; por baixo da despensa uma sala para os criados; sobre a cozinha uma sala com uma varanda para o pátio, e uma câmara com janelas para a Rua dos Cónegos; nas lojas tinha um celeiro, uma açoteia ladrilhada com uma janela para o chafariz, e uma estrebaria¹⁴⁰⁶.

Entre o século XVI e o XIX sofreu alterações – em 1803, já não tinha as suas características colunas¹⁴⁰⁷. Não deixou no entanto de ser uma construção digna de ser habitada por elementos destacados da sociedade – como um juiz dos órfãos, um juiz dos casamentos, um licenciado, e um cónego.

A mesma constatação se depreende do auto de vedoria lavrado a 12 de Julho de 1817. Segundo este, a casa tinha «boas sallas, e diversos quartos communicados com independencia com huma boa capella, que confina pelo nascente com a Rua de Traz da Sé, debaixo da qual tem huma cozinha, lojas, e differentes commodos com seu escriptorio nos baixos»¹⁴⁰⁸.

O século XIX trouxe profundas alterações à malha urbana da cidade, a que a Rua dos Cónegos não ficou imune. Sendo o início da rua «demaziadamente estreita, e por ese motivo defecultava a pasage com incomodo do publico», foi efectuada uma vistoria em Setembro de 1817, a pedido de alguns moradores¹⁴⁰⁹. Foi apresentado um projecto, propondo o corte das duas casas que ladeavam a rua nesse local¹⁴¹⁰: a Casa das Colunas e a Casa de Vandoma. Parte da Casa das Colunas seria então demolida, nomeadamente o frontispício que dava para o Largo da Sé, «na extensão que abrangem duas janellas»¹⁴¹¹.

A casa que actualmente se ergue no terreno apresenta frontispícios de épocas distintas. O mais antigo, virado a poente, parece ser setecentista, ou do início de oitocentos. Este frontispício tem dois pisos, além de um suplementar acima do beiral, sendo limitado superiormente por um entablamento, e lateralmente por quatro pilastras. Um friso separa os pisos, e um beiral saliente pousa no entablamento. No piso térreo, encontra-se uma portada ladeada por dois pares de janelas de peitoril, com grades de ferro. Estes cinco vãos têm as ombreiras e os lintéis simples. No sobrado abrem-se, para uma varanda, seis janelas de sacada com cornijas rectas. O piso suplementar tem a

¹⁴⁰⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 221, vd. doc. n.º 5 no Apêndice.

¹⁴⁰⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 440v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹⁴⁰⁸ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298-98, fls. 35v-36, vd. doc. n.º 73 no Apêndice.

¹⁴⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, fl. 19v., vd. doc. n.º 74 no Apêndice.

¹⁴¹⁰ IDEM, *Ibidem*, fl. 20., vd. doc. n.º 74 no Apêndice.

¹⁴¹¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 34., vd. doc. n.º 76 no Apêndice.

forma de um triângulo truncado, com quatro janelas de peitoril – duas grandes, no centro, e duas pequenas. (Vd. ils. 63, 64)

A fachada norte, com apenas duas aberturas dispostas assimetricamente - uma janela de peitoril simples e, no sobrado, uma janela de sacada com a respectiva varanda e sua grade de ferro -, parece ser o resultado da demolição parcial que a casa sofreu no início do século XIX. Na sua parte superior corre um entablamento, e no lado direito tem duas pilastras - uma por piso. Era virado a norte que a casa quinhentista tinha o frontispício com as colunas.

A fachada nascente é oitocentista, tendo um desenho idêntico aos das casas anteriores.

10.- A Casa de José Leitão.

10.1.- Os foreiros e os moradores.

José Leitão, mercador residente em Braga¹⁴¹², era foreiro da habitação no final de seiscentos¹⁴¹³. O prazo foi renovado a 14 de Abril de 1689, sendo a renda de 300 reis e duas galinhas, e tinha lutuosa e laudémio de 4 hum¹⁴¹⁴.

Habitando os últimos foreiros em Braga, a casa esteve alugada – em 1663 e 1664, nela residiam duas mulheres, a «Pomba e a Cantarada molheres de cantaro»¹⁴¹⁵. A 14 de Abril de 1689, era moradora Maria Rodrigues¹⁴¹⁶.

¹⁴¹² A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 146, vd. doc. n.º 15 no Apêndice.

¹⁴¹³ Antes de chegar às mãos de José Leitão, a propriedade capitular pertenceu aos foreiros seguintes: Brites Anes, a quem o Cabido fez prazo de vidas a 15 de Fevereiro de 1513, sendo a renda de 230 reis e duas galinhas; Brites Alves, sobrinha da anterior; Maria Luís (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 33, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), viúva de João Baião (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 9 vd. doc. n.º 4 no Apêndice), na qual o Cabido renovou o prazo a 11 de Abril de 1527, com renda de 240 reis e duas galinhas; Gonçalo de Seabra (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 33-33v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice), cidadão (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 9, vd. doc. n.º 4 no Apêndice), que comprou a casa; D. Manuel de Seabra, bispo de Ceuta e deão da Capela Real, filho do antecedente, a quem foi renovado o prazo a 14 de Dezembro de 1588, sendo a renda de 260 reis e duas galinhas, e tinha laudémio de 4 hum; João Gonçalves (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 33-33v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice), criado do bispo D. Rodrigo da Cunha, e morador em Braga; a mulher do anterior (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 9, vd. doc. n.º 4 no Apêndice); e Francisco Gomes, genro da precedente, residente em Braga, que a vendeu a José Leitão. A este foreiro o Cabido renovou o prazo, com a mesma natureza, renda de 300 reis, duas galinhas, e laudémio e lutuosa de 4 hum (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 33v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁴¹⁴ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 33v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁴¹⁵ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 9, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹⁴¹⁶ A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 147v., vd. doc. n.º 15 no Apêndice.

A casa foi comprada a José Leitão pelo deão da Sé, João Freire Antão¹⁴¹⁷, a 25 de Junho de 1693¹⁴¹⁸.

10.2.- A casa.

Quando o prazo foi renovado a José Leitão, foi feita uma vedoria da casa. Segundo o documento, a construção era de pequenas dimensões, com 3,30 metros de frente e 7,15 metros de profundidade. No rés-do-chão tinha uma loja com duas portas. Uma delas ficava junto ao Arco de Vandoma e próxima da torre do Aljube, e a outra, a principal, dava para a Rua dos Cónegos. A casa dispunha de dois sobrados, encontrando-se no primeiro apenas uma sala, e no segundo uma câmara e uma cozinha. Ainda neste último sobrado existia um corredor, em parte coberto, com 8,8 metros de comprimento e 1,10 metros de largura, que conduzia ao sino da Capela de Vandoma. Por cima do corredor, na sua parte coberta, estava uma «cazinha que serve de lenha».

Confrontava «do nasente com cazas de Antonio do Coutto abbade que foi desta dita Seê [...] e do norte com a capella da Senhor da Bendoma e viella que vai pera Santa Clara e do poente com a rua e chafariz da Seê»¹⁴¹⁹. Como o documento de vedoria deixa perceber, a casa encontrava-se a norte, no início da Rua dos Cónegos, e na sua banda nascente.

O documento da venda ao deão João Freire Antão, menciona que a sul se encontrava a Torre das Feiticeiras¹⁴²⁰ - muito possivelmente o cubelo que se encontra no local onde se erguia a Casa de Vandoma.

A casa foi destruída quando se ergueu a Casa de Vandoma.

11.- A Casa do abade António do Couto, a Casa do licenciado Diogo de Castro Pinto, a Casa do deão João Freire Antão I, e os seus foreiros.

Além da propriedade anterior, o deão João Freire Antão adquiriu e herdou outras três, que tinham pertencido ao património do Mosteiro de Vandoma, e no final do século XVII estavam na posse do Colégio de S. Lourenço.

¹⁴¹⁷ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 33v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁴¹⁸ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 522.

¹⁴¹⁹ A.D.P., Livro de prazos, n.º 5182, fl. 148, vd. doc. n.º 15 no Apêndice.

¹⁴²⁰ A.M.P., H. B.^{CO} 9º n.º 31, fl. 102, vd. doc. n.º 20 no Apêndice.

A primeira casa confrontava com a anterior a norte. Quando pertencia ao abade António do Couto, o deão obteve-a através de uma permuta com outra propriedade que possuía. O contrato foi celebrado a 18 de Maio de 1693¹⁴²¹.

A segunda habitação foi comprada pelo deão ao licenciado Diogo de Castro Pinto, segundo uma escritura de 12 de Setembro de 1690 – o foro era de 200 reis. Uma vedoria efectuada a 8 de Março de 1670, indica que a casa tinha uma loja a qual media de comprimento 7,9 metros, e de largura 3,9 metros. O sobrado da sala media de comprimento 10,3 metros, e de largura 5 metros. A cozinha ficava sobre o sobrado da câmara. No andar da sala encontrava-se uma varanda, sobre a antiga muralha¹⁴²².

A terceira casa herdou de seus pais, Antão Gonçalves e D. Catarina Freire. A renda era de 260 reis, e o prazo, de 20 de Agosto de 1698, era de vidas. Media a nascente e a poente cerca de 4,6 metros, e a sul e a norte 12,6 metros. Confrontava a nascente com a viela que ia para o Mosteiro de Santa Clara, do poente com a Rua dos Cónegos, do sul com uma casa do deão – a habitação seguinte - e do norte com a casa anterior¹⁴²³.

12.- A Casa do deão João Freire Antão II.

12.1.- Os foreiros e os moradores.

Tratava-se de uma residência que esteve na posse dos parentes do deão João Freire Antão, até lhe chegar às mãos. Nela residiu antes de mandar construir a Casa de Vandoma¹⁴²⁴.

12.2.- A casa.

¹⁴²¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 51, vd. doc. n.º 20 no Apêndice.

¹⁴²² A.M.P., H. B.^{CO} 9º n.º 31, fls. 199v.-200, vd. doc. n.º 9 no Apêndice.

¹⁴²³ A.M.P., H. B.^{CO} 9º n.º 31, fls. 3v.-4, vd. doc. n.º 24 no Apêndice.

¹⁴²⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156, vd. qd. n.º 1 no Apêndice. Antes de o deão herdar esta casa, a propriedade teve como foreiros: Pêro Rodrigues, chantre; Duarte da Cunha Deça, deão da Sé, que comprou a casa, e nela residiu (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 10, vd. doc. n.º 4 no Apêndice), sendo o prazo fatuesim feito a 11 de Outubro de 1549 com renda de 1100 reis e 4 galinhas, e laudémio de 4 hum; António Gonçalo da Cunha; Gonçalo da Rocha, arcediogo de Oliveira, que comprou a casa (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 36, vd. doc. n.º 57 no Apêndice); Dr. Pedro de Brito, arcediogo do Porto, comprou ao anterior a residência, a 22 de Janeiro de 1565 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 10, vd. doc. n.º 4 no Apêndice); Dr. Pantaleão Freire, mestre-escola, que adquiriu a casa a 30 de Maio de 1649; Dr. Manuel Freire, sobrinho do anterior, e mestre-escola; Catarina Freire (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 36-36v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice), mãe do antecedente (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 521); e João Freire Antão, deão da Sé, filho da anterior (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 36-36v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

Segundo o auto de vedoria de 11 de Outubro de 1549, a propriedade tinha 11 metros ao longo da Rua dos Cónegos, no lado oposto 28,6 metros, na sua parte superior 13,2 metros, e na inferior 16,5 metros¹⁴²⁵.

Confrontava a sul com a Casa dos Alcoforado II, como esclarece um documento sobre esta última propriedade, quando menciona que a norte ficava uma casa do Cabido.

O facto de se tratar de um grande terreno, e o valor da renda a pagar ser elevado, demonstra que a habitação era de certa importância, digna para servir de morada a importantes individualidades.

A casa foi demolida quando o deão João Freire Antão mandou construir a Casa de Vandoma.

A parede sul desta casa ainda se encontra no local, tratando-se da parede norte da sede regional da Ordem dos Arquitectos. É o que resta de uma habitação medieval. Esta parede tem uma portada que dava para uma viela, e no sobrado um janelão ou janela de sacada¹⁴²⁶. (Vd. ils. 65)

13.- A Casa de Vandoma.

13.1- Os foreiros e os moradores.

Nos terrenos onde se encontravam as cinco propriedades antecedentes, o deão João Freire Antão construiu a Casa de Vandoma, onde residiu.

De entre as várias famílias que tinham elementos seus capitulares, a do deão foi uma das mais importantes, uma vez que esteve relacionada com o Cabido portuense desde meados do século XVII¹⁴²⁷, até meados do XVIII¹⁴²⁸.

O deão faleceu em 1714¹⁴²⁹. As fontes não têm dados coincidentes sobre o foreiro herdeiro do deão: os livros da fazenda indicam que a sucessora foi a sua sobrinha D. Micaela Antónia Freire¹⁴³⁰, enquanto os livros da décima referem como herdeiro o filho desta última, o deão Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache¹⁴³¹.

¹⁴²⁵ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 522, fls. 160-160v., vd. doc. n.º 3 no Apêndice.

¹⁴²⁶ REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé, *ob. cit.*, p.17.

¹⁴²⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 126.

¹⁴²⁸ IDEM, *ibidem*, p. 100.

¹⁴²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 98.

¹⁴³⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fls. 155v-156, vd. qd. n.º 21 no Apêndice.

¹⁴³¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, vd. doc. n.º 40 no Apêndice, fl. 12. D. Micaela foi baptizada a 29 de Outubro de 1667, sendo filha de Roque Pires (ou Peres Picão), capitão de navios, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, e senhor da Quinta do Freixo, e de D.

Casou na Sé do Porto a 24 de Janeiro de 1683 com António de Távora de Noronha Leme Cernache¹⁴³². Tiveram 14 filhos, dos quais se destacaram: Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache, deão do Cabido¹⁴³³; Roque de Távora e Noronha, que ingressou na Ordem de Malta, sendo oficial do Regimento de Zeitun e vice-chanceler¹⁴³⁴, sendo provavelmente por seu intermédio que Nicolau Nasoni veio para o Porto¹⁴³⁵; Francisco de Távora e Noronha Leme Cernache, vereador da cidade, casado com D. Leonor Quitéria Samúdio e Sarmento (filha de Francisco de Sousa Cirne Soares de Madureira e Azevedo, foreiro e morador da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho)¹⁴³⁶; e Vicente de Távora de Noronha Leme Cernache do qual nos ocuparemos nas próximas linhas.

D. Micaela residiu inicialmente com António de Távora numa casa que este herdou do seu pai, situada na Rua das Flores¹⁴³⁷. Após a morte do tio, o deão João Freire Antão, – e encontrando-se viúva de seu marido, o qual faleceu em 19 de Março de 1711¹⁴³⁸ – veio residir na Casa de Vandoma. Morreu com 86 anos de idade, a 18 de Julho de 1753¹⁴³⁹, sucedendo-lhe como foreiro o deão Jerónimo de Távora de Noronha. Uma das personagens mais notáveis do Porto setecentista, como protector de Nasoni, o deão contribuiu para a construção de alguns dos edifícios mais marcantes na cidade. Também a ele se deve a compra do antigo Aljube, que ficava adjacente à Casa de Vandoma, permitindo assim a sua ampliação.

Isabel Maria Freire (CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, pp. 11-12) era neta paterna de António Pires Picão, Fidalgo da Casa Real e piloto das naus da Índia (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* Tomo Primeiro de Costados, p. 304). e neta materna de Antão Gonçalves e de Catarina Freire. Através dos seus ascendentes D. Micaela acumulou consideráveis bens. Do seu pai, além da Quinta do Freixo, herdou diversas casas na cidade e participações em negócios marítimos (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 520), e da sua mãe o morgado de Nauzinha e o vínculo do seu tio, o deão João Freire Antão.

¹⁴³² Nascido a 26 de Junho de 1664, António de Távora foi Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, 10º senhor do Morgado dos Cernaches, 6º do Morgado de Macieira de Sarnes, e 3º do Morgado de Lemes em Loivos da Ribeira, guarda-mor da saúde, vereador, e almotaçé na cidade do Porto, etc (CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 12). Era filho de Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache e Maria Inês, neto paterno de Martim de Távora de Noronha e D. Maria Leme, e neto materno de Baltazar Fernandes e Inês Fernandes, lavradores (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 518).

¹⁴³³ IDEM, *Ibidem*, p. 524.

¹⁴³⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 528.

¹⁴³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 525.

¹⁴³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 528 e 530.

¹⁴³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 523.

¹⁴³⁸ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 12.

¹⁴³⁹ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 524.

O deão Jerónimo de Távora faleceu em 1754¹⁴⁴⁰. As fontes são contraditórias quanto ao seu herdeiro. Segundo o eminente investigador o conde de Campo Bello, foi sucessora a sobrinha do deão D. Ana de Noronha Leme Cernache, filha de Francisco de Távora de Noronha¹⁴⁴¹; no entanto, os documentos do Cabido indicam como herdeiro do deão o seu irmão Vicente de Távora de Noronha¹⁴⁴². (Vd. ils. 67)

Tendo nascido a 8 de Fevereiro de 1711 - um mês antes do falecimento do seu pai¹⁴⁴³ - na Rua das Flores, onde os seus pais residiam, Vicente de Távora foi Cavaleiro da Ordem de Malta, tal como seu irmão Roque. Sendo embaixador do Grão-Mestre D. António de Vilhena, a 7 de Janeiro de 1736 apresentou a D. João V o tributo anual de dois falcões¹⁴⁴⁴. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia em 1744-1745¹⁴⁴⁵.

Para evitar que a varonia Távora se extinguísse, obteve a dispensa dos votos para se casar com a sua sobrinha D. Ana de Noronha a 20 de Fevereiro de 1746, cuja cerimónia se realizou na Capela de Vandoma, tendo sido presidida pelo deão Jerónimo de Távora. Foi Moço Fidalgo da Casa Real, vereador da Câmara em 1749 e 1752, guarda-mor da saúde em 1750¹⁴⁴⁶ e, entre 1757 e 1775, conselheiro da Primeira Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, provedor da Segunda, vice-provedor da Terceira, e conselheiro da Quarta¹⁴⁴⁷.

A 23 de Fevereiro de 1757 eclode um motim na cidade, contra a Companhia Geral da Agricultura. Considerado um crime de lesa-majestade, a população portuense foi punida com severidade¹⁴⁴⁸. Quando o castigo imposto foi levantado, por deliberação camarária de 9 de Outubro de 1757, foram nomeados dois delegados para irem à corte agradecer ao rei. Tratavam-se de dois dos mais importantes cidadãos da cidade, João de Figueiroa Pinto, e Vicente de Távora de Noronha¹⁴⁴⁹.

¹⁴⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 527.

¹⁴⁴¹ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 14.

¹⁴⁴² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 918, fl. 154v., vd. qd. n.º 50 no Apêndice.

¹⁴⁴³ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e - *Ob. cit.*, p. 531.

¹⁴⁴⁴ CAMPO BELLO, Conde de - Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém, *ob. cit.*, p. 67.

¹⁴⁴⁵ REIS, Henrique Duarte e Sousa - *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, *ob. cit.*, vol IV, p. 289.

¹⁴⁴⁶ CAMPO BELLO, Conde de - Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém, *ob. cit.*, p. 68.

¹⁴⁴⁷ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e - *Ob. cit.*, p. 531.

¹⁴⁴⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da - Tempos Modernos, *ob. cit.*, p. 282.

¹⁴⁴⁹ BASTO, Artur de Magalhães - Uma embaixada auspiciosa. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 69, n.º 199 (23 de Julho de 1937), p. 1, e BASTO, Artur de Magalhães - Termo infeliz de uma embaixada auspiciosa. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 69, n.º 206 (30 de Julho de 1937), p. 1.

Devido à tentativa de regicídio perpetrada contra a vida do rei D. José, a 3 de Setembro de 1758¹⁴⁵⁰, e a consequente condenação dos Távoras, foi proibido o uso deste apelido; proibição que se estendeu ao ramo portuense da família¹⁴⁵¹ - os burocratas do Cabido portuense riscaram nos livros da fazenda a palavra proscrita¹⁴⁵².

Vicente de Noronha faleceu na Casa de Vandoma¹⁴⁵³ a 29 de Abril de 1779, sendo sepultado na Sé do Porto¹⁴⁵⁴. A sua mulher, D. Ana de Noronha Leme Cernache, que lhe sucedeu como foreira¹⁴⁵⁵, morreu a 6 de Junho de 1807.

Não havendo varões do casal, foi herdeira das várias propriedades vinculadas, a filha mais velha D. Antónia de Noronha Leme Cernache. Por sentença da Relação do Porto, a filha segunda, D. Ana Rosa, ficou com a Quinta e o palácio do Freixo, e outras propriedades¹⁴⁵⁶. Esta última senhora, nascida na Casa de Vandoma a 28 de Março de 1757, foi casada com João António Salter de Mendonça - foi provavelmente devido à influência do seu poderoso marido que D. Ana Rosa herdou avultados bens que durante séculos pertenceram aos seus familiares¹⁴⁵⁷.

Nasceu D. Antónia na Casa de Vandoma a 11 de Março de 1748. Casou a 10 de Abril de 1785 com Bernardo de Mello Vieira da Silva e Menezes¹⁴⁵⁸,

¹⁴⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ob. cit.*, vol. VI, p. 38.

¹⁴⁵¹ CAMPO BELLO, Conde de – *Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém, ob. cit.*, p. 68.

¹⁴⁵² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º923, fl. 160v., vd. qd. n.º 55 no Apêndice.

¹⁴⁵³ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 532.

¹⁴⁵⁴ CAMPO BELLO, Conde de – *Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém, ob. cit.*, p. 68.

¹⁴⁵⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 34, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁴⁵⁶ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 532.

¹⁴⁵⁷ João António Salter de Mendonça foi secretário de Estado e Membro do Governo do Reino, encarregado dos Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, procurador-geral da Coroa e chanceler da Casa da Suplicação, desembargador do Paço, regedor das justiças, desembargador da Casa da Suplicação, deputado e procurador da fazenda da Junta do Tabaco, deputado da Sereníssima Casa de Bragança, guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, presidente da Comissão de Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura, presidente da Comissão da Nova Reforma de Pesos e Medidas, desembargador da relação do Rio de Janeiro, ouvidor geral do cível, provedor da coroa e fazenda real e deputado da Fazenda da mesma cidade, onde foi também porteiro e guarda-mor da Alfândega, etc. Foi ainda Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de São Pedro de Farinha-Podre, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e visconde de Azurara (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto, ob. cit.*, pp. 17-19). Salter de Mendonça foi proprietário do Palácio Azurara, em Lisboa, onde actualmente se encontra a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (VALE, Teresa Leonor – *Implantação e integração urbanística. In VALE, Teresa Leonor; PAIS, Alexandre; FREIRE, Fernanda Castro - Guia Museu. Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2001. ISBN 972 82 53-31-1, p. 16).

¹⁴⁵⁸ Era filho de Cristóvão José de Mello de Macedo, Fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Porto de Rei, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Maria Jacinta Bernarda de Menezes (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 534).

Bernardo de Mello foi Fidalgo da Casa Real, guarda-mor da saúde¹⁴⁵⁹, vereador em 1791, 1794, 1797, 1808 e 1811¹⁴⁶⁰, chefe das Cinco Brigadas, capitão-mor graduado, deputado da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e cavaleiro das Ordens de Cristo, e da Torre e Espada. Bernardo de Mello teve um papel relevante na restauração da soberania nacional¹⁴⁶¹ a 18 de Junho de 1808¹⁴⁶².

D. Antónia de Noronha Leme Cernache faleceu em 10 de Maio de 1811, sendo herdeiro o seu único filho Vicente de Mello Noronha Leme Cernache¹⁴⁶³.

13.2.- A casa.

Apesar da relevância que esta habitação tinha na cidade, como construção de alguma imponência, e o facto de ter sido morada de uma das mais selectas famílias, a Casa de Vandoma não resistiu às pressões a que foi sujeita desde que foi iniciada a sua construção. Tal facto deveu-se não só ao seu tamanho, que trouxe problemas a nível da

¹⁴⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 534.

¹⁴⁶⁰ PORTO, Gabinete de História da Cidade – Os «Homens da Governança» do Município do Porto desde 1428 até 1949. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Câmara Municipal do Porto. Vol. 12, n.º 3-4 (1949), p. 314-316, 318-319.

¹⁴⁶¹ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 534.

¹⁴⁶² SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto Oitocentista, *ob. cit.*, p. 453.

¹⁴⁶³ Tendo nascido a 18 de Julho de 1789 na Rua dos Ferradores, onde os seus pais moravam, foi Moço Fidalgo da Casa Real, coronel agregado ao Regimento de Milícias do Porto, guarda-mor da saúde e vereador da Câmara Municipal do Porto. Casou com D. Maria do Carmo Guedes Cardoso de Carvalho, filha de Sebastião Guedes Cardoso de Carvalho, senhor da Casa de Adbarros, e de sua mulher D. Antónia Floriana de Mello de Macedo e Menezes (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 535). Única herdeira deste casal, D. Antónia de Noronha Guedes Cardoso de Carvalho Leme Cernache ficaria órfã muito jovem. Tendo nascido a 20 de Novembro de 1827, com o falecimento do seu pai em 1834 (CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 15) ficou dona de uma vasta fortuna, a qual foi administrada por seu tio materno António Perfeito Pereira Pinto Osório, Fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Corredoura, na freguesia de Cambres, concelho de Lamego. Tendo levado a sobrinha para a Corredoura, com ela veio a casar (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 537). em 29 de Fevereiro de 1840. D. Antónia residiu temporariamente na Casa de Vandoma, uma vez que tinha outras casas nas suas vastas propriedades, para onde se retirava. A 11 de Setembro de 1857 faleceu na casa da Rua dos Cònegos, contando apenas 29 anos (IDEM, *Ibidem*, p. 539). Não tendo havido descendência do seu casamento, foi herdeiro dos vínculos que lhe vieram pela parte paterna, o seu primo Álvaro Leite Pereira de Mello e Alvim, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, senhor das Casas e Quintas de Campo Bello, Atães, S. João Novo, etc. Os bens que herdou de sua mãe ficaram para o marido, assim como o recheio de todas as suas casas (CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 16), Os bens livres da herança passaram para a Santa Casa da Misericórdia (CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *Ob. cit.*, p. 540). António Perfeito ficou usufrutuário da Casa de Vandoma (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, 5272, fl. 37). Após o seu falecimento em 1876 (VILLAS-BOAS, Manuel – *Os Magalhães. Sete séculos de aventura*. Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1998, p. 537), a Santa Casa tomou posse da residência e vendeu-a a Lourenço da Silva Teixeira Magalhães, a 12 de Julho de 1877 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 37, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). No final desse ano a Câmara expropriou a propriedade, sendo lavrada a escritura a 22 de Dezembro (A.H.M.P., Expropriações n.º 56, fl. 32v., vd. doc. n.º 83 no Apêndice).

privacidade dos vizinhos, mas também à sua localização no tecido urbano e à configuração do terreno que ocupava.

Ocupando o local onde se erguiam as cinco casas anteriores, a Casa de Vandoma não foi edificada nos cinco lotes em simultâneo. Dispondo de um terreno comprado, em 1690, e dois herdados, o deão fez um contrato de construção da casa em 27 de Agosto de 1691¹⁴⁶⁴. Embora o documento não indique o autor dos riscos, provavelmente foi o padre Pantaleão da Rocha de Magalhães, um dos maiores arquitectos da época, que assina como testemunha¹⁴⁶⁵.

Tendo sido então iniciadas as obras, dois anos depois o deão adquire a casa do abade António do Couto. O documento, lavrado em 18 de Maio de 1693, refere que o deão «reedificava as suas cazas que tem e pessue na Rua dos Conigos de Redemuinhos e pera poder fazer cazas nobres lhe era nesessario alargalas o que não podia fazer em boa forma sem meter nelas as cazas»¹⁴⁶⁶ do abade. No mês seguinte, no dia 25, compra a última casa, situada a norte da anterior.

Com estes dois últimos lotes, o deão passou a dispor de um terreno de dimensões consideráveis. A casa já iniciada, foi assim aumentada possibilitando, ao deão, morar numa grande habitação, uma casa nobre, como pretendia. O terreno que a Casa de Vandoma ocupou encontrava-se no início da rua, a norte, e na sua banda nascente. Confrontava a norte com o Largo da Sé, a sul com a Casa dos Alcoforado II, a este com a Viela de Santa Clara, e a oeste com a Rua dos Cónegos.

O contrato de construção indica a configuração que a habitação deveria ter. Segundo esta fonte, o frontispício principal teria três portadas, a mais importante das quais, de maiores dimensões, teria um frontão igual ao das janelas¹⁴⁶⁷. A única imagem que conhecemos onde está representada uma janela de sacada da Casa de Vandoma, foi realizada em 1833¹⁴⁶⁸. Essa janela tem um frontão triangular. Seria então este tipo de frontão que as janelas de sacada e a portada principal teriam. Uma das portadas mais pequenas ficava virada para a escada do aljube – este edifício encontrava-se a norte do Largo da Sé – e a outra próxima da casa do arcediogo da Régua, a Casa dos Alcoforado

¹⁴⁶⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo*, *ob. cit.*, p. 32.

¹⁴⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 33.

¹⁴⁶⁶ A.M.P., H. B.^{CO} 9º n.º 31, fl. 51v., vd. doc. n.º 19 no Apêndice.

¹⁴⁶⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 65.

¹⁴⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 69.

II. Disporia também de um arco, certamente de acesso às cavaliças, com doze palmos e meio de altura, tendo capitéis dóricos e bases toscanas¹⁴⁶⁹.

No entanto, o frontispício principal, orientado para a Rua dos Cónegos, teve que sofrer alterações em relação ao projecto inicial. Como a habitação estava a ficar com grandes dimensões e encontrava-se demasiado próxima da Casa das Colunas, que ficava na banda poente da rua, surgiram problemas relacionados com a privacidade. Os moradores desta última casa, o licenciado José Mendes Portugal, em seu nome e como procurador de seu pai, António de Oliveira, conseguiram embargar as obras. Para que estas continuassem, o deão teve que ceder a exigências referentes às aberturas da casa que o licenciado lhe apresentou, e que constam num documento de 13 de Dezembro de 1695¹⁴⁷⁰. Assim, o frontispício não podia ter janelas no piso nobre que dessem para a parede do pátio da Casa das Colunas. Estava autorizado, no entanto, a mandar fazer frestas «em tanta altura que pessoa alguma de caza delle reverendo deão possa dominar com a vista pessoa alguma e so com a mão se possa abrir e fechar». Era ainda consentida uma janela no início do frontispício e, na parte final, próximo da casa do arcediogo da Régua, a Casa dos Alcoforado II, podia ter duas janelas de sacada «com declaração que o senhor desembargador coregedor desta comarca hira ao tempo que as ditas janellas se deveram de fazer asinar o lugar em que se devem abrir para que dellas se não devasse a varanda de baixo dele outorgante [o licenciado]». No sobrado abaixo do piso nobre, que supomos ser a sobreloja, o deão teria as janelas de peitoril que pretendesse¹⁴⁷¹. Aceites as condições, as obras foram então retomadas.

Na imagem de 1833, a fachada nascente da casa está representada com um andar nobre, uma sobreloja e um piso inferior. No piso principal abre-se uma janela de sacada encimada por um frontão triangular, com uma varanda, de gradeamento de ferro, assente em quatro cachorros agrupados dois a dois. A sobreloja tem uma simples janela de peitoril no alinhamento da janela de sacada. O frontispício é limitado lateralmente por uma pilastra, e superiormente por um entablamento, decorado com cachorros, onde se apoia um beiral saliente. Uma faixa de pedra separa o piso nobre da sobreloja. (Vd. ils. 66)

As características que a imagem nos fornece sobre a casa, permitem incluí-la numa tipologia da qual se encontram ainda hoje exemplares na cidade. Estas habitações têm

¹⁴⁶⁹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33.

¹⁴⁷⁰ A.D.P., Po-01º, 4ª série, n.º 201, fl. 93v., vd. doc. n.º 21 no Apêndice.

¹⁴⁷¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 94., vd. doc. n.º 21 no Apêndice.

como elementos mais típicos a severidade geral das fachadas, a repetição rítmica das aberturas, e a relevância do andar nobre com janelas de sacada rematadas com frontões.

O documento de 1691, e outro de 4 de Novembro do mesmo ano, sobre a obra de carpintaria, mencionam os vários espaços interiores que a Casa de Vandoma teria, sendo de salientar o número de salas, e o cuidado conferido à decoração dos tectos em masseira.

No piso nobre, a sala principal teria «sincoenta e tantos palmos de comprido e vinte e tantos de largo». Segundo o contrato de carpintaria, o tecto dessa sala será «oitavado e os rompantes delle e guarniçoes serão feitas como as do forro das cazas de Ventura Rodrigues e a repartição do dito forro será feito como as da Igreja de São Bento das Freiras com sua cornija [...] e os coatro cantos levarão hum florão em cada canto com suas pinhas [...] e nas cruzetas dos rompantes levarão suas rozas; declaro que os paineis desta caza grande serão lisos [...], para se poderem dourar ou pintar». Teria duas janelas de sacada para a rua, uma para o pátio, e uma de peitoril ao pé da casa do arcediogo da Régua. A sala do oratório, que estaria ligada à sala principal, teria duas janelas de peitoril. A sala comunicaria ainda com uma «antecaza», talvez a sala que ficaria sobre a portada principal do frontispício, com a sala do arco, que teria duas janelas de sacada para a rua, e uma para um pátio, e com a sala de Santa Clara¹⁴⁷².

Esta última - que como o nome indica estaria virada para nascente onde se encontra o Mosteiro de Santa Clara – serviria de escritório, e teria o tecto em castanho «com seus painéis, e com seus rompantes de meio redondo, e seus florois e pinhas que forem necessarias», duas janelas de sacada «de cruzetta com suas almofadas», e uma porta de almofadas sobrepostas. Ligada à sala anterior, uma «antecaza», ou antecâmara, receberia um tecto do mesmo género, e uma porta de acesso à escada. Por baixo destas duas salas, na sobreloja, ficaria uma sala e uma «antecaza», recebendo a primeira um tecto de castanho subdividido «com seus rompantes de meio redondo e com seus paineis», e teria duas janelas de peitoril, e a segunda um tecto igual à sala. Por baixo destas situar-se-á a cozinha com a respectiva «chiminê», janelas de peitoril e uma porta para a Viela de Santa Clara. Comunicando com a cozinha, uma despensa e uma «antecaza» com uma janela de peitoril e uma porta para o pátio. É ainda mencionada uma sala da torre¹⁴⁷³, a Torre das Feiticeiras.

¹⁴⁷² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 33-34.

¹⁴⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 32-33.

Durante a realização das obras, o deão habitava o Palácio Arronches-Lafões¹⁴⁷⁴. Em 20 de Agosto de 1698 ainda lá morava¹⁴⁷⁵, devido à morosidade da construção da casa.

Como vimos, o embargo às obras originou uma alteração das aberturas da fachada principal, o que pode ter levado a alguma modificação dos compartimentos.

Ao longo século XVIII a Casa de Vandoma seria alvo de transformações mais ou menos profundas, que alargariam o espaço de circulação dos seus moradores a salas situadas nas construções que confinavam com a casa.

Em 1723, D. Micaela, com autorização da Câmara e da Confraria de Nossa Senhora de Vandoma, manda abrir uma porta entre uma sala da sua casa e a Capela de Nossa Senhora de Vandoma.

A 1 de Maio de 1749 o deão da Sé, Jerónimo de Távora de Noronha, obtém, por troca com duas casas que possuía junto à Capela de S. Sebastião¹⁴⁷⁶, o antigo Aljube ou «Carcel Ecclesiastico», pertença do Cabido. Esta vetusta construção ficava a norte da Casa de Vandoma, no Largo da Sé - defronte da Capela de S. Gregório, e da Casa das Colunas - sendo provavelmente construída no último quartel do século XVI¹⁴⁷⁷. Tendo sido alvo de uma reconstrução em 1709, segundo o risco de João Pereira dos Santos, incluía na sua estrutura uma torre, talvez semelhante à medieval Casa da Câmara¹⁴⁷⁸. Com esta troca, o deão deixava de ter por vizinhos os presos e pôde aumentar a Casa de Vandoma, aproveitando os espaços do aljube¹⁴⁷⁹.

O contrato refere que faziam parte desta construção uma torre, quartos, enxovias e uma escada¹⁴⁸⁰. Jerónimo de Távora remodelou o edifício, mandando executar um «novo quarto de bom gosto, e acomodações com que [o] ennobreceu muito»¹⁴⁸¹. É desconhecido o autor destas remodelações. Provavelmente foi Nicolau Nasoni, uma vez que era protegido do deão, e já tinha dado provas do seu talento.

Referindo-se ao Arco de Vandoma, Sousa Reis escreveu que no lado do Largo da Sé tinha sido «levantada sobre esse antigo arco huma parede liza», avançando com a

¹⁴⁷⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 64.

¹⁴⁷⁵ A.M.P., H. B.º 9º n.º 31, fl. 1, vd. doc. n.º 24 no Apêndice.

¹⁴⁷⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Aljube do Porto: Alguns Documentos para a sua História*, ob. cit., p. 431.

¹⁴⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 427.

¹⁴⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 429.

¹⁴⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 431.

¹⁴⁸⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 432.

¹⁴⁸¹ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, *História da Casa de Vandoma*, s/f., vd. doc. n.º 78 no Apêndice.

hipótese provável de ter sido «levantada para vedamento e comunicação interna de algumas das cazas próximas»¹⁴⁸², a Casa de Vandoma e o Aljube.

Além dos documentos de 1691, outros dois, um de 1784 e outro de 1807, dão-nos informações abundantes sobre as divisões da casa. No entanto, não foi seguida uma ordem na apresentação dos vários compartimentos, tornando difícil compreender a sua distribuição na moradia

Divisões da Casa de Vandoma		
1691	1784	1807
Sala de Santa Clara (escritório)	Sala de Santa Clara	Sala do gabinete por cima do arco
Ante sala	Segunda sala	Sala dos espelhos
Sala principal	Segunda sala de visitas	Sala que serve de tribuna à capela
Sala do oratório	Segunda sala do deão	Sala das chitas
Ante sala sobre a porta principal	Primeira sala do Aljube	Sala imediata à tribuna
Sala do arco	Segunda sala do Aljube	Sala das visitas de Vandoma
Sala	Sala do deão	Sala de Santa Clara, de visitas
Ante sala	Sala dos espelhos	Sala de São Gregório
Cozinha	Quarta Sala	Quarto
Despensa	Quarto de Santo António do deão	Sala dos santos
Ante sala	Sala da chita	Águas furtadas
Sala da torre		Sala da despensa
		Sala da copa
		Quarto dos moços
		Casa da tulha
		Cavaliárias
		Cozinha
		Despensa
		Quarto da livraria
FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII, <i>ob. cit.</i> , pp. 33-34.	FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto na Época Moderna, <i>ob. cit.</i> , p. 65.	A.M.P., H. B A.M.P., H. B. ^{CO} 9º n.º 31

A abertura da passagem para a Capela de Vandoma, e a aquisição do Aljube, levaram a que alguns espaços fossem remodelados ou tivessem as suas funções alteradas, dando origem às duas salas do aljube e à sala que servia de tribuna à capela. Também o local destinado a escritório mudaria da sala de Santa Clara (1691), para a sala por cima do arco (1807). Pelo contrário, outros compartimentos do piso nobre parece terem mantido as mesmas características a nível decorativo, ao longo de vários anos (1784-1807): a sala dos espelhos e a sala da chita.

¹⁴⁸² BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 76.

O documento de 1784, de 21 de Dezembro, de paga e quitação feito entre D. Ana de Távora e Noronha Leme Cernache e a sua filha D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache¹⁴⁸³, além de indicar os vários compartimentos da casa, tem também o registo dos móveis e outras peças que se encontravam em cada um deles.

Constata-se que não havia uma grande variedade de peças de mobiliário, o que está de acordo com o que era hábito nos interiores portugueses setecentistas, sobretudo na primeira metade do século. No inventário lavrado em Janeiro de 1706¹⁴⁸⁴ dos bens do Paço da Bemposta, que tinham pertencido à rainha de Inglaterra D. Catarina de Bragança, foram apontados poucos móveis¹⁴⁸⁵. Ao longo do século esta situação foi-se alterando, de forma lenta, sobretudo a partir do reinado de D. José I¹⁴⁸⁶, com o aparecimento de uma maior diversidade de móveis¹⁴⁸⁷. No entanto, na Casa de Vandoma a tradição ainda persistia em 1784; bem como no Paço dos Bispos do Porto 1809¹⁴⁸⁸.

Se a variedade de mobiliário era ínfima, entre as peças registadas o que mais se destaca são os vários jogos de cadeiras. Estavam agrupadas em conjuntos que variavam entre quatro e dezoito. Na generalidade cada sala tinha um jogo de cadeiras, excepto a segunda sala que dispunha de três. O facto de uma sala ter um número elevado de cadeiras, indica tratar-se de um espaço amplo, destinado a receber¹⁴⁸⁹.

Como era costume, as cadeiras ficavam encostadas às paredes da sala, umas a seguir às outras¹⁴⁹⁰. Sendo considerados os melhores lugares do aposento, aqui se sentavam as visitas mais importantes, enquanto o dono da casa ficava num tamborete em frente aos convidados. O espaço central da sala era destinado a diversas actividades como a dança, o jogo, ou a conversação¹⁴⁹¹. Nestas ocasiões, para maior comodidade, os criados traziam móveis de assento, ou deslocavam os que estavam junto das paredes,

¹⁴⁸³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 52.

¹⁴⁸⁴ RAU, Virgínia – *Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947, p. 9.

¹⁴⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 20.

¹⁴⁸⁶ SOUSA, Maria da Conceição Borges de Sousa – *Ob. cit.*, p. 32.

¹⁴⁸⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 34.

¹⁴⁸⁸ SMITH, Robert C. – O Antigo Recheio do Paço dos Bispos do Porto. Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXI, Fasc. 3-4 (1968), p. 10.

¹⁴⁸⁹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 158.

¹⁴⁹⁰ OATES, Phyllis Bennett – *Ob. cit.*, p. 104.

¹⁴⁹¹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 175-176.

agrupando-os no centro da sala, junto a uma janela, ou à volta de uma mesa de chá. Posteriormente, eram colocados nos lugares respectivos¹⁴⁹².

Os assentos da Casa de Vandoma eram de couro, ou estofados com damasco, veludo, lã de camelo, ou cabaia. De influência francesa são os assentos estofados¹⁴⁹³. Do século XVII, provém o frequente uso do couro lavrado no mobiliário de assento português¹⁴⁹⁴, hábito que foi desaparecendo ao longo da primeira metade do século XVIII¹⁴⁹⁵, embora ainda se encontrem exemplares na segunda metade¹⁴⁹⁶.

Microcosmos do Portugal setecentista, onde havia uma estreita relação com as colónias, na Casa de Vandoma encontravam-se objectos de luxo que evocavam a América e a Ásia. Do Brasil eram provenientes as madeiras exóticas utilizadas na fabricação das cadeiras, o pau-preto e o pau-amarelo¹⁴⁹⁷. Da Ásia vieram as louças da «Índia», como se costumavam chamar às porcelanas da China¹⁴⁹⁸.

Os objectos mencionados nas salas mais importantes da casa definem um status elevado. Desde o século XVI que a sociedade de elite europeia se rodeou de um número crescente de peças simbólicas¹⁴⁹⁹. Nas habitações portuguesas, o luxo e a quantidade desses objectos espantavam os forasteiros¹⁵⁰⁰. A casa da quinta de Diogo de Mendonça, situada extra-muros de Lisboa, segundo um documento de 1756 tinha algumas das suas salas decoradas com delicadas louças da Saxónia, da China e do Japão, «tais como liões de loiça branca, pratos, canecas, jarras, pagôdes, tigelas, chicaras, bules, garrafas, açucareiros, etc., estando cada peça colocada em sua prateleirazinha»¹⁵⁰¹. A Casa de Vandoma tinha 97 figuras em louça. Número que devia ser relativamente comum nas famílias da alta nobreza setecentistas, como se pode constatar no inventário efectuado em 1704, após a morte de D. Luís de Lencastre (conde de Vila Nova), ao recheio do seu

¹⁴⁹² OATES, Phyllis Bennett – *Ob. cit.*, p. 104.

¹⁴⁹³ SOUSA, Maria da Conceição Borges de Sousa – *Ob. cit.*, p. 31.

¹⁴⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 27.

¹⁴⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 32.

¹⁴⁹⁶ ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Mobiliário de Assento Civil da Casa Museu Guerra Junqueiro*. Porto: [s.n.], 1998. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 99.

¹⁴⁹⁷ COSTA, P. Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 266-267.

¹⁴⁹⁸ SMITH, Robert C. – O Antigo Recheio do Paço dos Bispos do Porto, *ob. cit.*, p. 11.

¹⁴⁹⁹ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 185-186.

¹⁵⁰⁰ SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Ob. cit.*, p. 24.

¹⁵⁰¹ LAMAS, Arthur – A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira (Extra-muros da Antiga Lisboa). Lisboa: Edição do autor, 1924, p. 21.

palácio em Santos-o-Velho, onde estão registadas mais de uma centena de figuras de louça¹⁵⁰².

Indispensáveis numa habitação portuguesa eram também as pratas e os tecidos. As peças de prata não são referidas. Quanto aos tecidos, além dos aplicados nas cadeiras, a Casa de Vandoma dispunha de alguns tapetes, cortinas e tapeçarias. Estas, também apelidadas de panos de Arras, só se encontravam em algumas salas. Os tecidos eram de tafetá, damasco e cabaia, e as únicas cores mencionadas são o verde e o amarelo. Quanto aos tapetes, apenas a sala de Santo António os tinha, em número de 10. Num item à parte, são ainda mencionadas as seguintes peças: um cobertor de damasco encarnado, outro liso forrado de baeta, outro de seda com «assento branco», outro com galão de ouro, um cobertor branco de pêlos, uma colcha de linho bordada de seda amarela, e outra azul com ramos.

Seguidamente são analisados os compartimentos da residência e respectivas peças:

- Sala de Santa Clara - bambinelas de tafetá vermelho, uma tapeçaria do mesmo tafetá, e sete cadeiras de talha dourada com assentos de veludo¹⁵⁰³. Provavelmente orientada para nascente, das suas janelas avistava-se o Mosteiro de Santa Clara. Neste compartimento, a influência da arte religiosa estava patente nos vários elementos que a decoravam. O encarnado, a cor preferida na época, era usada nos paramentos eclesiásticos¹⁵⁰⁴, e a configuração das cadeiras, de talha dourada, provém da arte sacra¹⁵⁰⁵.

- Segunda sala - doze cadeiras de braços com assentos de damasco encarnado, um canapé do mesmo conjunto, quatro cadeiras de talha dourada com assentos de veludo, onze cadeiras de braços de pau-preto torneado, uma tapeçaria de damasco de seda, um lampião de cristal, e três quadros grandes com molduras pretas¹⁵⁰⁶. Tratava-se do aposento de aparato mais importante, onde o número de cadeiras é o mais elevado da casa. Nele encontravam-se móveis de assento luxuosos, as cadeiras de talha dourada e

¹⁵⁰² SOUSA, Maria Teresa de Andrade e – Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova D. Luis de Lencastre. Lisboa: Abril de 1956, p. 49-53.

¹⁵⁰³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 52.

¹⁵⁰⁴ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 147.

¹⁵⁰⁵ PINTO, Maria Helena Mendes – *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 64.

¹⁵⁰⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 52-53.

um canapé, o único mencionado na fonte. Este era um móvel de grande carga simbólica, uma vez que era adquirido apenas pelas pessoas com um estatuto social elevado¹⁵⁰⁷.

- Segunda sala de visitas - dezoito cadeiras de braços com assentos de veludo, sete quadros com molduras pretas, e quatro talhas azuis¹⁵⁰⁸. Este compartimento era menos importante que o anterior, uma vez que o número de assentos é inferior. Os jarrões azuis, possivelmente da China, dão um toque de exotismo.

- Segunda sala do deão - catorze cadeiras de braços com assentos de couro¹⁵⁰⁹. Os assentos de couro eram habituais nos interiores portugueses, sobretudo até à primeira metade de setecentos; nesta altura, a casa foi habitada pelo deão João Freire Antão e pelo deão Jerónimo de Távora. O nome dado ao aposento talvez lhe tenha sido atribuído por causa dos móveis, contemporâneos de um dos deões. São os únicos assentos de couro mencionados no documento.

- Sala do Aljube - cinco talhas de cristal grandes e lapidadas, uma cadeira redonda, vinte e três figuras da «Índia», três cortinas de damasco verde e uma tapeçaria de tafetá amarelo¹⁵¹⁰. Tratando-se de uma sala do antigo Aljube, poderia ser uma das que o deão Jerónimo de Távora de Noronha mandou fazer segundo o extravagante gosto barroco. É de salientar a existência de apenas um móvel de assento, deduzindo-se que este seria assim um aposento que não estava destinado a um grande número de pessoas. As figuras da Índia e as talhas de cristal, atribuíam um carácter mais refinado a esta sala.

- Segunda sala do antigo Aljube – doze cadeiras de pau-amarelo com assentos de cabaia, quatro cortinas de cabaia, uma tapeçaria de tafetá pintado, e um cofre de louça para chá¹⁵¹¹. Mais importante que a anterior, uma vez que podia acolher um maior número de pessoas, esta sala também deve ter sido remodelada na época do deão Jerónimo. Tratava-se de um espaço de convívio, onde o chá podia ser servido.

- Sala do deão - quatro leões de louça¹⁵¹². Seria presumivelmente uma sala de passagem, onde as figuras decorativas eram a nota dominante. Como noutra sala supracitada, algo no aposento aludia a um dos dois capitulares.

- Sala dos espelhos - espelhos e respectivas guarnições, doze cadeiras sem assentos, duas mesas de jogo, um fogão, setenta figuras de louça e um tremó com um caixilho¹⁵¹³.

¹⁵⁰⁷ SOUSA, Jaime Manuel – Mobiliário. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 298-299.

¹⁵⁰⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 53.

¹⁵⁰⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

¹⁵¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

¹⁵¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

¹⁵¹² IDEM, *Ibidem*, p. 53.

Devia tratar-se de um local de convívio mais descontraído do que as salas de aparato, onde se podia jogar, e o fogão criava um ambiente acolhedor nos dias mais frios. Os espelhos, sendo objectos raros em Portugal nos anos oitenta de setecentos, como refere William Beckford¹⁵¹⁴, conferem a esta sala uma grande singularidade. O tremó, um móvel sumptuoso, era bastante caro o que limitava a sua aquisição às camadas mais elevadas da sociedade. Não tinha uma função utilitária, apenas servia para ser admirado¹⁵¹⁵. Era em talha dourada, e composto por uma mesa e um espelho¹⁵¹⁶. As mesas de jogo tinham um grande sucesso. De pequenas dimensões, nelas podia-se jogar às damas ou às cartas¹⁵¹⁷. Quanto às cadeiras mencionadas na fonte, eram móveis onde os assentos podiam ser retirados e trocados por outros, provavelmente aqueles que estão registados no final do documento. Novamente encontramos figuras de louça, cujo número é bastante alto.

- Quarta sala - candeeiro de cristal, mesa de «pau de fora»¹⁵¹⁸. Seria uma sala secundária, talvez de passagem.

- Quarto de Santo António «do mesmo deão» - seis santuários de santos de cera, dez alcatifas antigas, três caixões, sendo um de São Jerónimo, outro de Santo André, e outro de São Pedro, de alabastro, outro caixão com seis santos, sendo um de jaspe, e três mangas de vidro¹⁵¹⁹. Neste compartimento volta a ser aludido o deão. Sendo um dos santos São Jerónimo, talvez o deão fosse Jerónimo de Távora. A quantidade de santos que aqui se encontravam, tornava este espaço um local de culto.

- Sala da chita - dezasseis cadeiras com assentos de camélão, e uma cómoda com pedra mármore¹⁵²⁰. O nome atribuído a esta divisão provém do uso de chita, que devia forrar as suas paredes. Era um local de recebimento, como o número de cadeiras indica. Embora a cómoda já fosse conhecida em Portugal na primeira metade de setecentos, só na segunda metade do século se torna habitual nas casas portuguesas. Tratando-se de uma peça requintada, a cómoda estava destinada a ficar encostada a uma parede do quarto ou da sala para ser observada pelas visitas. Constituída por um conjunto de

¹⁵¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

¹⁵¹⁴ CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Ob. cit.*, p. 154.

¹⁵¹⁵ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 225.

¹⁵¹⁶ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 113.

¹⁵¹⁷ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 195-196.

¹⁵¹⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo*, *ob. cit.*, p. 53.

¹⁵¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

¹⁵²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 53.

gavetas - as mais vulgares tinham três –, os seus pés são curtos e a parte superior é em pedra - como mármore. Servia para guardar os objectos mais preciosos¹⁵²¹.

São ainda mencionados uma cadeirinha de «sahir fora», doze assentos de cadeiras de lã de camelo com flores (talvez sejam os assentos das cadeiras da sala dos espelhos), dois caixões de cabelo, e três de lã.

No documento de 1807, uma sentença de formal de partilhas efectuada após o falecimento de D. Ana de Noronha Leme Cernache, também é mencionado o recheio das salas da habitação. Não se limita no entanto, como o documento antecedente, às mais importantes, uma vez que foram inventariados compartimentos como a cozinha, ou o quarto dos moços. Redigido vinte e três anos depois da fonte anterior, permite constatar as transformações que a Casa de Vandoma sofreu. O documento é rigoroso relativamente ao estado de conservação das peças, havendo várias que se encontravam estragadas, e outras eram consideradas velhas.

No início de oitocentos, a casa dispunha de uma maior variedade de móveis. Desde a segunda metade do século XVIII que na cidade do Porto se encontravam à venda «todo o genero de móveis necessarios para ornar huma casa mais ou menos ricamente, segundo o gosto, posses e qualidade dos compradores, como são as cadeiras, de todo o preço e feitio; mesas de jogo e de comer, catres, canapés, commodas, espelhos, papeleiras»¹⁵²². O comércio de mobiliário na cidade invicta foi impulsionado pela alta burguesia portuense, mobiliário este de forte influência inglesa¹⁵²³.

Era nas salas de importância secundária que se encontravam peças variadas em maior quantidade. Nas salas de aparato, os móveis de assento continuavam a dominar. Cada sala tinha um jogo de cadeiras, excepto a sala do gabinete com dois, e a sala de visitas de Vandoma com três. Os assentos eram em couro, palhinha, damasco, cabaia, chita e veludo, as cores eram verde, amarelo e vermelho, e as madeiras o pau-amarelo, o pau de caixão¹⁵²⁴, o pau-preto, o pinho, a noqueira, o castanho e a gitovia. O pinho, a noqueira e o castanho também são referidos para outros móveis.

Quanto aos tecidos, nos aposentos de aparato apenas estão registados uma tapeçaria, uma alcatifa, e um guarda-porta, além de dois tecidos que cobriam duas mesas. Estava abandonado o antigo hábito de revestir os interiores com tecidos.

¹⁵²¹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 183-186.

¹⁵²² SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, *ob. cit.*, p. 166.

¹⁵²³ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 68.

¹⁵²⁴ A expressão «de caixão» provém do aproveitamento que então se fazia da madeira dos caixões que vinham do Brasil, para a realização de peças de mobiliário (SMITH, Robert C. – *O Antigo Recheio do Paço dos Bispos do Porto*, *ob. cit.*, p. 10).

Outras peças são inventariadas, sem que no entanto nos seja indicado o local onde se encontravam. Roupas brancas: oito novas toalhas de mesa com guarnição, de Guimarães, e várias dúzias de guardanapos. Roupas de cor: dois cobertores encarnados de damasco, um velho reposteiro com um brasão de armas, seis cortinas amarelas de damasco, seis alcatifas de diferentes tamanhos, uma das quais rota, uma mesa de toucador com quatro espelhos e guarnições douradas, e uma cama grande de pau-preto com a sua cabeceira estofada¹⁵²⁵.

As figuras de louça, que no documento anterior quase chegavam à centena, agora reduzem-se a quarenta e cinco. Também são referenciadas, no final do inventário, as seguintes peças de louça provenientes de Inglaterra: quatro cestos de fruta, com os respectivos pratos, uma terrina, seis travessas, e duas manteigueiras¹⁵²⁶.

Nas próximas linhas são analisadas as várias salas que a casa dispunha neste início de oitocentos:

- Sala do gabinete, por cima do arco - doze cadeiras de pau-amarelo com assentos de damasco verde, doze cadeiras muito usadas de pau amarelo com assentos de cabaia pintada, um canapé de pau-amarelo com o estofado danificado, uma poltrona com assento de damasco amarelo, um pequeno contador de pau-amarelo com duas gavetas e ferragem amarela, dezanove figuras da «Índia», dez pianhas de gesso, um fogão de ferro com os respectivos aparelhos, uma tapeçaria velha de tafetá amarelo¹⁵²⁷. Este compartimento servia para receber as visitas em ocasiões festivas, como o demonstram a grande quantidade de móveis de assento. A única poltrona do aposento, sendo um móvel especial, estaria destinada à pessoa mais importante da casa¹⁵²⁸. Os contadores são móveis característicos do século XVII¹⁵²⁹, acabando por desaparecer no início de setecentos. Assim, o pequeno contador desta sala seria uma peça antiga¹⁵³⁰.

- Sala dos espelhos - doze cadeiras de pau-preto com embutidos e assentos de damasco vermelho, duas mesas de pau-preto com embutidos e muito usadas, um lustre com cinco luzes «com suas falhas», um fogão «com todas as suas pertenças com suas faltas», e vinte e seis figuras de louça da «Índia», estando algumas «arruinadas»¹⁵³¹. A

¹⁵²⁵ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 25-25v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵²⁶ IDEM, *Ibidem*, fls. 19-19v.

¹⁵²⁷ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 13v-14v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵²⁸ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 161.

¹⁵²⁹ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 42.

¹⁵³⁰ Os contadores de pequenas dimensões, assim como outras peças de mobiliário, eram concebidos para serem colocados nos estrados onde as mulheres se sentavam. O seu pequeno tamanho tornava-os facilmente transportáveis (IDEM, *Ibidem.*, p. 43-44).

¹⁵³¹ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 14v-15, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

sala dos espelhos já tinha sido mencionada na fonte anterior. O número de cadeiras continua o mesmo. As figuras de louça, que anteriormente eram setenta, agora são apenas vinte e seis. As mesas eram móveis que podiam ter funções diversas, além de poderem servir para se tomarem as refeições. As salas de jantar ainda eram pouco comuns¹⁵³².

- Sala que serve de tribuna da capela - uma velha cómoda de pinho com ferragem amarela, um velho armário pintado, também de pinho e com a cabeça «boliada», um «geneguiador» velho, uma imprensa de roupa, e um armário de pau-preto com vestígios de embutidos, muito velho¹⁵³³. Era um espaço aberto para a Capela de Vandoma, onde os proprietários podiam orar. Nos vários móveis de guarda que se encontravam nesta divisão, podiam ser arrumados os mais diversos objectos. Os armários, móveis de grande altura, eram divididos em duas partes, tendo duas portas na inferior e outras duas na superior. Serviam, por exemplo, para guardar roupa¹⁵³⁴. A «pintura de fingimento» que alguns móveis recebiam, nomeadamente os armários, imitavam os mármore¹⁵³⁵.

- Sala das chitas - cinco cadeiras de pau de nogueira com assentos de chita, usadas, uma mesa antiga e velha de pau-preto e com embutidos, uma papelreira com embutidos antiga e velha, uma cómoda de pau de nogueira com quatro gavetas, ferragem amarela e com pedra mármore, dois retratos em cobre, e duas camas de muleta sem castão¹⁵³⁶. Esta sala já tinha surgido no documento antecedente, mas agora com mais mobiliário. A cómoda com a sua pedra mármore, deve ser a mesma que estava nesta sala em 1784. As papelreiras, cuja forma derivava das cómodas, tinham geralmente quatro ou cinco gavetas, e eram constituídas por duas partes. A inferior com uma forma igual à da cómoda, e a superior com um tampo oblíquo que ao ser aberto possibilitava, nomeadamente, a escrita¹⁵³⁷. As duas camas faziam desta sala um local de repouso.

- Sala ao pé da tribuna - oito cadeiras de braços de couro, muito antigas e velhas, uma mesa de pau-preto muito velha «com vestígios de embotidos», um tremó dourado com o espelho danificado, e uma banca de castanho, muito velha¹⁵³⁸. As antigas cadeiras de couro talvez fossem as mencionadas no anterior documento, e que estavam na segunda sala do deão.

¹⁵³² MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 202.

¹⁵³³ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 15-15v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵³⁴ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 190.

¹⁵³⁵ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 65.

¹⁵³⁶ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 15v-16, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵³⁷ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 196-197.

¹⁵³⁸ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 16, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

- Sala das visitas de Vandoma - quinze cadeiras de braços e pés de garra, com assentos e espaldares de veludo carmesim com franjas, muito velhas, cinco cadeiras de pau de nogueira com assentos de palhinha, cinco cadeiras de pau de gitovia, com guarnição dourada e assentos de veludo carmesim muito velho, um espelho dourado de sala, muito antigo, «com seu vidro competente muito arruinado», duas papeleiras de charão vermelho, muito velhas, cada uma com seu armário com portas de espelho, e dois velhos armários de pinho «que servem de mezas», estando um coberto de tafetá carmesim, e outro de damasco da mesma cor¹⁵³⁹. Situada próximo da Capela de Vandoma, tratava-se de uma grande sala, como se deduz pelo número elevado de móveis de assento, vinte no total. Nela decorriam actividades festivas, onde os vários móveis e peças contribuía para o aparato da divisão. As papeleiras podiam servir de apoio a um oratório¹⁵⁴⁰, ou a um móvel de guarda, como é o caso. As suas portas de vidro possibilitavam, aos convidados, a observação das peças expostas. A pintura acharoadada que as revestia imitava as lacas japonesas ou chinesas (mais comuns). Os motivos eram desenhados a preto e ouro¹⁵⁴¹.

- Sala de Santa Clara, de visitas - um canapé de gitovia, que estava roto, um grande tremó de talha dourada, com o tampo da mesa em mármore, e o espelho partido a meio, uma mesa de taboleiro de chá, um velho guarda-porta de damasco, um lustre de doze lumes, uma velha alcatifa de papagaios, e sete talhas da «Índia da goarnição da mesma salla»¹⁵⁴². O aposento não tem o mesmo recheio que vem assinalado na outra fonte. Agora, há apenas um móvel de assento; seria então um espaço de convívio mais íntimo, onde se servia chá. Embora as peças fossem requintadas, algumas estavam em mau estado.

- Sala de São Gregório - uma cómoda de pau de caixão de guarnição amarela, com três gavetões e duas gavetas, três anteparos muito velhos, e um grande armário de pinho¹⁵⁴³. Este compartimento estava virado para a Capela de São Gregório no Largo da Sé¹⁵⁴⁴.

¹⁵³⁹ IDEM, *Ibidem*, fls. 16-16v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴⁰ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 187.

¹⁵⁴¹ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, pp. 65-66.

¹⁵⁴² A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, *Formal de partilhas...*, fls. 17-17v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴³ IDEM, *Ibidem*, fls. 17v-18, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴⁴ BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*, *ob. cit.*, p. 72.

- Quarto situado ao pé do da defunta - uma velha cómoda de nogueira, com três gavetões e duas gavetas e ferragem amarela, e dois velhos armários de pinho¹⁵⁴⁵. Nos seus móveis provavelmente estavam guardadas roupas da senhora falecida.

- Sala dos santos - um armário de pinho velho, um caixão envidraçado com vários santos, um anteparo forrado a papel de chita, um presépio com o nascimento de Cristo, e um oratório com uma imagem de Cristo¹⁵⁴⁶. Era um espaço reservado a práticas religiosas, como era hábito nas grandes casas de então.

- Quarto da livraria - trezentos e quarenta e nove volumes com capas de pergaminho, e algumas de prata¹⁵⁴⁷.

Além das salas anteriores, onde viviam os donos, faziam parte da habitação outros compartimentos destinados aos criados, e onde estavam armazenados os mais diversos bens¹⁵⁴⁸.

Não sendo indicadas as salas onde se encontravam, no documento são discriminadas as quantidades de cereais e de linho: sete alqueires de trigo, vinte e dois alqueires e meio de centeio, quarenta e dois alqueires de milho-alvo, vinte e sete alqueires de milho¹⁵⁴⁹; vinte e um arráteis de linho assedado, três arráteis de estopa restelada, doze meadas de linha grossa e delgada, e em tiras, cinco das quais delgadas e sete grossas, onze novelos de linha, uma teia de estopa que estava na tecedeira, e outra de linho ordinário que também estava na tecedeira, de nove arráteis, uma teia de estopa de vinte e duas varas, quinze meadas de linho, trinta meadas que estavam a curar, e cinco arráteis de linho assedado¹⁵⁵⁰. A casa dispunha de linho destinado à confecção de tecidos. Esta prática era habitual nas residências setecentistas. O processo de fabricação dos tecidos, podia ser entregue a pessoas que não habitavam a casa, como a tecedeira mencionada no documento. Com esses tecidos faziam-se toalhas, lençóis e camisas, para consumo próprio¹⁵⁵¹.

Os compartimentos destinados aos criados eram os seguintes:

¹⁵⁴⁵ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 18, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, fls. 18-18v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 25v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁴⁸ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 139.

¹⁵⁴⁹ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 25v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 24-24v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵¹ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 234-236.

- Águas furtadas - uma velha mesa de chá de nogueira, uma barra de pau de caixão, duas «paraboas», e dois sarilhos¹⁵⁵². A barra, um simples móvel de repouso, era colocada sobre bancos, improvisando-se uma cama¹⁵⁵³.

- Sala da despensa - uma mesa de abas de pinho e velha, uma maceira de pinho, e três velhos tabuleiros de charão¹⁵⁵⁴. As mesas de abas eram pequenas e tinham formas simples. Facilmente transportáveis, eram colocadas na sala onde se pretendesse tomar uma refeição¹⁵⁵⁵.

- Sala da copa - uma mesa de pinho, velha e de abas, outra mesa de abas, e seis cadeiras de pau de nogueira¹⁵⁵⁶. Nos seus armários estavam arrumados: uma cadeira comprida, um braseiro de cobre, e um moinho de latão quebrado sem seus aparelhos¹⁵⁵⁷. Este compartimento, pelo tipo de móveis que nele se encontravam, servia para os criados comerem, ou apenas nele se guardavam os móveis que eram transportados para os aposentos principais, quando se tornava necessário.

- Quarto dos moços - duas velhas cadeiras de braços de Moscóvia, duas cadeiras de Moscóvia, quebradas, um mocho também quebrado, uma cadeira de braços de palhinha, duas cadeiras de braços, três camas de bancos de pinho com suas testeiras, três enxergões de linhagem com seus travesseiros, quatro armários de pinho dependurados na parede, um armário de pinho velho, uma maceira de pinho, um velho caixão de pinho pintado, uma caixa velha coberta de couro, dois caixões, um toucador de pau-preto «todo quebrado», sete caixilhos com seus vidros velhos e quebrados, meia portada de castanho, uma porta com seu postigo, um tabuleiro comprido de madeira, muito velho, uma escada, uma pipa sem fundo, vários aparelhos de camas desenganchados, e nove paus de pinho de luminárias¹⁵⁵⁸. Nesta sala dormiam pelo menos três criados nas suas camas de bancos, e guardavam-se diversos objectos, muitos deles velhos ou estragados.

- Casa da tulha - três tulhas, uma das quais sem compartimentos, outra com quatro compartimentos, estando um com centeio, e outro com milho-alvo, e outra tulha com dois compartimentos para o trigo, uma velha caixa de castanho, uma escada para subir para as tulhas, uma cadeira de Moscóvia, velha, uma «vaza ate meia quarta com seu

¹⁵⁵² A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 18v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵³ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 210.

¹⁵⁵⁴ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fls. 18v-19, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵⁵ MADUREIRA, Nuno Luís – *Ob. cit.*, p. 202.

¹⁵⁵⁶ A.M.P., H.Bco.9º n.º 31, Formal de partilhas..., fl. 19, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, fls. 23v-24, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, fls. 19v-21, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

razão», três crivos velhos, e uma gamela de pinho¹⁵⁵⁹. Era um espaço destinado ao armazenamento dos cereais.

- Casa da cocheira - duas camas velhas de bancos de pinho com as respectivas testeiras, uma cadeirinha de mão com os seus aparelhos, uma mesa pequena com os pés torneados, uma cama de bancos de pinho com testeira e seu enxergão de linhagem, outro enxergão, uma «dorna» grande, uma meia pipa muito velha, e uma caixa ou caixão muito velho que guarda alcatifas¹⁵⁶⁰. Na cocheira, onde apenas se encontrava uma cadeirinha, a criadagem podia pernoitar.

- Cozinha - duas panelas de ferro estando uma furada, uma panela de ferro grande com asas, duas panelas de folha, duas caçarolas de folha, um caneco pequeno, duas trempes velhas e quebradas, três gamelas de pau, um «coco» de cobre para tirar água, colheres e louça vária de cozinha, um armário velho de pinho, duas cadeiras de ferro pequenas e velhas, uma foice, um machado, uma enxada, e uma pá de ferro¹⁵⁶¹.

- Despensa - um pequeno almofariz de cobre «com sua mão», dois tabuleiros de cobre com cabos de pau, três bogias de latão muito velhas, e mais quatro de folha também velhas, quatro candeeiros de latão velhos e rotos, três tachos de latão velhos e rotos, duas bacias dos pés, uma das quais grande, dois tachos pequenos, um enxugador de cobre, um tacho de latão sem asas, uma velha caçarola de ferro com sua tampa, e doze pratos de guardanapo¹⁵⁶².

Os anos de oitocentos seriam fatais para a casa. A duas fases de demolições sucedeu a sua eliminação definitiva, na segunda metade do século. Este destino, inevitável aos olhos dos progressistas da época, prende-se com a sua localização na malha urbana.

Encontrando-se ao pé do Arco de Vandoma, do Largo da Sé e da Rua dos Cónegos, esta grande habitação dificultava a normal circulação de pessoas e animais, que nesse local era intensa.

Com o propósito de alargar a rua no seu início, vários moradores propuseram à Câmara a demolição de parte da Casa das Colunas e da Casa de Vandoma¹⁵⁶³. Deste modo, libertava-se terreno «não so para a entrada da rua, como para a servidão e logradouro publico naquelle [o Largo da Sé] sitio que por ser proximo à cathedral» precisava de «hum espaço amplo para as diferentes funcoens de concurso e postação da

¹⁵⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, fls. 21-21v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 21v-22, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁶¹ IDEM, *Ibidem*, fls. 22-23, vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁶² IDEM, *Ibidem*, fls. 23-23v., vd. doc. n.º 72 no Apêndice.

¹⁵⁶³ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298-98, fls. 19v.-20, vd. doc. n.º 74 no Apêndice.

tropa que nellas concorre»¹⁵⁶⁴. O auto de vistoria ao local foi efectuado em Setembro de 1817, sendo logo iniciada a pretendida demolição¹⁵⁶⁵.

A 16 de Agosto de 1855, nos Paços do Concelho, reuniram-se o presidente da Câmara e os vereadores, e o dono da Casa de Vandoma, António Perfeito Pereira Pinto Osório, em seu nome e como procurador da sua mulher, D. Antónia de Noronha Guedes Cardoso de Carvalho Leme Cernache. Era intenção da Câmara demolir a Capela e Arco de Vandoma, assim como o corte das propriedades que com ele estavam contíguas «para alargar e tornar mais espacoza a calçada da que segue da rua Cham para o Largo da Sé Cathedral facilitando o transito publico que no estado em que se acha pela existencia da referida capella e Arco se torna difficil e perigoso, conseguindo-se tambem com a dita demolição o evitar de hum foco de immundicies, e coito de immoralidades a que o mesmo arco servia de escondrijo, bem assim conseguindo-se o desafrontar em parte o edificio da Igreja da Sé Catedral abafado com edificacoens pela maior parte mesquinhas»¹⁵⁶⁶. A Câmara comprometia-se a: reparar todos os estragos resultantes da demolição do arco, nas duas propriedades que o confinavam; o altar e imagem da Capela de Vandoma seria transferido «para huma sala ou lugar decente que lhe fôr designado pelos proprietarios da Casa de Vandoma»; se a Câmara pretender fazer algum corte da casa no seu lado nascente para alinhamento da Rua Chã, compromete-se a «mandar logo construir huma parede nova na parte demolida [...] com todas as portas janellas, caixilhos e vidraças segundo o risco da dita caza, tudo bem feito»; se a água para o Paço Episcopal continuasse a ser conduzida por um aqueduto e o encanamento atravessasse a Casa de Vandoma, como até então sucedia, a Câmara comprometia-se a manter a pena de água que a casa possuía¹⁵⁶⁷.

No mês anterior, em 9 de Julho, foi lavrado um documento com a estimativa dos gastos referentes a todo o processo de demolição do arco: a «Transferencia do altar, retabulo, imagem da Nossa Senhora da Vandoma em pedra a qual será de altura nove palmos, para o segundo andar da caza da Vandoma», a «Demolição dos arcos, e abobeda em que pouza a dita capella», e os «Reparos nas paredes das cazas pela dita demolição», ficariam por 174\$000 reis; a demolição do frontispício norte da Casa de Vandoma - o que possibilitava o alinhamento com a Rua Chã - e a construção de um novo frontispício, «conforme o actual prospecto nela existente, peças novas de

¹⁵⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 34v., vd. doc. n.º 76 no Apêndice.

¹⁵⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, fls. 19v.-20v., vd. doc. n.º 74 no Apêndice.

¹⁵⁶⁶ A.H.M.P., Nota Própria, L.º 50, n.º 5150, fls. 42v.-43. vd. doc. n.º 80 no Apêndice.

¹⁵⁶⁷ A.H.M.P., Nota Própria, L.º 50, n.º 5150, fls. 43-43v. vd. doc. n.º 80 no Apêndice.

esquadria, tanto de pedra como de madeira, grades de ferro, ferragens percizas, trolha, pintor, e vidros, e mais reparos percizos cauzados pelo dito corte», assim como um segundo corte «princiando do lado norte para o sul até ao centro aonde actualmente esta uma pilastra», ficando tudo por 2.400\$000 reis¹⁵⁶⁸.

Com a morte de D. Antónia de Noronha, a Misericórdia herdou a Casa de Vandoma. António Perfeito Pereira Pinto Osório ficou usufrutuário, e herdou todo o recheio das várias casas da sua mulher¹⁵⁶⁹.

Com a morte de António Perfeito, a 12 de Julho de 1877 a Misericórdia vende a casa a Lourenço da Silva Teixeira de Magalhães por 4.464\$000 reis¹⁵⁷⁰. Por pouco tempo, a Casa de Vandoma ficaria na posse do novo proprietário.

Como a Câmara continuava interessada em tornar o Largo da Sé mais desafogado, a 20 de Agosto do mesmo ano é elaborada uma planta do local, onde é proposto outro corte à casa, fazendo-a alinhar com a Rua Chã. Esse corte eliminaria cerca de metade da habitação. Esta proposta foi aprovada a 15 de Novembro¹⁵⁷¹ (Vd. ils. 68, 69). A 22 de Dezembro a propriedade foi expropriada, sendo paga a Lourenço de Magalhães a quantia de 5.699\$105 reis¹⁵⁷². Numa planta de 1883, a casa já tinha sido demolida¹⁵⁷³.

Na fachada poente da Ordem dos Arquitectos, erguida no local onde se situava a habitação vizinha da Casa de Vandoma, encontra-se uma pilastra seiscentista¹⁵⁷⁴. Provavelmente essa pilastra é o que resta da grande casa que acabamos de analisar.

14.- A Casa dos Alcoforado II.

14.1- Os foreiros e os moradores.

No final do século XVII, a casa foi adquirida por João de Sousa Lima, arcediogo da Régua¹⁵⁷⁵. A varonia da sua família era Alcoforado, com origem no tempo de D. Afonso

¹⁵⁶⁸ A.H.M.P., Documentos Originais, n.º 5751, ano de 1855, n.º 8, s/f., vd. doc. n.º 74 no Apêndice.

¹⁵⁶⁹ CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha, *ob. cit.*, p. 16.

¹⁵⁷⁰ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 37, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁵⁷¹ A.H.M.P., Carta da cidade, D/CMP/2/348.

¹⁵⁷² A.H.M.P., Expropriações n.º 56, fls. 32, vd. doc. n.º 85 no Apêndice.

¹⁵⁷³ A.H.M.P., MNL, 6/A'-8.

¹⁵⁷⁴ REAL, Manuel [*e al.*] – *Ob. cit.*, p. 15.

¹⁵⁷⁵ A propriedade, que fazia parte do património do Cabido, pertenceu ao arcepreste João Alves Pais, ao qual sucedeu o licenciado João Pais, abade de Mafamude. O prazo feito a este último a 27 de Setembro de 1560, era de vidas, com a renda de 920 reis e duas galinhas (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 11, vd. doc. n.º 4 no Apêndice) e tinha laudémio (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 39, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Os foreiros seguintes foram: Helena Pais, irmã do antecedente

II. Os seus antepassados tinham-se estabelecido em Guimarães, como senhores da Quinta de Vila Pouca¹⁵⁷⁶. Com o arcediago, inicia-se um período em que esta família, ao longo de várias gerações, deteve a habitação.

João de Sousa Lima tomou posse do arcediagado da Régua a 25 de Agosto de 1663¹⁵⁷⁷. Renunciou no seu irmão, António de Sousa Magalhães¹⁵⁷⁸, em 1683¹⁵⁷⁹.

Os livros da fazenda referem o arcediago João de Sousa Lima como morador e foreiro da casa até 1707/8¹⁵⁸⁰. Foi também foreiro da Casa dos Alcoforado I.

Sobre os foreiros que lhe sucederam, as várias fontes consultadas não nos indicam as mesmas pessoas. Segundo o Roteiro de Prazos do Cabido e os livros da fazenda, seguiu-se ao arcediago o seu sobrinho Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado¹⁵⁸¹, o qual foi foreiro até 1748/9¹⁵⁸². No entanto, os livros da décima referem que a casa pertencia ao irmão do arcediago, António de Sousa Magalhães¹⁵⁸³. Sendo ou não foreiro, este habitou a casa¹⁵⁸⁴.

Natural de Guimarães¹⁵⁸⁵, por renúncia do irmão tomou posse do cargo de arcediago da Régua a 21 de Julho de 1683¹⁵⁸⁶. No período de Sede Vacante de 1717 a 1741, foi adjunto¹⁵⁸⁷. Faleceu a 23 de Fevereiro de 1737¹⁵⁸⁸.

(A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 11, vd. doc. n.º 4 no Apêndice.); Catarina Pais de Chaves; Francisco Chaves Pais, abade de S. Cristóvão de Mafamude e irmão da anterior, ao qual foi feito novo prazo a 19 de Novembro de 1607, com renda de 1400 reis, duas galinhas, e tinha laudémio de 4 hum; Maria Luísa Pais, religiosa de Corpus Christi. Depois de ter pertencido durante várias gerações à família Pais, a propriedade foi vendida ao chantre Francisco de Freitas do Amaral. A natureza do prazo foi então mudada para fateusim, a 2 de Março de 1620, e a renda passou para 1500 reis, três galinhas, e tinha laudémio de 4 hum. Sucedeu-lhe o chantre Fernando Freitas de Mesquita, e a este o seu irmão Dionísio do Amaral Barbosa, morador em Guimarães. A casa foi depois comprada pelo arcediago da Régua João de Sousa Lima (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 39-40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁵⁷⁶ TORRES, João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco e; MESQUITA, Manuel Pereira de Castro de – *Livro de Oiro da Nobreza*. Braga: Tipografia da “Pax”, 1932. Vol. III, p. 575.

¹⁵⁷⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 149. Era filho de Rui de Sousa e Silva, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Helena de Seabra, do Porto, e neto paterno de João de Sousa Alcoforado de Lima e de Maria de Almada, e materno de Bento de Aguiar Caldeira e de D. Auta de Mesquita (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 299).

¹⁵⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 300.

¹⁵⁷⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 142.

¹⁵⁸⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 881, fl. 154, vd. qd. n.º 13 no Apêndice

¹⁵⁸¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice, e A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 884, fl. 154, vd. qd. n.º 16 no Apêndice.

¹⁵⁸² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 881, fl. 154, vd. qd. n.º 13 no Apêndice.

¹⁵⁸³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. n.º 32 no Apêndice.

¹⁵⁸⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 883, fl. 154, vd. qd. n.º 15 no Apêndice.

¹⁵⁸⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 142.

¹⁵⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 142.

¹⁵⁸⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás, Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 56.

¹⁵⁸⁸ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 142.

Segundo o Roteiro de Prazos do Cabido, o foreiro que sucedeu a Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, foi o seu filho Francisco Filipe de Sousa Alcoforado¹⁵⁸⁹. Informação que não está conforme os livros da fazenda que indicam como foreiro outro filho de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, João de Sousa Lima Alcoforado, arcediago da Régua como os seus parentes. Estas últimas fontes, dizem-nos que habitou a casa desde 1746/7¹⁵⁹⁰ e que foi foreiro a partir de 1749/0¹⁵⁹¹.

João de Sousa Lima Alcoforado¹⁵⁹² sucedeu a seu tio-avô, António de Sousa Magalhães, no cargo de arcediago da Régua, a 30 de Junho de 1714¹⁵⁹³. Renunciou em 1753. Juntamente com outros cônegos, assistiu à sessão camarária de 29 de Novembro de 1755, para dar graças a Deus por a cidade do Porto não ter sofrido estragos significativos com o terramoto. Faleceu a 15 de Novembro de 1758¹⁵⁹⁴.

O Roteiro de Prazos do Cabido refere que o foreiro que sucedeu a Francisco Filipe de Sousa Alcoforado foi o seu filho Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado¹⁵⁹⁵, barão de Vila Pouca¹⁵⁹⁶. Mais uma vez estas informações não coincidem com as dos livros da fazenda, segundo as quais ao arcediago João de Sousa Lima Alcoforado seguiu-se o seu sobrinho homónimo e também arcediago da Régua João de Sousa Lima Alcoforado¹⁵⁹⁷, e só depois o referido barão de Vila Pouca¹⁵⁹⁸.

O novo arcediago também morou na casa¹⁵⁹⁹. Por renúncia do seu tio, João de Sousa Lima Alcoforado tomou posse do cargo de arcediago a 2 de Junho de 1753. Faleceu em Guimarães a 29 de Dezembro de 1762¹⁶⁰⁰.

¹⁵⁸⁹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁵⁹⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 912, fl. 155, vd. qd. n.º 44 no Apêndice.

¹⁵⁹¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 155, vd. qd. n.º 44 no Apêndice.

¹⁵⁹² O arcediago João de Sousa Lima Alcoforado era filho de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, Fidalgo da Casa Real, Mestre de Campo de Auxiliares (GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, ob. cit. tomo II, p. 27) e Familiar do Santo Ofício, e de Luísa Mendes, neto paterno de Francisco Sousa e Silva (CUNHA, Albino Lopes – Ob. cit., p. 298), Fidalgo da Casa Real (GAYO, Felgueiras – Ob. cit. tomo II, p. 27), e de D. Gabriela Antónia da Sá e Melo, e neto materno de Bartolomeu Oliveira e Maria Mendes (CUNHA, Albino Lopes – Ob. cit., p. 298-299).

¹⁵⁹³ PINTO, Cónego António Ferreira – Ob. cit., p. 148-149.

¹⁵⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 149.

¹⁵⁹⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁵⁹⁶ TORRES, João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco e; MESQUITA, Manuel Pereira de Castro de – Ob. cit., vol. III, p. 576.

¹⁵⁹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 923, fl. 161, vd. qd. n.º 55 no Apêndice. Os seus pais foram Francisco Filipe de Sousa da Silva Alcoforado (CUNHA, Albino Lopes – Ob. cit., p. 284), Moço Fidalgo da Casa Real (GAYO, Felgueiras – Ob. cit. tomo II, p. 27), vereador da Câmara do Porto (NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – Ob. cit., p. 45), e D. Rosa Maria Viterbo Lencastre, e neto paterno de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado e D. Isabel Francisca Marino Seabra e Silva, e neto materno de Diogo Correia de Sá e Benevides, visconde de Asseca, e de D. Inês Isabel Lencastre (CUNHA, Albino Lopes – Ob. cit., p. 284-285).

¹⁵⁹⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fl. 205, vd. qd. n.º 64 no Apêndice.

¹⁵⁹⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 923, fl. 161, vd. qd. n.º 55 n. Apêndice.

Foi o último dos quatro capitulares da família a residir na Casa dos Alcoforado II.

Em 1804, a casa estava arrendada pelo sobrinho do arcediogo, o foreiro Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, barão de Vila Pouca, tendo como inquilino o deão Luís Pedro de Andrade e Brederode¹⁶⁰¹. Este destacar-se-ia nas duas primeiras e conturbadas décadas oitocentistas. Poderosos eram os seus parentes, os quais decerto o ajudaram a ascender bastante alto na hierarquia capitular: era primo do deão João Pedrossem da Silva, do arcediogo de Oliveira do Douro Inácio Vanzeler¹⁶⁰², e do intendente da polícia Diogo Inácio de Pina Manique¹⁶⁰³. (Vd. ils. 70)

Com apenas 14 anos de idade, por renúncia de João Pedrossem, tomou posse do deado a 22 de Novembro de 1782¹⁶⁰⁴.

A 18 de Junho de 1808, a cidade do Porto revoltou-se contra o exército de Junot que a ocupava. Foi então criada a Junta Provincial do Governo Supremo, cujo presidente era o bispo D. António de São José de Castro. Apesar de se procurar impor alguma ordem na população, os ânimos permaneciam muito exaltados sendo cometidos actos de extrema barbárie. Foi em vão que o bispo exortou à cessação de tais comportamentos. Temendo pela sua segurança e do Paço Episcopal, criou um «Regimento de Voluntários composto de Eclesiásticos Seculares e Regulares». O deão Luís Pedro de Andrade e Brederode foi nomeado coronel, e o arcipreste Pedro António Virgolino, major¹⁶⁰⁵. É o deão coronel que, através de duas proclamações, informa os eclesiásticos da formação do regimento¹⁶⁰⁶, e da permissão do bispo no uso de armas «offensivas, e defensivas em quanto durar a guerra com a França»¹⁶⁰⁷.

¹⁶⁰⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 149.

¹⁶⁰¹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 66v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice. Tendo nascido a 20 de Dezembro de 1768 na cidade de Lisboa (PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, pp. 101-102), foram seus pais José Joaquim Soares de Andrade, coronel de infantaria, ajudante de ordens do duque de Lafões, e D. Maria Brizida de Brederode, e neto paterno de António de Almeida Soares, capitão de infantaria, e de D. Maria Isabel da Visitação, e materno de D. Luís Pedro de Brederode, capitão-de-mar-e-guerra de Portugal, e D. Margarida Úrsula Van Zeller (GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, ob. cit. Tomo Terceiro de Costados, p. 289).

¹⁶⁰² PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Pôrto*, ob. cit., p. 147.

¹⁶⁰³ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, ob. cit. Tomo Terceiro de Costados, pp. 78 e 289.

¹⁶⁰⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Pôrto*, ob. cit., p. 102.

¹⁶⁰⁵ BASTO, Artur de Magalhães – O Clero Portuense e as Armas. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 78, n.º 260 (21 de Setembro de 1946), p. 1 e 3.

¹⁶⁰⁶ FREITAS, Joaquim Joze Pereira de – *Bibliotheca Historica, Politica, e Diplomática*. Londres: Susterrance e Stretch, 1830. Vol. I, p. 118.

¹⁶⁰⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 378.

Na segunda invasão francesa, foi novamente organizado o regimento de eclesiásticos¹⁶⁰⁸. É um contemporâneo que nos diz: «na manhã horrorosa de 29 de Março de 1809, o batalhão de eclesiásticos, postado junto do Arco de Vandoma, foi dos que se ofereceram mais enérgica e corajosa resistência aos invasores. Muitos perderam ali gloriosamente a vida»¹⁶⁰⁹. A valentia demonstrada pelo regimento foi elogiada pelo bispo em Pastoral de 12 de Outubro de 1813, e o rei D. João VI concedeu aos capitulares o tratamento de Senhoria¹⁶¹⁰.

Após a morte do bispo, a 12 de Abril de 1814, o Cabido elegeu um vigário capitular e dois ecónomos, sendo um deles o deão Luís Pedro de Andrade e Brederode¹⁶¹¹.

Opondo-se à dominação britânica que se implantou em Portugal após a derrota dos exércitos franceses, a cidade do Porto revoltou-se a 24 de Agosto de 1820. Foi então criada a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, para governar em nome do rei. O deão Brederode fez parte desta Junta, como vogal pelo clero¹⁶¹², assim como da posterior Junta Provisional Preparatória das Cortes¹⁶¹³. O deão faleceu a 31 de Outubro de 1823¹⁶¹⁴.

Quanto aos foreiros, ao barão Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, falecido em Fevereiro de 1807¹⁶¹⁵, seguiu-se o seu neto¹⁶¹⁶, o segundo barão primeiro visconde e primeiro conde de Vila Pouca, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado¹⁶¹⁷.

14.2- A casa.

¹⁶⁰⁸ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memorias Archeologico-Históricas da Cidade do Porto (Factos Episcopais e Políticos)*, ob. cit., tomo II, p. 416.

¹⁶⁰⁹ BASTO, Artur de Magalhães – *O Clero Portuense e as Armas*, ob. cit., p. 3.

¹⁶¹⁰ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memorias Archeologico-Históricas da Cidade do Porto (Factos Episcopais e Políticos)*, ob. cit., tomo II, p. 416.

¹⁶¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 409.

¹⁶¹² PERES, Damião – A Revolução de 1820 e os seus antecedentes. In PERES, Damião (dir) - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1935. Vol. VII, p. 49-50.

¹⁶¹³ CARVALHO, Joaquim de – Período de indecisão e triunfo da corrente regeneradora. In PERES, Damião (dir) - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1935. Vol. VII, p. 60.

¹⁶¹⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 102.

¹⁶¹⁵ TORRES, João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco e; MESQUITA, Manuel Pereira de Castro de – *Ob. cit.*, vol. III, p. 576.

¹⁶¹⁶ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁶¹⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Representações Zairol Lda., 1961. Vol. III, p. 517. A casa foi comprada em Dezembro de 1866 por Manuel Cardoso Rangel de Quadros Corte-Real. Sucedeu-lhe a sua viúva (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 45, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) D. Maria Amélia Mota, a qual, pelo segundo casamento, foi viscondessa de Negrelos (ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.) – *Ob. cit.*, Vol. III, p. 47). Este casal também tinha a Casa dos Alcoforado I, e a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 28-40, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Domingos António Pinto Barbosa, o foreiro seguinte, comprou esta habitação, assim como a Casa dos Távora de Noronha Leme Cernache e a Casa dos Alcoforado I (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 45, fl. 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

Não dispomos de dados relevantes sobre esta casa, que seguramente devia ser bastante interessante uma vez que foi morada de várias dignidades.

As medidas da propriedade, registadas num auto de vedoria de 2 de Março de 1620, são de 15,4 metros ao longo da rua e 17,6 metros de profundidade. Confrontava a poente com a Rua dos Cónegos, a nascente com a Viela de Santa Clara. A norte e a sul confrontava com propriedades do Cabido¹⁶¹⁸ – onde seriam edificadas a Casa do deão João Freire Antão e a Casa dos Alcoforado II.

Um documento lavrado em 1833, quando a cidade estava ocupada pelas tropas liberais¹⁶¹⁹, informa-nos que a residência tinha ardido¹⁶²⁰.

No seu local foram construídas as cavalariças da Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, segundo uma petição feita por Manuel Cardoso Corte-Real, a 20 de Julho de 1871¹⁶²¹. Nesta construção encontra-se actualmente a sede regional da Ordem dos Arquitectos. (Vd. ils. 71, 72)

15.- A Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho.

15.1- Os foreiros e os moradores.

No final do século XVII, a moradia foi adquirida por José da Fonseca Coutinho, mestre-escola¹⁶²², que a restaurou e nela habitou¹⁶²³. Após o seu falecimento, ocorrido em 1697, foi herdeiro o sobrinho, José de Sá, que nela morava em 1698¹⁶²⁴.

¹⁶¹⁸ A.D.P., Livro de prazos, n.º 5163, fl. 116v., vd. doc. n.º 6 no Apêndice.

¹⁶¹⁹ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Ob. cit.*, p. 469.

¹⁶²⁰ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 135, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹⁶²¹ REAL, Manuel Luís; [et al.] – Escavações arqueológicas no morro da Sé, *ob. cit.*, p. 16. Vd. doc. n.º 81 no Apêndice.

¹⁶²² No século XVI, foi foreiro o cónego João Alves Banharia a quem sucedeu Maria Alves, sua sobrinha e viúva de João Cordeiro, cujo prazo de vidas tem a data de 5 de Julho de 1579. A renda era de 400 reis, duas galinhas, e tinha laudémio de 4 hum (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 43, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). A esta propriedade pertencia um quintal comprado pelo Cabido a Pedro Anes, sapateiro, e à sua mulher Maria Anes, como consta na carta de compra de 5 de Março de 1479 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 12, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). O cidadão Gaspar Pinto Giraldes, casado com Maria de Barros (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 43, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), morador na Rua das Flores, comprou a casa a Damião Cordeiro, filho da foreira anterior, morador em Travanca, casado com Juliana de Sampaio. A escritura da compra da casa foi lavrada a 18 de Abril de 1600, e a do quintal a 11 de Dezembro do mesmo ano (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 12, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). A viúva do foreiro anterior dotou a casa a Duarte Vieira da Veiga para se casar com a sua filha Jerónima Soares, sendo então alterada a natureza do prazo a 3 de Julho de 1632, passando a fateusim e a renda para 1200 reis, quatro galinhas e tinha laudémio de 4 hum. Seguiram-se Manuel Pinto Ribeiro, e João Baptista do Canto, arcipreste, o qual

Três anos depois, em 1701¹⁶²⁵, era residente o capitão¹⁶²⁶ Francisco de Sousa Madureira Cirne¹⁶²⁷, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, senhor do morgado e honra de Guminhões¹⁶²⁸ - este morador tinha habitado a Casa dos Costa Lima em 1698¹⁶²⁹. A partir de 1708/9 torna-se foreiro¹⁶³⁰.

Francisco de Sousa Cirne, era casado com a sua sobrinha D. Rosa Maria Sarmento¹⁶³¹. Foi vereador da Câmara Municipal do Porto de 1727 a 1729¹⁶³², além de provedor e conselheiro da Santa Casa da Misericórdia em 1711 e 1714¹⁶³³. A sua filha, D. Leonor Maria Sarmento, casou com Francisco de Távora e Noronha, irmão do deão Jerónimo de Távora. Este matrimónio uniu duas das mais selectas famílias portuenses¹⁶³⁴.

Em 1712¹⁶³⁵ e 1713¹⁶³⁶, a casa era habitada por Luís Brandão de Mello. Provavelmente era Luís Brandão Pereira de Lacerda (Mello por parte da sua avó materna), senhor do morgado e padroado de Sampaio em Guimarães, Fidalgo da Casa Real. Foi vereador nos mesmos anos que Francisco de Sousa Cirne¹⁶³⁷.

comprou a casa. A este último sucedeu o mestre-escola José da Fonseca Coutinho (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 43v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁶²³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 156v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹⁶²⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁶²⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 42, vd. doc. n.º 25 no Apêndice. Natural do Porto (NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 67), era filho de António de Sousa Cirne, senhor do morgado e honra de Guminhões, e metade da Casa de Alcoforado, Fidalgo da Casa Real, e de D. Mariana de Azevedo, neto paterno de Pedro Vaz Cirne, senhor do morgado e honra de Guminhões, da Torre, e do solar de Alcoforado, Fidalgo da Casa Real, capitão-mor de Guimarães, e de D. Antónia (ou Maria) de Madureira, e neto materno de Martim Lopes de Azevedo, senhor do Couto de Azevedo, e de D. Luísa de Sousa (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XII, p. 96).

¹⁶²⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1418, fl. 35v., vd. doc. n.º 28 no Apêndice.

¹⁶²⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 42, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹⁶²⁸ Filha herdeira de Martim de Madureira de Azevedo Toscano, Fidalgo da Casa Real, senhor do morgado do Freixo, e de Guilhabreu, e de D. Leonor Francisca Samudio Sarmento (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XII, p. 96).

¹⁶²⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fls. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁶³⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 882, fl. 154v., vd. qd. n.º 14 no Apêndice.

¹⁶³¹ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XII, p. 96.

¹⁶³² NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 216.

¹⁶³³ IDEM, *Ibidem*, p. 67.

¹⁶³⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 67.

¹⁶³⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v., vd. doc. n.º 37 no Apêndice.

¹⁶³⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11, vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹⁶³⁷ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 216. Era filho de João Rodrigo Brandão, senhor do morgado e padroado de Sampaio, Fidalgo da Casa Real, e de D. Mariana Josefa da Cunha, e neto paterno de Luís Brandão senhor do morgado e padroado de Sampaio, Fidalgo da Casa Real, alcaide-mor do Crato, comendador da Ordem de Cristo, capitão de infantaria, e de D. Luísa Maria de Meneses, e neto materno de António Correia da Cunha Lacerda, alcaide-mor de Barcelos, comendador de Vila Meão, e S. Martinho do Arrabal, e de D. Filipa de Mello. Casou com D. Brites da Silva Peixoto, filha do licenciado Alexandre do Vale Peixoto, senhor do morgado de Carvalho de Arca, médico em Guimarães, e de Paula da família dos Guimarães Ferraz (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XV, p. 33).

A casa foi habitada desde 1715¹⁶³⁸ pelo chantre Teotónio Pereira de Moura, que se tornou foreiro a partir de 1729/0¹⁶³⁹. Natural do Porto, de S. Nicolau, tomou posse do cargo a 7 de Dezembro de 1713. Faleceu a 13 de Abril de 1735¹⁶⁴⁰.

O arcipreste João da Silva de Magalhães foi o novo foreiro, a partir de 1737/8¹⁶⁴¹. Habitando as casas que analisaremos a seguir, provavelmente esta residência estava alugada.

Seguiu-se como foreiro, em 1749/0, o arcipreste José Pedro Virgolino¹⁶⁴², que morou na casa, segundo os livros da fazenda, entre 1757/8¹⁶⁴³ e 1764/5¹⁶⁴⁴.

Fidalgo da Casa Real, tomou posse do arciprestado a 4 de Novembro de 1747¹⁶⁴⁵. Foi opositor na Universidade de Coimbra às cadeiras dos Sagrados Cânones, mestre em Artes pela Universidade de Évora, examinador sinodal, juiz apostólico e ouvidor dos coutos da Mitra, juiz conservador dos cônegos seculares de São João Evangelista e do Colégio de São Lourenço da Companhia de Jesus¹⁶⁴⁶.

Durante a doença do bispo José Maria da Fonseca e Évora, foi governador apostólico da diocese D. João da Silva Ferreira, bispo de Tanger e deão da Real Capela de Vila Viçosa, segundo uma bula de 22 de Janeiro de 1752. José Pedro Virgolino ocupou então o cargo de sub-delegado.

Enquanto o novo bispo portuense, D. Frei António de Távora (ou Sousa), não tomou posse do cargo, o arcipreste Virgolino ficou encarregue do governo como provisor¹⁶⁴⁷.

Em 29 de Novembro de 1754, foi aceite na Irmandade dos Clérigos. Sendo uma pessoa influente, por seu intermédio o papa Clemente XIV concedeu à Irmandade várias indulgências¹⁶⁴⁸.

¹⁶³⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fls. 12, vd. doc. n.º 40 no Apêndice.

¹⁶³⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 895, fl. 156v., vd. doc. n.º 27 no Apêndice.

¹⁶⁴⁰ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 120.

¹⁶⁴¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 903, fl. 156v., vd. qd. n.º 35 no Apêndice.

¹⁶⁴² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 914, fl. 155v., vd. qd. n.º 46 no Apêndice. Natural de Lisboa (PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 160), teve como progenitores Pedro António Virgolino, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Criado Particular de Sua Majestade, e 1º Guarda-jóias da Coroa, e D. Felícia Clara da Mota, e neto paterno de Pedro António Virgolino, natural da cidade de Roma, mantieiro do rei D. José, e materno de Francisco dos Santos Mota, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Cirurgião da Câmara do infante D. Francisco, e de D. Mariana Ferreira (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto, *ob. cit.*, p. 10).

¹⁶⁴³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 922, fl. 155v., vd. qd. n.º 46 no Apêndice.

¹⁶⁴⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 930, fl. 200v., vd. qd. n.º 62 no Apêndice.

¹⁶⁴⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 160.

¹⁶⁴⁶ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto, *ob. cit.*, p. 10-11.

¹⁶⁴⁷ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, tomo II, p. 323-325.

¹⁶⁴⁸ COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1965, p. 611.

José Pedro Virgolino distinguiu-se também como erudito. Em 1756 foi publicada uma obra da sua autoria o *Manifesto Theo-Juridico, Canonico, e Apologetico, do anno da graça dos Conegos Portuenses*, onde defende os privilégios do Cabido do Porto¹⁶⁴⁹.

Com a morte do bispo, em 4 de Junho de 1766, iniciou-se um período de vacância até 1770¹⁶⁵⁰. Novamente o arcepreste Virgolino foi chamado para ocupar um cargo, desta vez o de ecónomo da Mitra, sendo nomeado a 8 de Julho de 1766, ficando responsável pela execução das obras na Sé¹⁶⁵¹. Também sob a sua direcção se remodelaram as igrejas de S. Pedro de Miragaia, Nossa Senhora da Vitória, e S. Nicolau, e se efectuaram obras nas quintas de Santa Cruz, e do Prado, e a porta do Paço Episcopal¹⁶⁵². No jardim da sua casa da Rua dos Cónegos, construiu uma segunda residência.

Resignou do cargo no seu sobrinho, Pedro António Virgolino, a 2 de Janeiro de 1780¹⁶⁵³. Vendeu a casa a 1 de Setembro de 1785¹⁶⁵⁴, e faleceu em Lisboa no início do século XIX¹⁶⁵⁵.

Compraram a habitação por 1.710\$250 reis¹⁶⁵⁶, tornando-se os novos moradores e foreiros¹⁶⁵⁷, D. Maria Escolástica Pereira de Araújo¹⁶⁵⁸, e seu marido Simão Pereira Leitão Soares de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, mestre de campo de infantaria auxiliar¹⁶⁵⁹ da comarca de Lamego¹⁶⁶⁰. A casa que o arcepreste Virgolino tinha mandado

¹⁶⁴⁹ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto, *ob. cit.*, p. 11.

¹⁶⁵⁰ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, tomo II, p. 344.

¹⁶⁵¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas, Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 107.

¹⁶⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 109.

¹⁶⁵³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 161.

¹⁶⁵⁴ A.D.P., Livro de prazos, n.º 604, fls. 10v.-11, vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

¹⁶⁵⁵ Quando a Irmandade dos Clérigos, a 13 de Novembro de 1803, teve conhecimento da sua morte, recusou-se a fazer-lhe os sufrágios habituais, uma vez que o arcepreste devia à Irmandade 29\$640 reis. Esta decisão foi alterada mais tarde, sendo então celebradas 53 missas pela sua alma (COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1965, p. 611).

¹⁶⁵⁶ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 44v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁶⁵⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 403v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁶⁵⁸ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 44-44v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice. D. Maria Escolástica era filha de António de Araújo Gomes, «homem de negocio» da cidade do Porto, Cavaleiro da Ordem de Cristo (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XVII, p. 39).

¹⁶⁵⁹ A.D.P., Livro de prazos, n.º 604, fl. 10, vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

¹⁶⁶⁰ Os seus pais foram António Leitão de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo (morava em Lamego), e D. Maria Teresa Jacinta Rebelo do Amaral Pereira de Vasconcelos, e como avós paternos Manuel Leitão de Carvalho, mestre de campo de «hum terso», e D. Maria da Mota, e maternos José Pereira do Amaral e D. Maria de Carvalho (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XVII, p. 39).

construir nos jardins, foi comprada pelo cónego João Pinheiro de Aragão, ficando o prazo dividido. A renda foi alterada para 620 reis e três galinhas¹⁶⁶¹.

A 21 de Março de 1803, D. Maria Escolástica faleceu, deixando em testamento a casa a sua sobrinha, D. Maria Matilde Vieira de Mello¹⁶⁶², senhora da Casa do Ribeiro¹⁶⁶³, casada com o seu primo Sebastião Leme Vieira de Mello¹⁶⁶⁴, Fidalgo da Casa Real, 8º senhor da Casa de Vale do Couto¹⁶⁶⁵.

D. Maria Matilde certamente habitou a casa como o seu marido, em 1804¹⁶⁶⁶.

Sebastião Leme foi vereador da Câmara Municipal do Porto no dramático ano de 1809, quando as tropas napoleónicas invadiram pela segunda vez o reino¹⁶⁶⁷. A sua aproximação da cidade provocou a fuga de parte da população, na qual se incluía o vereador Sebastião Leme¹⁶⁶⁸, o qual se refugiou com a família numa quinta, próximo da cidade¹⁶⁶⁹.

Ainda pertencendo aos descendentes do casal anterior, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho encontra-se alugada¹⁶⁷⁰.

¹⁶⁶¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 44v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁶⁶² IDEM, *Ibidem*, fl. 45, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁶⁶³ D. Maria Matilde era filha de Carlos Vieira de Mello, Fidalgo da Casa Real, senhor da Casa do Ribeiro, Sidraens, Cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre de campo das milícias da Maia, e de D. Margarida de Araújo, e neta paterna de Domingos Vieira de Mello, senhor da Casa do Ribeiro, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor do conselho de Benviver, e de D. Catarina (ou D. Maria) de França e São Payo, açafata (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo XIX, p. 12-13).

¹⁶⁶⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 442v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹⁶⁶⁵ Era filho de Sebastião Leme Guedes Coutinho, Fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Vale do Couto, e de D. Ana Margarida Ferreira, e neto paterno de António Leme Coutinho Guedes, Fidalgo da Casa Real, 7º senhor da Casa de Vale do Couto, e de D. Mariana Josefa de Mello, e neto materno de João Ferreira Pacheco, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Josefa Francisca Ribeiro (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo V, p. 79).

¹⁶⁶⁶ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁶⁶⁷ PORTO, Gabinete de História da Cidade do – Os «Homens da Governança» do Município do Porto desde 1428 até 1949. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1949. Vol. 12, fasc. 3 -4, p. 318.

¹⁶⁶⁸ BASTO, Artur de Magalhães – O pesadelo de António Mateus. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XII, n.º 8 (Dezembro de 1956), p. 227.

¹⁶⁶⁹ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 71.

¹⁶⁷⁰ Os foreiros sucessores de D. Maria Matilde e Sebastião Leme foram: Carlos Leme Vieira Macedo, filho dos anteriores (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 45, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), 9º senhor da Casa de Vale do Couto, e da Casa do Ribeiro, Moço Fidalgo da Casa Real, casado com D. Maria Domingas de Vasconcelos e Lancastre (SOUZA-BRANDÃO, António de – *Os Morgados de Sto. António do Cruzeiro de Oliveira de Azeméis*. [S.l.]: Portuográfica, 1975, p. 65); D. Maria Teresa Leme (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 442v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice) Guedes Vieira de Macedo Lancastre de Vasconcelos e Sousa, que nasceu em 26 de Maio de 1841 e faleceu em 28 de Julho de 1905, filha do foreiro antecedente, 10ª senhora da Casa de Vale do Couto, casada com Manuel Cardoso Rangel de Quadros Corte-Real, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real que tinha a representação das casas e quintas do Cruzeiro de Oliveira de Azeméis, de S. João, do morgado de Adães e Ansiães, etc (SOUZA-BRANDÃO, António de – *Ob. cit.*, p. 64-65), e que era também foreiro das Casas dos Alcoforado I e II (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 28 e 40, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), o qual faleceu nesta casa que analisamos. Em segundas núpcias casou D. Maria Teresa com Manuel Maria da Costa Alpoim, 1º

15.2- A casa.

Tratava-se de uma propriedade pertencente ao património capitular, sendo constituída por uma casa e um quintal que estava «pegado á Viella de Santa Clara entre os arcos da agoa da Sé e o aqueduto da que vai para o Collegio»¹⁶⁷¹.

As dimensões do terreno onde se encontra a casa, registadas num documento de 27 de Julho de 1789, eram de cerca de 52,5 metros no sentido longitudinal, tendo o lado poente cerca de 11, 1 metros, e o lado nascente cerca de 22,6 metros. Confrontava a poente com a Rua dos Cónegos, a nascente com a viela «que passa do Arco da Bandoma para o sitio das Verdades, do norte com cazas de Rodrigo Alcoforado, [a casa anterior] e do sul com cazas dos herdeiros do monsenhor Estevão Luiz de Magalhães»¹⁶⁷², que apresentaremos a seguir.

No começo do século XVII, o foreiro Gaspar Pinto comprou o terreno onde se encontravam umas «cazinhas muito pequenas e que estavam quazi todas no chão», e «pôz tudo por terra». Iniciou então a construção de uma nova casa, na qual gastou mais de quinhentos mil reis. Um documento da época descreve-a nos seguintes termos: «são cazas grandes e formozas com sua salla muito formosa e camaras, e apozentos forrados e cozinha e cazas para agazalhos de gente e huma caza de estado, e hum escripttorio e dispensas, e logeas»¹⁶⁷³.

A 22 de Maio de 1632 a casa foi novamente examinada pelo Cabido, após ter sido remodelada pelo foreiro Duarte Vieira. Tinha um pátio com uma portada para a Rua dos Cónegos, do qual partia uma escada de pedra através da qual se acedia à sala principal da casa. Nesta sala abriam-se duas janelas de sacada para nascente, e a sul situava-se uma antecâmara com uma janela de sacada. Seguia-se uma câmara e junto a esta uma «recamara», tendo cada uma delas uma janela para o pátio. A casa dispunha também de uma despensa com uma janela virada para a rua, e a norte encontrava-se a cozinha, junto à qual estava uma sala «que serve de despejos». Seguia-se uma sala «ao pe da escada com porta e janella para o pateo, que serve de agazalho dos mossos». Sobre a

visconde de Negrelos (SOUZA-BRANDÃO, António de – *Ob. cit.*, p. 65-66). Foi seu herdeiro Carlos Corte-Real, filho do primeiro casamento (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 442v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice). Tendo nascido na casa dos seus pais, na Rua dos Cónegos, a 26 de Janeiro de 1864, faleceu em 19 de Março de 1927. Casou com D. Maria Beatriz Carneiro Pizarro Monteiro (SOUZA-BRANDÃO, António de – *Ob. cit.*, p. 70).

¹⁶⁷¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 43, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁶⁷² A.D.P., Livro de Prazos, n.º 604, fl. 11v., vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

¹⁶⁷³ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 5164, fls. 265-265v., vd. doc. n.º 7 no Apêndice.

cozinha estava uma sala «de agazalho das creadas». No rés-do-chão a casa tinha uma loja com sua porta para o pátio, uma salinha «com seu sobrado» e com uma janela e porta para a rua, e mais duas lojas, uma das quais ficava por baixo da cozinha. Debaixo da sala situava-se uma sala que servia de «passadiço com hume escada de pedra para o quintal», e junto a esta um escritório. Cada um destes últimos compartimentos tinha uma janela virada para o Mosteiro de Santa Clara. Dentro do escritório estava uma sala que servia de adega¹⁶⁷⁴.

Se não foi destruída entretanto, era esta a casa que o mestre-escola comprou e modificou no início da década de noventa do século XVII. Para levar a cabo a obra contratou o mestre de pedraria Manuel do Couto a 10 de Novembro de 1689. O arquitecto capitão Domingos Lopes fez alguns projectos e apontamentos, nomeadamente o da escada. A obra de carpintaria foi entregue ao mestre carpinteiro Miguel Martins, segundo um documento de 21 de Novembro do mesmo ano¹⁶⁷⁵. Estas fontes revelam-nos alguns dos seus compartimentos e aspecto exterior.

No piso nobre, a «primeira caza» da habitação, teria duas janelas de peitoril, que davam para o pátio, e duas janelas de sacada, tendo cada uma delas a sua fresta e respectiva vidraça. Estas últimas janelas abririam para varandas assentes em cachorros¹⁶⁷⁶. O tecto seria em masseira, com «florois emtalhados e se pedir a obra seus cordois»¹⁶⁷⁷. A alcova que nela se encontrava seria feita de novo, em madeira de castanho, com uma portada entalhada, uma cornija, pilares, arquitrave e friso, e teria um tecto apainelado. Junto a esta primeira sala ficaria um corredor, com tecto em masseira igual¹⁶⁷⁸.

A sala de fora, que era a «salla do meio», estava junto ao compartimento antecedente. Ficaria sem a lareira, e seriam arranjadas as suas duas janelas¹⁶⁷⁹ de sacada, que eram iguais às da primeira sala¹⁶⁸⁰. Também seria igual a esta última o seu tecto em masseira¹⁶⁸¹. Teria uma nova porta para aceder a outros espaços, e uma segunda porta

¹⁶⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, fls. 267-269, vd. doc. n.º 7 no Apêndice.

¹⁶⁷⁵ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo, *ob. cit.*, p. 31-32.

¹⁶⁷⁶ A.D.P., Po-08, CX 26, I/33/3, n.º 92, fl. 159, vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

¹⁶⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

¹⁶⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

¹⁶⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, fl. 159, vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 159-159v., vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

¹⁶⁸¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º 16 no Apêndice.

que correspondia a uma do compartimento anterior¹⁶⁸². A sala de fora era comum nas habitações da época, sendo um local onde se recebiam os hóspedes¹⁶⁸³.

Na antiga cozinha seriam retirados a «chiminé e os fornos», e seria aberta uma janela de sacada, com sua fresta, igual às das salas anteriores¹⁶⁸⁴. Supomos que era esta a «terceira sala» mencionada nos documentos. Teria uma alcova e um tecto iguais aos da primeira sala¹⁶⁸⁵.

Seria feita uma sala nova, com a mesma largura do pátio, a qual ocuparia o espaço onde se encontrava uma câmara e o alpendre que cobria a escada. Teria uma porta de acesso, e duas janelas de peitoril viradas para o pátio¹⁶⁸⁶. Este compartimento ficaria adjacente à sala do meio, e teria um tecto em masseira igual aos anteriores¹⁶⁸⁷.

Contígua à primeira sala, no local onde estava a despensa, ficaria a nova cozinha. Neste espaço seria aberta uma janela para o pátio, com uma grade de ferro, e feita uma lareira com a largura do compartimento, «pera ficar dentro nella hum forno», e no seu centro estariam encostos para os espetos¹⁶⁸⁸. Junto à cozinha ficaria uma sala de serventia¹⁶⁸⁹.

Por detrás da alcova da primeira sala¹⁶⁹⁰ estavam duas câmaras¹⁶⁹¹. Uma escada de madeira fazia a ligação com a cozinha¹⁶⁹².

O frontispício virado para o pátio seria composto por várias janelas de sacada no piso nobre, com as respectivas frestas. No cimo teria uma cornija de «papo de rola»¹⁶⁹³.

No pátio era erguida uma escada de pedra de dois lanços, com um arco no meio, de serventia à sala nova¹⁶⁹⁴ – um tipo de escada frequente.

No piso térreo, a estrebaria ficaria com uma nova portada. A loja, que era «de serviço de estrebaria», onde estavam umas tulhas, teria uma porta, e seria «guarnecida e caada», assim como a sala do pajem¹⁶⁹⁵.

¹⁶⁸² IDEM, *Ibidem*, fl. 159, vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸³ CALDAS, João Vieira – *Ob. cit.*, p. 69.

¹⁶⁸⁴ A.D.P., Po-08, CX 26, I/33/3, n.º 92, fls. 159-159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, fl. 175, vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, fl. 175v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 160, vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹² IDEM, *Ibidem*, fl. 175v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹³ IDEM, *Ibidem*, fl. 159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

¹⁶⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 159v., vd. doc. n.º16 no Apêndice.

A distribuição dos compartimentos da residência correspondia ao que era corrente na época. No piso nobre encontravam-se os mais importantes, enquanto no inferior as lojas.

Há um cuidado posto nas três primeiras salas, as mais importantes da habitação. Deviam estar no mesmo alinhamento, com portas em correspondência, e com tectos em masseira iguais. Esta valorização dos espaços nobres ficava acentuada com a construção da escada, a qual conferia imponência ao frontispício. Confirmando o que era costume, as alcovas encontravam-se em duas destas salas - a fronteira entre o espaço privado e o espaço público ainda era ténue. Como locais de convívio, estes aposentos receberam uma atenção especial relativamente à decoração dos seus tectos e das suas alcovas, dignificando deste modo o morador.

No documento de 27 de Julho de 1789, é descrita a habitação um século depois das alterações mencionadas nos contratos anteriores. A fachada principal, a poente, ficava virada para a Rua dos Cónegos e tinha dois pisos. Uma segunda fachada, a nascente, tinha também dois pisos e dava acesso às cavaleriças. Um dos frontispícios – o documento não especifica qual – tinha seis janelas de peitoril no primeiro piso, e no segundo seis janelas de sacada, «tudo envidrasado». É ainda referido um corredor dos quartos¹⁶⁹⁶.

Em 1833, quando na cidade se encontravam as tropas liberais, a casa foi avaliada com vista à sua ocupação pelos oficiais. Dispunha de duas cavaleriças e era considerada de classe 2, o segundo escalão mais elevado, podendo nela ficar os comandantes de corpos¹⁶⁹⁷.

No século XIX e XX, a casa foi alvo de alterações até ao seu estado actual.

A construção da ponte Luís I teve como consequência alterações urbanísticas no tecido urbano. Para se aceder ao tabuleiro superior da ponte, foi necessário criar uma nova via, a Avenida Direita Superior. O seu traçado obrigou à demolição de parte da casa no seu lado nascente. No mapa onde o corte está assinalado, com a data de 15 de Fevereiro de 1883, a casa dispunha de um pátio a norte, um jardim, e uma escada¹⁶⁹⁸ - provavelmente seria a escada seiscentista. (Vd. ils. 73, 74)

¹⁶⁹⁶ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 604, fl. 11v., vd. doc. n.º 66 no Apêndice.

¹⁶⁹⁷ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 135, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹⁶⁹⁸ A.H.M.P., MNL, 6/A'-8.

Para a sua reconstrução, a viscondessa de Negrelos submeteu à aprovação da Câmara um projecto do alçado nascente, tendo sido aprovado a 21 de Março de 1883¹⁶⁹⁹, o qual veio a ser executado. (Vd. ils. 75, 76)

Devido às transformações a que foi submetida, actualmente a casa já não dispõe das características típicas de uma residência seis ou setecentista. Trata-se apenas de um casarão, com o seu pátio, em medíocre estado de conservação.

16.- As Casas dos Magalhães II e III.

16.1- Os foreiros e os moradores.

Como estas duas residências são confinantes e foram habitadas pelos mesmos moradores, resolvemos analisá-las em conjunto. Relativamente ao nome das casas, embora nos primeiros anos da década de noventa do século XVII as casas ainda não pertencessem aos Magalhães, é esta família que as detém durante quase todo o período em que as estudámos; por isso as denominamos de Casas dos Magalhães.

Eram duas propriedades pertencentes ao Cabido¹⁷⁰⁰. Baltasar Leitão de Magalhães e Silva, arcepreste, comprou a Casa dos Magalhães II a D. Maria da Silva Carneiro¹⁷⁰¹, e a Casa dos Magalhães III a seu tio, o Dr. Pedro Fernandes de Castro¹⁷⁰².

O arcepreste, natural de S. Martinho de Mouros¹⁷⁰³, a 22 de Agosto de 1689, tomou posse do arciprestado, por coadjutoria e futura sucessão. No período de Sede Vacante de

¹⁶⁹⁹ A.H.M.P., Plantas de casas, n.º LXXXVI, fls. 323-325, vd. doc. n.º 89 e 90 no Apêndice.

¹⁷⁰⁰ Quanto à primeira, teve como foreiros: o cônego António Ferreira, a quem o Cabido fez dois prazos, uma vez que a propriedade era constituída por duas casas, tendo sido lavrados a 6 de Julho de 1547, um dos quais com a renda de 400 reis, uma galinha, e o outro com renda de 200 reis e uma galinha (uma das casas, tinha um enxido, e pertenceu a Martim Gonçalves, coreiro); Bastião Fernandes, morador na Banharia, sucedeu ao cônego e foi casado com a sua filha Isabel Ferreira; Gaspar da Silva, cônego, comprou aos antecedentes as duas casas e o enxido por cento e vinte mil reis, a 18 de Agosto de 1571; e Gracia da Silva, irmã do anterior. A propriedade onde se encontra a segunda casa, a Casa dos Magalhães III, foi dada ao Cabido pelo deão D. Mendo. A Branca Anes foi feito prazo de três vidas, a 20 de Setembro de 1478. Seguiram-se: o reverendo Gonçalo Alves, tendo o respectivo prazo a data de 5 de Fevereiro de 1504, e a renda era de 200 reis e duas galinhas; e Gaspar Fernandes, o qual pagava de renda 150 reis e duas galinhas, segundo o prazo lavrado em 8 de Maio de 1564. Foram foreiros das duas casas, assim como da Casa dos Magalhães I: Pedro Ferreira da Silva, arcediogo de Oliveira, que comprou a Casa dos Magalhães II, segundo o documento de venda de 31 de Dezembro de 1575 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 13, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). Filipa Ferreira, irmã do antecedente, e viúva de João Pinto; Dr. Diogo Carneiro da Silva, morador em Espargo; e D. Maria da Silva Carneiro, filha do anterior, a quem foi renovado o prazo da Casa dos Magalhães III a 10 de Setembro de 1678, com renda de 300 reis, duas galinhas e laudémio de 4 hum. A Casa dos Magalhães II foi comprada a D. Maria da Silva Carneiro, pelo Dr. Pedro Fernandes de Castro (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 48, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁷⁰¹ IDEM, *Ibidem*, fls. 51v-52.

¹⁷⁰² IDEM, *Ibidem*, fl. 48.

1717 a 1741, foi um dos cinco governadores. O arcepreste faleceu a 17 de Abril de 1728, sendo sepultado na Sé¹⁷⁰⁴.

Sucedeu-lhe o foreiro António da Silva de Magalhães, seu sobrinho¹⁷⁰⁵.

Quem então habitava a casa, pelo menos desde 1730¹⁷⁰⁶, era o irmão do foreiro, o novo arcepreste João da Silva de Magalhães¹⁷⁰⁷. Sucedeu ao seu tio no arceprestadado, que nele resignou a 7 de Setembro de 1720. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de 1735 a 1736¹⁷⁰⁸, e faleceu em 20 de Junho de 1747 sendo sepultado na Sé¹⁷⁰⁹.

Os livros da fazenda dão-nos como herdeiro do foreiro António da Silva de Magalhães, o seu irmão Francisco de Santa Catarina, religioso lóio, desde 1755/6¹⁷¹⁰.

A este seguiu-se outro irmão, a partir de 1760/1¹⁷¹¹, Estêvão Luís de Magalhães, monsenhor da Santa Igreja Patriarcal¹⁷¹² - sobre ele, Felgueiras Gayo escreveu que era um «homem de grande talento [e que] hoje se acha desnaturalizado fora do Reyno em 1770»¹⁷¹³.

Após estes foreiros, as casas tiveram diferentes donos, momentaneamente. A Casa dos Magalhães II pertenceu a D. Ana Luísa Cardoso, sucedendo-lhe D. Maria Violante de Azevedo - mulher de Francisco Henriques, moradores no Salgueiral «abaixo da Régua»¹⁷¹⁴ -, a qual era foreira em 1783, e de quem herdou Manuel de Magalhães de Azevedo, seu filho¹⁷¹⁵. A Casa dos Magalhães III pertenceu fugazmente também a D. Ana Luísa Cardoso¹⁷¹⁶.

¹⁷⁰³ Era filho de Francisco Pinto, da Quinta da Granja, e de Beatriz de Magalhães, e neto paterno de Cristóvão Pinto e de Joana Gomes, e materno de Tristão Leitão e de Francisca Cardoso (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 300).

¹⁷⁰⁴ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 159.

¹⁷⁰⁵ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 52, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷⁰⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fls. 9, vd. doc. n.º 52 no Apêndice.

¹⁷⁰⁷ Natural do Porto, era filho de Domingos da Silva de Magalhães, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Micaela Teresa da Silva, e neto materno de Jacinto Vieira Veigão, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício, e de D. Damázia Costa Gramacho (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 300-301).

¹⁷⁰⁸ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, *ob. cit.*, vol. IV, p. 288.

¹⁷⁰⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 160.

¹⁷¹⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 920, fl. 155v., vd. qd. n.º 52 no Apêndice.

¹⁷¹¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 160v.

¹⁷¹² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 48v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷¹³ Felgueiras Gayo apresenta para esta família relações parentais diferentes das que os documentos do Cabido nos indicam (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XXIII, p.125).

¹⁷¹⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 389v., vd. qd. n.º 66 no Apêndice, e n.º 936, fl. 404v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁷¹⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 404v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁷¹⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 389v., vd. qd. n.º 66 no Apêndice.

As duas casas voltaram a estar na posse do mesmo foreiro com Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca, sobrinho de D. Ana Luísa Cardoso; a Casa dos Magalhães II pertencia-lhe em 1803¹⁷¹⁷; a Casa dos Magalhães III em 1783¹⁷¹⁸

Em 1804¹⁷¹⁹, as casas estavam alugadas ao cônego Simão de Melo Brandão Pereira Lacerda Mendonça¹⁷²⁰. Nascido no seio de uma das mais antigas famílias nobres da cidade¹⁷²¹, a 1 de Fevereiro de 1772 tomou posse do canonicato, por resignação do seu tio o cônego Luís Brandão Pereira de Lacerda. Faleceu a 9 de Agosto de 1811, em Lisboa, indo a sepultar na Igreja da Trindade, onde os seus familiares Cogominho tinham jazigo¹⁷²².

O foreiro Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca¹⁷²³, morava na casa em 1817¹⁷²⁴ - e provavelmente nos anos anteriores. Foi por diversas vezes vereador da câmara. Como o morador da casa antecedente, era vereador em 1809¹⁷²⁵ e fugiu da cidade antes da chegada do exército francês¹⁷²⁶. Casou com D. Maria Joana Barba Alardo¹⁷²⁷, e foi provedor da Santa Casa em 1825¹⁷²⁸. Faleceu a 15 de Janeiro de 1826¹⁷²⁹.

16.2- As casas.

¹⁷¹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 444, vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹⁷¹⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, 936, fls. 404-404v., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁷¹⁹ A.H.M.P., Lançamento do três por cento, n.º 4612, fl. 66, vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁷²⁰ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 231.

¹⁷²¹ Foram seus pais João Rodrigo Brandão, Fidalgo da Casa Real, senhor do morgado e padroado de São Payo (Guimarães), e senhor do morgado de Carvalho de Arca, e D. Vitória Pórcia de Mendonça, e neto paterno de Luís Brandão Pereira de Lacerda, senhor do morgado e padroado de São Payo, e de D. Brites da Silva Peixoto, herdeira do morgado de Carvalho de Arca, e materno de Simão de Mello Cogominho, senhor da Torre de Coelheiros, e de D. Joana de Mendonça (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XV, p. 33-34).

¹⁷²² PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 232.

¹⁷²³ Era filho de José Cardoso de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Luísa Angélica Telles de Menezes, neto paterno de Gaspar Cardoso, Fidalgo da Casa Real, corregedor do crime da Casa do Porto, e de D. Maria de Araújo, e neto materno de Martinho José Pinto de Miranda, Fidalgo da Casa Real, e de D. Maria Eusébia de Sousa Menezes (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XV, p. 39 e p. 58).

¹⁷²⁴ A.H.M.P., Vistoria e Obras Públicas, n.º 2298-98, fl. 20, vd. doc. n.º 75 no Apêndice.

¹⁷²⁵ PORTO, Gabinete de História da Cidade do – *Ob. cit.*, p. 318.

¹⁷²⁶ BASTO, Artur de Magalhães – O pesadelo de António Mateus, *ob. cit.*, p. 227.

¹⁷²⁷ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XV, p. 58.

¹⁷²⁸ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, *ob. cit.*, vol. IV, p. 295.

¹⁷²⁹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 443v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice. Sucederam-lhe: José Cardoso de Carvalho Fonseca Vasconcelos, filho de Gaspar Cardoso, que morreu em 3 de Julho de 1852; Gonçalo Cardoso Barba de Menezes (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 52, vd. doc. n.º 57 no Apêndice), irmão do antecedente, o qual faleceu em Outubro de 1867; D. Maria Amália Rangel de Quadros, viúva do anterior; José Cardoso de Carvalho, filho da precedente, o qual era foreiro apenas da Casa dos Magalhães III; e D. Maria Joana Cardoso Rangel Barba de Menezes, herdeira da Casa dos Magalhães II, comprou ao antecedente, seu irmão, a outra casa (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fls. 443v-444, vd. qd. n.º 68 no Apêndice), sendo o respectivo documento lavrado a 7 de Maio de 1877 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 52v., fl. 52, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

A Casa dos Magalhães II e a Casa dos Magalhães III constituem um conjunto, com um pátio no centro fechado para o exterior. Geralmente foram habitadas pelos mesmos moradores. São de épocas distintas: a Casa dos Magalhães II, é uma construção do século XVII¹⁷³⁰; a Casa dos Magalhães III é posterior.

O frontispício das casas que se encontra face à rua tem vários vãos, com uma distribuição irregular. Uma grande portada comunica para o pátio. Do lado esquerdo, no sobrado, uma janela de peitoril pertence à Casa dos Magalhães II. Do lado direito, no sobrado também, encontram-se duas janelas de peitoril da Casa dos Magalhães III, ou da que a substituiu. Também desta casa, num piso erguido posteriormente, são duas janelas de peitoril. Estas últimas quatro janelas têm as ombreiras e os lintéis lisos, tornando difícil a sua identificação cronológica. Na portada e na janela da Casa dos Magalhães II, está patente a influência dos tratados renascentistas. (Vd. ils. 77)

Na portada¹⁷³¹, as ombreiras são ladeadas por duas pilastras, onde, em vez dos capitéis, se encontram volutas. Sobre estas e o lintel, apoia-se uma cornija. A janela da Casa dos Magalhães II tem o mesmo desenho arquitectónico da portada, com o acréscimo de um parapeito, e de três volutas – colocadas sob as duas pilastras e o parapeito. (Vd. ils. 78, 79)

A Casa dos Magalhães III ficava a nascente da Casa dos Magalhães II. Na segunda metade do século XVIII, a Casa dos Magalhães III era considerada uma «boa morada»¹⁷³². Algumas décadas depois, em 1833, sendo consideradas como uma só casa, esta foi avaliada pelos liberais, com vista à sua ocupação pelos oficiais. Tratava-se de uma habitação de qualidade: sendo uma casa «Palaçada» com duas cavalariças, e pertencendo à segunda categoria mais elevada, poderia ser habitada pelos comandantes de corpos¹⁷³³.

Como sucedeu com a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, a abertura da avenida da ponte teve como consequência a destruição da parte nascente da Casa dos Magalhães III (Vd. ils. 83). A configuração do frontispício, que nos surge em fotografias anteriores a essa demolição, sugere uma provável origem setecentista. De desenho simples, apresentava três portadas no rés-do-chão, e no primeiro sobrado tinha seis janelas, assim como no segundo. (Vd. ils. 82)

¹⁷³⁰ REAL, Manuel; [et al.] – Escavações arqueológicas no morro da Sé, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁷³¹ A porta tem um batente em forma de lagarto, anterior ao século XIX (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Ob. cit.*, p. 325).

¹⁷³² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 48v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷³³ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 135, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

Após a demolição, a 4 de Março de 1884 é aprovado um projecto de construção de uma nova fachada¹⁷³⁴. (Vd. ils. 84, 85)

O pátio é cercado por paredes das duas habitações. Quem entra no pátio, encontra no lado esquerdo o frontispício da Casa dos Magalhães II. No rés-do-chão, uma janela de peitoril com grades de ferro e uma portada pertencem a uma sala. A portada tem um lintel de pedra, chanfrado, e ligeiramente curvo na sua parte inferior. As ombreiras também são em pedra e chanfradas. As características desta portada eram comuns nos anos de quinhentos¹⁷³⁵ (Vd. ils. 80). Uma escada de pedra dá acesso ao piso nobre onde se encontram três janelas de peitoril (Vd. ils. 81). Os compartimentos interiores estão alterados, mantendo-se no entanto as conversadeiras nas três janelas viradas para o pátio e na que está virada para a rua. Esta ilumina uma sala para a qual se entra através de uma larga portada colocada no centro da parede divisória, a qual tem o lintel e as ombreiras em pedra. Sobre a portada de entrada para o pátio, desenvolve-se um corpo avançado paralelo à fachada principal, sustentado por uma coluna de pedra, de ordem toscana, ao lado da qual se encontra um tanque.

No pátio, no lado direito e à frente, está o que resta da grande moradia que era a Casa dos Magalhães III, ou o que foi construído em sua substituição. Desconhecemos qual a época dos escassos vãos, uma vez que a sua simples configuração – ombreiras e lintéis lisos - não nos permitem deduzir a que época pertencem.

17.- A Casa dos Freire de Andrade.

17.1- Os foreiros e os moradores.

Miguel Tavares Leitão comprou a casa a João Pinto do Bonjardim¹⁷³⁶; foi foreiro e morador até 1690/1¹⁷³⁷. A sua viúva, D. Úrsula de Almeida¹⁷³⁸, herdou a casa, e nela residiu.

¹⁷³⁴ A.H.M.P., Plantas de casas, n.º LXXXIX, fl. 376, vd. doc. n.º 92 no Apêndice.

¹⁷³⁵ CUNHA, Rui Maneira – *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2003. ISBN 972-8801-01-7, p. 99.

¹⁷³⁶ A casa estava construída no local onde outrora se encontravam três propriedades. De uma delas foi foreiro o cônego Tristão Pinto, que as vendeu ao cônego Afonso Vaz. A este sucedeu o chantre João Fevereiro, tendo-lhe sido feito um prazo de vidas a 10 de Abril de 1543, com a renda de 30 reis e duas galinhas. Por um pardieiro pertencente à propriedade, o chantre pagava mais 20 reis. Foi sua herdeira, a 20 de Agosto de 1566, Joana Correia, mulher de Jorge Colaço, cidadão que foi seu criado. A segunda propriedade era um pardieiro, que também pertenceu ao chantre João Fevereiro, e à sua sucessora. A terceira propriedade teve como foreiros Sebastião Gomes, que a vendeu a Jerónima do Carvalhal, a quem sucedeu o chantre João Fevereiro, cujo prazo foi lavrado a 10 de Fevereiro de 1561, e Joana Correia. Esta

Em 1698, D. Úrsula alugou parte da habitação a João Alves Maciel, «home de algum negocio»¹⁷³⁹.

António Tavares Leitão, filho da anterior, foi foreiro desde 1707/8¹⁷⁴⁰, morando na casa¹⁷⁴¹.

A este último comprou a moradia o arcediogo de Oliveira do Douro, Cristóvão de Magalhães¹⁷⁴², falecendo pouco depois, em Março de 1709¹⁷⁴³. Deixou a residência a sua sobrinha, Ana Maria de Magalhães, a qual doou ao seu irmão Luís da Costa de Magalhães, arcediogo de Oliveira do Douro¹⁷⁴⁴, e desembargador da legacia¹⁷⁴⁵.

Em 1692, Luís da Costa de Magalhães sucedeu ao seu tio no arcediagado¹⁷⁴⁶, e em 1709 passou a ser o novo morador da casa¹⁷⁴⁷. Como alguns dos seus vizinhos capitulares, participou no governo da diocese como adjunto, no período de Sede Vacante de 1717 a 1741¹⁷⁴⁸. Luís de Magalhães faleceu a 1 de Agosto de 1728¹⁷⁴⁹. Talvez tenha sido o encomendador da parte mais recente da casa.

De uma senhora «sua amiga»¹⁷⁵⁰, D. Joana Maria de Temery, inglesa de origem - filha de Henrique de Temery¹⁷⁵¹, «Ingles baptizado»¹⁷⁵², e Margaret Teare d'Aubern -, teve o arcediogo de Oliveira uma filha, D. Jerónima Luísa de Magalhães¹⁷⁵³. Com a

senhora vendeu as três propriedades a Cristóvão Dossi, filho do Dr. João Lomano, por 110 mil reis, a 15 de Março de 1569. A Cristóvão Dossi seguiram-se: D. Isabel Freire de Almeida, sua viúva; D. João, filho da anterior, a quem foi feito um novo prazo a 17 de Julho de 1579, com renda de 520 reis e duas galinhas; D. Isabel Freire, irmã do antecedente, casada com António Ribeiro Cardoso; António Pinto, deão, que comprou a casa. O prazo foi então alterado para fateusim, com renda de 700 reis, 4 galinhas. Pertenceu depois a: D. Isabel da Silva, viúva de Belxior Pereira Pinto, da Quinta do Bonjardim; João Pinto do Bonjardim, filho dos anteriores (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fls. 15-17, vd. doc. n.º 4 no Apêndice).

¹⁷³⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157, vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹⁷³⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 870, fl. 155, vd. qd. n.º 2 no Apêndice.

¹⁷³⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 14, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁷⁴⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 881, fl. 155, vd. qd. n.º 13 no Apêndice.

¹⁷⁴¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96v., vd. doc. n.º 32 no Apêndice.

¹⁷⁴² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷⁴³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 162.

¹⁷⁴⁴ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷⁴⁵ Era filho de António da Costa e de Jerónima de Magalhães, sendo neto paterno de Lourenço da Costa e de Maria Domingues, e neto materno de Inácio de Carvalho e de Jerónima de Magalhães (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo I, p. 153).

¹⁷⁴⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 150.

¹⁷⁴⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4530, fl. 12v., vd. doc. n.º 33 no Apêndice.

¹⁷⁴⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás, Arquitectura. Obras Públicas*, *ob. cit.*, p. 56.

¹⁷⁴⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 150.

¹⁷⁵⁰ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo I, p. 153.

¹⁷⁵¹ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 17.

¹⁷⁵² GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo I, p. 153.

¹⁷⁵³ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 17.

morte do arcediogo, D. Jerónima herdou o património paterno. Foi seu tutor o Doutor André Mendes de Barros, desembargador dos agravos da Relação do Porto¹⁷⁵⁴.

Desde o falecimento do arcediogo que a casa estava alugada¹⁷⁵⁵. Em 1730, nela residia Diogo de Sousa Távora¹⁷⁵⁶, uma das personalidades portuenses que mais se destacaram no Porto de então¹⁷⁵⁷.

Diogo de Sousa Távora Meneses de Araújo foi Fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Lindoso, senhor do morgado de Britelo, mestre de campo de Auxiliares, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e governador de armas na cidade do Porto¹⁷⁵⁸.

Foi vereador da Câmara de 1734 a 1738, e de 1741 a 1748¹⁷⁵⁹. De entre os homens da governança da primeira metade do século, foi aquele que ocupou o cargo durante mais tempo. Também foi almotacé e juiz pela Ordenação¹⁷⁶⁰.

Foi casado com D. Luísa José da Gama¹⁷⁶¹. Em 1763, encontrando-se já no estado de viúva, D. Luísa ainda habitava a Casa dos Freire de Andrade.

Nesse mesmo ano a filha do arcediogo de Oliveira, D. Jerónima Luísa de Magalhães, também aí residia¹⁷⁶².

A 13 de Junho de 1739¹⁷⁶³ D. Jerónima casou com Henrique Carlos Bandeira Pereira¹⁷⁶⁴. Nos primeiros anos de casados, provavelmente viviam em Braga¹⁷⁶⁵. Herdeiro de uma grande fortuna, Henrique Carlos desbaratou parte da mesma, o que

¹⁷⁵⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 19.

¹⁷⁵⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4530, fl. 12v., vd. doc. n.º 33 no Apêndice.

¹⁷⁵⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9., vd. doc. n.º 52 no Apêndice.

¹⁷⁵⁷ Era filho de Martinho de Távora Sousa Cirne, Fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Lindoso, mestre de campo no Porto, governador de armas desta cidade, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Maria Natália de Sousa e Meneses, herdeira do morgado de Britelo, e os seus avós paternos foram Diogo de Sousa de Távora, e Filipa de Aragão, e os avós maternos Manuel de Sousa e Meneses, Fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Britelo, alcaide-mor de Lindoso (NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 69), e D. Luísa de Magalhães (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo I, p. 149).

¹⁷⁵⁸ GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XIII, p. 148-149.

¹⁷⁵⁹ NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 216-217.

¹⁷⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 68.

¹⁷⁶¹ Filha de Diogo Rangel de Macedo, Fidalgo da Casa Real, comendador de S. Martinho, em Lisboa. Não houve descendência do casal (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo XIII, p. 148).

¹⁷⁶² A.H.M.P., Lançamento da décima dos juros da freguesia da Sé, n.º 4549, fls. 111 e 141v, vd. doc. n.º 59 no Apêndice.

¹⁷⁶³ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁷⁶⁴ Era filho de José Freire de Andrade, Fidalgo da Casa Real, e de D. Tomásia Maria Bandeira Pereira, e neto paterno de Agostinho de Andrade Freire, mestre de campo da província do Alentejo, general de Artilharia, governador das praças de Moura e Elvas, superintendente das fortificações de Évora Beja e Monsaraz, e de D. Feliciano Isabel Coutinho Garcês, e neto materno de António Bandeira Pereira Aranha, capitão de infantaria, Familiar do Santo Ofício, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e de D. Ana Maria Rocha (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 15 e 17.

¹⁷⁶⁵ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 21.

levou a sua mulher a pedir ao rei D. José que fosse ela a zelar pelo património familiar; o consentimento régio tem a data de 12 de Janeiro de 1753¹⁷⁶⁶. D. Jerónima faleceu na Casa dos Freire de Andrade a 19 de Maio de 1796, tendo sido sepultada na Igreja dos Carmelitas¹⁷⁶⁷.

Foi foreiro e morador¹⁷⁶⁸ o seu filho António Mateus Freire de Andrade Coutinho Bandeira¹⁷⁶⁹. Nascido provavelmente em 1747¹⁷⁷⁰, foi Fidalgo da Casa Real¹⁷⁷¹ e casou com D. Tomásia Joaquina de Mendonça Cardoso Figueira de Azevedo a 22 de Maio de 1771¹⁷⁷². (Vd. ils. 89)

D. Gaspar de Bragança, bispo de Braga, nomeou-o seu esmoler-mor, estribeiro-mor e mordomo-mor, e deu-lhe a propriedade do ofício de contador do Juízo Eclesiástico¹⁷⁷³. Também habitou a casa, e nela faleceu a 11 de Março de 1812, o irmão de António Mateus, Jerónimo Henrique Bandeira Freire de Andrade, sargento-mor de infantaria auxiliar e assistente no Porto¹⁷⁷⁴.

Como representante da nobreza, em 1808 pertenceu à Junta Provisional do Governo Supremo, a qual enfrentou heroicamente os franceses na primeira invasão¹⁷⁷⁵.

Em 1809, quando o exército francês entrava novamente no reino, António Mateus era vereador da Câmara Municipal do Porto, tal como os seus vizinhos anteriormente mencionados. Se estes preferiram fugir da cidade, António Mateus, após algumas hesitações, e depois de ter posto a família a salvo, resolveu permanecer no seu posto¹⁷⁷⁶ - é o próprio António Mateus que nos conta: «...minha família e irman, e a mulher de Rodrigo Xavier e seus filhos e criados, e a família de Sebastião Leme [morador na Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho], todos juntos forão para huma quinta que tinha da outra vanda, na freguesia de Oliveira [Quinta da Fundega] já a quatro dias que lá se achavão...»¹⁷⁷⁷.

¹⁷⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 19.

¹⁷⁶⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 26.

¹⁷⁶⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 444v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹⁷⁶⁹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁷⁷⁰ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 15.

¹⁷⁷¹ Filha de Francisco José de Mendonça e Azevedo, capitão-mor de S. Cosmado, Fidalgo da Casa Real, e de D. Francisca Micaela de Castro e Menezes (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.*, tomo I, p. 153).

¹⁷⁷² CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 31.

¹⁷⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 22.

¹⁷⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 28.

¹⁷⁷⁵ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *Ob. cit.*, p. 456-457.

¹⁷⁷⁶ BASTO, Artur de Magalhães – O pesadelo de António Mateus, ob. cit., p. 227-229.

¹⁷⁷⁷ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 71.

Voltou a desempenhar o cargo de vereador em 1813 e 1817¹⁷⁷⁸.

Foi sucessor, na posse da casa, o seu filho Henrique Carlos Freire Coutinho Bandeira¹⁷⁷⁹.

17.2- A casa.

Uma das maiores habitações que actualmente se encontram na rua, a Casa dos Freire de Andrade foi sofrendo alterações ao longo dos tempos, nomeadamente nos mais próximos. As suas fachadas e o interior, acusam essas alterações.

O frontispício que se encontra face à rua, parece ser o mais recente. Foi provavelmente construído no início do século XVIII, quando a casa era habitada pelo arcebispo de Oliveira do Douro Luís da Costa de Magalhães. (Vd. ils. 86)

As suas aberturas distribuem-se simetricamente nos dois pisos, segundo um eixo onde se encontra uma portada sobrepujada pela pedra de armas esquartelada dos Coutinho, Pereira, Andrade e Bandeira, sobrepujada por uma coroa com o timbre dos Coutinho¹⁷⁸⁰. (Vd. ils. 87)

No piso inferior, duas janelas de peitoril com grades de ferro ladeiam a portada central. Seguem-se quatro pequenas aberturas, duas de cada lado. No piso nobre, flanqueando a pedra de armas, situam-se três janelas de peitoril, que estão alinhadas com as janelas do rés-do-chão. A fachada é rematada superiormente por uma cornija bastante simplificada, que na sua parte central é encurvada, acompanhando a pedra de armas. Todas as janelas têm as suas ombreiras e lintéis simples, contrastando com a decoração da portada e da pedra de armas.

A configuração da portada é semelhante a um modelo apresentado numa gravura de Vredeman de Vries – os seus trabalhos estiveram novamente em voga no início do século XVIII.

¹⁷⁷⁸ PORTO, Gabinete de História da Cidade do – *Ob. cit.*, p.318-320.

¹⁷⁷⁹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice. Foi casado com D. Maria José Araújo Coutinho (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 28), e faleceu em 1840. A Henrique Carlos seguiram-se: Henrique Freire de Andrade, filho do antecedente, e que morava em Braga (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 56, vd. doc. n.º 57 no Apêndice); e Francisco Luís Tomás (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 444v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice).

¹⁷⁸⁰ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, *ob. cit.*, p. 31.

As suas ombreiras são ladeadas por duas pilastras toscanas que suportam um entablamento, com a respectiva arquitrave, friso e cornija. Sobre as pilastras, o entablamento é em ressaltado.

Os fustes das pilastras estão divididos em sete blocos com tratamentos alternados e contrastantes: três blocos têm a sua face lisa, e são entremeados por outros de aparência rusticada.

O mesmo tratamento rusticado apontado é empregue em duas formas ovóides que se encontram na arquitrave, sobre os capitéis, e em cinco blocos do friso.

A pedra de armas está assente numa pequena cornija apoiada em dois elementos curvilíneos que fazem a ligação com a portada. Estes elementos têm quatro blocos que receberam o mesmo desenho rusticado que uma forma arredondada colocada sob a pedra de armas.

Este antagonismo entre o acabado e o inacabado, e a deturpação consciente das regras clássicas, patente nesta portada, é tipicamente maneirista.

Quanto à fachada nascente, não se encontra a mesma regularidade na distribuição dos vãos, como sucede com o frontispício anteriormente analisado. (Vd. ils. 88)

O piso térreo tem quatro janelas de peitoril e uma portada, enquanto o piso nobre dispõe de sete janelas de sacada – a janela de sacada e a janela de peitoril mais a sul pertenciam à casa seguinte, como se depreende numa planta do local de 1883¹⁷⁸¹ (Vd. ils. 90). As aberturas do piso nobre podem ser agrupadas, relativamente à sua configuração, em pelo menos dois grupos, demonstrando terem existido pelo menos duas fases de construção. A um grupo pertencem três janelas de sacada, e ao outro quatro.

As janelas do primeiro grupo parecem ser mais antigas. São de um tipo usual, com as suas cornijas rectas, e grades de ferro de barras verticais. As do segundo grupo, são mais altas, a distância entre cada uma é menor, também têm cornijas rectas, e as grades têm um desenho mais elaborado, sendo constituído por linhas curvilíneas. Esta fachada, no seu conjunto, é muito simples, não dispondo de pilastras a limitá-la lateralmente, nem de uma cornija a rematá-la superiormente.

A habitação foi muito alterada interiormente, sendo a última intervenção recente, uma vez que se encontrava em muito mau estado de conservação. O que nos chegou e que pode ser de seiscentos ou setecentos, é o amplo átrio com um largo arco. Atrás

¹⁷⁸¹ A.H.M.P., MNL, n.º 6/A'-8.

deste, foi construída uma escada que veio substituir outra anterior, muito íngreme, segundo informação do seu autor, o arquitecto Pedro Ramalho.

Como sucedeu com outras grandes habitações da cidade, a Casa dos Freire de Andrade não escapou ao saque efectuado pelas tropas francesas. António Mateus conta que num dos dias mais conturbados, ao chegar a casa «...mais morto que vivo, ahi sofri as maiores emulencias, dos primeiros que me emtrarão em caza, querendome matar, abrilhe tudo e logo que virou costas fugi para o quintal e metido entre vides eli estive dous dous [sic] dias sem comer...»¹⁷⁸². O quintal onde se escondeu fica situado a nascente.

Na antiga Casa dos Freire de Andrade encontra-se presentemente instalada a Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho.

18.- A Casa dos Costa Lima.

18.1- Os foreiros e os moradores.

Em 1690, era foreiro da habitação¹⁷⁸³ o cónego magistral¹⁷⁸⁴ Dr. André Pereira Pinto¹⁷⁸⁵. A este comprou o tesoureiro-mor Miguel da Costa Lima, que foi foreiro desde 1695/6¹⁷⁸⁶.

Francisco de Sousa Cirne, militar, habitava a casa em 1698¹⁷⁸⁷. Três anos depois morou na Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, como já escrevemos.

¹⁷⁸² CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 71.

¹⁷⁸³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice.

¹⁷⁸⁴ A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 18v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice.

¹⁷⁸⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice. Antigamente eram duas casas. Uma foi emprazada a António Róis, a 21 de Agosto de 1538, com renda de 60 reis, uma galinha e um capão. A outra propriedade pertenceu ao reverendo Aleixo Alão, cujo prazo foi feito a 10 de Fevereiro de 1539, sendo a renda de 400 reis e duas galinhas. Ficou com as duas casas Aleixo Alão (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, 5272, fl. 59, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) «administrador que foi da capella dos Alãos, notário deste bispado e escrivão do Cabido» (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 18, vd. doc. n.º 4 no Apêndice), a quem foi feito prazo fateusim, a 15 de Novembro de 1548, ficando a renda em 700 reis três galinhas, um capão e laudémio de 4 hum(A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 59, vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Seguiram-se: o meio cónego João de Campelo, que comprou a casa segundo uma escritura de 13 de Setembro de 1569; Maria Correia, filha do anterior, viúva do licenciado Pais; João Gonçalves, cónego (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 18, vd. doc. n.º 4 no Apêndice); Francisco Correia Toscano; Ana da Encarnação, freira, filha do anterior, que tinha a casa alugada ao abade da Sé; Sebastião Monteiro, meio cónego, tinha a casa em 1663; Manuel de Sousa Ramos, abade de S. João de Ver; a mãe do antecedente; e o Dr. André Pereira Pinto, cónego magistral, comprou a casa (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 59, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁷⁸⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 872, fl. 155, vd. qd. n.º 4 no Apêndice.

¹⁷⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

Em 1701, a casa estava devoluta. Tinha sido habitada por Gonçalo Bandeira, segundo refere o livro da décima desse ano¹⁷⁸⁸. Supomos tratar-se de Gonçalo Pires Bandeira, Fidalgo da Casa Real, e coronel de cavalaria¹⁷⁸⁹ (tio avô paterno de António Mateus, que moraria no final do século na Casa dos Freire de Andrade).

A partir de 1708 quem residia na casa era o foreiro e tesoureiro-mor, Miguel da Costa Lima¹⁷⁹⁰. Tomou posse do tesourado em 27 de Outubro de 1685. Faleceu a 13 de Outubro de 1710¹⁷⁹¹.

Quem lhe sucedeu como foreiro foi o seu irmão¹⁷⁹² Pedro da Costa Lima ou o filho deste, o tesoureiro-mor Pedro da Costa Lima¹⁷⁹³.

Morava na casa em 1711¹⁷⁹⁴ e 1712, o «Bastão do Senhor Bispo»¹⁷⁹⁵, e em 1713 o cónego Domingos Ribeiro¹⁷⁹⁶. Este, a 7 de Setembro de 1709, tomou posse do canonicato. Faleceu a 11 de Outubro de 1714, sendo sepultado na Sé¹⁷⁹⁷.

Em 1719, a casa estava desabitada¹⁷⁹⁸.

A partir de 1723, nela residia o tesoureiro-mor Miguel da Costa Lima¹⁷⁹⁹, que também foi foreiro¹⁸⁰⁰. No ano anterior, a 14 de Junho, tinha sucedido ao irmão Pedro da Costa Lima, como tesoureiro do Cabido. A 21 de Março de 1758, faleceu¹⁸⁰¹.

¹⁷⁸⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 42, vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹⁷⁸⁹ Gonçalo Pires Bandeira era filho de António Bandeira Pereira, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, capitão de infantaria, natural de Moncorvo, e de D. Ana Maria da Rocha, e neto paterno de Luís de Figueiredo Bandeira, Fidalgo da Casa Real, Familiar do Santo Ofício, general de infantaria na província de Trás-os-Montes, natural de Besteiros, e de D. Ana Madureira, de Moncorvo, e neto materno de Francisco da Rocha de Leão, do Porto, e de D. Isabel de Araújo e Costa (GAYO, Felgueiras – *Ob. cit.* tomo V, p. 158-159).

¹⁷⁹⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4529, fl. 96, vd. doc. n.º 32 no Apêndice. Os seus pais foram João da Costa Lima e Luísa Francisca, e os avós paternos Gaspar Alves e Ana Dias, e os maternos Francisco Manso e Maria Fernandes (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 299).

¹⁷⁹¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 132.

¹⁷⁹² CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - Pedro da Costa Lima. Ilustre Cidadão do Pôrto no Século XVII, *ob. cit.*, p. 19. Pedro da Costa Lima mandou erguer, segundo risco de António Pereira, a Casa de São João-o-Novo. (FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, *ob. cit.*, p. 81-86).

¹⁷⁹³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 157, vd. qd. n.º 21 no Apêndice, e A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11v., vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹⁷⁹⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4532, fl. 104v., vd. doc. n.º 36 no Apêndice.

¹⁷⁹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v., vd. doc. n.º 37 no Apêndice.

¹⁷⁹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11v., vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹⁷⁹⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 185.

¹⁷⁹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 75, vd. doc. n.º 44 no Apêndice.

¹⁷⁹⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22v., vd. doc. n.º 45 no Apêndice. O tesoureiro-mor era filho de João da Costa Lima e de D. Maria Teresa de Mello e Alvim (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - Pedro da Costa Lima. Ilustre Cidadão do Pôrto no Século XVII, *ob. cit.*, p. 21) e neto paterno de Gaspar Alves e Ana Dias ((CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 299) e materno de Pedro de Mello e Alvim Pinto, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, senhor dos morgados da Carreira e do Loreto, e de D. Teresa Veloso Caminha Rêgo (CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - Pedro da Costa Lima. Ilustre Cidadão do Pôrto no Século XVII, *ob. cit.*, p. 21).

¹⁸⁰⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 911, fl. 156, vd. qd. n.º 43 no Apêndice.

Herdou a propriedade a sua irmã, D. Ana Casimira, mulher de Diogo Francisco Leite Pereira¹⁸⁰².

A casa pertenceu depois, a partir de 1773, ao mestre-escola Francisco Mateus Xavier de Carvalho¹⁸⁰³. Embora não disponhamos de documentos que nos informem se habitou a casa, sabemos que residiu na Rua dos Cónegos¹⁸⁰⁴, logo, muito provavelmente, deve ter morado nesta residência. (Vd. ils. 93)

Tendo nascido em Janeiro de 1712, tomou posse da dignidade a 4 de Novembro de 1772. Foi vigário geral e provisor no bispado de D. João Rafael de Mendonça.

Em nome do bispo ordenou a todos os párocos que se cantasse um Te-Deum em acção de graças pela extinção da Companhia de Jesus¹⁸⁰⁵. Novamente, segundo um edital de 29 de Outubro de 1775, mandou cantar um Te-Deum em acção de graças, por ter falhado uma tentativa de assassinato do marquês de Pombal¹⁸⁰⁶.

Francisco Mateus presidiu à Irmandade dos Clérigos de 1782 a 1790¹⁸⁰⁷, ano em que morreu. Foi sepultado na Sé¹⁸⁰⁸.

Após este foreiro, a casa passou para o mestre-escola da Sé José Nogueira¹⁸⁰⁹. Em 1804 morava na residência Francisco Freire¹⁸¹⁰.

Durante determinado período de setecentos - as fontes não especificam em que anos - a casa esteve subempazada, com uma renda de 7000 reis, a: Francisco Pereira Pinto, que morava na Quinta do Barral, em Lamego; Manuel da Cruz, abade; Senhorinha Tomásia, irmã do anterior; e o reverendo António José, mestre capela da Sé, irmão da anterior¹⁸¹¹.

18.2- A casa.

¹⁸⁰¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 132.

¹⁸⁰² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 59v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice

¹⁸⁰³ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 935, fl. 390, vd. qd. n.º 66 no Apêndice. Foram os seus pais, Paulo Carvalho e Maria Madalena Cruz, e os seus avós paternos António Carvalho e Maria de Jesus, e os maternos Sebastião Mateus Carvalho e Maria Francisca (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 287).

¹⁸⁰⁴ SANTOS, Paula Mesquita – *Ob. cit.*, p. 179.

¹⁸⁰⁵ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Ob. cit.*, tomo II, p. 367.

¹⁸⁰⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 127.

¹⁸⁰⁷ SANTOS, Paula Mesquita – *Ob. cit.*, p. 179.

¹⁸⁰⁸ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 127.

¹⁸⁰⁹ Sucederam a este foreiro: D. Maria Brizida Fortunata Nogueira de Miranda, sobrinha do antecedente, da vila de Azeitão; Manuel Rodrigues Veloso, também de Azeitão; Henrique Freire de Andrade Coutinho Bandeira, o qual adquiriu a casa, e era foreiro da moradia anterior; e Gonçalo Leitão Vieira de Vasconcelos (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 445v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice), que a comprou em 1900 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 61, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸¹⁰ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁸¹¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 59v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

O terreno encontra-se abaixo da casa anterior. Na planta de 1883 - mencionada no texto da casa anterior – o limite superior do terreno encontrava-se mais a norte. Assim, a parte sul da actual Fundação pertencia originalmente à Casa dos Costa Lima. O resto do terreno onde parte desta casa se erguia, está ocupado por uma construção mais recente.

No que chegou até nós da casa, ainda se encontram três janelas de sacada com gradeamentos simples: uma a este, outra a sul e outra a oeste. Estas janelas são do mesmo tipo que as mais antigas da casa antecedente, e que se encontram no seu frontispício nascente. (Vd. ils. 91, 92)

O pouco que resta da residência não nos permite deduzir muito sobre a mesma; no entanto, as dimensões do lote, 10,5 metros de largura e 9,9 metros de comprimento¹⁸¹², e o nível social dos moradores indicam-nos que não se tratava de uma casa comum.

Tinha um quintal do outro lado da rua, que confrontava a norte com o terreno onde ficaria o jardim da Casa do Dr. Domingos Barbosa e a sul com o jardim do Paço Episcopal¹⁸¹³.

Tendo ou não sido uma boa casa, em 1833 não o era. Nesse ano, quando a cidade estava ocupada pelas tropas liberais, a habitação, que tinha uma cavalaria, foi considerada de terceira classe, sendo apenas digna de ser ocupada por oficiais subalternos¹⁸¹⁴.

19.- A Casa de Maria dos Reis.

19.1- Os foreiros e os moradores.

Em 1698 a casa pertencia a Maria dos Reis. Morava nela o licenciado Luís da Silva¹⁸¹⁵. Dois anos depois, era habitada pelo padre coadjutor da Sé Luís Nogueira¹⁸¹⁶, e em 1712 pelo padre José Lopes¹⁸¹⁷, que posteriormente habitou a Casa do cônego António Mourão.

O abade Xavier Moreira, foi foreiro a partir de 1716¹⁸¹⁸. Nesse ano e até 1718¹⁸¹⁹, residiu na casa o cônego Dionísio da Silva¹⁸²⁰ - ou Dinis da Silva de Faria. Foi abade de

¹⁸¹² A.D.P., Livro de Prazos, n.º 522, fl. 115, vd. doc. n.º 2 no Apêndice.

¹⁸¹³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 59, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸¹⁴ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 136, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹⁸¹⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁸¹⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41v., vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹⁸¹⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 125v., vd. doc. n.º 37 no Apêndice.

¹⁸¹⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

S. João da Madeira, e tomou posse do canonicato a 15 de Novembro de 1713¹⁸²¹. Na Sé Vacante de 1717-1741 foi adjunto¹⁸²².

O arcediogo de Oliveira do Douro, Luís de Magalhães, morador na Casa dos Freire de Andrade, era foreiro desde 1718¹⁸²³. Após a sua morte, em 1728, a casa foi herdada pela sua filha.

Em 1730, morava na casa o cônego João Pereira¹⁸²⁴, segundo o livro da décima referente a esse ano. O cônego António Ferreira, no seu exaustivo estudo sobre os capitulares portuenses, não faz menção a nenhum cônego João Pereira, mas sim a um meio cônego; provavelmente tratava-se da mesma pessoa. Sendo natural de Coimbra¹⁸²⁵, tomou posse do meio canonicato em 1716¹⁸²⁶. Faleceu a 16 de Janeiro de 1763, na sua cidade natal¹⁸²⁷.

Até 1803 não temos informações sobre os moradores e os foreiros da residência. No ano seguinte, eram foreiros os herdeiros do licenciado José Pedro. A casa encontrava-se fechada¹⁸²⁸.

19.2- A casa.

Segundo o livro da décima de 1698, a propriedade onde a casa se encontrava pertencia a vários proprietários, nomeadamente à Coraria e ao Cabido¹⁸²⁹. Porém, nos documentos do Cabido não consta nenhuma propriedade da Rua dos Cônegos que tenha pertencido a uma foreira Maria dos Reis - talvez a parte que era de domínio capitular, fosse algum terreno que confinava com a casa a nascente. Também nas fontes da

¹⁸¹⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. n.º 43 no Apêndice.

¹⁸²⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹⁸²¹ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 181.

¹⁸²² FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadas, Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 56.

¹⁸²³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91, vd. doc. n.º 43 no Apêndice.

¹⁸²⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9v., vd. doc. n.º 52 no Apêndice.

¹⁸²⁵ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 198.

¹⁸²⁶ IDEM, *Ibidem.*, p. 217. Antecederam-lhe: António Róis, o escaldado, a quem o Cabido fez prazo de vidas, com a renda de 136 reis, a 15 de Agosto de 1533; Gonçalo de Seabra; Pedro Ferreira; Gaspar de Magalhães; Maria Alves, ama do anterior; a António Alves Boim, beneficiado, foi feito um novo prazo com a renda de 300 reis, a 25 de Fevereiro de 1616; a irmã do anterior, com a qual a renda foi aumentada para 3800 reis; e André (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 63v.-64, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸²⁷ IDEM, *Ibidem.*, p. 198.

¹⁸²⁸ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice. Joaquim José da Silva era foreiro a 18 de Junho de 1888 (A.H.M.P., Plantas de casas, n.º CVI, p. 553, vd. doc. n.º 91 no Apêndice).

¹⁸²⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

Coraria não encontrámos nenhuma referência a esta casa. Os livros da décima deixam perceber que se situava entre a casa analisada anteriormente e a próxima. Era uma habitação de dimensões reduzidas.

A casa setecentista que se erguia no terreno acabou por ser demolida. A 18 de Junho de 1888 o então proprietário, Joaquim José da Silva, submeteu à aprovação da câmara o projecto de edificação da habitação actual¹⁸³⁰. (Vd. ils. 94)

20.- A Casa dos Mota.

20.1- Os foreiros e os moradores.

Manuel Mendes Vieira, abade de S. Nicolau, era foreiro da casa em 1690/1¹⁸³¹.

Nela morava António Leite¹⁸³², meio cônego, em 1698. A 1 de Julho de 1689 tomou posse do meio canonicato. Provavelmente faleceu a 10 de Novembro de 1698¹⁸³³.

Dois anos depois, na casa morava «huma mulher recolhida»¹⁸³⁴. Não sabemos se era Luísa da Mota, que nela residiu de 1716¹⁸³⁵ a 1718¹⁸³⁶.

Os livros da fazenda indicam o padre Jerónimo da Mota Vieira como sendo foreiro desde 1724/5¹⁸³⁷ até 1783¹⁸³⁸. Esta última data parece não estar correcta, pois o Roteiro de prazos do Cabido menciona que Jerónimo da Mota dotou a casa a seu irmão, Bernardo da Mota Vieira, para este se casar com Ana Maria Teixeira, moradores em Luzim, segundo um documento de 2 de Outubro de 1769. Jerónimo da Mota, herdou a casa do foreiro anterior. Era filho de Manuel da Mota Campos¹⁸³⁹.

¹⁸³⁰ A.H.M.P., Plantas de casas, n.º CVI, fl. 553, vd. doc. n.º 93 no Apêndice.

¹⁸³¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 157v., vd. qd. n.º 1 no Apêndice. Antecederam-lhe: António Róis, o escaldado, a quem o Cabido fez prazo de vidas, com a renda de 136 reis, a 15 de Agosto de 1533; Gonçalo de Seabra; Pedro Ferreira; Gaspar de Magalhães; Maria Alves, ama do anterior; a António Alves Boim, beneficiado, foi feito um novo prazo com a renda de 300 reis e laudémio de 4 hum, a 25 de Fevereiro de 1616; a irmã do anterior, com a qual a renda foi aumentada para 3800 reis; e André (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 63v.-64, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸³² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁸³³ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 175.

¹⁸³⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41v., vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹⁸³⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹⁸³⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91., vd. doc. n.º 43 no Apêndice.

¹⁸³⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 157v., vd. qd. n.º 21 no Apêndice.

¹⁸³⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl. 406., vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁸³⁹ Em 1800 a renda passou para 300 reis. José da Mota, o seu irmão, o padre António da Mota, e a sua mãe, Ana Maria Teixeira, viúva, dotaram a casa a seu filho e irmão João da Mota Teixeira, a 7 de Janeiro de 1811. Sucederam a este último Francisco da Mota Teixeira Mendes, e o seu filho, António da Mota Peixoto, morador em Luzim, Penafiel (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 63v.-64v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

Quanto aos moradores, José Diogo dos Santos habitava a casa desde 1726¹⁸⁴⁰, até, pelo menos, 1731¹⁸⁴¹. Em 1804 estava ocupada por João Baptista de Araújo¹⁸⁴².

3.20.2- A casa.

Sobre esta casa, o roteiro do Cabido diz que ficava junto à casa anterior. Numa medição efectuada ao terreno em 1616, este tinha cerca de três metros de largo ao longo da rua, e de profundidade cerca de 13,2 metros¹⁸⁴³. A casa seria, assim, de pequenas dimensões.

A configuração da fachada da casa que ocupa o lote da Casa dos Mota, indica ser uma obra oitocentista. (Vd. ils. 95)

21.- A Casa dos Baião I.

21.1- Os foreiros e os moradores.

No final do século XVII, era foreiro da casa o beneficiado António Martins Raeiro¹⁸⁴⁴, e em 1704/5 Maria Martins¹⁸⁴⁵. Sucedeu a esta senhora, em 1714/5, o foreiro das duas casas seguintes, o capitão Manuel Baião¹⁸⁴⁶. Supomos ter habitado a casa como as outras duas¹⁸⁴⁷. Em 1719 a casa pertencia aos seus herdeiros, um filho clérigo, três filhas freiras em Vairão¹⁸⁴⁸, e outra filha Sebastiana Teresa Baião¹⁸⁴⁹ que acabou por ficar com as três casas¹⁸⁵⁰.

¹⁸⁴⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76, vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹⁸⁴¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4548, fl. 7., vd. doc. n.º 53 no Apêndice.

¹⁸⁴² A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 65v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁸⁴³ A.D.P., Livro de Prazos, n.º 537, fl. 76v.

¹⁸⁴⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 158, vd. qd. n.º 1 no Apêndice. No início do século XVI, a propriedade era de Bastião Róis A 17 de Agosto de 1517, o Cabido fez prazo de vidas ao reverendo André Anes, com a renda de 136 reis. Foi segunda vida o padre Paulo Fernandes, que a vendeu a Manuel de Seabra, bacharel, a 30 de Dezembro de 1560. Catarina Gonçalves, mãe do bispo de Ceuta D. Manuel de Seabra, vendeu a casa a Jorge Alves, reitor da Igreja de Oliveira, sendo a respectiva escritura de 20 de Novembro de 1585 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 22, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). O Cabido fez novo prazo a este último, a 1 de Julho de 1592, mudando a natureza para fateusim e a renda para 300 reis, cinco galinhas e com laudémio de 4 hum (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 67v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice). Sebastião Pereira da Banharia, o manhoso, comprou a propriedade e mandou edificar uma casa nova (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 22, vd. doc. n.º 4 no Apêndice). Os foreiros seguintes foram Maria Benta e Pedro de Sousa Ferreira (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 67v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸⁴⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 878, fl. 157, vd. qd. n.º 10 no Apêndice.

¹⁸⁴⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 888, fl. 156, vd. qd. n.º 20 no Apêndice.

¹⁸⁴⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹⁸⁴⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 75, vd. doc. n.º 44 no Apêndice.

O beneficiado Leonardo Duarte¹⁸⁵¹ Bravo¹⁸⁵² habitou a casa em 1723¹⁸⁵³. Tomou posse do cargo a 15 de Dezembro de 1717, e faleceu a 22 de Outubro de 1739¹⁸⁵⁴.

Morava na casa desde 1726, o harpista José da Silva¹⁸⁵⁵. Provavelmente trabalhava na catedral.

Quanto aos foreiros, a Sebastiana Teresa Baião sucederam Nicolau de Sousa Cruz e sua mulher Rosa Loureiro Matosa¹⁸⁵⁶ em 1741/2¹⁸⁵⁷. Deste último herdou, em 1766/7¹⁸⁵⁸, a sua irmã Maria Angélica de Sousa, viúva de António Henriques da Silva¹⁸⁵⁹. Esta senhora foi foreira da Casa dos Baião II, da dos Baião III, e da Casa do cônego Domingos Gonçalves Prada.

Em 1804 a casa era da Irmandade dos Clérigos, e nela residia Francisca Emiliciana de Santa Rita Vieira¹⁸⁶⁰.

21.2.- A casa.

A Casa dos Baião I pertencia ao Cabido e estava junto à anterior¹⁸⁶¹.

Tratava-se de uma habitação de pequenas dimensões, com um quintal¹⁸⁶². Supomos que a casa seguinte estava integrada nesta, uma vez que os documentos do Cabido referem que esta casa era constituída por duas moradas.

A casa ainda mantém muitos elementos arquitectónicos que são provavelmente setecentistas. O frontispício poente, no rés-do-chão, dispõe de uma portada e de uma

¹⁸⁴⁹ Era viúva do médico João Dias (A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4544, fl. 76, vd. doc. n.º 50 no Apêndice), e casou segunda vez com o Dr. Miguel do Amaral Correia (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 892, fl. 158).

¹⁸⁵⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁸⁵¹ IDEM, *Ibidem*.

¹⁸⁵² PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 209.

¹⁸⁵³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁸⁵⁴ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 209.

¹⁸⁵⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76v., vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹⁸⁵⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 906, fl. 157, vd. qd. n.º 38 no Apêndice.

¹⁸⁵⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 907, fl. 157, vd. qd. n.º 39 no Apêndice.

¹⁸⁵⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fl. 206v., vd. qd. n.º 64 no Apêndice.

¹⁸⁵⁹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 68, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁶⁰ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65v., vd. doc. n.º 71 no Apêndice. A 24 de Dezembro de 1814 comprou a casa o cônego Tomás de Aquino de Lima e Almeida. Tendo falecido a 13 de Janeiro de 1828, herdou a casa a sua irmã D. Joana Francisca de Lima e Almeida, a qual morreu em Abril de 1838. Sucedeu-lhe D. Tomásia Maria Amália do Amaral, e a esta D. Maria José de Menezes Lobo de Torneo casada com Martinho de Moraes Correia, moradores na Quinta de João Carneiro. Estes venderam a casa a D. Maria Ferraz de Lima e Castro em 1857. José da Costa Correia de Almeida, padre, comprou a casa a 22 de Setembro de 1874, e António José Alves da Silva, comprou em 31 de Agosto de 1883 (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fls. 68v.-69, vd. qd. n.º 64 no Apêndice).

¹⁸⁶¹ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 67, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁶² A.D.P., Livro da Fazenda n.º 938, fl. 446, vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

janela de peitoril, a qual tinha sido uma portada. No sobrado, encontram-se duas janelas de peitoril. Este é limitado superiormente por um entablamento. A parede do último piso é semelhante a parte de um tímpano truncado, tendo uma janela de peitoril pequena. Os lintéis e as ombreiras dos vãos deste frontispício são simples. (Vd. ils. 96, 97)

Em 21 de Outubro de 1880, o beneficiado José da Costa Correia de Almeida, foreiro desta e das duas propriedades seguintes, pediu a aprovação de um projecto que previa a construção de um único frontispício face à rua. A 30 de Outubro apresentou um segundo projecto¹⁸⁶³. As obras tiveram início, mas só se construiu a parte central da fachada. (Vd. ils. 100, 101)

Numa fotografia de Flower, de cerca de 1855, surgem dois panos que sugerem haver duas casas contíguas, embora a planta de 1883 apresente na divisão cadastral uma só casa (Vd. ils. 98, 99). O pano que se situava à direita era estreito, e sem aberturas. Posteriormente seriam abertas três pequenas janelas. Uma pilastra do lado esquerdo separava os dois panos. O segundo pano, que pertenceria a esta casa ou à Casa dos Baião II - que como dissemos estaria integrada com esta -, tinha duas (?) janelas de peitoril no segundo e terceiro pisos. Duas janelas de peitoril abriam-se num quarto piso - este foi construído posteriormente, aproveitando o vão do telhado. As sucessivas alterações e acrescentos efectuados destruíram parte da sua configuração original. (Vd. ils. 102)

22.- A Casa dos Baião II.

22.1- Os foreiros e os moradores.

Em 1690 era foreiro e morador da casa Manuel Baião¹⁸⁶⁴.

Nos documentos consultados são referenciados vários elementos desta família, os quais tinham o mesmo nome, Manuel Baião, e que foram foreiros desta casa e das que com ela confinavam. Uma vez que eram homónimos, nem sempre as fontes são claras quanto ao foreiro a que se referem.

¹⁸⁶³ A.H.M.P., Plantas de casas, n.º LXXVI, fl. 38, 40, e 148, vd. doc. n.º 86, 87 e 88 no Apêndice

¹⁸⁶⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 158, vd. qd. n.º 1 no Apêndice. Antes dele foram foreiros: o cidadão António da Costa, filho de Tomé da Costa; Jorge Álvares, que comprou a casa, e era foreiro da casa antecedente; e o beneficiado Manuel Baião (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 18v vd. doc. n.º 4 no Apêndice) no qual se renovou o prazo para fateusim, a 18 de Agosto de 1676, com a renda de 80 reis e tinha laudémio de 4 hum (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 71, vd. doc. n.º 57 no Apêndice) - também foi foreiro da casa seguinte.

O foreiro que antecedeu a Manuel Baião, foi o beneficiado Manuel Baião, o qual residiu na casa¹⁸⁶⁵. Na inquirição «de genere» do cônego Manuel Baião de Magalhães, neto do beneficiado, de 7 de Julho de 1692, este diz ser filho de Manuel Baião e de Inácia Pinto de Magalhães, e neto paterno do referido beneficiado e de Maria Barbosa¹⁸⁶⁶. Segundo a mesma fonte, o cônego Manuel Baião de Magalhães e a sua avó, Maria Barbosa, residiam na Rua do Redemoinho, talvez nesta habitação.

Os livros da décima mencionam que, pelo menos desde 1698, a casa era habitada pelo capitão Manuel Baião. Era «proprietario do officio de distribuidor e folhas do juizo eclesiastico»¹⁸⁶⁷.

O capitão faleceu em 1718, ficando a casa a pertencer aos seus herdeiros. Sebastiana Teresa Baião, sua filha, herdou a casa - assim como a antecedente e a seguinte. Foi foreira desde 1724/5¹⁸⁶⁸.

Em 1723, era morador o notário apostólico, Luís Coelho¹⁸⁶⁹.

A partir de 1726¹⁸⁷⁰ a casa foi habitada pelo distribuidor do eclesiástico¹⁸⁷¹ Nicolau de Sousa Cruz¹⁸⁷². Este comprou-a¹⁸⁷³, assim como as outras duas casas, tornando-se o novo foreiro desde 1741/2¹⁸⁷⁴.

Os seus herdeiros tomaram posse da casa em 1757/8¹⁸⁷⁵. Em 1766/7 tornou-se foreira a irmã do distribuidor do eclesiástico, Maria Angélica de Sousa¹⁸⁷⁶, já referida na casa anterior.

No ano de 1804 habitava na casa José António de Oliveira, e era foreira a Irmandade dos Clérigos¹⁸⁷⁷.

¹⁸⁶⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 863, fl. 152.

¹⁸⁶⁶ A.D.P., Inquirições «de genere», maço 1635, K/26/4/3, CX 120, fls. 409-409v. e 417, vd. doc. n.º 18 no Apêndice.

¹⁸⁶⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13v., vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁸⁶⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 158, vd. qd. n.º 21 no Apêndice.

¹⁸⁶⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁸⁷⁰ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 22, vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹⁸⁷¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁸⁷² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 22, vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹⁸⁷³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 71, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁷⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 907, fl. 157, vd. qd. n.º 39 no Apêndice.

¹⁸⁷⁵ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 922, fl. 157, vd. qd. n.º 54 no Apêndice.

¹⁸⁷⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 932, fl. 207, vd. qd. n.º 64 no Apêndice.

¹⁸⁷⁷ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65, vd. doc. n.º 71 no Apêndice. No século XIX foram foreiros: o cônego Tomás de Aquino de Lima e Almeida, que arrematou a casa a 24 de Dezembro de 1814, e faleceu a 13 de Janeiro de 1828; D. Francisca de Lima e Almeida, irmã do anterior; D. Henriqueta de Menezes Lobo de Torneo e D. Constância Emília Jacques de Vasconcelos e Menezes, baronesa de Almeida e residente em Lisboa, ambas irmãs da antecedente; D. Maria Ferraz de Lima e Castro, que comprou a casa; o beneficiado José da Costa Correia de Almeida, que adquiriu a casa a 22 de Setembro de 1874; Joaquim Baptista de Lemos comprou-a em 20 de Novembro de 1883 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 71v-72v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

22.2.- A casa.

A Casa dos Baião II estava junto à antecedente¹⁸⁷⁸. Quando pertencia ao beneficiado Manuel Baião foi vistoriada, a 17 de Junho de 1676. Talvez tenha permanecido sem muitas alterações até final do século.

A propriedade tinha desde a fachada principal até ao muro do quintal 12,6 metros, e de largura cerca de 4,4 metros. Era uma casa com um sobrado onde se encontrava uma sala com janelas para a Rua dos Cónegos, e uma câmara com uma janela para o quintal. Tinha também uma cozinha sobre a casa anterior¹⁸⁷⁹.

Posteriormente estaria integrada com a casa antecedente - funcionando como uma casa independente ou não. Esta suposição baseia-se nos seguintes factos: o valor do foro a pagar ao Cabido era muito reduzido em comparação com as restantes casas¹⁸⁸⁰; as fachadas poente da casa anterior e da casa seguinte, parecem indicar que não existia outra fachada entre elas; o facto de, numa planta de 1883, só se encontrarem duas casas no local onde os Baião tinham três prazos, parecendo indicar que a construção que se erguia sobre este lote estaria integrada noutra construção; a casa anterior era constituída por duas moradas, uma das quais seria esta.

23.- A Casa dos Baião III.

23.1- Os foreiros e os moradores.

Era foreiro da casa em 1690/1 o «rabequa da Sé», Manuel Baião.

Manuel Baião, «seu tio», comprou a casa ao beneficiado Bernardo Tavares, e deu-lha¹⁸⁸¹. Esta informação, retirada dos livros da fazenda, não está de acordo com o que

¹⁸⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 71, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁷⁹ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 25, vd. doc. n.º 10 no Apêndice.

¹⁸⁸⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 446, vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

¹⁸⁸¹ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 158, vd. qd. n.º 1 no Apêndice. Os foreiros que o antecederam foram: Gonçalo Alves; Salvador Alves, filho do anterior; Gaspar Fernandes, a quem o Cabido fez um novo prazo de vidas, com a renda de 250 reis, e laudémio de 4 hum, a 8 de Maio de 1564 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 74-74v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice); Bento Leite, cónego; Gaspar Gonçalves, o fuseiro, clérigo e coreiro da Sé, sendo o prazo lavrado a 23 de Janeiro de 1570; Quitéria Fernandes, filha do anterior, que recebeu a casa como dote do seu casamento com Aleixo Lopes, a 7 de Novembro de 1576; Paulo da Costa, clérigo e coreiro, comprou a casa aos anteriores a 26 de Janeiro de 1577 (A.D.P., Livro intitulado tombo das casas ..., n.º 458, fl. 18v., vd. doc. n.º 4 no Apêndice), sendo o

vem escrito no Roteiro de prazos do Cabido. Para esta fonte, um Manuel Baião comprou a casa ao beneficiado Bernardo Tavares, sucedendo-lhe como foreiro o beneficiado Manuel Baião¹⁸⁸².

Morava na casa, em 1713, Francisco Guedes¹⁸⁸³. Tendo falecido no ano seguinte, a sua viúva, D. Maria Rosa, continuou a habitá-la até 1715¹⁸⁸⁴.

O capitão Manuel Baião passou então a ocupar esta casa, e as duas antecedentes, até 1718¹⁸⁸⁵, quando a deixou aos seus herdeiros – o capitão talvez fosse o «rabequa» que, segundo os livros da fazenda, foi foreiro das três propriedades. Em 1724/5, a casa era de sua filha Sebastiana Teresa Baião¹⁸⁸⁶.

Em 1723 foi morador Nicolau de Sousa Cruz¹⁸⁸⁷, que posteriormente irá residir na casa anterior, e acabou por ser foreiro, desde 1741/2, das três casas que tinham pertencido à família Baião¹⁸⁸⁸.

O beneficiado Leonardo Duarte que tinha morado na Casa dos Baião I, a partir de 1726 passou a habitar esta casa¹⁸⁸⁹.

A Nicolau de Sousa Cruz seguiram-se os mesmos foreiros das outras duas casas¹⁸⁹⁰.

Em 1804, a habitação estava ocupada pelo cônego António Teixeira Tavares de Vasconcelos¹⁸⁹¹. Tomou posse do cargo a 8 de Novembro de 1799, e faleceu a 1 de Fevereiro de 1840¹⁸⁹².

23.2- A casa.

prazo alterado para fateusim a 8 de Junho de 1590; Bernardo Tavares, beneficiado; Manuel Baião que comprou a casa (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 74v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸⁸² IDEM, *ibidem*, fl. 74v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁸³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11v., vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹⁸⁸⁴ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4536, fl. 12v., vd. doc. n.º 40 no Apêndice.

¹⁸⁸⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4539, fl. 91., vd. doc. n.º 43 no Apêndice.

¹⁸⁸⁶ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 889, fl. 158, vd. qd. n.º 21 no Apêndice.

¹⁸⁸⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁸⁸⁸ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 907, fl. 157, vd. qd. n.º 39 no Apêndice.

¹⁸⁸⁹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4542, fl. 76v., vd. doc. n.º 48 no Apêndice.

¹⁸⁹⁰ Os foreiros que lhe sucederam foram: Maria Angélica de Sousa; a Irmandade dos Clérigos; Tomás de Aquino e Almeida; D. Joana Francisca de Lima e Almeida; D. Tomásia Maria Amália do Amaral; D. Henriqueta de Menezes Lobo de Torneo e D. Constância Emília Jacques de Vasconcelos, baronesa de Almeida; D. Maria Ferraz de Lima e Castro; o arcediogo de Oliveira Ricardo Van Zeller, que comprou a casa a 22 de Dezembro de 1874; João Correia de Almeida, beneficiado, que ficou com a habitação em 21 de Abril de 1875; D. Ana Emília da Silva e suas irmãs D. Narcisa das Dores Silva, D. Maria Adelaide Silva, D. Luísa das Dores Silva, D. Delfina Cândida da Silva, compraram a casa em 25 de Julho de 1883 (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 75-75v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸⁹¹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fl. 65, vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁸⁹² PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 176.

A Casa dos Baião III confrontava a norte com a casa precedente, e tinha um quintal¹⁸⁹³.

A fachada poente era semelhante à da Casa dos Baião III. No rés-do-chão tinha duas portadas – uma das quais, situada no lado esquerdo, está transformada em janela de peitoril. O primeiro andar tem duas janelas de peitoril, estando encimado por um entablamento. A parede exterior do último piso assemelha-se a parte de um tímpano truncado, onde se abre uma pequena janela de peitoril. Todos os vãos são simples. (Vd. ils. 96, 97)

Na referida fotografia de Flower, de cerca de 1855, a casa tinha na sua fachada nascente três janelas de peitoril no primeiro sobrado – que corresponde ao rés-do-chão na fachada da rua – e três janelas de peitoril no segundo sobrado. Um último piso resultou do aproveitamento do vão do telhado. A sua parede exterior, como na fachada da poente, teria tido a forma de um tímpano truncado. Esta fachada nascente encontra-se muito alterada, subsistindo apenas uma janela de peitoril no primeiro sobrado e outra no segundo. (Vd. ils. 98, 102)

Segundo o documento, Recenseamento das casas da Rua dos Cónegos, de 1833, com vista ao alojamento das tropas liberais, a casa de D. Joana Francisca de Lima e Almeida foi considerada de segunda categoria, a segunda mais elevada classificação, podendo ser ocupada pelos comandantes de corpos. D. Joana era foreira das três casas dos Baião. Desconhecemos se essa classificação englobava as três casas, ou apenas esta Casa dos Baião III.

24.- A Casa do cónego António Mourão.

24.1- Os foreiros e os moradores.

Em 1690/1 a casa estava na posse do cónego António Mourão¹⁸⁹⁴, que a tinha comprado aos herdeiros do cónego António Ferreira¹⁸⁹⁵. Fazia parte da propriedade o Quintal da Palmeira¹⁸⁹⁶.

¹⁸⁹³ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 74, vd. doc. n.º 57 no Apêndice

¹⁸⁹⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 869, fl. 158, vd. qd. n.º 1 no Apêndice. A casa tinha pertencido a: Bento Leite, cónego; Afonso Ferraz; Ana Ferreira, na qual foi renovado o prazo a 1 de Março de 1574, com renda de 240 reis; Francisco Leite, chantre de Cedofeita; André Fernandes, abade de São Nicolau; Cecília Antónia; Margarida Antónia, irmã da anterior, a quem o Cabido renovou o prazo, a 16 de Junho de 1600, passando a renda para 250 reis, e tinha laudémio de 4 hum; João de Moraes, padre; António Dias da Costa, que comprou a casa; Francisco Ferreira, cónego; e os herdeiros do anterior (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. -77-78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

António Mourão habitou a casa até 1701¹⁸⁹⁷, ano do seu falecimento, a 22 de Outubro. Em 1669 tomou posse da meia prebenda que era do seu tio, Francisco Ferreira, e em 1677 tomou posse de um canonicato¹⁸⁹⁸.

Foi seu herdeiro o sobrinho cónego António Mourão¹⁸⁹⁹, o qual também residiu na casa¹⁹⁰⁰, até 1712¹⁹⁰¹. Com este foreiro o Cabido renovou o prazo da casa e do quintal, com uma renda de 430 reis e duas galinhas, e laudémio de 4 hum, a 25 de Fevereiro de 1710¹⁹⁰².

Sucedeu-lhe como foreira e moradora Maria Figueira¹⁹⁰³, que um livro da fazenda diz ser a sua mãe¹⁹⁰⁴.

De 1716¹⁹⁰⁵ a 1719, a casa foi habitada pelo padre José Lopes¹⁹⁰⁶; o qual tinha residido na Casa de Maria dos Reis.

24.2- A casa.

Antes da construção da casa actual, na propriedade erguia-se a moradia onde habitaram os cónegos Mourão.

A 26 de Fevereiro de 1710, foi feito um auto de vedoria à casa. Esta tinha a nascente um quintal, e confrontava a norte com a casa e o quintal de Manuel Baião, a sul com a casa e quintal do cónego Sebastião de Prada e a poente com a Rua dos Cónegos.

O piso térreo tinha um corredor, ao qual se acedia por uma portada «de pedra lavrada» aberta no frontispício, e que fazia a ligação entre os vários compartimentos.

¹⁸⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁸⁹⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 77v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice. O quintal foi de: Manuel Leite, filho de Bento Leite; Manuel de Faria, arcediogo do Porto; Francisco de Faria, licenciado; Antónia Vaz, a quem o prazo de vidas foi renovado, com renda de 180 reis, uma galinha e tinha laudémio de 4 hum, a 26 de Abril de 1612; Maria de Almeida, sobrinha da anterior, casada com Pedro Gomes; António Dias da Costa, meio cónego, que comprou o quintal aos anteriores; e Francisco Ferreira, cónego (IDEM, *Ibidem*, fls. 77-77v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

¹⁸⁹⁷ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1415, fl. 41v., vd. doc. n.º 25 no Apêndice.

¹⁸⁹⁸ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 174. Era natural de Vila Real, e filho de Pedro Mourão e de Catarina Ferreira, e neto paterno de Domingos Mourão e de Maria Pires, e materno de Gonçalo Ferreira Mourão, e de Catarina Francisca (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 306).

¹⁸⁹⁹ De Vila Real, era filho de Pedro Mourão e de Maria Gaspar, e neto paterno de Pedro Mourão e de Catarina Ferreira, e neto materno de Diogo Gaspar e de Catarina Figueiroa (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 305).

¹⁹⁰⁰ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 876, fl. 157, vd. qd. n.º 87 no Apêndice.

¹⁹⁰¹ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4533, fl. 126, vd. doc. n.º 37 no Apêndice.

¹⁹⁰² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 876, fl. 78, vd. qd. n.º 8 no Apêndice.

¹⁹⁰³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4534, fl. 11v., vd. doc. n.º 38 no Apêndice.

¹⁹⁰⁴ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 888, fl. 156, vd. qd. n.º 20 no Apêndice.

¹⁹⁰⁵ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4537, fl. 11v., vd. doc. n.º 41 no Apêndice.

¹⁹⁰⁶ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4540, fl. 75v., vd. doc. n.º 44 no Apêndice.

Tinha também um escritório, com uma porta e uma janela para o quintal. Neste aposento encontrava-se uma alcova com uma janela pequena, também virada para o quintal. Em frente à porta da rua situava-se uma loja. Uma segunda loja, ao pé da anterior, na parte nascente da casa, tinha uma porta para o quintal.

No sobrado encontrava-se uma sala, a mais importante da habitação, que media de norte a sul 7,7 metros, e de nascente a poente 6,6 metros. Tinha dois compartimentos com paredes de madeira, que serviam de alcovas. Duas janelas de peitoril davam para a rua, e outras duas para o quintal. Através de uma porta acedia-se a uma varanda virada para a rua, com uma latada por cima, «a coal latada vay cobrindo a mesma rua, e esta armada nas paredes desta casa com as do quintal do paço»;

Na zona a sul do piso nobre, encontravam-se três divisões. Uma delas era a cozinha, que tinha uma janela de peitoril para a rua. Junto a esta estava uma segunda sala, à qual se seguia uma terceira, que servia de «caza de forno», e tinha uma porta e uma escada de pedra para o quintal, e duas janelas de peitoril.

O quintal era constituído por canteiros, com uma laranjeira e outras árvores de fruto, e «latadas a roda». Os seus muros tinham uma porta para a rua, e cinco janelas de peitoril para nascente¹⁹⁰⁷.

25.- A Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho.

25.1- Os foreiros e os moradores.

Foi foreiro da propriedade, desde 1723, o cônego e vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho¹⁹⁰⁸. Pertenceu a uma família que esteve ligada ao Cabido ao longo de várias gerações, e foi uma das figuras que mais se destacou na diocese no primeiro quarto de século. Dele já nos ocupamos por diversas vezes ao longo desta nossa investigação.

Tendo falecido em 1729¹⁹⁰⁹, herdou a casa o seu pai Manuel Vieira de Azevedo.

Este doou-a ao seu neto João de Azevedo e Carvalho¹⁹¹⁰, cônego¹⁹¹¹, que a habitou¹⁹¹². Antes de ter residido nesta casa, habitou uma outra também na Rua dos

¹⁹⁰⁷ A.D.P., Livros de Prazos, n.º 5187, fls. 62-63, vd. doc. n.º 35 no Apêndice.

¹⁹⁰⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4541, fl. 22, vd. doc. n.º 45 no Apêndice.

¹⁹⁰⁹ PINTO, Cônego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 179.

¹⁹¹⁰ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice. Era filho de Manuel Vieira de Azevedo, Familiar do Santo Ofício, e de Maria Godinho, e neto paterno de Manuel

Cónegos¹⁹¹³. O capitular tomou posse do cargo, que nele resignou o seu tio Bernardo de Azevedo e Carvalho, a 14 de Agosto de 1726.

Segundo uma escritura de 5 de Setembro de 1735, o cónego João de Azevedo e Carvalho deu a casa como dote a sua irmã, D. Mariana Angélica de Azevedo, para esta se casar com Luís Mendes de Vasconcelos. O cónego ficou com o usufruto da mesma até à sua morte¹⁹¹⁴, que ocorreu a 1 de Fevereiro de 1776, sendo sepultado na catedral¹⁹¹⁵.

D. Mariana Angélica e o seu marido doaram então a casa a seu filho, o cónego Rodrigo Mendes de Vasconcelos¹⁹¹⁶, que a habitou¹⁹¹⁷ – a escritura tem a data de 5 de Fevereiro de 1783¹⁹¹⁸.

Natural de São João de Alpendurada, tomou posse do canonicato que nele resignou o seu tio João de Azevedo e Carvalho. Faleceu a 17 de Janeiro de 1801, e ficou sepultado na Sé¹⁹¹⁹.

A 2 de Março de 1801, D. Mariana Angélica nomeou seu herdeiro o neto António Carneiro Giraldes de Vasconcelos. Com o falecimento da sua avó, a 6 de Maio do dito ano, ficou a ser o novo foreiro. Morava com a mulher, D. Ana Vitória Moreira, na sua residência de Alvelo, Vila Boa do Bispo¹⁹²⁰.

Em 1803 a casa era habitada pelas suas tias, nomeadamente por D. Maria Leonor de Vasconcelos¹⁹²¹.

25.2- A casa.

Vieira da Mota, e de Maria Azevedo Carvalho, e neto materno de Manuel Aguiar Godinho e de Antónia Pinto Moreira (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 290).

¹⁹¹¹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 194.

¹⁹¹² A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 923, fl.162, vd. qd. n.º 55 no Apêndice.

¹⁹¹³ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4546, fl. 9, vd. doc. n.º 52 no Apêndice, e n.º 4548, fl. 7, vd. doc. n.º 53 no Apêndice. Desconhecemos de que casa se tratava.

¹⁹¹⁴ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fls. 30-31, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

¹⁹¹⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 194.

¹⁹¹⁶ Foram seus pais os referidos Luís Mendes de Vasconcelos Cyrne, de Arouca, e Mariana Angélica de Azevedo, e seus avós paternos o capitão-mor de Arouca Teotónio Vasconcelos Portugal, e D. Joana Lacerda Pereira, e maternos o capitão Manuel Vieira Azevedo e D. Paula Maria (CUNHA, Albino Lopes – *Ob. cit.*, p. 303).

¹⁹¹⁷ A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 936, fl.408, vd. qd. n.º 67 no Apêndice.

¹⁹¹⁸ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 79, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁹¹⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 229.

¹⁹²⁰ António Carneiro Giraldes e a sua mulher dotaram a casa a José Carneiro Giraldes de Vasconcelos, negociante, morador na Rua das Flores, por escritura de 14 de Agosto de 1827. A este último sucederam: Júlia Silveira Carneiro Giraldes, filha do antecedente; a baronesa de Fornos de Algodres, por compra que fez a 8 de Novembro de 1864; e D. Margarida Augusta Teixeira de Aguiar, irmã da anterior (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, 5272, fls. 79-79v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice); José de Azevedo de Aguiar, conde de Samodães (A.D.P., Livro da Fazenda, n.º 938, fl. 447v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice).

¹⁹²¹ IDEM, *ibidem*, fl. 447v., vd. qd. n.º 68 no Apêndice.

Depois de ter comprado a construção anterior, o vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho «fez nestas cazas e quintal huma grande propriedade»¹⁹²². A habitação não foi alvo de grandes modificações desde o século XVIII. (Vd. ils. 103)

O seu frontispício, virado para a Rua dos Cónegos, tem dois pisos divididos por uma cornija. É limitado superiormente por um entablamento, onde se apoia um largo beiral saliente, e lateralmente por duas pilastras toscanas em cada piso. Nos extremos, sob o beiral, estão dois compridos algerozes. A pilastra direita é rompida por um terceiro algeroz - provavelmente de uma construção anterior.

O piso térreo tem uma fresta no eixo central. No lado esquerdo estavam duas portadas, uma das quais encontra-se alterada, sendo presentemente uma janela de peitoril com grades de ferro. No lado direito estão uma janela de peitoril com grades de ferro, e uma portada. As ombreiras e os lintéis dos vãos deste piso são simples.

No piso nobre distribuem-se cinco vãos, simetricamente, um central e dois de cada lado. O central é um janelão e os laterais são janelas de sacada. Todos os vãos têm a mesma altura, e as suas cornijas são rectas. O janelão tem grades de ferro, e as quatro varandas gradeamentos de ferro forjado, de elaborado desenho, com provável influência dos tratados de Blondel¹⁹²³ (Vd. ils. 104). Os cinco vãos deste piso estão alinhados com os cinco do piso térreo.

A forte inclinação do terreno onde a casa está implantada faz com que esta, na sua parte nascente, tenha três pisos – acima da linha do beiral, no lado direito da fachada, encontra-se um quarto piso construído posteriormente.

Tal como o frontispício principal, a fachada nascente tem uma cornija que divide o piso nobre do que lhe fica imediatamente abaixo. Termina superiormente num entablamento, e lateralmente em pilastras. (Vd. ils. 105)

No primeiro piso, situa-se uma portada por onde se acede ao quintal. O segundo tem seis janelas quadradas de peitoril, ocupando quatro delas a parte central do frontispício, enquanto as outras duas situam-se nas extremidades. No piso nobre encontram-se seis janelas de sacada no alinhamento das janelas do piso inferior. As suas cornijas são rectas, e as grades de ferro das varandas são de barras verticais, segundo um modelo comum. O quarto piso tem três janelas de peitoril.

¹⁹²² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl. 78, vd. doc. n.º 57 no Apêndice.

¹⁹²³ BERGER, Francisco José Gentil – *Ob. cit.*, p. 42-43.

Relativamente ao seu interior, através de uma vistoria efectuada a 5 de Agosto de 1774¹⁹²⁴, quando era habitada pelo cônego João de Azevedo e Carvalho, podemos constatar que presentemente ainda mantém muitas das suas características originais.

A habitação tinha no rés-do-chão uma loja, ladrilhada de pedra e dois quartos «para os mossos», por baixo da escada principal. Na zona mais a sul, com entrada pela rua, encontrava-se uma estrebaria e uma loja. Para a zona posterior estavam contíguas duas salas e uma cozinha, com seis janelas de peitoril. No piso inferior encontra-se uma loja com portada para o quintal.

Por uma escada de pedra de dois lanços paralelos, sobe-se para o andar nobre. A escada inicia-se sob um arco abatido, estando ladeada por duas pilastras toscanas. O primeiro lanço de degraus termina num patamar, onde se encontra uma portada, com as ombreiras e o lintel simples, que abre para um entrepiso. O segundo lanço acaba noutro patamar, mais pequeno que o anterior, onde se abre outra portada, de acesso ao piso nobre, também com uma configuração muito simples. A caixa de escada tem um pé direito bastante elevado, sendo o seu tecto em masseira. Este espaço é iluminado pelo janelão com grades de ferro do frontispício principal. Uma janela semelhante à anterior situa-se na parede oposta, possibilitando a entrada de luz para um corredor.

No piso nobre estão as quatro salas principais da habitação. A primeira, virada para a rua, comunica com a escada, o corredor e uma das outras três salas. Estas, viradas para o quintal, estão em *enfilade*, e têm duas janelas de sacada cada uma - donde se tem uma vista privilegiada do rio e de Vila Nova de Gaia.

A primeira sala e duas das três seguintes, têm altos tectos em masseira. A sala que se encontra mais a sul, tem o tecto em estuque. Muito provavelmente também tinha um tecto em masseira, o qual teria sido destruído quando se construíram dois compartimentos que se encontram acima dela. No documento de 1774 não há qualquer referência a estas divisões, o que indica terem sido erguidas após esta data.

O já mencionado corredor faz a ligação entre os vários compartimentos deste piso. Como compartimento secundário é bastante estreito, pois era apenas usado pelos criados.

Em 1833, quando o exército liberal se encontrava na cidade, a casa foi vistoriada – pretendia-se saber que oficiais a poderiam ocupar. Ficou inscrita como pertencendo à

¹⁹²⁴ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fls. 33v.-34v., vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

segunda categoria, podendo nela residir os oficiais de corpos. Dispunha de quatro cavalaria¹⁹²⁵.

A importância que esta casa tem como testemunho da sua época, merecia ter uma maior atenção das entidades competentes, com vista à sua preservação.

26.- A Casa do cónego Domingos Gonçalves Prada.

26.1- Os foreiros e os moradores.

Domingos Gonçalves Prada tomou posse do canonicato a 20 de Maio de 1682¹⁹²⁶. Pouco depois, a 27 de Agosto, comprou esta casa¹⁹²⁷ fazendo dela a sua morada¹⁹²⁸. Era uma propriedade que pertencia ao património da Mitra, sendo o prazo de vidas¹⁹²⁹. O cónego sucedeu a Afonso Lopes de Abreu, mestre-escola da Colegiada de Cedofeita¹⁹³⁰.

O cónego Domingos Gonçalves Prada contribuiu com cem mil reis para a construção da Capela de Nossa Senhora das Verdades, que confronta a poente com a sua casa.

O seu testamento foi aberto a 13 de Junho de 1709¹⁹³¹. A casa passou então para a posse do novo morador¹⁹³², o seu primo, o cónego Sebastião de Prada Lobo¹⁹³³.

A 24 de Setembro de 1705, tomou posse do canonicato que pertencia a Domingos Gonçalves Prada. Faleceu a 4 de Fevereiro de 1754, ficando sepultado na Capela de Nossa Senhora das Verdades¹⁹³⁴.

João Nepomuceno de Sousa Henriques, tesoureiro-mor da Colegiada de Cedofeita, comprou a casa passando a habitá-la, a 20 de Abril de 1757¹⁹³⁵. Poucos anos depois faleceu.

¹⁹²⁵ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 137, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹⁹²⁶ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 184.

¹⁹²⁷ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fls. 182v-183, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

¹⁹²⁸ A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 1414, fl. 13, vd. doc. n.º 23 no Apêndice.

¹⁹²⁹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5422, fl. 137, vd. doc. n.º 61 no Apêndice.

¹⁹³⁰ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fls. 182v-183, vd. doc. n.º 60 no Apêndice. A propriedade tinha sido aforada a Isabel Dias, e posteriormente a André Fernandes, clérigo de missa, em 1568. O prazo foi renovado em Afonso Lopes de Abreu, mestre-escola de Cedofeita em 1678 (A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5419, fl. 17).

¹⁹³¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 182, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

¹⁹³² A.H.M.P., Lançamento da décima da cidade, n.º 4531, fl. 47, vd. doc. n.º 34 no Apêndice.

¹⁹³³ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 230.

¹⁹³⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 230-231.

¹⁹³⁵ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fls. 181v-182, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

Foi herdeira a sua mãe, Maria Angélica de Sousa, que era foreira e moradora da casa em 1763¹⁹³⁶. Maria Angélica era irmã de Nicolau de Sousa Cruz, foreiro das casas dos Baião¹⁹³⁷.

A 5 de Agosto de 1774, a casa era habitada pelo foreiro António de Santa Rita de Sousa Henriques, padre¹⁹³⁸, filho da foreira anterior¹⁹³⁹.

António de Santa Rita vendeu a residência em 1787, ao mestre-escola José Nogueira da Silva Sequeira¹⁹⁴⁰.

Em 1804 a habitação estava alugada a vários inquilinos: José Joaquim de Sousa, José Monteiro, Maria Joaquina, e Pedro Leite de Mello. Parte da casa estava fechada¹⁹⁴¹.

Relativamente ao morador Pedro Leite de Mello, este pertencia à importante família Leite Pereira. (Vd. ils. 110)

Pedro Leite Pereira de Mello¹⁹⁴² nasceu a 21 de Julho de 1741, tendo sido Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém. Em Malta, foi Oficial do Regimento Real de Nápoles¹⁹⁴³. Tendo regressado ao reino, casou em 1779 com D. Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa, herdeira do morgadio de Paço de Sousa¹⁹⁴⁴.

Foi vereador na Câmara, de 1781 a 1782, 1787 a 1790, e 1798¹⁹⁴⁵.

Durante a primeira Invasão Francesa, demonstrou ser um grande benemérito. Na sua Quinta de Paço de Sousa, em 1808, acudiu às mulheres e filhos dos soldados que se encontravam com dificuldade para se sustentarem¹⁹⁴⁶.

¹⁹³⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 180v., vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

¹⁹³⁷ A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, s/f., vd. doc. n.º 56 no Apêndice.

¹⁹³⁸ A.D.P., Vedorias, n.º 504, fl. 34, vd. doc. n.º 63 no Apêndice.

¹⁹³⁹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5419, fl. 17, vd. doc. n.º 62 no Apêndice.

¹⁹⁴⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, ob. cit., p. 46.

¹⁹⁴¹ A.H.M.P., Lançamento de três por cento, n.º 4612, fls. 64v-65, vd. doc. n.º 71 no Apêndice.

¹⁹⁴² Era filho de Diogo Francisco Leite Pereira de Mello e Noronha, senhor de Gaia-a-Pequena e das casas de Quebrantões, e Campo Bello, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e de D. Ana Casimira de Lima Mello e Alvim, herdeira, e neto paterno de Álvaro Leite Pereira de Távora, senhor de Gaia-a-Pequena e das casas de Quebrantões, e Campo Bello, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e de D. Lourença Caetana de Azevedo e Mello, e neto materno de Pedro da Costa Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo, superintendente da marinha do Porto, Fidalgo da Casa Real, e de D. Maria Teresa de Mello e Alvim (CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaães de Figueiredo – *Árvores de Costados de Famílias Ilustres de Portugal*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1990. Tomo II, p. 135; GAYO, Felgueiras – Ob. cit., tomo VI, p. 67-68, e p. 109-110).

¹⁹⁴³ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – *A Casa de Campo Bello: Cernaches, Senhores de Gaia-a-Grande*. In *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia. Nº. 16-17 (1985), p. 99-101.

¹⁹⁴⁴ Era filha de João de Azevedo e Sousa, instituidor do morgadio de Paço de Sousa e de D. Mariana de Jesus da Rocha, e neta paterna de Estêvão de Azevedo, e de D. Inês Maria de Sousa, e neta materna de Bartolomeu da Rocha e de D. Helena de Jesus da Costa (IDEM, *Ibidem*, p. 135).

¹⁹⁴⁵ PORTO, Gabinete de História da Cidade do – Ob.cit., p. 313, 314, 316.

Tal como o seu vizinho, o deão Luís Pedro de Andrade e Brederode – morador na Casa dos Alcoforado II -, em 1820 fez parte da Junta Provisional do Governo Supremo, como representante da nobreza – juntamente com Francisco de Sousa Cirne de Madureira¹⁹⁴⁷ - e da Junta Preparatória das Cortes¹⁹⁴⁸.

Tendo falecido o foreiro mestre-escola em 1805¹⁹⁴⁹, sucedeu-lhe a sua sobrinha D. Maria Brígida Fortunata Nogueira de Miranda, moradora em Azeitão¹⁹⁵⁰.

26.2- A casa.

A residência foi alvo de alterações e reconstruções, pelo menos desde os anos de setecentos. Nos anos setenta do século XVII, quando foi feito um contrato de emprazamento com o mestre-escola Afonso Lopes de Abreu, a casa tinha dois sobrados. No frontispício existia uma portada «de pedra lavrada», sendo de alvenaria até ao sobrado. Media de norte a sul 14,3 metros e de poente a nascente 8,2 metros.

No átrio, uma escada de pedra «de esquadria» subia para o piso superior. O compartimento tinha uma porta que dava para o quintal, e outra para uma loja. Nele estava um «cano que recebe as vertentes da agua que vem do jardim do senhor bispo quando cair na rua para regar os quintais». Ainda neste piso encontrava-se um escritório, com uma alcova, o qual tinha duas janelas de sacada, e uma porta para o quintal.

O sobrado, no lado da rua, tinha uma sala pequena com duas alcovas «repartidas de tapamentos de taipa», com os seus tectos em madeira. Tinha duas janelas de peitoril, e dois armários embutidos nas paredes. Também virada para a rua, uma cozinha «com telha vam», dispunha de uma janela de peitoril. A sala principal tinha o tecto em madeira – provavelmente em masseira -, uma alcova, e uma lareira. Nela abriam-se três janelas de peitoril para o quintal.

¹⁹⁴⁶ CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – A Casa de Campo Bello: Cernaches, Senhores de Gaia-a-Grande, *ob. cit.*, p. 101.

¹⁹⁴⁷ PERES, Damião – *Ob. cit.*, p. 50.

¹⁹⁴⁸ CARVALHO, Joaquim de – *Ob. cit.*, p. 60.

¹⁹⁴⁹ PINTO, Cónego António Ferreira – *Ob. cit.*, p. 128.

¹⁹⁵⁰ O cónego António Teixeira Tavares de Vasconcelos comprou a casa a D. Maria Brígida, sendo lavrada a escritura a 18 de Setembro de 1811. Os herdeiros do cónego venderam-na, a 18 de Outubro de 1841, a Baltasar Lopes Calheiros Jácome de Moscoso e Meneses. Em 1903 D. Maria Emília da Silveira de Menezes comprou a residência ao conde de Calheiros, seu parente (A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fls. 81v.-82v., vd. doc. n.º 57 no Apêndice).

A casa confrontava a nascente com a anterior, do norte com a rua, a sul e a poente com dois quintais.

O quintal que estava a poente, ao nível da rua, era murado, e media 18,7 metros de comprimento, e cerca de 10 metros de largura. Tinha pereiras, laranjeiras, e um mirante com lajes de pedra. O outro quintal, que se encontrava a sul, e estava a uma cota inferior em relação ao outro, tinha latadas, árvores de fruto, e hortas, que se distribuíam por dois socialcos. As suas dimensões eram 37,4 metros de comprimento e 14,3 de largura¹⁹⁵¹.

Pretendendo aumentar a sua casa, o cônego Sebastião de Prada Lobo fez um contrato verbal com o cônego Bernardo de Azevedo e Carvalho, foreiro da casa antecedente. Segundo esse contrato, Sebastião de Prada trocava um terreno que possuía, por uma parcela do terreno de Bernardo de Azevedo¹⁹⁵². A habitação foi assim ampliada para nascente – o acordo foi efectuado entre 1723 e 1729, o ano em que Bernardo de Azevedo adquire a sua casa, e o ano da sua morte.

A 2 de Janeiro de 1759, quando o tesoureiro-mor de Cedofeita João Nepomuceno de Sousa Henriques era o morador, é feita uma nova vedoria à casa. Esta tinha dois andares «todos de pedra».

A descrição que então é feita da casa é similar à anterior; no entanto, sofreu algumas alterações com o acrescento nascente da casa. O átrio tinha: um pavimento em lagedo de pedra; uma escada, também em pedra, para se subir ao sobrado; uma «pia em que se lança a agoa para o quintal», situada no início da escada; uma porta para o quintal situado a poente; uma porta a nascente para a parte da casa foreira ao Cabido; outra porta que dava acesso a uma escada pela qual se descia para uma loja e para o quintal inferior; e outra porta que dava para um escritório. Este, já mencionado anteriormente, continuava com a sua alcova, as duas janelas de sacada com grades de ferro, que davam para o quintal de baixo, e uma porta para o quintal superior. Ainda no escritório, tinha sido aberta uma porta, para a parte foreira ao Cabido, a qual dava acesso a uma escada pela qual se descia para o piso inferior.

No andar nobre é referida a mesma sala pequena que estava virada para a rua, com janelas de sacada, e suas respectivas grades de ferro. Já não tinha porém as duas alcovas. Uma porta a nascente, abria para a parte capitular da casa, onde se encontrava a nova cozinha. Outra porta a poente, dava para a antiga cozinha, que agora era uma

¹⁹⁵¹ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5363, fl. 264v., vd. doc. n.º 8 no Apêndice

¹⁹⁵² A.D.P., Roteiro de prazos do Cabido, n.º 5272, fl.s 81v.-82, vd. doc. n.º 57 no Apêndice

despensa, a qual tinha uma lareira, uma janela de sacada com grades de ferro, virada para a rua, outra janela para o jardim superior, e uma «salla de despejos».

No mesmo andar a «salla grande», que estava virada a sul, tinha duas janelas de peitoril para o quintal inferior, e outra para o quintal superior. Oposta a esta, situava-se uma porta para um quarto foreiro ao Cabido. Outra porta dava para dois «quartos inteyros». No sobrado estava também um quarto, ou «camarata», com uma janela pequena para o quintal de cima.

A já mencionada escada que partia do átrio, e através da qual se descia para uma loja, tinha um corrimão de pedra. A loja tinha um pilar que sustentava o pavimento do escritório, e uma porta em arco para o quintal de baixo, «o qual antigamente foy porta ou postigo dos muros da cidade velha».

O quintal de cima tinha a sul um corrimão com grades de ferro, e era ladrilhado a pedra. Próximo da Capela de Nossa Senhora das Verdades estava uma mesa e bancos de pedra. Segundo o documento, o quintal confrontava a norte com a Rua dos Cónegos, o que nos indica que o corpo da casa que actualmente acompanha a rua é posterior a 1759.

O quintal de baixo tinha uma varanda, duas laranjeiras e outras árvores de fruto, e um tanque de pedra no meio. Na parte inferior tinha um socalco - junto ao aqueduto que levava água para o colégio dos padres da Companhia de Jesus - com limoeiros, e uma casa virada a poente com uma porta para a Rua do Barreto e Codeçal. Esta casa tinha uma estrebaria e por cima uma sala, com uma janela de peitoril para a dita rua¹⁹⁵³.

A parte da casa que era foreira ao Cabido, foi inspeccionada em 5 de Agosto de 1774, quando era habitada pelo padre António de Santa Rita de Sousa Henriques. No átrio, a porta que se encontrava a nascente dava acesso a uma loja. No mesmo piso, na zona sul da casa, estava um escritório com uma alcova e uma janela de sacada virada para o quintal – talvez fosse o mesmo escritório indicado no documento antecedente. Por baixo deste, estava uma loja com uma porta para o quintal inferior. No piso nobre, situava-se a sul uma sala com uma alcova e duas janelas de sacada para o quintal inferior, e a norte a cozinha nova já aludida, a qual possuía uma janela de sacada para a rua.

Em 1833, estando o exército liberal na cidade, a casa foi avaliada sendo considerada «Palaçada». Pertencendo à segunda categoria mais importante, nela podiam ficar

¹⁹⁵³ A.D.P., Cartório da Mitra, n.º 5382, fls. 183-184, vd. doc. n.º 60 no Apêndice.

alojados os oficiais de corpos. A fonte indica que a residência estava «Sequestrada e he muito boa caza e com muitos comodoss com cavalharices [quatro] e cocheira»¹⁹⁵⁴.

A planta da casa tem a forma de L, com um corpo perpendicular à rua, mais antigo, e outro ao longo dela, mais recente, que ocupa parte do antigo terreno do quintal superior (Vd. ils. 108). Como constatámos, em 1759 este segundo corpo ainda não existia, enquanto que numa gravura de 1791, de Manoel Marques de Aguiar, já se encontra representado (Vd. ils. 109). Assim, é entre estas duas datas que foi construído. Desde essa altura, a sua configuração exterior não teve grandes alterações.

No corpo mais recente da casa, o mestre-escola José Nogueira da Silva Sequeira abriu uma janela que ficava por cima do telhado da Capela de Nossa Senhora das Verdades. Uma vez que a capela pertencia à Câmara o mestre-escola foi intimado a tapar a janela, em 1792¹⁹⁵⁵.

O desenho das fachadas da casa é simples, segundo um modelo que vem do século XVII. O frontispício face à rua tem dois andares, sendo delimitado superiormente por um entablamento e lateralmente por duas pilastras toscanas. (Vd. ils. 106)

No piso térreo abrem-se seis vãos, sendo quatro janelas de peitoril e duas portadas. A sua distribuição é assimétrica: uma janela, uma portada, três janelas - a última das quais era uma portada -, e uma portada. As janelas têm grades de ferro e cornijas rectas. As portadas também têm cornijas rectas. A que se encontra no extremo direito tem um arco sob a cornija. Seria a entrada das cavalariças. O piso nobre tem seis janelas altas de peitoril, com cornijas rectas.

Relativamente aos frontispícios orientados para sul, seguem a mesma tipologia do anterior. O que se encontra virado para o quintal inferior é ladeado por duas pilastras toscanas, uma das quais pertence à casa antecedente, e um entablamento. Tem três pisos, sendo o segundo correspondente ao piso térreo da fachada da rua – no lado direito do frontispício foi construído um quarto piso suplementar. O rés-do-chão tem portadas de acesso ao quintal. O segundo andar tinha originalmente cinco janelas de sacada - como as sacadas ainda existentes o atestam. Presentemente tem apenas uma no centro, com o respectivo gradeamento de ferro de tipologia tradicional, enquanto as outras quatro estão transformadas em janelas de peitoril. No piso nobre, como no anterior, abriam-se cinco janelas de sacada, encontrando-se hoje apenas uma ao centro, e duas de

¹⁹⁵⁴ A.H.M.P., Recenseamento do bairro de Santa Catarina, n.º 2037, fl. 137, vd. qd. n.º 97 no Apêndice.

¹⁹⁵⁵ CRUZ, António – *Vêlho Burgo. Alguns Aspectos Figuras e Casos do Porto Antigo*, ob. cit. p. 74.

peitoril de cada lado. O quarto pavimento tem duas janelas de peitoril. No alinhamento das janelas de sacada, no telhado, encontra-se uma trapeira. (Vd. ils. 107)

A fachada sul do corpo construído ao longo da rua, tinha quatro janelas de sacada no piso nobre, sendo agora janelas de peitoril. Para o antigo jardim superior, abrem-se várias portadas.

A parede que faz a ligação dos dois frontispícios tem dois vãos: Uma janela de peitoril que outrora foi de sacada, no piso nobre; e uma portada para o pátio.

Quanto ao interior, só nos foi possível visitar o átrio e algumas salas do piso térreo. Se estas foram adaptadas aos novos tempos, o átrio ainda mantém muitas das características descritas no documento do século XVII. Com o pavimento em pedra, para o átrio abrem-se várias portadas com as ombreiras e os lintéis lisos. Dele parte a escada de pedra que faz a ligação com o piso nobre. É uma escada seiscentista simples, funcional, sem o aparato que décadas depois as escadas barrocas vão assumir.

Quanto aos dois jardins, a habitação ainda os possui.

Conclusão

Na transição do século XVII e primeira metade do XVIII, a Rua dos Cónegos atinge o auge da sua importância, sendo uma das ruas mais importantes do Porto, não só devido ao facto de ser a morada das elites eclesiásticas, mas também por causa do conjunto significativo de grandes habitações que nela se encontravam.

Efectivamente, a Casa do Dr. Domingos Barbosa, a Casa dos Alão de Moraes, a Casa das Colunas, na banda poente, a Casa do Cónego Domingos Gonçalves Prada e a Casa do vigário geral Bernardo de Azevedo e Carvalho, na banda nascente, assim como o conjunto notável constituído por seis casas que se sucediam sem interrupção, a Casa de Vandoma, a Casa dos Alcoforado II, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, as casas dos Magalhães II e III, a Casa dos Freire de Andrade e a Casa dos Costa Lima, faziam desta rua um local onde se concentravam grandes residências. Entre elas destacavam-se a Casa de Vandoma, pela sua imponência, e a Casa do Dr. Domingos Barbosa, pela sua qualidade estética.

Não lográmos encontrar referências concretas a grandes arquitectos, como autores das casas na Rua dos Cónegos. No entanto, tendo sido os encomendadores pessoas pertencentes à alta sociedade clerical, provavelmente tiveram ao seu serviço os melhores arquitectos que então trabalhavam na urbe. De notar que neste período a Sé era alvo de grandes modificações arquitectónicas, o que provocou a vinda de artistas e arquitectos. Entre estes destacava-se António Pereira, o provável autor do risco da Casa do Dr. Domingos Barbosa.

Exceptuando esta última casa, onde a influência barroca se faz sentir, as outras são de traça simples. Esta situação deve-se ao facto de que, quando foram erguidas, a moda barroca ainda não se tinha imposto. Por outro lado, a austeridade arquitectónica era certamente considerada mais digna para o alto clero.

É devido a personalidades pertencentes a este grupo social, que a Rua dos Cónegos teve um conjunto significativo de grandes moradias. Algumas dessas personalidades tiveram um papel activo no governo da diocese, sobretudo em períodos de Sede Vacante.

As dignidades foram moradores frequentes na rua, ao contrário dos cónegos cujo número, relativamente elevado do início do século, diminuiu rapidamente em poucos anos. Um estudo sobre outras ruas da cidade velha impõe-se. Só assim teremos uma visão mais completa da distribuição das casas dos cónegos pelo burgo. O número de

dignidades aqui residentes também foi diminuindo, nos anos de setecentos, embora de uma forma mais lenta e gradual.

Esta não foi, no entanto, uma rua habitada exclusivamente pelos capitulares, como sucedeu noutras cidades episcopais europeias. Elementos da nobreza e outras pessoas de condição social considerada inferior, também nela residiram. Destes, destaca-se o número daqueles que tinham uma actividade relacionada com o governo da diocese, como padres, funcionários, ou artistas que exerciam a sua actividade na Sé.

Habitando as casas grandes, as dignidades e os cônegos deixaram-nas aos seus parentes, geralmente sobrinhos capitulares, fazendo com que várias gerações da mesma família continuassem a residir na rua. No entanto, mais tarde ou mais cedo, as habitações foram parar às mãos de pessoas não eclesiásticas.

O século XVIII foi, por isso, um período de transição. Se no seu início havia uma presença marcante de capitulares, no final os fidalgos dominavam. A nobreza substituiu o clero; alteração comum a outras cidades episcopais.

O topónimo Rua dos Cônegos, atribuído à rua por causa da sua singularidade social, deixou de fazer sentido. Impôs-se o topónimo Rua de Trás da Sé.

Apesar da mudança social, o prestígio da rua não diminuiu. As famílias nobres que nela habitaram, pertenciam aos estratos mais elevados da sociedade portuense.

A mudança do tipo de ocupantes é reflexo da alteração social que ocorreu a nível europeu. O poder do clero deixa de ser tão significativo, como vinha sendo desde a Idade Média. Agora é a sociedade civil que se impõe. Sintomático é o facto de, no início de oitocentos, a rua ter sido residência de alguns vereadores - nomeadamente durante os anos conturbados das Invasões Francesas. O poder da Câmara toma a dianteira, em relação ao do Cabido.

Na segunda Invasão, em 1809, as casas mais importantes da cidade foram saqueadas. Uma testemunha, António Mateus, escreveu que «...as ruas, e as mais insenificantes quelhas da cidade em hum instante se cobrião logo de cavalaria, e emfamtaria, inimiga, e a poucos minutos entrou o saque geral [...] e dando aos que os seguião, para lhe emsinarem aonde moravão as pessoas ricas [...] ficavão as cazas com as portas aronbadas expostas ao saque geral dos nossos, que fizeram quazi o mesmo estrago...»¹⁹⁵⁴. A Casa dos Freire de Andrade sofreu da mesma sorte, e as outras casas da Rua dos Cônegos também não devem ter escapado.

¹⁹⁵⁴ CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - *Os franceses no Porto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*, ob. cit., p. 68.

Estes acontecimentos são como um prenúncio de uma nova época que se inicia. Se em 1818, a Rua dos Cónegos ainda tinha «muitos edifícios de consideração»¹⁹⁵⁵, ao longo das décadas de oitocentos a lenta decadência da rua é irreversível.

As habitações tinham sido erguidas especificamente naquele local, por vontade dos cónegos. Passando para a posse de leigos, a escolha daquele sítio para habitar deixou de ser tão atractiva. Durante o século XIX, esta zona já tinha perdido a importância de outrora, apesar de algumas casas ainda serem habitadas por antigas famílias nobres.

Por outro lado, em oitocentos, este era um local cujas características urbanas foram consideradas ultrapassadas, desadequadas para uma sociedade que arrasava aquilo que o passado lhe tinha legado, quando se tornava um obstáculo aos seus ideais de progresso. Assim se explicam os cortes de que foram alvo a Casa das Colunas, a Casa dos Magalhães III, a Casa do mestre-escola José da Fonseca Coutinho, e a Casa de Vandoma, a qual aliás acabou por ser demolida.

Quanto às restantes casas grandes, a Casa dos Alcoforado II foi destruída pelo fogo, e a Casa dos Alão de Moraes foi demolida. Mais recentemente, a Casa dos Freire de Andrade foi alvo de intervenções arquitectónicas, uma vez que o seu interior estava em muito mau estado. Relativamente às casas mais pequenas, o seu desaparecimento foi quase total, sendo substituídas por outras oitocentistas.

Presentemente, pouco resta do esplendor de outrora. Os exemplares ainda existentes, pela sua importância histórica e artística, deveriam ser preservados.

Com esta nossa Dissertação de Mestrado, pretendemos contribuir para um maior conhecimento das habitações dos cónegos portuenses no século XVIII. Uma vez que estes clérigos também residiram noutras ruas do Porto, são necessários mais estudos para perceber com mais clareza esta realidade. Quanto às outras cidades episcopais portuguesas, um maior conhecimento também se impõe, como vem acontecendo noutros países europeus.

¹⁹⁵⁵ A.H.M.P., Vistorias e Obras Públicas, n.º 2298, fl. 34.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto – A.D.P.

Cabido

Inquirições «de genere»: maço 1635, K/26/4/3, CX 120; maço 1638, K/26/4/3, CX 123; maço 1640, K/26/4/4, CX 125.

Livros da fazenda: 869; 870; 871; 872; 873; 874; 875; 876; 877; 878; 879; 880; 881; 882; 883; 884; 885; 886; 887; 888; 889; 890; 891; 892; 893; 894; 895; 896; 897; 898; 899; 900; 901; 902; 903; 904; 905; 906; 907; 908; 909; 910; 911; 912; 913; 914; 915; 916; 917; 918; 919; 920; 921; 922; 923; 924; 925; 926; 927; 928; 929; 930; 931; 932; 934; 935; 936; 938.

Livros de prazos: 522; 604; 5143; 5163; 5164; 5182; 5187; 5210.

Roteiros: «Livro intitulado Tombo das cazas, que o Reverendissimo Cabido tem nesta cidade e dos foros, e censos que se lhe pagão», 458; Roteiro de prazos do Cabido, 5272.

Vedorias: 504.

Fundo Notarial

Po-01, 4ª série, n.º 201; 504.

Po-02, CX 36, I/8/4, n.º 138.

Po-04, n.º 378.

Po-08, CX 26, I/33/3, n.º 92.

Po-09, 3ª série, n.º 31.

Mitra:

Cartório da Mitra: 5363; 5382; 5422; 5419.

Arquivo Histórico Municipal do Porto – A.H.M.P.

Carta da Cidade, D/CMP/2/348

Documentos Originais: 5751.

Expropriações: 56.

Lançamento da décima da cidade: 1414; 1415; 1416; 1417; 1418; 1419; 1420; 4528; 4529; 4530; 4531; 4532; 4533; 4534; 4535; 4536; 4537; 4538; 4539; 4540; 4541; 4542; 4543; 4544; 4545; 4546; 4548.

Lançamento de três por cento: 4612.

Lançamento da décima dos juro da freguesia da Sé: 4549.

MNL, n.º 6/A'-8

Nota Própria: L.º 50, n.º 5150.

Plantas de casas: LXVI; LXXVI; LXXXVI; LXXXIX; CVI.

Regimento Geral dos Testamentos: 9; 387.

Registo Geral: 6.

Sentenças: 8; 14.

Vistorias e Obras Públicas: 2298-98.

Arquivo da Misericórdia do Porto – A.M.P.

H. B.º 9º n.º 31.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – A.N.T.T.

Leitura de bacharéis: 1687, letra L.

Bibliografia

AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI: elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. 2ª ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALBERTI, Leon Battista – *The ten books of architecture*. New York: Dover Publications, Inc., 1986. ISBN 0-486-25239-6.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – O Culto a Nossa Senhora no Porto na Época Moderna. Perspectiva Antropológica. *Revista de História*. Porto. Vol. II (1979), p. 159-173.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910. Vol. I, II, III, IV.

ALMEIDA, José Gaspar de – *Índice-roteiro dos chamados livros dos originais (coleção de pergaminhos) do Cartório do Cabido da Sé do Porto*. Porto: [s.n.], 1936.

ALMEIDA, José Gaspar de – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Publicações do Arquivo Distrital do Pôrto, 1935.

ALMEIDA, Pedro Vieira de – A Arquitectura do Séc. XVIII em Portugal. Pretexto e argumento para uma aproximação semiológica. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XVII, n.º 64 (76) (1973), p. 451-464.

ALVARENGA, Amadeu – Um olhar sobre a cidade. In *Braga e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 137-168.

ALVES, M. – Vandoma. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XVIII, p. 710.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – Prazos do Século e Prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do Século XV). Sep. *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, vol. I, 1984, p. 97-134.

ANDRADE, Amélia Aguiar – Um Percurso Através da Paisagem Urbana Medieval. *Povos e Culturas*. Lisboa: n.º2 (1987), p. 57-77.

ANTUNES, Manuel Engrácia – *Casa Museu Guerra Junqueiro*. Porto: Orgal Impressores, 1997. ISBN – 972-8022-13-1.

ANTUNES, Manuel Augusto Lima Engrácia – *Mobiliário de Assento Civil da Casa Museu Guerra Junqueiro*. Porto: [s.n.], 1998. Edição policopiada da Dissertação de

Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARAÚJO, António de Sousa – O Cabido. In *BRAGA e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 113-120.

ARAÚJO, Ilídio – Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto. *Revista de História*. Porto. Vol. II (1979), p. 375-387.

ARLAUD, Catherine ; [et al.] – Lyon. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 271-285.

ASSUMPÇÃO, T. Lino de – *Diccionario dos Termos d'Architectura*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, [s.d.].

AURORA, Conde de – Varandas, Janelas, Postigos, e Outros Ferros da Cidade do Porto. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXX, Fasc. 1, 2 (Março-Junho 1967), p.163-273.

AZEVEDO, Carlos de – A Cidade do Porto nos Relatórios das Visitas “Ad Limina” do Arquivo do Vaticano. Sep. de “*Revista de História*”. Porto. Vol. II (1979).

AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Catedral do Porto*. Porto: Cabido Portucalense, 2001.

AZEVEDO, D. Joaquim de – *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typografia do Jornal do Porto, 1878.

AZEVEDO, Rogério – *Implicações antecedentes da arquitectura medieval*. Porto: Livraria Fernandes Machado, [s.d.].

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN: 972-36-0519-8.

BARBOSA, Maria Helena Pimentel Neves; FURTADO, Carolina – A Casa-Museu Guerra Junqueiro. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano IV, nº6 (Junho de 1984), p.176-180.

BARREIRA, João – *Arte Portuguesa*. Lisboa: Edições Exelsior, [s.d.]. 2 vol.

BARROCA, Mário Jorge; CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos – “*Bairro da Sé*” *Área – Porto; Contribution for Historic Characterization*. Porto: Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH, Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996.

BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto recopiladas de velhas escrituras para recreação dos curiosos*. Porto: Livraria Progredior, 1963.

BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1934. 1, 2 vol.

BASTO, Artur de Magalhães – Da Vida e dos Costumes da Sociedade Portuguesa no Século XVII. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. III (1940), p. 509-533.

BASTO, Artur de Magalhães – Um Médicis visita o Porto no século XVII. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano VI, nº 6 (Outubro de 1950), p. 121-124.

BASTO, Artur de Magalhães – A espantosa guerra. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XI, nº 7 (Novembro de 1955), p. 193-196.

BASTO, Artur de Magalhães – Um provedor de «antes quebrar que torcer». *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano II, nº8 (Dezembro de 1955), p. 225-228.

BASTO, Artur de Magalhães – O final da luta. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XI, nº9 (Janeiro de 1956), p.257-258.

BASTO, Artur de Magalhães – O pesadelo de António Mateus. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XII, nº 8 (Dezembro de 1956), p. 225-227.

BASTO, Artur de Magalhães – Tribulações de dois vereadores no tempo dos franceses. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XII, nº9 (Janeiro de 1957), p. 257-259.

BASTO, Artur de Magalhães – António Mateus e os franceses. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XII, nº10 (Fevereiro de 1957), p. 289-291.

BASTO, Artur de Magalhães – Nasoni e a Igreja dos Clérigos. *Estudos Portuenses*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1962, p.109-202.

BASTO, Artur de Magalhães – Silva de Historia e Arte. Porto: Livraria “Progreder”, 1945.

BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1964.

BASTO, Artur de Magalhães – Uma embaixada auspiciosa. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 69, nº 199 (23 de Julho de 1937), p. 1.

BASTO, Artur de Magalhães – Termo infeliz de uma embaixada auspiciosa. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 69, nº 206 (30 de Julho de 1937), p. 1.

BASTO, Artur de Magalhães – O Clero Portuense e as Armas. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 78, nº 260 (21 de Setembro de 1946), p. 1 e 3.

BASTO, Artur de Magalhães – Desenvolvimento Topográfico da Cidade – Séculos XII a XV. *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965. Vol. I, p. 116-158.

BECKFORD, William – *Diário de William Beckford*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN 972-31-0693-0.

BENÉVOLO, Leonardo – *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

BENITO MARTÍN, Félix – *La Formación de la Ciudad Medieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidade de Valladolid, 2000. ISBN: 84-8448-002-X.

BERGER, Francisco José Gentil – *Lisboa e os Arquitectos de D. João V. Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. Tese de doutoramento na Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes de Jesus, 1712. Vol. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira; SOUSA, Pedro Fialho de; RODRIGUES, Maria João Madeira – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3ª Edição. Coimbra: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8.

BORGES, Nelson Correia – *Do Barroco ao Rococó. História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. IX.

BORGES, Nelson Correia – *Coimbra e Região*. Lisboa: Editorial Presença. 1987.

BORGES, Nelson Correia – Conventos. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 133-136.

BORNGASSER KLEIN, Barbara – *Iacomo Barozzi da Vignola (1507-1573)*. In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 86-95.

BOTTINEAU, Yves – Le Goût de Jean V: Art et Gouvernement. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XVII, n.º 64 (76) (1973), p. 341-353.

BOTTINEAU, Yves – *Baroque Ibérique. Espagne Portugal Amérique Latine*. Fribourg: Office du Livre, 1969.

BRAGA, Maria Helena Gil; OLIVEIRA, Amélia Vieira de – Principais Imóveis de Interesse Patrimonial no Centro Histórico do Porto. In *Porto a Património Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993. ISBN-972/9147/08/6, p. 101-183.

BRAGA, Paulo Drumond – Igreja, Igrejas e Culto. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII, p. 90-129.

BRAGA E A SUA CATEDRAL. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990.

BRANCO, Maria João Violante – Reis Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa Durante o Primeiro Século da sua Restauração. In *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. ISBN: 972-8361-13-0. 2ª Série, tomo X (1998), p. 55-94.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – Um documento inédito sobre os jardins do palácio do Freixo. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano 6, nº 5 (Maio de 1987), p.130-134.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Porto: [s.n.], 1985. Vol. II e III.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – Alguns Artistas Estrangeiros que trabalharam na Diocese do Porto, no Século XVIII. *Poligrafia*. N.º 4 (1995), p. 7-24. ISSN 0872-4490.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Nicolau Nasoni, Vida e Obra de um Grande Artista. Breve Resumo*. Porto: [s.n.], 1987.

BRITO, Pedro de – *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1997. ISBN 972-605-4.

C., A. – O culto de N.^a S.^a das Verdades (tradição secular dos Portuenses da Sé). *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano IV, nº 1 (Janeiro de 1985), p.9-11.

C., A. – Auto-biografia de Cristóvão Alão de Moraes. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. VII, Fasc. 4 (Dezembro de 1944), p. 309-316.

CALADO, Margarida – Ensino. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 160-163.

CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2^a ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999. ISBN 972-9483-31-0. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CAMPO BELLO, Conde de - O Morgadio de Nauzinha. Sep. *Boletim Cultural*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. Nova Série, n.º 1 (Dezembro 1987).

CAMPO BELLO, Conde de – O Mecenaz de Nasoni. Sep. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXV (Junho 1974), p. 5-16.

CAMPO BELLO, Conde de – Alguns Portugueses ao Serviço da Ordem de S. João de Jerusalém. Sep. de *Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, p. 52-68.

CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Os Aljubes do Pôrto. Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol.II, Fasc. III (Setembro 1939).

CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – Famílias de Lisboa que se fixaram no Porto. In *Duas Cidades ao serviço de Portugal: Subsídios para o estudo das relações da Lisboa e Porto durante oito séculos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947, p. 1-32.

CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) – *Os franceses no Pôrto em 1809 (testemunho de António Mateus Freire de Andrade)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, 1945.

CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) - Pedro da Costa Lima. Ilustre Cidadão do Pôrto no Século XVII. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. 1, Fasc. 1(Março 1938), p.17-25.

CAMPO BELLO, Conde de Uma nobre figura portuense. *O Tripeiro*. Porto. Vª Série, ano 13, nº 5 (Setembro de 1957), p. 141-142.

CAMPO BELLO, Conde de - As grades da Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano V, nº 6 (Junho de 1985), p. 164.

CARDOSO, A. Brito – *A Diocese de Coimbra. Esboço Histórico*. Coimbra: Gráfica Coimbra, Lda., 1995. ISBN-972-603-109-5.

CARDOSO, José Luís – *Pompa e Circunstância: a economia do luxo na época barroca. Ler História*. Lisboa, nº 30 (1996), p. 5-17.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*. [S. l.]: Livraria Civilização Editora, [s.d.].

CARVALHO, Aires de – *D. João V e a Arte do seu tempo*. [s.l.]: Edição do Autor, [s.d.]. 2 Vol.

CARVALHO, Joaquim de – Período de indecisão e triunfo da corrente regeneradora. In PERES, Damião (dir) - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1935. Vol. VII, p. 60 a 73.

CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CARVALHO, Teresa Pires de; BARROCA, Mário Jorge; GUIMARÃES, Carlos – “*Bairro da Sé*” Área – Porto ; *Contribution for Historic Characterization*. Porto: Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH, Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996.

CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa seiscentista*. 4ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1990.

CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Cannaes de Figueiredo – *Árvores de Costados de Famílias Ilustres de Portugal*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1990. Tomo II.

CASTINHO, Júlio de – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. Vol. III.

CAZES, Quitterie – Chanoines et quartiers canoniaux des cathédrales. In ARMINJON, Catherine dir. - *20 siècles en cathédrales*. Paris: Éditions du patrimoine, 2001. ISBN: 2-85822-642-3, p. 365-374.

CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – A Casa de Campo Bello: Cernaches, Senhores de Gaia-a-Grande. In *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia. Nº. 16-17 (1985), p. 513-543.

CERNACHE, D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e – Leites Pereiras, Senhores de Gaia-a-Pequena, Condes de Campo Bello. In *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia. Vol. II, nº. 20 (1989), p. 97-112.

CERVEIRA, Maria Elisa – A referência bibliográfica de documentos impressos e electrónicos. *Revista da Faculdade de Letras- Ciências e Técnicas do Património*. Porto. ISSN 1645-4936. I Série, Vol. I (2002), p.111-128.

CHANTAL, Suzanne – *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

CHÉDOZEAU, Bernard – *Coeur Clos, Coeur Ouvert. De l'église médiévale à l'église tridentine (France, XVII-XVIII siècles)*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1998.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dictionnaire des Symboles*. 2ª ed. Paris: Éditions Robert Laffont S. A. Et Éditions Jupiter, 1982. ISBN: 2.221.50319.8.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Ala dos Namorados. *O Tripeiro*. Porto. I Série, ano III, nº 73 (1 de Julho de 1910), p. 8-10.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vendoma e o Brazão d'Armas da Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, nº 13 (Novembro 1908), p. 195-196.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vendoma e o Brazão d'Armas da Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, nº 14 (Novembro 1908), p. 217-218.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vendoma e o Brazão d'Armas da Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, nº 15 (Novembro 1908), p. 235-238.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vendoma e o Brazão d'Armas da Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, nº 16 (Dezembro 1908), p. 243-246.

COELHO, José Júlio Gonçalves – A Virgem de Vandoma e o Brazão d'Armas da Cidade do Porto. *O Tripeiro*. Porto. Ano I, nº 17 (Dezembro 1908), p. 265.268.

CORNIDE, José – *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Imprensa y Fundicion de Manuel Tello, 1893.

CORREIA, José Eduardo Horta – *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

COSTA, P. Agostinho Rebêlo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. 2ª ed. Porto: Livraria Progredior, 1945.

COSTA, António Carvalho da – *Chorografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias Nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens*. [S.l.]: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. Vol. I.

COSTA, António Domingos de Sousa – Cónego. In SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. I, p. 148-149.

COSTA, Avelino de Jesus da – Cabido. In, SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. I, p. 412.

COSTA, P. Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. 3ª Edição. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

COUTINHO, B. Xavier – Últimas descobertas arqueológico-artísticas na Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano IV, nº 8 (Agosto 1964), p. 225-229.

COUTINHO, B. Xavier – A Sé do Porto; Mais alguns dados para o estudo da sua metamorfose nos séculos XVII-XVIII. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano V, nº3 (Março de 1965), p.65-72.

COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1965.

COUTINHO, Xavier – As imediações da Sé há 20 anos. *O Tripeiro*. Porto.V Série, ano II, nº 12 (Dezembro de 1962), p.356-359.

COUTINHO, Bernardo Xavier – Arquitectura Militar e Religiosa. In *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962. Vol. I, p. 437-524.

COUTINHO, Bernardo Xavier – Escultura Românica e Gótica. In *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962. Vol. I, p. 543-586.

COUTO, Júlio – *O Porto em sete dias*. Porto: Utopia, 1989.

CRUZ, António – *Uma cidade em evolução*. Porto: Faculdade de Letras, 1974.

CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa. Ensaio de Manual*. Porto: Gráficos Reunidos, Lda, 1987.

CRUZ, António – *Casa-Museu de Guerra Junqueiro visitor's guide*. [S.l.]: Câmara Municipal do Porto, 1968.

CRUZ, António – *Vélho Burgo Alguns Aspectos Figuras e Casos do Porto Antigo*. Porto: Ed. Livraria Simões Lopes, 1953.

CRUZ, António – Os Almadás obreiros da cidade nova. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano VI, nº9 (Setembro 1987), p. 265-274.

CRUZ, António – Porto Cidade da Virgem de Vandoma. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I, nº7 (Junho de 1982), p. 3-5.

CUNHA, Albino Lopes – Inquirições «de Genere» no Arquivo Distrital do Porto. In *Genealogia & Heráldica*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. ISSN 0874-4556. N.º 4 (Julho/Dezembro 2000), p. 283-317.

CUNHA, Manuela; MARTINEZ, Manuela – A Catedral. In *Braga e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 17-66.

CUNHA, Rui Maneira – *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. [S.l.]: Caleidoscópio, 2003. ISBN 972-8801-01-7.

DIAS, Jorge – *O essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

DIAS, Marina Tavares; MARQUES, Mário Morais – *Porto Desaparecido*. [S.l.]: Quimera, 2002.

DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-0984-x

DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge; NIETO SORIA, José Manuel – Elites y Clientelas Eclesiásticas (siglos XIII al XV): propuestas metodológicas desde el caso castellano. In *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos. Actas do Colóquio*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2001. ISBN 972-772-284-9, p. 109-139.

DUARTE, Eduardo Alves – *Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo. Um Arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000.

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – Prazos do Século e Prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do Século XV). Sep. *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, vol. I, 1984, p. 97-134.

DUARTE, Luís Miguel; MACHADO, Maria de Fátima – O fidalgo que queria ser cônego (o conflito entre a cidade do Porto e D. Paulo Pereira na 1ª metade do século XVI). In *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto/Arouca. Vol. II (2002), p. 451-469.

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *Architecture de la Vie Privée XVIIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions Hazan et A.A.M., 1999. ISBN 2 85025 697 8.

ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ESPANCA, Túlio – *Évora*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

ESPANCA, Túlio – *Cadernos de História e Arte Eborenses. XI. Fundação da Nova Capela-Mor da Catedral de Évora*. Évora: Edições Nazareth, 1951.

ESQUIEU, Yves – *Quartier Cathédral .Une cité dans la ville*. [s.l.]: Desclée de Brouwer, 1994. ISBN: 2-904365-23-0.

ESQUIEU, Yves – Les Maisons Canoniales. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 47-53.

ESQUIEU, Yves – Beziers. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p.187-206.

EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – O retábulo-mor da Catedral de Santa Maria de Viseu. *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 13 (Setembro 2001), p.26-31.

FARIA, Ana Mouta – Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime. *Ler História*. Lisboa: Edições Salamandra, Lda. ISSN 0870-6182. Nº 11 (1987), p. 29-46.

FARIA, António Machado de – A Magistratura Portuguesa; subsídios para a história portuguesa. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano IX, nº2 (Fevereiro de 1969), p.57-59.

FARIA, António Machado de – A Magistratura Portuguesa; subsídios para a história portuense. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, nº3 (Março de 1970), p.74-76.

FERNANDES, Fernando António Baptista – *História da Arte – Época Moderna, 1500-1800*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense; As formas da casa na forma da cidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999.

FERNANDES, José Manuel – O Lugar da Cidade Portuguesa. *Povos e Culturas*. Lisboa: n.º2 (1987), p. 79-112.

FERNANDES, José Manuel – *L'architecture, syntèses de la culture portugaise*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

FERRÃO, Bernardo José – *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas 1758/1813 ; Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina* . 2ª ed. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1989.

FERRÃO, Bernardo José – Os arquitectos que mudaram a face ao Porto; Do burgo medieval à cidade moderna. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I , nº4 (1 de Março de 1982), p.16-19.

FERRÃO, Bernardo José – Os arquitectos que mudaram a face ao Porto; Um cônsul inglês do sé. XVIII; John Whitehead. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I , nº5 (Abril de 1982), p. 20-22.

FERRÃO, Bernardo José – Os arquitectos que mudaram a face ao Porto; Vincenzo Mazzoneschi. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I , nº6 (Maio de 1982), p. 18-19.

FERRÃO, Bernardo José – Os arquitectos que mudaram a face ao Porto; Poeta, desenhador e matemático: Teodoro de Sousa Maldonado. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I , nº8 (Julho/Agosto de 1982), p. 24-27.

FERRÃO, Bernardo José – Os arquitectos que mudaram a face ao Porto; Pioneiro do neoclássico: Carlos Amarante. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I , nº10 (Outubro de 1982), p. 18-23.

FERRÃO, Bernardo José – Tratadística Ensino e Arquitectura em Portugal (1500-1800). *Revista Arquitectos*. [S.L.]: Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses. N.º 2 (Maio/Junho), p. 4-21.

FERRÃO, Leonor – Palácio, Convento e Igreja de Nossa Senhora das Necessidades. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 312-314.

FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memorias Archeologico-Históricas da Cidade do Porto (Factos Episcopais e Políticos)*. Braga: Cruz & Comp.^a - Editores, 1923. Tomo. I e II.

FERREIRA, J. A. Pinto – Para a história da urbanização do Porto: Edificações do século XVIII. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XIV, Nº 1 (Maio 1958), p.5-7.

FERREIRA, J. A. Pinto – Para a história da urbanização do Porto: Edificações do século XIX. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano XIV, nº 9 (Janeiro de 1959), p. 265-259.

FERREIRA, J. A. Pinto – *O urbanismo do Porto no séc. XVIII e seus reflexos no plano económico-social (simples achegas para o seu estudo)*. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXVII (Março-Junho), p. 598-676.

FERREIRA, J. A. Pinto – A Casa do Doutor Domingos Barbosa Cónego Magistral da Sé (um solar setecentista da cidade do Porto). Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXVIII, Fasc. 1-2 (1965).

FERREIRA, J. A. Pinto – *Nossa Senhora da Verdade ou Verdades: Singular ou Plural?*. Porto: [s.n.], 1949.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1378-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento), 1989. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Padre Pantaleão da Rocha de Magalhães e a Capela de Santo António do Penedo. *O Tripeiro*. Porto. VII Série Nova, ano X, nº 11 (Novembro 1991), p. 330-332.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia. ISBN 972-9430-10-1. Vol. II/2 (1990), p. 395-404.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Da construção à conclusão do Paço Episcopal. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p. 26-31.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-91-1.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – António Pereira: Arquitecto do Palácio de São João Novo. In *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISSN 0870-0478 2ª Série, vol. 7/8 (1989/90), p. 241-258.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O «Magnífico Aparato»: Formas da Festa ao Serviço da Família Real no Século XVIII. *Revista de História*. Porto. Vol. XII (1993), p. 155-220.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703). *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, Vol. X (1993), p. 381-406.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII (I). Nótulas sobre algumas obras (1665-1709). *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II Série, Vol. VIII (1991), p. 275-288.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Universidade do Porto. ISSN 1645-4936. Vol. I (2002), p. 129-147.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para o Estudo da Arquitectura das duas Primeiras Capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Universidade do Porto. ISSN 1645-4936. Vol. II (2003), p. 347-364.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Aljube do Porto: Alguns Documentos para a sua História. Sep. *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto/Arouca. Vol. I (2002), p. 427-425.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Algumas obras seiscentistas no Convento de Corpus Christi. Sep. de *Gaya*. Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984), p. 243-258.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo. In *Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N.º 4 (1995), p. 25-54.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol. I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras do Porto.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás: Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol. II. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras do Porto.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na Segunda Metade do Século XVIII. In *Biblioteca Portucalensis*. Porto. II Série, n.º 7 (1992), p. 65-106.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – A Arquitectura da Água: Chafarizes e Fontes do Porto dos Séculos XVII e XVIII (I). In *Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N.º 6 (1997) p.45-62.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676). In *Poligrafia*. ISSN 0872-4490. N.º 1 (1992) p.39-63.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na Segunda Metade do Séc. XVII. Sep. *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II série, vol. II (1985), p. 4-23.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (Séculos XVII e XVIII). In *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto. II série, vol. IX (1992), p. 337-367.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nótula para a História do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra. In *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto. II série, vol. VIII (1991), p. 297-317.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Cidade do Porto. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 376-379.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Igreja dos Clérigos. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 122-125.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – Nicolau Nasoni. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 305-310.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B.; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Niccolò Nasoni: 1691-1773. Un Artista Italiano a Oporto III Centenario della Nascita*. Firenze: Ponte alle Grazie, 1991.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua Influência no Norte de Portugal*. Lisboa: Inapa, 2001. ISBN 972-8387-91-1.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A casa do Cabido e a sua talha: algumas reflexões. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p.20-25.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A arte da talha no Porto na época barroca: Artistas e clientela, materiais e técnicas*. Porto: Ed. do A., 1986. Vol. I. Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Nótula para o Estudo da Actividade do Arquitecto António Pereira na Cidade do Porto. In *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Universidade do Porto. II série, vol. IX (1992), p. 389-397.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Niccolò Nasoni: 1691-1773. Un Artista Italiano a Oporto III Centenario della Nascita*. Firenze: Ponte alle Grazie, 1991.

FRANÇA, José Augusto – La Fin du Goût Baroque au Portugal. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XVII, n.º 64 (76) (1973), p. 370-376.

FRAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro.. As Architecturas do Vinho do Porto*. [s.l.]: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001.

FREIGANG, Christian - Augustin Charles D'Aviler (1653-1701). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 264-273.

FREIGANG, Christian – François Blondel (1618-1686). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 264-273.

FREIRE, Fernanda Castro; LEITE, Fernanda Passos; PAIS, Alexandre - *Guia Museu. Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2001. ISBN 972 82 53-31-1.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – Nicolau Nasoni. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. V, Fascs. 3-4 (Setembro/Dezembro de 1942), p. 454-455.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – Misericórdia do Porto ; Cinco séculos a fazer o bem. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano XVIII, nº12 (Dezembro de 1999), p.354-360.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *Toponímia Portuense*. Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda., 1999. ISBN972-8305-67-2.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – Os Portuenses na Corte. In *Duas Cidades ao serviço de Portugal: Subsídios para o estudo das relações da Lisboa e Porto durante oito séculos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947, p. 33-69.

FREITAS, Joaquim Joze Pereira de – *Bibliotheca Historica, Politica, e Diplomática*. Londres: Susterrance e Stretch, 1830. Vol. I.

FREITAS, D. Maria Brak-Lamy Barjona de - A primeira pedra da Igreja dos Clérigos. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano II, nº2 (Junho de 1946), p.37-38.

FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Editorial Presença Lda., 1990.

FURTADO, Carolina; BARBOSA, Maria Helena Pimentel Neves – A Casa-Museu Guerra Junqueiro. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano IV, nº6 (Junho de 1984), p.176-180.

GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE, org. – *Casas do Porto (século XV ao XIX)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966.

GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Arquitectura tradicional portuguesa*. 4ª Edição. Lisboa: Publicações Bom Quixote, 2000. ISBN: 972-20-0959-1.

GARCÍA IGLESIAS, José Manuel – Otras Obras Arquitectónicas Promovidas por el Arzobispado y el Cabildo hasta 1900. In *Santiago de Compostela*. Laracha: Xuntanza Editorial, 1993. Vol. II. ISBN: 84-86614-71-6, p. 504-511.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938.

GHEERBRANT, Alain; CHEVALIER, Jean – *Dictionnaire des Symboles*. 2ª ed. Paris: Éditions Robert Laffont S. A. Et Éditions Jupiter, 1982. ISBN: 2.221.50319.8.

GIGANTE, J. A. Martins - Foro. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. VIII, p. 1299.

GOITIA, Fernando Chueca – *Historia de la arquitectura occidental VIII barroco en hispanoamerica Portugal y Brasil*. Madrid: Dossat Bolsillo, 1985.

GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

GOMES, Paulo Varela – *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Sé. XVIII*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

GOMES, Paulo Varela – *O Essencial sobre a Arquitectura Barroca em Portugal*. Maia: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano IX, n.º 11 (Novembro 1969), p. 321-325.

GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, n.º 1 (Janeiro 1970), p. 2-5.

GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, n.º 2 (Fevereiro 1970), p. 53-56.

GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, n.º 4 (Abril 1970), p. 99-103.

GONÇALVES, Flávio – A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano X, n.º 6 (Junho 1970), p. 165-172.

GONÇALVES, Flávio – Um Século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXII (1969), p.125-184.

GORANI, Giuseppe – *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1992. ISBN 972-42-0472-3.

GOUBERT, Pierre – Les Villes d'Europe à l'Époque Moderne. Sep. “*Revista de História*”. Porto. Vol. IV (1982).

GRONERT, Alexander – Andrea Pozzo (1642-1709). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 138-147.

GRONERT, Alexander – Domenico De’Rossi (1659-1730). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 148-155.

GRONERT, Alexander – Vincenzo Scamozzi (1548-1616). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 118-127.

GUERRA, Luís de Bivar – *Inventários e sequestros das casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.

GUIMARÃES, Carlos; CARVALHO, Teresa Pires de; BARROCA, Mário Jorge – “*Bairro da Sé*” Área – Porto; *Contribution for Historic Characterization*. Porto: Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH, Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996.

HANSON, Carl A. – *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

HAUPT, Albrecht – *A arquitectura do Renascimento em Portugal: do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*. Lisboa : Presença, 1986.

HEERS, Jacques – *La Ville au Moyen Âge. Paysages, pouvoirs et conflits*. Paris: Fayard, 1990. ISBN: 2-01-019984-7.

HESPANHA, António Manuel – *História de Portugal Moderno, político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

HESPANHA, António Manuel – A Fazenda. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. [s.l.]: Círculo de Leitores, Lda.e Autores, 1993. Vol. IV. ISBN 972-42-0715-3. p. 203-271.

HUGUENEY, Jeanne; LAVEDAN, Pierre – *L’urbanisme au Moyen Âge*. Droz, Genève: Bibliothèque de la Société Française d’Archéologie, 1967.

JOBST, Christoph – Sebastiano Serlio (1475-1553/55). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 76-85.

JOBST, Christoph – Andrea Palladio (1508-1580). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 110-117.

JORNAL ENCICLOPEDICO. Lisboa: Typografia Numsiana, 1792.

KOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura II*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

KREMEIER, Jarl – Jacques Androuet du Cerceau (cerca de 1521- cerca de 1586). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 220-231.

KUBLER, George – *A Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes*. Lisboa: Vega, 1988.

LAMAS, Arthur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão no sitio da Junqueira (extra-muros da Antiga Lisboa)*. Lisboa: Edição do autor, 1925.

LAMAS, Arthur – *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sitio da Junqueira (Extra-muros da Antiga Lisboa)*. Lisboa: Edição do autor, 1924.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne – *L'urbanisme au Moyen Âge*. Droz, Genève: Bibliothèque de la Société Française d'Archéologie, 1967.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Ed. Matos Moreira, 1873-1890. 12 vol.

LEÃO, Manuel – Domingos Lopes, artista e empresário. In *Museu*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. ISSN 0871-2670. N.º 5 (1996), p. 73-107.

LEITE, A. - Ordens menores. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XIV, p. 750.

LEITE, A. - Ordens maiores. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1976. Vol. XIV, p. 751.

LEITE, Fernanda Passos; PAIS, Alexandre; FREIRE, Fernanda Castro - *Guia Museu. Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2001. ISBN 972 82 53-31-1.

LIMA, J. Godinho – Casa da Torre da Marca. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p.40-53.

LINO, Raul – *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*. Lisbonne: Institut Français au Portugal, 1937.

LOPES, Carlos Manuel da Silva – Mobiliário Português do Século XVIII. *Bracara Augusta*. Braga. Vol.XXVII, n.º 63 (75)(1973), p. 232-237.

LÓPEZ CARREIRA, Anselmo – *A Cidade Medieval Galega*. Vigo: A Nosa Terra, 1999. ISBN: 84-89976-60-0.

LOUREIRO, José Carlos – Palácio do Freixo mais uma perda da Cultura e do Património portuenses. *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, ano I, nº1 (Dezembro de 1981),p. 16-19.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Nicolau Nasoni, Vida e Obra de um Grande Artista. Breve Resumo*. Porto: [s.n.], 1987.

MACARRO ALCALDE, Carlos – Evolución de la Ciudad hasta el Siglo XIX. In NUÑEZ PAZ, Pablo; REDERO GÓMES, Pablo; VICENTE GARCIA, Juan – *Salamanca. Guía de Arquitectura*. [S.l.]: Colégio Oficial de Arquitectos de León Delegación de Salamanca, [s.d.], p. 12-35. ISBN: 84-607-3604-0.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Biblioteca Lusitana Historica, Critica e Cronologica na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Lisboa: Officina de António Isidro da Fonseca, 1741. Tomo I.

MACHADO, Maria de Fátima; DUARTE, Luís Miguel – O fidalgo que queria ser cónego (o conflito entre a cidade do Porto e D. Paulo Pereira na 1ª metade do século

XVI). In *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto/Arouca. Vol. II (2002), p. 451-469.

MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 972-24-0825-9.

MAIA, Luís Leandro Alves da Costa – Nicolau Nasoni no Contexto da Arquitectura Barroca. *Biblioteca Portucalensis*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. II Série, n.º 6 (1991), p. 81-107.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – L’Image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XVIe au XVIIIe siècle : un Patrimoine Meconnu des Bibliothèques et Musées Portugais. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, vol. 1 (1983), p. 143-206

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISSN 0870-0478. 2ª Série, Vol 2 (1984), p 239-255.

MANUEL, Maria – Considerações à margem do Porto. A “ Casa- Museu de Guerra Junqueiro”. *O Tripeiro*. Porto. V Série, ano 9, nº6 (Outubro de 1953), p. 165-166.

MARÇAL, Horácio – *O bairro da Sé*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1963.

MARÇAL, Horácio – O Sítio e a Quinta de Fafiães, em Leça do Balio. Sep. *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. N.º 29 (1985), p. 205-217.

MARÇAL, Horácio – O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano VIII, nº10 (Outubro de 1968), p.301-310.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Casa. A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987, p. 63-86.

MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII.

MARQUES, José A. M.; TAVARES, Alberico – Ritmos de Construção Civil no Porto do Século XVIII (1698-1789). *Revista de História*. Porto. Vol.III (1980), p. 39-51.

MARQUES, Mário Moraes; DIAS, Marina Tavares – *Porto Desaparecido*. [S.l.]: Quimera, 2002.

MARTINEZ, Manuela; CUNHA, Manuela – A Catedral. In *Braga e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990, p. 17-66.

MARTINS, A. Tavares – Antigas Quintas da Paróquia de Campanha (breves notas). *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXII, Fasc. 3-4 (Setembro-Dezembro 1969), p. 661-710.

MARTINS, Anacleto Pires da Silva – *O Cabido da Sé de Portalegre. Achegas para a sua história*. Portalegre: Cabido da Sé de Portalegre, 1997.

MARTINS, Fausto S. – Do Colégio de S. Lourenço ao Semanário Maior da Sé do Porto: 1560-1998. *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14(Março 2001), p. 64-69.

MATEUS, João Mascarenhas – *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1234-5.

MATOS, José Sarmiento de – Arquitectura Civil. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 38-42.

MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. [s.l.]: Círculo de Leitores, Lda.e Autores, 1993. Vol. IV. ISBN 972-42-0715-3.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; OLIVAL, Fernanda – Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XXXVII, n.º 165 (Inverno 2003), p. 1213-1239.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 1832)*. 2º ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. ISBN: 972-27-1143-1.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. ISBN: 972-671-107-X.

MORAIS, Cristóvão Alão – *Pedatura Lusitana (Nobiliário das famílias de Portugal)*. Porto: Alexandre Vasconcelos, António Cruz, Eugénio da Cunha e Freitas, 1943-1948. 12 vols.

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – A importância da «Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo» para a Olisipografia. In *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Vol. 2, n.º 1 (Janeiro/Junho 1982), p. 9-15.

MOREIRA, Rafael – O Torreão do Paço da Ribeira. Sep. *Mundo da Arte*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Limitada, 1983.

MOREIRA, Rafael – Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. VIII, p. 67-85.

MOREIRA, Rafael – Engenharia Militar. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 155-159.

Mr. Flower há mais de um século que fotografou o Porto. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano II, nº2 (Fevereiro de 1962), p.44-45.

MULLER, Werner; VOGEL, Gunther – *Atlas de Arquitectura*, 2. Madrid: Alianza Atlas, 1995. ISBN: 84-206-6206-2.

MUMFORD, Lewis – *A cidade na história, suas origens transformações e perspectivas*. 4ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1998.

NIETO SORIA, José Manuel; DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – Elites y Clientelas Eclesiásticas (siglos XIII al XV): propuestas metodológicas desde el caso castellano. *In Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos. Actas do Colóquio*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2001. ISBN 972-772-284-9, p. 109-139.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Compêndio Português de Heráldica de Família*. [S.l.]: Mediatexto, 2003. ISBN: 972-797-029-X.

NOGUEIRA, Margarida Sá; RODRIGUES, Teresa; SANTOS, Piedade Braga – *Lisboa Setecentista Vista Por Estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 972-24-0991-3.

NONELL, Anni Gunther – *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002. ISBN.972-9483-57-4.

NORBERG-SCHULZ, Christian – *Arquitectura Occidental*. 4ª Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 2001

NOVAIS, Manuel Pereira de – *Anacrisis Historial*. Porto : Bibliotheca Pública Municipal do Porto, 1912-1918. Vol. II.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira – *História social da administração do Porto (1700-1750)*. Porto: Universidade Portucalense, 1999. ISBN 972-9354-18-9.

NUNES, Eduardo Borges – *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. 3ª Edição. Lisboa: Faculdade de Letras, 1981.

O PORTO E A EUROPA DO RENASCIMENTO. EXPOSIÇÃO PARALELA À XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA. Porto. Casa do Infante, 1983.

OATES, Phyllis Bennett – *História do Mobiliário Ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISSN 0003-2573. Vol. XXXVII, n.º 165 (Inverno 2003), p. 1213-1239.

OLIVEIRA, Amélia Vieira de; BRAGA, Maria Helena Gil – Principais Imóveis de Interesse Patrimonial no Centro Histórico do Porto. In *Porto a Património Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993. ISBN-972/9147/08/6, p. 101-183.

OLIVEIRA, Aurélio de – Olhares e impressões do Porto setecentista (A Terra e as Gentes. 1797-1799). *O Tripeiro*. Porto. Série Nova, anoXVII, nº 7-8 (Agosto/Setembro de 1998), p.250-255.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga; História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Os alvares do Rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó do Minho*. Braga: Edições APPACDM, 2003.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura tradicional portuguesa*. 4ª Edição. Lisboa: Publicações Bom Quixote, 2000. ISBN: 972-20-0959-1.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*. Coimbra: Instituto da Alta Cultura, 1973. 2 vol. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Luís Vasco Ribeiro Salgado de – O Significado do Luxo no Reinado de D. João V, Alguns Aspectos. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XXVIII, n.º 65-66 (77.78) (1974), p. 299-312.

OLIVEIRA, P. Miguel de – *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – *Cidade plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto (século XIII-1.ª metade do XIV)*. Porto: [s.n.], 1994. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OSÓRIO, Maria Isabel Pinto; SILVA, António Manuel S. P. – Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In 3º *Encontro Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2002, p. 83-95.

P., J. – As muralhas da cidade; estudo archeologico. *O Tripeiro*. Porto. Iª Série, 3º ano, nº 76 (1 de Agosto de 1910), p. 52-54.

PACHECO, Hélder – *Porto*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

PAIS, Alexandre; FREIRE, Fernanda Castro; LEITE, Fernanda Passos - *Guia Museu. Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2001. ISBN 972 82 53-31-1.

PAIVA, José Pedro – Os mentores. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2277-2. Vol. II, p. 201-237.

PARIS. Londres: Everyman Guides, 2000. ISBN 1-84159-005-3.

PASSOS, Carlos de – *Guia histórica e artística do Porto*. Porto : Livraria Figueirinhas, 1935.

PASSOS, Carlos de – As muralhas do Porto. *O Instituto*. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1921.

PEREIRA, Ana Maria M. de Sousa – Um modelo de casa urbana do século XVIII no Campo de Santana. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XLVIII, n.º 101-102 (114-115) (1998/99), p.121-135.

PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa – *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à Casa Nova da Rua de Dom Gualdim*. Porto: [s.n.], 1997. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PEREIRA, Fernando António Baptista – *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

PEREIRA, Firmino – *O Porto d'outros tempos*. Porto: Livraria Chardon, 1914.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 377-522.

PEREIRA, José Fernandes – Ornamento e Geometria. *Claro-Escuro*. Lisboa. N.º 2 e 3 (Maio/Novembro de 1989), p. 73-77.

PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.

PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*. Barcelona: Círculo de Leitores, 1995. Vol. III.

PEREIRA, José Fernandes – *Arquitectura barroca em Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992.

PEREIRA, José Fernandes – Mecenato. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 288.

PEREIRA, José Fernandes – D. João V. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 246.

PEREIRA, José Fernandes – Artista. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 51-52.

PEREIRA, Paulo - D. Pedro II. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 345-347.

PEREIRA, Paulo - Braga. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 97-98.

PEREIRA, Paulo – D. Tomás de Almeida. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 27.

PEREIRA, Paulo - D. João IV. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 244-246.

PEREIRA, Paulo – LUDOVICE, João Frederico. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 265-269.

PERES, Damião – A Revolução de 1820 e os seus antecedentes. In PERES, Damião (dir.) - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1935. Vol. VII, p. 9-59.

PEVSNER, Nicolaus – *Panorama da Arquitectura Ocidental*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ISBN: 85-336-1492-6.

PICARD, Jean-Charles – Les Origines des Quartiers Canoniaux. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des*

Quartiers Cannoniaux en France. Paris: Ed. Bocard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 15-25.

PIMENTEL, Alberto – *O Arco de Vandôma*. Lisboa: Guimarães & C.^a - Editores, 1916.

PIMENTEL, Alberto – *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Livraria Editora, [s.d.].

PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e Poder. O real Edifício de Maфра*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1172-1.

PIMENTEL, António Filipe – Escadaria. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 163-165.

PINHO, Fernando F. S. – *Paredes de Edifícios Antigos em Portugal*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2000. ISBN 972-49-1864-5.

PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Pôrto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940.

PINTO, Pedro Costa – *O Móvel de Assento Português no Século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005. ISBN 972-797-103-2.

PINTO, Maria Helena Mendes – *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV/XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1979.

PIRES, Maria do Carmo Marques – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940) Formas de Habitar*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000.

PORTO, Gabinete de História da Cidade do – Os «Homens da Governança» do Município do Porto desde 1428 até 1949. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1949. Vol. 12, fasc. 3 -4, p. 278-340.

PUTEI, Andrea – *Perspectiva Pictorum et Architectorum*. Roma: [s.n.], 1723. Vol. II.

QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho – *Inventário Artístico de Portugal: Cidade do Porto*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1995. Vol. XIII.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Portuenses na História*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. ISBN 972-8387-92-X.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir.– *História do Porto*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Portuenses na História*. Lisboa: Edições Inapa S. A., 2001.

RAU, Virgínia – *Inventário dos bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1947.

REAL, Manuel Luís – A construção medieval no sítio da Sé. In *Monumentos*. Lisboa. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p.8-19.

REAL, Manuel Luís; [et al.] – Escavações arqueológicas no morro da Sé. Sep. do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, Vol. 3/4, (1985/86).

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – Bases Para a Compreensão do Desenvolvimento Urbanístico do Porto. *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. N.º2 (1987), p.389-417.

REIMÃO, Rute González – *Nascentes, fontes e chafarizes do Porto (bibliografia anotada)*. Porto: [s.n.], 1994. Edição policopiada do trabalho realizado no âmbito da cadeira de Bibliografia do Curso de Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999. ISBN 972-634-095-0. II série – 6, vol. IV.

REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Manuscritos Inéditos da B.P.M.P. Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984. Vol. I.

REIS, Henrique Duarte e Sousa – Cristóvão Alão de Moraes. *In O Panorama*. Lisboa: Typografia da Sociedade. Vol. III, n.º 123, 1844 (4 de Maio), p. 140-141.

REYNAUD, Jean-François; SAPIN, Christian – La Place du Quartier Canonial dans la Ville. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Boccard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 28-32.

RIBEIRO, Fernanda; MEIRELES, Maria Adelaide – *Falam velhos manuscritos...Índice de assuntos 1930-1960*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

ROCHA, Rui Filipe Monteiro – Os chafarizes na arte de Nasoni. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. ISSN 0871- 2352. Vol. IV (1989), p. 305-319.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga (1693-1751)*. Porto: [s.n.], 1995. Edição policopiada da Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Nicolau Nasoni, Vida e Obra de um Grande Artista. Breve Resumo*. Porto: [s.n.], 1987.

RODRIGUES, José Damião – A Estrutura Social. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII, p. 405-431.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3ª Edição. Coimbra: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8.

RODRIGUES, Teresa; SANTOS, Piedade Braga; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa Setecentista Vista Por Estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 972-24-0991-3.

ROSA, José António Pinheiro e – A Catedral do Algarve e o seu Cabido. Sé em Faro. Sep. de “*Anais do Município de Faro*”. Faro: [s.n.], 1987, n.º XII.

ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português*. [S.l.]: Livraria Almedina, 2002.

RUÃO, Carlos – A Arquitectura da Sé Catedral de Viseu. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 13 (Setembro 2000), p. 12-19.

RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

SAALMAN, Howard – *Medieval Cities*. New York, George Brazillier, 1968.

SAINT-DENIS, Alain – *Laon*. In PICARD, Jean-Charles dir. - *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Canoniaux en France*. Paris: Ed. Bocard, 1994. ISBN 2-7018-0085-4, p. 241-254.

SANTOS, Cândido dos – Subsídios para a História do Cabido da Sé do Porto. A Coraria. *O Tripeiro*. Porto. VI Série, ano IX, n.º 5 (Maio 1969), p. 147-149 e 156.

SANTOS, Cândido dos – A População do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o Estudo de Demografia Urbana. Sep. *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. Vol. 1 (1978), p. 5-83.

SANTOS, Paula Mesquita – Glama nos Clérigos. Evocação de um pintor quase ignorado. *O Tripeiro*. Porto. VII Série, ano XX, n.º 6 (Junho 2001), p. 177-182.

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa Setecentista Vista Por Estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 972-24-0991-3.

SANTOS, Reynaldo dos – A Arquitectura Barroca em Portugal. *Belas Artes*. Lisboa. N.º 3 (1951), p. 13-24.

SAPIN, Christian; REYNAUD, Jean-François – La Place du Quartier Canonial dans la Ville. *Les Chanoines dans la Ville: Recherches sur la Topographie des Quartiers Cannoniaux en France*. Paris: Ed. Bocard, 1994, p. 27-32. ISBN 2-7018-0085-4.

SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1671-4.

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 377-522.

SÉRLIO, Sebastiano – *The Five Books of Architecture*. New York: Dover Publications, Inc., 1982. ISBN 0-486-24349-4.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 2ªed. Lisboa: Editorial Verbo, 1982. Vols. V, VI.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Un Itineraire Portugais a la Fin du XVIIe Siècle*. Amadora: Livraria Bertrand, 1958.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. I, II, e III.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Vol. VII.

SERRÃO, Victor – *História da Arte em Portugal; Renascimento e Maneirismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

SERRÃO, Victor – *História da Arte em Portugal, O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SERRÃO, Victor – *A Cripto-História de Arte, Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres casas de Portugal*. Porto : Livraria Tavares Martins, s.d. 5 vol.

SILVA, António Manuel S. P.; OSÓRIO, Maria Isabel Pinto – Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa – Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In 3º *Encontro Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2002, p. 83-95.

SILVA, António de Moraes e – *Diccionario da Lingua Portugueza Recopilado de todos os impressos ate ao prezente por Antonio de Moraes e Silva Natural do Rio de Janeiro offerecido ao Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. João VI, Rei de Portugal, Brazil, e Algarve*. &c. Lisboa: Typografia de M. P. de Lacerda, 1823. Vol. I e II.

SILVA, Armando Coelho da – Origens do Porto. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 45-117.

SILVA, Fernando J. Moreira da Silva – Velhas Ruas do Porto – A Rua Chã. *O Tripeiro*. . Porto. Série Nova, ano XII, nº 11 (Novembro de 1993), p. 347-348.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. ISBN 972-8387-85-7.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640), os Homens as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol I.

SILVA, Francisco Ribeiro da – Tempos Modernos. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.^a ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 255-376.

SILVA, Germano – *Fontes e chafarizes do Porto*. Porto: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto, 2000. ISBN 972-95343-1-4.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Estudos Sobre o Maneirismo*. 3.^a Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – Em Torno da Arquitectura Setecentista Portuguesa (Barroco e Rococó). *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XVII, n.º 64 (76) (1973), p. 354-360.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses*. Lisboa: Edições Asa S.A., 1995.

SILVA, José Custódio Vieira da – *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. ISBN 972-24-0993-X.

SILVA, Paula Araújo da; [et al.]; Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In *Monumentos*. Lisboa. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 14 (Março 2001), p.82-91.

SIMÕES, Manuel Lopes – A actividade musical na Sé de Braga. In *Braga e a sua Catedral*. Braga: Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé de Braga, 1990., p. 121-136.

SMITH, Robert C. – O Antigo Recheio do Paço dos Bispos do Porto. Sep. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vol. XXXI, Fasc. 3-4 (1968).

SMITH, Robert C. – *The Art of Portugal 1500-1800*. London. : Ed. Weidenfeld and Nicolson , 1968.

SMITH, Robert C. – *Nicolau Nasoni*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966.

SMITH, Robert C. – Nicolau Nasoni (1691-1773). *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XVII, n.º 64 (76) (1973), p. 514-521.

SOUSA, Armindo de – Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do séc. XV. Iª Parte: os grupos em confronto. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 2ª Série, vol. 1 (1983), p. 9-103.

SOUSA, Armindo de – Tempos Medievais. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. - *História do Porto*. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2, p. 191-253.

SOUSA, Fernando – O Clero da Diocese do Porto ao Tempo das Cortes Constituintes. *Revista de História*. Porto. Vol. II (1979), p. 245-263.

SOUSA, Ivo Carneiro de – *História da Portugal Moderno. Economia e Sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. ISBN: 972-674-185-8.

SOUSA, Jaime Manuel – Mobiliário. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 296-300.

SOUSA, Maria da Conceição Borges de Sousa – A exposição. In *Mobiliário Português. Roteiro*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2000. ISBN 972-776-076-7.

SOUSA, Maria Teresa de Andrade e – *Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova D. Luis de Lencastre*. Lisboa: Abril de 1956.

SOUSA, Pedro Fialho de; RODRIGUES, Maria João Madeira; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3ª Edição. Coimbra: Quimera Editores, 2002. ISBN 972-589-072-8.

SOUZA-BRANDÃO, António de – *Os Morgados de Sto. António do Cruzeiro de Oliveira de Azeméis*. [S.l.]: Portugráfica, 1975.

TAVARES, Alberico; MARQUES, José A. M. – Ritmos de Construção Civil no Porto do Século XVIII (1698-1789). *Revista de História*. Porto. Vol.III (1980), p. 39-51.

TAVARES, Rui; REAL, Manuel Luís– Bases Para a Compreensão do Desenvolvimento Urbanístico do Porto. *Povos e Culturas*. Lisboa: n.º2 (1987), p.389-417.

TEIXEIRA, José Monterroso – Évora e a história [Évora Barroca]. In *Évora: história e imaginário*. Évora: Ataegina, 1997, p. 57-66.

THOENES, Christof – Introdução. In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 8-19.

TORRES, João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco e; MESQUITA, Manuel Pereira de Castro de – *Livro de Oiro da Nobreza*. Braga: Tipografia da “Pax”, 1932. 3 vol.

VALE, Teresa Leonor – Implantação e integração urbanística. In PAIS, Alexandre; FREIRE, Fernanda Castro; LEITE, Fernanda Passos - *Guia Museu. Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2001. ISBN 972 82 53-31-1, p. 13-23.

VASCONCELOS, Francisco – *A Nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

VAZ, A. Luís – *O Cabido de Braga 1071 a 1971*. Braga: José Dias de Castro, 1971.

VIGNOLA, Giacomo Barozzio da – *Breve Tratado das Cinco Ordens de Architectura*. Lisboa: Estar Editora Lda., 2000.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. ISBN 972-33-1490-8.

VILLAS-BOAS, Manuel – *Os Magalhães. Sete séculos de aventura*. Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1998.

VITOR, Mário – *Uma Grande Figura do Século XVII. Alão de Moraes*. Porto, Tipografia Porto Medico, Lda, 1928.

VITORINO, Pedro – Douro-Litoral. *Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. Porto: Junta de Província do Douro-Litoral. Vol.VI (1946).

VITRUVIO Polión, Marco Lucio – *Los diez libros de Architectura*. Madrid: Alianza Forma, 1995. ISBN: 84-206-7133-9.

WINCKEL, Madeleine Van de – Hans Vredeman de Vries. In *Les Traités d'Architecture de la Renaissance*. Picard: Paris, 1988, p. 453-458.

ZIMMER, Jürgen - Hans Vredeman de Vries (1526-1609). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 500-509.

ZIMMER, Jürgen – Wendel Dietterlin (1550/51-1599). In *Teoria da arquitectura do Renascimento aos nossos dias*. Itália: Taschen, 2003. ISBN 3-8228-2693-6, p. 520-529.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Representações Zairol Lda., 1961. Vol. III.